



CADERNO DE QUESTÕES

com questões comentadas

Assuntos mais recorrentes no Exame de Ordem da OAB

Você trillou uma longa jornada até aqui. Foram anos de dedicação na graduação, noites em claro e a aquisição de um conhecimento profundo sobre as leis que regem nosso ordenamento jurídico. Agora, você está à beira de um dos momentos mais cruciais da sua carreira: a primeira fase do Exame de Ordem da OAB.

Confie na sua bagagem: Você já possui uma base sólida. O desafio agora é organizar e direcionar esse conhecimento para o formato específico da prova da FGV, que busca avaliar sua capacidade de interpretação e raciocínio jurídico aplicado a casos concretos, e não apenas a memorização de leis.

Seja estratégico: Não tente abraçar o mundo. Identifique seus pontos fortes e as áreas que demandam mais atenção. Um estudo direcionado, focado nos temas mais cobrados, fará toda a diferença.

Mantenha a calma e a persistência: Haverá dias difíceis, em que a insegurança pode bater. Nesses momentos, pare, esfrie a cabeça e retome os estudos. Desistir não é uma opção, pois o arrependimento futuro pode ser muito doloroso. A aprovação é plenamente possível, mas requer dar o primeiro passo e manter a garra.

Visualize o futuro: Imagine-se recebendo sua carteira da OAB, pronto para ser um instrumento de transformação na vida de seus clientes e na sociedade. Esse sonho é o que torna a vida interessante e o estudo, recompensador.

Lembre-se: sua aprovação não é uma questão de sorte, mas sim de método, organização e, acima de tudo, persistência. Você já possui a base; o que falta é a estratégia para consolidar esse conhecimento e aplicá-lo de forma eficaz.

Acredite no seu potencial: Sua determinação é sua maior força. O caminho pode parecer desafiador, e haverá momentos de cansaço e dúvida, mas cada hora de estudo é um passo a mais em direção ao seu objetivo: a carteira da OAB e a capacidade de, finalmente, exercer a advocacia e lutar pela justiça.

Incorpore a mentalidade de um concurseiro e a paixão de um futuro advogado. Concentre-se nos temas mais cobrados, resolva muitas questões de provas anteriores e utilize a letra da lei como seu principal material de estudo. A revisão constante é a chave para a retenção do conteúdo.

Como disse Sobral Pinto, "A advocacia não é profissão para covardes". Tenha coragem, mantenha o foco e não desista. O esforço que você investe hoje será recompensado pela conquista de amanhã.

Assim, para que você consiga chegar preparado para enfrentar o Exame de Ordem em um período tão curto, aplicaremos uma forma didática e versátil de estudo para a resolução de questões de cada uma das 20 disciplinas exigidas na 1ª fase, priorizando os temas mais recorrentes.

A própria banca examinadora (FGV) também tem esse mesmo entendimento, uma vez que cobra dos examinandos praticamente os mesmos conteúdos ao longo das diferentes edições do Exame de Ordem.

Disciplina	Questões na Prova	Posição na Prova
Ética Profissional	8	01-08
Filosofia do Direito	2	09-10
Direito Constitucional	6	11-16
Direitos Humanos	2	17-18
Direito Eleitoral	2	19-20
Direito Internacional	2	21-22
Direito Financeiro	2	23-24
Direito Tributário	5	25-29
Direito Administrativo	5	30-34
Direito Ambiental	2	35-36
Direito Civil	6	37-42
ECA	2	43-44
Direito do Consumidor	2	45-46
Direito Empresarial	4	47-50
Processo Civil	6	51-56
Direito Penal	6	57-62
Processo Penal	6	63-68
Direito Previdenciário	2	69-70
Direito do Trabalho	5	71-75
Processo do Trabalho	5	76-80
Total	80	

Ética e Estatuto da OAB

Sobre Ética e Estatuto da OAB, você não precisará dominar profundamente o espírito do legislador, nem aspectos doutrinários para se sair bem.

A disciplina de Ética Profissional tem um dos maiores pesos na prova da OAB, com cerca de 8 questões, o que representa aproximadamente 10% do exame. O foco principal está no **Estatuto da Advocacia** (Lei nº 8.906/94), no **Código de Ética e Disciplina da OAB** e no **Regulamento Geral da OAB**

Assim, a memorização da lei seca, resumos e macetes são suficientes para lhe trazer bons resultados.

Outra dica importante é você reforçar o seu estudo nos últimos dias que antecedem à prova, pois é uma disciplina de pouco conteúdo, quando comparada às demais. Assim, você chega à prova com o conteúdo “fresquinho” na cabeça.

Os temas mais cobrados:

1. Inscrição na OAB

2. Honorários Advocatícios – Regulamentação sobre valores, formas de cobrança e contratação dos serviços advocatícios.

3. Direitos e Prerrogativas do Advogado – Garantias fundamentais para o exercício da profissão, incluindo imunidade e inviolabilidades.

4. Infrações Disciplinares e Penalidades – Condutas vedadas e suas respectivas sanções, procedimentos disciplinares.

5. Publicidade na advocacia

6. Funcionamento da OAB

Quantas vezes foi cobrado

- 1ª Órgãos da OAB 13x
- 2ª Direitos e Prerrogativas do Advogado 12x
- 3ª Honorários Advocatícios 10x

4ª Infrações e Sanções Disciplinares 9x

5ª Processo Disciplinar 9x

Artigos essenciais para focar:

Estatuto da OAB (Lei 8.906/1994): artigos 1º, 5º, 7º, 7º-A, 7º-B, 8º, 12, 15, 16, 20 a 25-A, 28, 29, 30, 34 a 40, 43, 58, 63, 66, 72, 75 e 77

Código de Ética e Disciplina: artigos 14, 17, 26, 36, 37, 39, 40, 44 e 48

Regulamento da OAB: artigos 14, 15, 18, 19, 22, 27, 29, 33 ao 39, 48 e 54

Questão Comentada

Estatuto da OAB - Inscrição

Ano: 2023 | **Banca:** FGV | **Órgão:** OAB - 39º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

QUESTÃO 01. Pedro, cidadão brasileiro, graduou-se em Direito em renomada instituição norte-americana. Caso deseje exercer no Brasil a profissão de advogado, Pedro deverá solicitar inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Sobre a hipótese, assinale a opção que indica o **requisito** que, em tal ocasião, Pedro estará **dispensado** de apresentar.

- a) Revalidação do título de graduação em Direito.
- b) Aprovação em Exame de Ordem.
- c) Ter sido admitido em estágio profissional de advocacia.
- d) Prestação de compromisso perante o conselho.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda os requisitos para a inscrição nos quadros da OAB, com um enfoque específico na situação do **brasileiro graduado em Direito no exterior**. O foco é identificar qual dos itens listados é **dispensado** (não exigido) para o requerimento de inscrição.

Fundamentação Legal

O tema é integralmente regulamentado pelo **Artigo 8º da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB)**, especialmente em seu § 2º

Art. 8º Para inscrição como advogado é necessário:

I - capacidade civil;

II - diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada;

III - título de eleitor e quitação do serviço militar, se brasileiro;

IV - **aprovação em Exame de Ordem**;

V - não exercer atividade incompatível com a advocacia;

VI - idoneidade moral;

VII - **prestar compromisso perante o conselho**.

§ 2º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente **revalidado**, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Fundamento Legal
A) Revalidação do título de graduação em Direito.	REQUISITO EXIGIDO. É uma condição imposta especificamente pelo Art. 8º, § 2º , a brasileiros ou estrangeiros formados no exterior.	Art. 8º, § 2º
B) Aprovação em Exame de Ordem.	REQUISITO EXIGIDO. Consta expressamente no Art. 8º, IV , e é um dos "demais requisitos" a que	Art. 8º, IV e § 2º

Alternativa	Análise	Fundamento Legal
	se refere o § 2º.	
C) Ter sido admitido em estágio profissional de advocacia.	REQUISITO DISPENSADO. O estágio profissional não é uma condição legal para a inscrição como advogado. O requisito é a posse do diploma (Art. 8º, II). A comprovação de estágio era exigida para a inscrição como estagiário (Art. 9º), mas não como advogado.	Não exigido pelo Art. 8º.
D) Prestação de compromisso perante o conselho.	REQUISITO EXIGIDO. É a solenidade final prevista no Art. 8º, VII , após a verificação de todos os outros requisitos.	Art. 8º, VII

Conclusão: O estágio profissional é uma etapa formativa, mas não um requisito legal obrigatório para quem já possui o diploma e foi aprovado no Exame de Ordem. Portanto, Pedro está dispensado de comprovar a admissão em estágio.

Questão Comentada

Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB

Ano: 2024 | **Banca:** FGV | **Órgão:** OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

QUESTÃO 02. Rita, advogada regularmente inscrita na OAB, compareceu ao Detran para providenciar a transferência de um veículo que acabara de adquirir. Instada a apresentar seu documento de identificação civil, Rita apresentou sua carteira da OAB, a qual não foi aceita pelo funcionário da repartição, que afirmou ser imprescindível a apresentação da Carteira de identidade (Registro Geral) ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Com base no enunciado, a recusa do documento emitido pela OAB foi:

A) Ilegítima, uma vez que o documento emitido pela OAB constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.

B) Correta, pois, à míngua de previsão legal, não poderia o funcionário do Detran admitir a carteira da OAB como documento de identificação civil.

C) Inválida, pois, embora não haja expressa previsão legal, a carteira da OAB tem sido admitida como documento válido de identificação civil pela prática consuetudinária.

D) Inadequada, porém não ilegal, uma vez que os documentos de identidade profissional do advogado estão previstos somente no Regulamento Geral da Advocacia, não sendo exigível que o funcionário do Detran conheça as normas internas da OAB.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

O cerne desta questão é a validade da **carteira de identidade profissional** de advogado (ou estagiário) como **documento de identidade civil** em repartições públicas ou privadas. O problema apresenta uma recusa indevida em um órgão de trânsito (Detran).

Fundamentação Legal

A regra que confere força de documento de identidade civil à carteira da OAB está clara e expressa no **Artigo 13 do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94)**:

Art. 13. O documento de identidade profissional, na forma prevista no regulamento geral, é de uso obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e **constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.**

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
A) Ilegítima, uma vez que o documento emitido pela OAB constitui prova de identidade civil para	CORRETA. A recusa foi ilegítima (contrária à lei), pois o Art. 13 do Estatuto da OAB atribui força legal de identidade civil ao documento de	Fundamentação no Art. 13 da Lei 8.906/94.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
todos os fins legais.	identidade profissional do advogado.	
B) Correta, pois, à míngua de previsão legal...	ERRADA. Há expressa previsão legal (Art. 13) que obriga o reconhecimento do documento para todos os fins civis.	A previsão legal existe.
C) Inválida, pois, embora não haja expressa previsão legal...	ERRADA. A afirmação é factualmente falsa. Há expressa previsão legal no Art. 13 do Estatuto da OAB.	Há previsão legal, não é apenas prática.
D) Inadequada, porém não ilegal...	ERRADA. A recusa foi ilegal , pois contraria uma norma federal (o Estatuto da OAB) que vincula tanto órgãos públicos quanto entidades privadas a reconhecerem a validade do documento. O conhecimento da lei é exigível de todos.	A recusa contraria a lei.

Em Resumo: O funcionário do Detran agiu em desconformidade com a lei. A carteira da OAB tem o mesmo valor de um RG ou CNH para comprovar a identidade civil de Rita.

Questão Comentada

Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB

Ano: 2024 | **Banca:** FGV | **Órgão:** OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

QUESTÃO 03. A sociedade empresária Alfa contratou o advogado João Carlos para propor ação de repetição de indébito tributário contra a Fazenda Nacional. Foi outorgado mandato específico para a referida demanda e celebrado o respectivo contrato de honorários.

No decorrer da prestação dos serviços, devido ao grande conhecimento de João Carlos em outras áreas do direito, bem como à sua pronta disponibilidade, os responsáveis pela Alfa passaram a consultá-lo informalmente sobre diversos assuntos da empresa,

inclusive adotando medidas e tomando decisões a partir das orientações verbais prestadas. Seis meses após o início dessas consultas, a empresa Alfa e João Carlos formalizaram outro contrato de honorários advocatícios, com efeitos prospectivos, desta feita para a prestação da atividade consultiva em curso.

Acerca da atuação profissional de João Carlos durante o período anterior à formalização do contrato de honorários, assinale a afirmativa correta.

A) Não há como reconhecer as atividades prestadas por João Carlos no período anterior à formalização do contrato de honorários, pois a atuação do advogado, salvo em situações urgentes, exige a prova do mandato.

B) A outorga de mandato para as atividades de consultoria jurídica é prescindível, porém a falta de formalização dos serviços prestados, por meio de contrato de honorários, torna o período anterior insuscetível de reconhecimento.

C) As atividades prestadas por João Carlos no período podem ser reconhecidas, uma vez que a consultoria jurídica independe de outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários, sendo desinfluyente o modo pelo qual foram prestados os serviços.

D) O não reconhecimento das atividades prestadas por João Carlos no período anterior à formalização do contrato de honorários decorre do fato de que a atuação se deu de forma verbal, de tal modo que, se a atuação tivesse se dado por escrito, as atividades prestadas poderiam ser reconhecidas.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento da distinção entre a **atuação do advogado em juízo (postulação)** e as **atividades extrajudiciais de consultoria e assessoria jurídicas**. O foco é na necessidade ou não de formalização (mandato e contrato de honorários) para o reconhecimento dos serviços de consultoria prestados de forma **verbal e informal**.

Fundamentação Legal

A chave da resposta está no **Artigo 5º do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94)**, mais precisamente no seu § 4º:

Art. 5º O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo **verbal ou por escrito**, a critério do advogado e do cliente, e **independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
A) Não há como reconhecer as atividades... exige a prova do mandato.	ERRADA. A exigência de mandato é regra para a postulação. O § 4º do Art. 5º expressamente dispensa o mandato para as atividades de consultoria e assessoria jurídicas.	Contraria o Art. 5º, § 4º
B) A outorga de mandato... é prescindível, porém a falta de formalização... torna o período anterior insuscetível de reconhecimento.	ERRADA. A primeira parte está correta (mandato é prescindível), mas a segunda parte está errada. O § 4º do Art. 5º também dispensa a formalização por contrato de honorários para fins de reconhecimento das atividades prestadas.	Contraria o Art. 5º, § 4º.
C) As atividades prestadas por João Carlos no período podem ser reconhecidas... independe de outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários...	CORRETA. A afirmativa reproduz o comando legal do Art. 5º, § 4º. A consultoria informal e verbal é legalmente reconhecida e exigível.	Fundamentação no Art. 5º, § 4º da Lei 8.906/94.
D) O não reconhecimento... decorre do fato de que a atuação se deu de forma verbal...	ERRADA. O § 4º do Art. 5º estabelece que a consultoria pode ser exercida de modo verbal ou por escrito , o que demonstra que	Contraria o Art. 5º, § 4º.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	a forma verbal não é um obstáculo para o reconhecimento ou cobrança dos serviços.	

Em resumo: A lei é flexível quanto à forma da consultoria jurídica, permitindo que ela seja verbal, e expressamente desvincula seu reconhecimento da outorga de mandato e da formalização por contrato de honorários.

Questão Comentada

Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. O Conselho Seccional da OAB do Estado Alfa, por meio do seu Tribunal de Ética e Disciplina, instaurou processo disciplinar, ao fim do qual foi aplicada a pena de suspensão do advogado Daniel pelo prazo de seis meses pela conduta prevista no Art. 34, inciso XXX, do Estatuto da Advocacia (“praticar assédio moral, sexual ou discriminação”). Os mesmos fatos ensejaram a propositura de ação penal por parte do Ministério Público, sobrevivendo, na instância criminal, a condenação de Daniel à pena de um ano de detenção, em regime aberto, substituída por uma pena restritiva de direitos. A decisão proferida na instância disciplinar transitou em julgado e já foi cumprida por Daniel há mais de um ano, ao passo que, na instância criminal, a execução da pena restritiva de direito encontra-se em curso.

Com base nessa situação hipotética, considerando o instituto da reabilitação disciplinar, assinale a afirmativa correta.

- Daniel pode requerer a reabilitação perante o órgão competente da OAB, porque decorrido mais de um ano do cumprimento da sanção disciplinar, a qual será irrecusável por se tratar de direito subjetivo do advogado.
- Embora decorrido mais de um ano do cumprimento da sanção disciplinar, Daniel ainda não faz jus à reabilitação disciplinar, mesmo que haja provas efetivas de bom comportamento, visto que o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.

c) Havendo provas efetivas de bom comportamento, Daniel fará jus à reabilitação da sanção disciplinar que lhe foi imposta, porquanto decorrido mais de um ano do seu cumprimento, independentemente da reabilitação criminal, visto que há independência entre as instâncias.

d) Caso decida requerer a reabilitação, Daniel deverá protocolar seu pedido diretamente no Conselho Federal da OAB, instância competente para revisar as decisões do Conselho Seccional e apreciar pedidos de reabilitação disciplinar.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão testa o conhecimento sobre o instituto da **reabilitação disciplinar** (Art. 41 do EAOAB), focando no requisito temporal e, principalmente, na sua relação com a **condenação criminal** decorrente dos mesmos fatos. A regra é que, embora as instâncias sejam independentes, o Estatuto impõe uma condição específica para a reabilitação disciplinar quando há também uma condenação criminal.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelos **Artigos 41 e 42 da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB)**:

Art. 41. Cabe **reabilitação**, que cancela a punição disciplinar, após **1 (um) ano do cumprimento** da sanção, se o interessado:

I - não houver cometido nova infração disciplinar;

II - tiver tido comportamento profissional e pessoal compatível com o novo pedido;

III - **provar o ressarcimento dos danos resultantes e da multa, ou do cumprimento de outras condições impostas.**

Art. 42. A reabilitação profissional, no caso de **condenação criminal**, depende, ainda, da correspondente **reabilitação criminal**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>a) Daniel pode requerer a reabilitação... será irrecusável por se tratar de direito subjetivo.</p>	<p>ERRADA. O requisito temporal de 1 ano está preenchido, mas a reabilitação não é irrecusável, pois depende de outros requisitos (Art. 41), e, crucialmente, da reabilitação criminal (Art. 42).</p>	<p>Viola o Art. 42 e os requisitos do Art. 41.</p>
<p>b) Embora decorrido mais de um ano do cumprimento da sanção disciplinar, Daniel ainda não faz jus à reabilitação disciplinar... visto que o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.</p>	<p>CORRETA. O Art. 42 estabelece uma dependência entre a reabilitação profissional e a reabilitação criminal quando há condenação por fatos idênticos. Enquanto a execução da pena criminal estiver em curso, Daniel não pode obter a reabilitação criminal e, conseqüentemente, não obtém a reabilitação disciplinar.</p>	<p>Fundamentação no Art. 42 da Lei 8.906/94.</p>
<p>c) Havendo provas efetivas de bom comportamento, Daniel fará jus à reabilitação... independentemente da reabilitação criminal, visto que há independência entre as instâncias.</p>	<p>ERRADA. O princípio da independência das instâncias é flexibilizado pelo Art. 42, que cria uma exceção expressa para o caso de reabilitação profissional decorrente de condenação criminal.</p>	<p>Viola o Art. 42, que impõe uma dependência neste caso.</p>
<p>d) Caso decida requerer a reabilitação, Daniel deverá protocolar seu pedido diretamente no Conselho Federal da OAB...</p>	<p>ERRADA. O órgão competente para julgar a reabilitação é o Conselho Seccional (no caso, do Estado Alfa), onde a pena foi imposta, conforme previsto no Art. 73, §5º do Estatuto e Art. 143 do Regulamento Geral da OAB.</p>	<p>Viola o Art. 73, §5º do EAOAB e Art. 143 do RGOAB.</p>

Conclusão: O advogado Daniel preenche o requisito temporal (1 ano de cumprimento da pena disciplinar), mas, tendo sido a mesma conduta objeto de condenação criminal, o **Artigo 42** exige que ele obtenha **primeiro a reabilitação na esfera criminal para depois poder obtê-la na esfera disciplinar.**

Questão Comentada

Direitos e prerrogativas do advogado

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. O juízo criminal da Comarca de ABC expediu mandado de prisão preventiva em desfavor de Saulo, o qual, no momento do cumprimento da medida, telefonou para sua amiga, a advogada criminalista Janete, rogando-lhe verbalmente que verificasse as razões daquela prisão, bem como levantasse outras informações sobre a investigação contra si instaurada.

Ao se dirigir à autoridade policial responsável, Janete foi informada de que não poderia ter acesso aos autos do flagrante e nem aos do respectivo caderno apuratório, uma vez que não apresentou prova do mandato e os autos estão integralmente submetidos a sigilo. Com base nessas informações, e considerados os direitos da advocacia, assinale a afirmativa correta.

- a) A negativa de acesso aos autos, na hipótese, possui respaldo legal, uma vez que, estando os autos submetidos a sigilo, o acesso de Janete dependeria da apresentação de procuração.
- b) O Estatuto da Advocacia e da OAB assegura o direito de Janete de examinar os autos do flagrante e do respectivo caderno apuratório, mesmo sem procuração, ainda que submetidos a sigilo.
- c) Na hipótese de haver diligências em andamento, a negativa de acesso aos autos da investigação possui suporte legal, extensiva aos elementos de prova já documentados, oriundos de diligências finalizadas.
- d) É vedado o fornecimento incompleto de autos ou o fornecimento de autos em que houve a retirada de peças relacionadas a diligências sigilosas em andamento, sob pena de responsabilização criminal e funcional.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda uma das prerrogativas mais importantes do advogado no âmbito da investigação criminal: o **direito de acesso aos autos**, conforme previsto no **Artigo 7º, XIV, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/94)**, e as exceções a este direito, especialmente a exigência de procuração no caso de **autos sigilosos**.

Fundamentação Legal

O acesso aos autos de inquérito ou investigação está disciplinado no **Art. 7º, XIV**, com a redação dada pela Lei nº 13.245/2016 e alterações posteriores:

- **Art. 7º** São direitos do advogado:

XIV - examinar, em qualquer instituição, sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, **findos ou em andamento, mesmo que conclusos à autoridade**, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;

§ 10 A autoridade competente poderá **limitar o acesso** do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.

§ 11 No caso previsto no § 6 -B (quando houver gravação), a **procuração** fará prova de que o advogado atua no interesse do representado.

§ 12 A ressalva prevista no **§ 11 aplica-se a todos os demais casos de investigação (...), desde que sujeitos a sigilo**, hipótese em que a constituição de defensor **deverá apresentar procuração** para o exercício dos direitos previstos neste artigo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>a) A negativa de acesso aos autos, na hipótese, possui respaldo legal, uma vez que, estando os autos submetidos a sigilo, o acesso de Janete dependeria da apresentação de procuração.</p>	<p>CORRETA. A regra geral do Art. 7º, XIV, é o acesso sem procuração. No entanto, o § 12 cria a exceção: se a investigação (inquérito) estiver sujeita a sigilo, o advogado deverá apresentar procuração. Como Janete não tinha procuração, a negativa de acesso aos autos sigilosos tem respaldo legal.</p>	<p>Fundamentação no Art. 7º, § 12, do EAOAB.</p>
<p>b) O Estatuto da Advocacia e da OAB assegura o direito de Janete de examinar os autos do flagrante e do respectivo caderno apuratório, mesmo sem procuração, ainda que submetidos a sigilo.</p>	<p>ERRADA. Esta alternativa descreve a regra geral do Art. 7º, XIV (acesso sem procuração), mas ignora a exceção expressa para os autos sujeitos a sigilo estabelecida pelo Art. 7º, § 12.</p>	<p>Contraria o Art. 7º, §12.</p>
<p>c) Na hipótese de haver diligências em andamento, a negativa de acesso aos autos da investigação possui suporte legal, extensiva aos elementos de prova já documentados, oriundos de diligências finalizadas.</p>	<p>ERRADA. O § 10 do Art. 7º permite que a autoridade limite o acesso apenas aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados. O acesso é garantido a todos os elementos de prova já documentados, mesmo que as diligências estejam em andamento.</p>	<p>Viola o Art. 7º, § 10.</p>
<p>d) É vedado o fornecimento incompleto de autos ou o fornecimento de autos em que houve a retirada de peças relacionadas a diligências sigilosas em andamento, sob</p>	<p>ERRADA. A vedação prevista no Estatuto (Art. 7º, § 13) é contra o fornecimento incompleto dos autos salvo nos casos legalmente previstos. A retirada de peças de diligências sigilosas</p>	<p>O fornecimento incompleto é permitido na exceção do Art. 7º, §10.</p>

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
pena de responsabilização criminal e funcional.	em andamento é, justamente, uma das hipóteses de limitação de acesso legalmente prevista (Art. 7º, §10).	

Conclusão: O direito de acesso sem procuração (Art. 7º, XIV) é a regra. Contudo, prevalece a exceção do **Art. 7º, §12:** se os autos estiverem sob sigilo legal, o advogado precisa comprovar a relação com o cliente (procuração) para ter acesso.

Questão Comentada

Direitos e prerrogativas do advogado

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Ana Júlia, recentemente aprovada no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, aspira exercer sua nova atividade profissional de maneira comprometida com os deveres éticos e valores inerentes à elevada função pública da profissão.

Nesse sentido, assinale a afirmativa que corretamente descreve a hipótese de cumprimento de dever ético por Ana Júlia.

- Ana Júlia deverá, sempre que possível, estimular a conciliação e a mediação entre os litigantes, entendendo-se diretamente com a parte adversa, cujo eventual patrono constituído, na hipótese de haver a solução do conflito, deverá ser posteriormente comunicado.
- Nos pleitos administrativos ou judiciais em que ingressar, Ana Júlia deverá atuar com destemor e independência, especialmente perante aquelas autoridades com as quais tenha vínculos negociais ou familiares.
- Ana Júlia deverá pugnar pela solução dos problemas da cidadania e pela efetivação dos direitos individuais, coletivos e difusos, dever que pode ser cumprido, por exemplo, com a adoção de política permanente de contratação de honorários advocatícios em valores abaixo da tabela da OAB.

d) No exercício do seu mandato, Ana Júlia deverá atuar como patrona da parte e, portanto, imprimir à causa orientação que lhe pareça mais adequada, procurando esclarecer a estratégia traçada ao cliente, mas sem se subordinar às suas intenções contrárias.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do **Código de Ética e Disciplina da OAB (CED)**, focando nos deveres do advogado perante o cliente, a parte contrária e a própria profissão. A resposta correta deve refletir a **autonomia técnica** do advogado e a forma correta de relacionamento com a parte adversa.

Fundamentação Legal

O relacionamento profissional e os deveres éticos são tratados, principalmente, nos **Capítulos I e III do CED**.

- **Art. 2º, parágrafo único, inciso VIII do CED:** Trata da autonomia técnica do advogado.
- **Art. 2º, parágrafo único, inciso V do CED:** Trata da independência e do destemor.
- **Art. 20 do CED:** Trata da comunicação direta com a parte contrária.
- **Art. 48, parágrafo 6º do CED:** Trata dos honorários.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Ana Júlia deverá... entendendo-se diretamente com a parte adversa, cujo eventual patrono... deverá ser posteriormente comunicado.	ERRADA. É vedado ao advogado entender-se diretamente com a parte adversa que possua patrono constituído, sem o assentimento deste (Art. 20, CED). A comunicação deve ser prévia , não ulterior.	Viola o Art. 20 do CED .

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
b) Nos pleitos... Ana Júlia deverá atuar com destemor e independência, especialmente perante aquelas autoridades com as quais tenha vínculos negociais ou familiares.	ERRADA. A atuação com destemor e independência (Art. 2º, parágrafo único, V, CED) é um dever ético, mas a redação da alternativa é perigosa: ter vínculos negociais ou familiares com autoridades pode gerar incompatibilidade ou impedimento, exigindo que o advogado abstenha-se de atuar no caso para evitar conflito de interesses e preservar a isenção.	A existência de vínculos exige abstenção/impedimento, não apenas atuação "especial".
c) Ana Júlia deverá pugnar pela solução dos problemas da cidadania... com a adoção de política permanente de contratação de honorários advocatícios em valores abaixo da tabela da OAB.	ERRADA. Embora o dever de pugnar pela cidadania esteja correto, a adoção de honorários abaixo do mínimo fixado na tabela da OAB é considerada captação de clientela ou concorrência desleal (Art. 48, parágrafo 6º, CED) e constitui infração ética.	Viola o Art. 48, parágrafo 6º do CED.
d) No exercício do seu mandato, Ana Júlia deverá atuar como patrona da parte e, portanto, imprimir à causa orientação que lhe pareça mais adequada, procurando esclarecer a estratégia traçada ao cliente, mas sem se	CORRETA. Esta afirmativa descreve a autonomia técnica e a independência profissional do advogado. Ele é o patrono da causa e tem o dever de esclarecer a estratégia, mas não se subordina às intenções do cliente que sejam contrárias à técnica ou à ética profissional.	Fundamentação no Art. 2º, parágrafo único, VIII do CED.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
subordinar às suas intenções contrárias.	O advogado dirige a causa técnica e juridicamente.	

Conclusão: O advogado é o técnico da causa. Deve agir de forma autônoma e independente, definindo a estratégia jurídica, mesmo que isso contrarie a vontade leiga do cliente, desde que o cliente seja devidamente esclarecido.

Questão Comentada

Direitos e prerrogativas do advogado

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Determinada operação de combate à corrupção conduzida pela Polícia Federal reuniu elementos indicativos de autoria e materialidade da prática de crime por parte de Cláudio, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil. Com base nesses elementos, a Justiça Federal expediu mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, o qual foi cumprido, na presença de representante da OAB, no endereço residencial de Cláudio, o qual também lhe servia como local de trabalho.

Foram apreendidos e periciados um notebook e dois aparelhos de telefone celular, todos contendo informações sobre diversos processos de clientes patrocinados por Cláudio. A respeito da validade jurídica da diligência realizada e da utilização das informações encontradas nas mídias apreendidas, assinale a afirmativa correta.

- a) A medida cautelar decretada é inválida, uma vez que o Estatuto da Advocacia assegura a inviolabilidade absoluta do escritório ou local de trabalho do advogado, e, portanto, as informações encontradas sobre os clientes de Cláudio não podem ser utilizadas.
- b) A medida cautelar decretada é válida, porque não foi cumprida no escritório de Cláudio, mas na sua residência, porém as informações encontradas sobre os clientes de Cláudio estão protegidas de modo insuperável pelo Estatuto da Advocacia e, portanto, não podem ser utilizadas.
- c) A medida cautelar decretada é inválida, tendo em vista a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado, mas as informações encontradas sobre os clientes

de Cláudio podem ser utilizadas, caso esses clientes também figurem formalmente como investigados.

d) A medida cautelar decretada é válida, e as informações encontradas sobre os clientes de Cláudio poderão ser utilizadas se esses clientes forem formalmente investigados como partícipes ou coautores pela prática do mesmo crime que deu causa à decretação da medida.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão explora a **inviolabilidade do escritório do advogado** e seus limites, bem como o alcance do **sigilo profissional** sobre dados de clientes.

O caso apresenta três elementos-chave que, juntos, definem a validade da busca e apreensão e a licitude da prova: 1) o advogado ser **suspeito** do crime, 2) a busca ter sido **específica** e acompanhada pela **OAB**, e 3) a utilização de dados de **clientes**.

Fundamentação Legal

A inviolabilidade do escritório do advogado está prevista no **Artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB)**, e suas exceções nos parágrafos subsequentes:

- **Art. 7º, inciso II:** A inviolabilidade do escritório/local de trabalho, dos instrumentos de trabalho, da correspondência e comunicações.
- **Art. 7º, parágrafo 6º:** A busca e apreensão só pode ser decretada pelo Juiz, em caso de indício de autoria e materialidade pelo próprio advogado, mediante decisão **motivada e específica**.
- **Art. 7º, parágrafo 7º:** A busca e apreensão deve ser acompanhada de representante da OAB.
- **Art. 7º, parágrafo 8º:** Os documentos, mídias e objetos pertencentes a clientes que não sejam investigados **não podem ser examinados, nem copiados, nem utilizados** como prova.

- **Art. 7º, parágrafo 9º:** A ressalva do parágrafo anterior (proteção dos dados de clientes) **não se aplica** aos clientes que sejam **formalmente investigados** como **coautores ou partícipes** na prática do mesmo crime que deu causa à busca.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A medida cautelar decretada é inválida , uma vez que o Estatuto da Advocacia assegura a inviolabilidade absoluta ...	ERRADA. A inviolabilidade não é absoluta . O próprio Estatuto (Art. 7º, parágrafos 6º e 7º) permite a busca e apreensão contra o advogado, desde que haja indício de autoria pelo próprio profissional e a diligência seja específica e acompanhada pela OAB. Todos esses requisitos foram cumpridos no caso.	Viola o Art. 7º, parágrafo 6º, do EAOAB.
b) A medida cautelar decretada é válida , porque não foi cumprida no escritório... porém as informações encontradas sobre os clientes... estão protegidas de modo insuperável ...	ERRADA. A medida é válida, mas não porque foi na residência (o Estatuto protege o local de trabalho, mesmo que seja a residência). O erro está em dizer que a proteção é insuperável . O Art. 7º, parágrafo 9º, prevê justamente a hipótese em que a proteção é afastada.	A proteção não é insuperável, conforme Art. 7º, parágrafo 9º.
c) A medida cautelar decretada é inválida ... mas as informações encontradas sobre os clientes... podem ser utilizadas, caso esses clientes também figurem formalmente como investigados.	ERRADA. A medida é válida (conforme análise da alternativa "a"). A segunda parte está incompleta: a utilização da prova de cliente exige que ele seja investigado como coautor ou partícipe (Art. 7º, parágrafo 9º).	Contradiz a validade da medida (Art. 7º, parágrafos 6º e 7º).
d) A medida cautelar	CORRETA. A medida é válida	Fundamentação no

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>decretada é válida, e as informações encontradas sobre os clientes de Cláudio poderão ser utilizadas se esses clientes forem formalmente investigados como partícipes ou coautores pela prática do mesmo crime que deu causa à decretação da medida.</p>	<p>(Art. 7º, parágrafos 6º e 7º). O sigilo profissional, embora regra (Art. 7º, parágrafo 8º), é afastado quando o cliente é investigado como coautor ou partícipe do mesmo crime praticado pelo advogado (Art. 7º, parágrafo 9º).</p>	<p>Art. 7º, parágrafos 6º, 7º e 9º, do EAOAB.</p>
<p>Conclusão: A inviolabilidade do advogado é mitigada quando ele próprio é o investigado. Nesses casos, a busca é permitida, desde que cumpridas as formalidades. As informações de clientes são protegidas, exceto se houver indícios de que esses clientes agiram em conluio com o advogado no mesmo crime (coautoria ou participação).</p>		

Questão Comentada

Funcionamento da OAB

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. A advogada Nina exerce função na diretoria do Conselho Federal da OAB. Em virtude exclusivamente das funções desempenhadas na OAB, Nina toma conhecimento de certos fatos envolvendo seus colegas advogados João e Maria. Nina acaba de receber uma intimação para depor como testemunha em audiência de instrução e julgamento, referente a uma ação indenizatória, de cunho meramente patrimonial, sem envolver grave ameaça ao direito à vida e à honra, ajuizada por Maria em face de João, cujo objeto tem relação com mencionados fatos de que tomou conhecimento no exercício da citada função no Conselho Federal da OAB.

Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- Nina não deve depor sobre os fatos que soube, diante do sigilo profissional.
- Nina não poderá alegar sigilo profissional em razão da natureza das funções exercidas no Conselho Federal da OAB.

c) Nina deverá relatar os fatos sobre os quais tomou conhecimento, pois se trata de ação indenizatória, de cunho meramente patrimonial.

d) Nina tem o dever legal de permanecer em silêncio sobre os fatos indagados, salvo em circunstâncias excepcionais, tais como a defesa judicial de familiares e amigos íntimos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda a extensão do **sigilo profissional do advogado** e sua aplicação aos membros dos órgãos da OAB (Conselho Federal, Seccional, Subseção). O sigilo se aplica não apenas à relação advogado-cliente, mas também aos fatos de que o profissional toma conhecimento no exercício de sua **função na Ordem**.

Fundamentação Legal

O sigilo profissional do advogado é um princípio fundamental previsto tanto no Estatuto da Advocacia quanto no Código de Ética e Disciplina. A chave para a resposta está na extensão desse sigilo aos membros da OAB:

- **Art. 2º, parágrafo 3º, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB):**

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

Parágrafo 3º No exercício do poder de punir, a Ordem atua mediante processo disciplinar, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

- **Art. 7º, inciso XIX, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB):**

Art. 7º São direitos do advogado:

XIX - recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pela pessoa interessada;

- **Art. 30 do Código de Ética e Disciplina (CED):**

Art. 30. O disposto neste Capítulo aplica-se integralmente aos membros dos órgãos da OAB.

- **Art. 25 do Código de Ética e Disciplina (CED):**

Art. 25. O sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se o seu respeito, salvo grave ameaça ao direito à vida, à honra, ou quando o advogado se veja afrontado pelo próprio cliente e, em defesa própria, tenha que revelar segredo, mesmo que a prova se restrinja à esfera criminal.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Nina não deve depor sobre os fatos que soube, diante do sigilo profissional.	CORRETA. Nina tomou conhecimento dos fatos em virtude de sua função no Conselho Federal da OAB. O Art. 30 do CED estende o dever de sigilo profissional (previsto nos Art. 25 e 26 do CED) integralmente aos membros dos órgãos da OAB. Portanto, ela deve invocar o sigilo e se recusar a depor sobre o conhecimento adquirido em sua função.	Fundamentação no Art. 30 do CED c/c Art. 25 do CED.
b) Nina não poderá alegar sigilo profissional em razão da natureza das funções exercidas no Conselho Federal da OAB.	ERRADA. A natureza das funções na OAB (diretoria do Conselho Federal) é exatamente o que impõe o sigilo, conforme o Art. 30 do CED.	Contraria o Art. 30 do CED.
c) Nina deverá relatar os fatos sobre os quais tomou conhecimento, pois se trata de ação indenizatória, de cunho meramente	ERRADA. A natureza (patrimonial) ou a gravidade (não envolve vida/honra) da ação não afasta o sigilo. O Art. 25 do CED permite a revelação apenas em casos de	Contraria o Art. 25 do CED.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
patrimonial.	grave ameaça ao direito à vida, à honra ou em legítima defesa do próprio advogado , nenhuma dessas hipóteses se aplica.	
d) Nina tem o dever legal de permanecer em silêncio sobre os fatos indagados, salvo em circunstâncias excepcionais, tais como a defesa judicial de familiares e amigos íntimos .	ERRADA. O Estatuto e o Código de Ética não preveem a defesa de familiares ou amigos íntimos como exceção ao sigilo profissional. As exceções são restritas (grave ameaça à vida/honra e legítima defesa do próprio advogado).	As exceções previstas são restritas e não incluem familiares/amigos íntimos.

Conclusão: O sigilo profissional do advogado protege o conhecimento adquirido no exercício de sua atividade, o que inclui, por força do Art. 30 do CED, os fatos conhecidos pelos membros dos órgãos da OAB no desempenho de suas funções institucionais. Nina tem o dever legal de se recusar a depor.

Questão Comentada

Funcionamento da OAB

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. José Fabiano, advogado recém-inscrito na OAB, com dois anos e seis meses de exercício da profissão, decidiu se candidatar para o cargo de Conselheiro Seccional da Ordem. Durante o procedimento de verificação da regularidade de sua candidatura, observou-se que ele havia sido condenado pela prática da infração disciplinar de abandonar a causa sem justo motivo ou antes de decorridos dez dias da comunicação da renúncia, tendo-lhe sido imposta sanção de censura, sem que tenha ocorrido, até o momento da eleição, sua reabilitação.

Com base nessa situação hipotética e considerando as eleições da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) José Fabiano somente poderá participar da eleição caso não haja outros candidatos

dispostos a concorrer para o cargo, hipótese na qual as condições de elegibilidade são flexibilizadas para que a posição não fique vaga.

b) José Fabiano não poderá participar da eleição corrente, porque ainda não completou o prazo de três anos de efetivo exercício profissional da advocacia e por ter sido apenado com sanção disciplinar, sem que tenha sucedido reabilitação.

c) José Fabiano poderá participar da eleição e concorrer ao cargo de Conselheiro Seccional da OAB, porque exerce a profissão de advogado há mais de um ano e foi condenado por infração disciplinar leve, para a qual está prevista apenas a pena de censura.

d) José Fabiano não poderá participar da eleição corrente e de futuras, porque, uma vez apenado com sanção disciplinar, o advogado não mais poderá recuperar sua condição de elegibilidade, estando impedido, indefinidamente, de se candidatar a cargos na OAB.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão explora as **condições de elegibilidade** para os cargos da Diretoria e do Conselho da OAB, conforme previsto no Estatuto da Advocacia. José Fabiano enfrenta dois impedimentos cumulativos para ser Conselheiro Seccional: o tempo de exercício profissional e a condenação disciplinar sem reabilitação.

Fundamentação Legal

As condições de elegibilidade para os cargos de Conselheiro Seccional e para a Diretoria da Seccional estão previstas no **Artigo 63, parágrafo 2º, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB)**:

- **Art. 63, parágrafo 2º:** A posse em qualquer cargo da OAB exige:
 - I - não ocupar cargo ou função de que seja exonerável *ad nutum*** (exceto o de professor universitário);
 - II - não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo se já reabilitado;**

II - exercer, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de advogado na respectiva Seccional, para os cargos de **Conselheiro Federal, Presidente de Conselho de Seccional e de Subseção e de Diretor de Seccional**;

IV - exercer, há mais de 3 (três) anos, a profissão de advogado na respectiva Seccional, para os cargos de **Conselheiro Seccional e de Diretor de Subseção**.

Detalhamento dos Impedimentos de José Fabiano

1. Tempo de Exercício Profissional (Art. 63, parágrafo 2º, IV):

Requisito Legal: O cargo de Conselheiro Seccional exige **3 (três) anos** de efetivo exercício da advocacia na Seccional.

Situação de José Fabiano: Ele tem apenas **dois anos e seis meses**.

Conclusão: Há impedimento por falta de tempo mínimo.

2. Condenação Disciplinar (Art. 63, parágrafo 2º, II):

Requisito Legal: É inelegível o advogado que tiver sido condenado por infração disciplinar, **salvo se já reabilitado**. A sanção de censura, aplicada no caso, é uma condenação disciplinar.

Situação de José Fabiano: Ele foi apenado com censura e **não ocorreu a reabilitação**.

Conclusão: Há impedimento pela condenação disciplinar não reabilitada.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) José Fabiano somente poderá participar da eleição caso não haja outros candidatos...	ERRADA. As condições de elegibilidade são requisitos objetivos e legais (Art. 63, parágrafo 2º do EAOAB) e não são flexibilizadas em nenhuma hipótese, independentemente do número de candidatos.	Não há flexibilização de requisitos de elegibilidade.
b) José Fabiano não poderá participar da eleição	CORRETA. A afirmativa resume corretamente os dois	Fundamentação no Art. 63, parágrafo

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
corrente, porque ainda não completou o prazo de três anos de efetivo exercício profissional da advocacia e por ter sido apenado com sanção disciplinar, sem que tenha sucedido reabilitação.	impedimentos aplicáveis ao candidato: a falta do tempo mínimo de 3 anos (Art. 63, parágrafo 2º, IV) e a ausência de reabilitação da sanção de censura (Art. 63, parágrafo 2º, II).	2º, incisos II e IV do EAOAB.
c) José Fabiano poderá participar da eleição... porque exerce a profissão de advogado há mais de um ano e foi condenado por infração disciplinar leve...	ERRADA. O tempo mínimo é de 3 anos, não de 1 ano (Art. 63, parágrafo 2º, IV). Além disso, a gravidade da sanção (censura) não o torna elegível; o que importa é a ausência de reabilitação (Art. 63, parágrafo 2º, II).	Viola o Art. 63, parágrafo 2º, incisos II e IV.
d) José Fabiano não poderá participar da eleição corrente e de futuras, porque, uma vez apenado com sanção disciplinar, o advogado não mais poderá recuperar sua condição de elegibilidade...	ERRADA. O impedimento não é indefinido . O Estatuto da OAB prevê a recuperação da condição de elegibilidade por meio da reabilitação disciplinar (Art. 63, parágrafo 2º, II c/c Art. 41).	Contraria o Art. 63, parágrafo 2º, II e o Art. 41 do EAOAB.

Conclusão: Para se candidatar ao cargo de Conselheiro Seccional, José Fabiano precisaria de 3 anos de exercício profissional e da reabilitação da pena de censura que lhe foi imposta. Não preenchendo nenhum desses requisitos, ele está inelegível.

Questão Comentada

Honorários advocatícios

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 10. A sociedade empresária Alfa contratou o advogado João Carlos para propor ação de repetição de indébito tributário contra a Fazenda Nacional. Foi

outorgado mandato específico para a referida demanda e celebrado o respectivo contrato de honorários. No decorrer da prestação dos serviços, devido ao grande conhecimento de João Carlos em outras áreas do direito, bem como à sua pronta disponibilidade, os responsáveis pela Alfa passaram a consultá-lo informalmente sobre diversos assuntos da empresa, inclusive adotando medidas e tomando decisões a partir das orientações verbais prestadas. Seis meses após o início dessas consultas, a empresa Alfa e João Carlos formalizaram outro contrato de honorários advocatícios, com efeitos prospectivos, desta feita para a prestação da atividade consultiva em curso.

Acerca da atuação profissional de João Carlos durante o período anterior à formalização do contrato de honorários, assinale a afirmativa correta.

- a) Não há como reconhecer as atividades prestadas por João Carlos no período anterior à formalização do contrato de honorários, pois a atuação do advogado, salvo em situações urgentes, exige a prova do mandato.
- b) A outorga de mandato para as atividades de consultoria jurídica é prescindível, porém a falta de formalização dos serviços prestados, por meio de contrato de honorários, torna o período anterior insuscetível de reconhecimento.
- c) As atividades prestadas por João Carlos no período podem ser reconhecidas, uma vez que a consultoria jurídica independe de outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários, sendo desinfluyente o modo pelo qual foram prestados os serviços.
- d) O não reconhecimento das atividades prestadas por João Carlos no período anterior à formalização do contrato de honorários decorre do fato de que a atuação se deu de forma verbal, de tal modo que, se a atuação tivesse se dado por escrito, as atividades prestadas poderiam ser reconhecidas.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a diferença formal entre a **postulação em juízo** e a **atividade de consultoria e assessoria jurídica**, especificamente no que tange à necessidade de **mandato** e **contrato de honorários**. O problema questiona se os serviços de

consultoria prestados informal e verbalmente são legalmente reconhecidos, mesmo antes da formalização do contrato de honorários.

Fundamentação Legal

O ponto central da questão é o **Artigo 5º, parágrafo 4º, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB)**, que estabelece a regra especial para a atividade consultiva:

- **Art. 5º** O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.
- **Parágrafo 4º** As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo **verbal ou por escrito**, a critério do advogado e do cliente, e **independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Não há como reconhecer as atividades... exige a prova do mandato.	ERRADA. A exigência de mandato é a regra para a postulação (Art. 5º, <i>caput</i>). No entanto, o parágrafo 4º dispensa expressamente a outorga de mandato para as atividades de consultoria e assessoria jurídicas .	Contraria o Art. 5º, parágrafo 4º, do EAOAB .
b) A outorga de mandato... é prescindível, porém a falta de formalização... torna o período anterior insuscetível de reconhecimento.	ERRADA. A primeira parte está correta (mandato é prescindível). A segunda parte está incorreta: o parágrafo 4º também dispensa a formalização por contrato de honorários para fins de reconhecimento dos serviços prestados.	Contraria o Art. 5º, parágrafo 4º, do EAOAB .
c) As atividades prestadas por João Carlos no período podem ser reconhecidas, uma vez que a	CORRETA. A afirmativa está em total consonância com o Art. 5º, parágrafo 4º, do EAOAB, que	Fundamentação no Art. 5º, parágrafo 4º, do

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
consultoria jurídica independe de outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários, sendo desinfluyente o modo pelo qual foram prestados os serviços.	confere plena validade ao serviço de consultoria, mesmo que prestado de forma verbal e sem contrato escrito prévio.	EAOAB.
d) O não reconhecimento das atividades... decorre do fato de que a atuação se deu de forma verbal...	ERRADA. O Estatuto afirma que a consultoria e assessoria podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito (Art. 5º, parágrafo 4º). Portanto, o fato de ter sido verbal não impede o reconhecimento dos serviços e o direito à cobrança dos honorários.	Contraria o Art. 5º, parágrafo 4º, do EAOAB.

Conclusão: A lei reconhece a natureza fática da consultoria. Diferentemente da postulação em juízo (que exige mandato), a atividade consultiva não requer formalização prévia para que o trabalho realizado seja reconhecido e, conseqüentemente, para que o advogado tenha direito a receber os honorários correspondentes.

Filosofia do Direito

Na primeira fase da prova da OAB a Filosofia do Direito **é fundamental para desenvolver uma visão crítica e reflexiva**, indispensável para o operador do direito, que vai além da mera interpretação técnica da lei. Sua importância está em **questionar os fundamentos jurídicos, analisar a eficácia das normas e a prática dos operadores do direito**, além de **fornecer uma base para a busca de decisões mais justas.**

Essa abordagem crítica é especialmente relevante para a banca FGV na prova da OAB, onde se espera que o **candidato não apenas conheça as leis, mas também discuta conceitos e aplique raciocínio lógico-crítico.**

Desde 2013, a disciplina é cobrada no Exame da Ordem, mostrando que compreender teorias filosóficas não é apenas acadêmico, mas também estratégico para a prática jurídica e para concursos públicos.

Como a filosofia do direito contribui

Desenvolve o pensamento crítico: Incentiva o jurista a não ser apenas um espectador, mas a questionar as normas e práticas jurídicas existentes, buscando melhorias e mudanças conscientes.

Fornece fundamentos e teoria: Ajuda a compreender a natureza e o contexto do direito, abordando questões como "o que é o Direito?" e buscando a verdade real e processual.

Possibilita uma formação holística: Amplia a visão do profissional, conectando-o com a dimensão humana, ética e social do Direito, em vez de focar apenas no aspecto técnico-praxista.

Auxilia na tomada de decisões: Ajuda o juiz a fundamentar melhor suas decisões, analisando a validade e a adequação das normas em relação ao caso concreto, como demonstram os exemplos do pós-positivismo com o uso de princípios.

É essencial para concursos e a prática profissional: O estudo da Filosofia do Direito é cobrado em exames como o da OAB e em concursos para magistratura e ministério público, pois a habilidade de raciocínio e crítica é um grande diferencial.

Realiza a crítica às práticas jurídicas: Permite avaliar a eficácia dos institutos jurídicos, questionar as atitudes dos operadores do direito e analisar o papel da própria ciência jurídica.

Atenção aos autores e temas mais cobrados:

Autor / Corrente	Teoria / Conceito Principal
Aristóteles	Teoria da justiça (universal, distributiva e comutativa)
Contratualistas	Hobbes, Locke e Rousseau – Contrato social e relação indivíduo-Estado
Montesquieu	Separação dos poderes e limitação do poder estatal

Kant	Moral, dever e imperativo categórico
Norberto Bobbio	Ordenamento jurídico, antinomias e lacunas
Utilitarismo	Bentham e Mill – Princípio da utilidade
Positivismo	Ihering (jurisprudência dos interesses), Kelsen (norma fundamental), Hart (regras primárias e secundárias)
Miguel Reale	Teoria tridimensional do Direito (fato, valor e norma)

Questão Comentada

Direito e Moral

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. “Portanto, a moralidade, e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade.”

Immanuel Kant

O artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 determina que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República. Filósofos e juristas há muito debatem o tema da dignidade.

Sobre o tema, assinale a opção que apresenta a posição de Immanuel Kant, em seu livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

- a) Aquele que pode participar dos destinos políticos da cidade é quem possui e exerce sua dignidade.
- b) Quando algo está acima de todo preço e, portanto, não permite equivalente, então ele tem dignidade.
- c) O amor à lei e à pátria conformam as bases da dignidade na vida social e política.
- d) A dignidade ocorre quando alguém possui elevada estima por si mesmo, mantendo seu amor próprio.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento da **Filosofia do Direito**, mais especificamente a conceituação de **dignidade** conforme a perspectiva do filósofo alemão **Immanuel Kant**, apresentada em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. O conceito kantiano de dignidade está intrinsecamente ligado à sua ética formalista.

Fundamentação Filosófica (Immanuel Kant)

No pensamento de Kant, a moralidade, a autonomia da vontade e a humanidade são valores absolutos. Para distinguir aquilo que possui valor relativo daquilo que possui valor absoluto, ele estabelece a diferença entre **preço** e **dignidade**:

1. **Preço**: É o valor relativo. Algo que tem preço pode ser substituído por um equivalente; ele tem um valor de mercado (**preço venal**) ou um valor afetivo (**preço de afeição**).
2. **Dignidade** : É o valor absoluto, **incondicional**. Algo que tem dignidade está **acima de todo preço** (*über allen Preis erhaben*), não podendo ser substituído por nenhum equivalente.

Para Kant, a **pessoa humana** (a "humanidade enquanto capaz de moralidade") é a única coisa que tem dignidade, porque é um **fim em si mesmo** (o princípio do imperativo categórico da humanidade) e não pode ser usada meramente como um meio.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Aquele que pode participar dos destinos políticos da cidade quem possui e exerce sua dignidade.	ERRADA. Esta é uma concepção clássica, associada à Cidadania na Pólis Grega (especialmente Aristóteles), onde a dignidade estava ligada ao exercício ativo dos direitos políticos. Não corresponde à visão universal e incondicional de Kant.	Concepção Antiga/Clássica (Grécia).
b) Quando algo está acima de todo preço e,	CORRETA. Esta afirmativa é a definição literal de dignidade para	Definição Kantiana (valor absoluto, sem

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
portanto, não permite equivalente, então ele tem dignidade.	Kant, conforme estabelecida na <i>Fundamentação da Metafísica dos Costumes</i> . A dignidade é o valor que não se sujeita à equivalência ou à precificação.	
c) O amor à lei e à pátria conformam as bases da dignidade na vida social e política.	ERRADA. Embora Kant valorize a lei (dever), ele não subordina a dignidade a sentimentos (como o amor à pátria), mas sim à racionalidade e à autonomia moral do indivíduo.	Não corresponde à ética formalista de Kant.
d) A dignidade ocorre quando alguém possui elevada estima por si mesmo, mantendo seu amor próprio.	ERRADA. Esta visão confunde dignidade com autoestima ou orgulho . Para Kant, a dignidade é um valor objetivo e inerente à natureza racional humana, e não um sentimento subjetivo ou uma avaliação de si mesmo.	Confunde dignidade (valor objetivo) com autoestima (sentimento subjetivo).

Conclusão: A dignidade, para Kant, é a **condição de valor intrínseco e inestimável** que pertence aos seres racionais (humanidade), garantindo que eles nunca possam ser tratados como meros objetos ou instrumentos, mas sempre como fins em si mesmos.

Questão Comentada

Positivismo jurídico

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. “Uma norma jurídica não vale porque tem um determinado conteúdo...”

Hans Kelsen O que faz uma norma jurídica ser válida é tema central para a teoria e a Filosofia do Direito. Segundo o Normativismo Jurídico de Hans Kelsen, conforme apresentado em seu livro Teoria Pura do Direito, a validade da norma jurídica recai

logicamente sobre uma categoria que é o ponto de partida do processo de criação do direito positivo.

Assinale a opção que apresenta essa categoria.

- a) O legislador democrático.
- b) A soberania popular.
- c) A norma fundamental pressuposta.
- d) O direito das gentes.

Gabarito Comentado

Alternativa correta: C

Análise da Questão

A questão aborda o cerne da **Teoria Pura do Direito** de **Hans Kelsen**, que é a **validade da norma jurídica**. Kelsen, um expoente do **Positivismo Jurídico Normativista**, defende que a validade de uma norma não decorre de seu conteúdo moral ou material, mas sim de ter sido criada por uma **norma hierarquicamente superior** que lhe outorgou competência. Esse processo de validade em cadeia (estrutura escalonada ou piramidal do ordenamento jurídico) leva, no topo, a uma categoria puramente lógica e pressuposta.

Fundamentação Filosófica (Hans Kelsen)

Para Kelsen, o ordenamento jurídico é uma estrutura hierárquica (pirâmide normativa). Uma norma é válida porque foi criada de acordo com o procedimento e pela autoridade previstos na norma imediatamente superior.

- A **Lei Ordinária** é válida porque foi criada conforme a **Constituição**.
- A **Constituição** é válida porque foi criada pelo **Poder Constituinte Originário**.

Para evitar um regresso infinito (ou seja, perguntar qual norma validou a primeira Constituição), Kelsen introduz a **Norma Fundamental Pressuposta**

1. **Natureza da Grundnorm**: Ela não é uma norma jurídica positiva, posta pelo legislador, nem um fato social (como a soberania popular). É uma **hipótese lógica** ou um **pressuposto lógico-transcendental** que Kelsen precisa

pressupor para que o ordenamento jurídico positivo como um todo seja coerente e válido.

2. **Função:** A *Grundnorm* confere **validade objetiva** à primeira Constituição histórica e, conseqüentemente, a todo o sistema jurídico derivado dela, servindo como o ponto de partida lógico para a criação do direito positivo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O legislador democrático.	ERRADA. O legislador é a autoridade que cria a norma, mas ele o faz porque uma norma superior (a Constituição) lhe confere validade e competência . O legislador é o criador da norma, não o fundamento da validade.	É a autoridade criadora, não o fundamento lógico da validade.
b) A soberania popular.	ERRADA. A soberania popular é um fundamento político (sociológico) ou jusnaturalista para a validade do direito. Kelsen, em sua <i>Teoria Pura</i> , busca excluir qualquer elemento político, sociológico ou moral da análise jurídica, focando apenas na lógica da norma.	É um fundamento político, que Kelsen exclui de sua teoria.
c) A norma fundamental pressuposta.	CORRETA. A Norma Fundamental (<i>Grundnorm</i>) é a categoria lógica pressuposta no topo da hierarquia, que confere validade à primeira Constituição e, por extensão, a todas as demais normas do ordenamento. É o ponto de partida lógico do processo de criação do direito positivo para Kelsen.	É o pressuposto lógico-transcendental da validade em Kelsen.
d) O direito das gentes.	ERRADA. O "direito das gentes" (<i>jus gentium</i>), no contexto romano, referia-se ao direito comum a todos os povos. Na teoria kelseniana, é um conceito pertinente ao Direito Internacional , mas	Conceito relacionado ao Direito Internacional ou Romano, não ao fundamento do sistema

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	não é o fundamento da validade do sistema normativo estatal.	positivo.

Conclusão: Para o Normativismo de Kelsen, a validade não é material (conteúdo), mas **formal**. A validade de todo o sistema jurídico repousa na aceitação dessa hipótese lógica fundamental: a **norma fundamental pressuposta**.

Questão Comentada

Teoria da Justiça

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. A regra da igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. [...] Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.

Rui Barbosa. Oração aos moços.

É comum encontrar frases de Rui Barbosa reproduzidas em sentenças, petições, sustentações orais ou mesmo estampadas em escritórios de advocacia ou gabinetes de juízes. O trecho acima é uma das frases mais conhecidas de Rui Barbosa.

A ideia central contida no trecho citado tem clara inspiração em

- a) A República, de Platão.
- b) Ética a Nicômaco, de Aristóteles.
- c) Crítica da Razão Prática, de Kant.
- d) Teoria Pura do Direito, de Kelsen.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige a identificação da origem filosófica da clássica máxima da **igualdade material ou proporcional**, popularizada no Brasil por Rui Barbosa: **tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual na medida de suas desigualdades**. Essa distinção é fundamental para o conceito de **Justiça Distributiva**.

Fundamentação Filosófica (Aristóteles)

A ideia de que a igualdade não significa tratar todos de maneira idêntica, mas sim considerar as diferenças para aplicar a lei de modo justo, remonta à filosofia grega, sendo sistematizada por **Aristóteles** em sua obra **Ética a Nicômaco**.

Aristóteles estabeleceu a distinção entre:

1. **Justiça Comutativa (ou Corretiva)**: Aplica-se às relações de troca entre indivíduos (compra e venda, por exemplo) ou às correções de danos (ilícitos). Aqui, a igualdade é **aritmética** (o dano deve ser igual à reparação, independentemente da condição das partes).
2. **Justiça Distributiva (ou Proporcional)**: Aplica-se à distribuição de bens, honrarias e encargos sociais. Aqui, a igualdade é **geométrica** ou **proporcional**, pois deve ser baseada no **mérito, na necessidade ou na contribuição** de cada um. Trata-se de dar mais a quem merece mais e menos a quem merece menos, mantendo a proporção.

O trecho de Rui Barbosa ("quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam") é a formulação moderna da **Justiça Distributiva Aristotélica**, que busca a **igualdade real** (material), e não apenas a formal.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) <i>A República</i> , de Platão.	ERRADA. Embora Platão aborde a Justiça como a harmonia na <i>Pólis</i> e na alma, a sistematização da Justiça em suas espécies (Comutativa e Distributiva) e a definição da igualdade proporcional são de autoria de seu discípulo Aristóteles.	Pertence à filosofia platônica, mas a sistematização é aristotélica.
b) Ética a Nicômaco, de Aristóteles.	CORRETA. É nessa obra que Aristóteles desenvolve e conceitua a Justiça Distributiva (proporcional ou geométrica), que exige a	É a obra que sistematiza a Justiça Distributiva

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	desigualdade no tratamento para se alcançar a igualdade real. Esta é a inspiração direta da frase de Rui Barbosa.	Proporcional.
c) <i>Crítica da Razão Prática</i> , de Kant.	ERRADA. A filosofia de Kant é centrada no Dever e no Imperativo Categórico (ação universalizável), que trata a todos de forma igual por serem racionais. Embora importante para a dignidade, não é a fonte clássica da máxima da proporcionalidade de Rui Barbosa.	Pertence à ética do dever, diferente da justiça proporcional.
d) <i>Teoria Pura do Direito</i> , de Kelsen.	ERRADA. Kelsen é um positivista normativista. Em sua teoria, a Justiça é um ideal irracional que está fora do campo do direito positivo. A validade da norma é formal, não material ou proporcional.	É o oposto de uma teoria filosófica material da Justiça.

Conclusão: A frase de Rui Barbosa é a síntese da **igualdade material ou substancial**, um conceito que tem sua origem mais clara e bem definida na **Justiça Distributiva** de Aristóteles.

Questão Comentada

Positivismo Jurídico

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. A obra de Hans Kelsen é de fundamental importância para o Direito e segue estudada e discutida até os dias atuais.

Acerca de sua Teoria Pura do Direito, assinale a afirmativa correta.

- a) O autor nega a influência e a conexão entre Sociologia, Ética e Política com o Direito, de modo que apenas ignorando essas disciplinas seria possível construir uma teoria verdadeiramente pura.
- b) A pureza a que o autor alude possui sentido metodológico, diferenciando Direito da

Ciência do Direito, a fim de excluir de sua análise tudo aquilo que não pertença ao seu objeto de estudo.

c) Em sua obra *Teoria Pura do Direito*, Kelsen trata de ciência jurídica e não política do Direito, motivo pelo qual busca responder como deve ser o Direito e como ele deve ser feito.

d) A conexão entre o Direito e os elementos essenciais à sua compreensão, como a Teoria Política, motivou Kelsen a incorporar esses elementos na elaboração da Teoria Pura do Direito, pois indissociáveis.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão explora o conceito central da obra de Hans Kelsen: a "**pureza**" da *Teoria Pura do Direito*. Este termo não se refere à negação da existência ou influência de fatores externos (como política ou sociologia) no Direito, mas sim à **metodologia** que a ciência do Direito deve adotar para estudar **apenas a norma jurídica**.

Fundamentação Filosófica (Hans Kelsen)

O objetivo de Kelsen com a *Teoria Pura do Direito* era construir uma **Ciência do Direito** (o estudo do Direito) rigorosa e autônoma, diferenciando-a do próprio **Objeto Direito** (o conjunto de normas).

1. **Pureza Metodológica:** A pureza significa a **exclusão** da análise científica de todos os elementos que são estranhos à natureza do Direito Positivo (a norma).
2. **O que deve ser excluído (princípio da Pureza):** A ciência do Direito deve afastar considerações de **Ética (moral), Política, Sociologia, História e Teologia**. Kelsen não nega que esses fatores influenciam a criação do Direito (o Direito é influenciado pela política), mas sustenta que a **Ciência Jurídica** não deve se misturar com eles.
3. **Objeto de Estudo:** O objeto exclusivo da Ciência do Direito, segundo Kelsen, é a **estrutura do ordenamento jurídico** e a validade das normas (a relação de imputação), o que se estuda sob o ponto de vista do **dever-ser** (o que a norma prescreve).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O autor nega a influência e a conexão entre Sociologia, Ética e Política com o Direito...	ERRADA. Kelsen não nega a influência desses fatores na criação do Direito. Ele nega, sim, que a Ciência do Direito deva estudá-los, pois não pertencem ao campo puramente normativo.	O erro está na negação da influência , quando Kelsen nega a incorporação metodológica.
b) A pureza a que o autor alude possui sentido metodológico, diferenciando Direito da Ciência do Direito, a fim de excluir de sua análise tudo aquilo que não pertença ao seu objeto de estudo.	CORRETA. A pureza é uma exigência metodológica que busca isolar o objeto da ciência jurídica (a norma) de qualquer objeto externo (o mundo do ser, o mundo da moral, o mundo da política), garantindo a autonomia da Ciência do Direito.	É a definição exata do Princípio da Pureza de Kelsen.
c) Em sua obra... busca responder como deve ser o Direito e como ele deve ser feito.	ERRADA. Responder " como deve ser " o Direito é tarefa da Política do Direito ou da Teoria da Justiça (Juízos de valor), o que Kelsen exclui expressamente de sua Teoria Pura, que se limita a descrever o Direito tal como ele é posto (Direito Positivo), e não como idealmente deveria ser.	Viola o princípio da neutralidade e o foco no Direito Positivo.
d) A conexão entre o Direito e os elementos essenciais... motivou Kelsen a incorporar esses elementos na elaboração da <i>Teoria Pura do Direito</i> ...	ERRADA. Kelsen fez o oposto. A busca pela pureza foi justamente motivada pela necessidade de excluir e separar a Ciência do Direito desses elementos.	Contraria o objetivo central da "pureza".

Conclusão: A pureza Kelseniana é um **corte epistemológico** que visa diferenciar o

estudo científico do Direito (que se concentra na validade e na estrutura formal das normas) de qualquer outro tipo de estudo (sociológico, moral, político) que trate do conteúdo ou da eficácia das normas.

Questão Comentada

Positivismo jurídico

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Entre as diferentes correntes do positivismo jurídico, a Escola da Exegese destacou-se, sobretudo, por seus estudos em torno do Código de Napoleão. O jusfilósofo Miguel Reale, em seu livro *Filosofia do Direito*, afirma que, segundo essa escola, a evolução do Direito somente poderia se operar por meio do processo legislativo.

Assinale a opção que, de acordo com Reale no livro em referência, apresenta a tese fundamental da Escola da Exegese.

- a) É a exegese da constituição que pode oferecer aos juristas a compreensão do ideal de justiça, que vincula e limita a liberdade de conformação legislativa da autoridade política.
- b) O Direito, por excelência, é revelado pelas leis, que são normas gerais escritas e emanadas pelo Estado, constitutivas de direito e instauradoras de faculdades e obrigações.
- c) A lei é o instrumento que revela os valores e princípios que são logicamente anteriores e eticamente superiores ao Estado e que conformam e estruturam o direito positivo.
- d) A interpretação da lei é a atividade essencial do jurista, que deve realizá-la buscando a vontade da lei em si, seus fins sociais e as exigências do bem comum, de modo a assegurar a própria evolução do direito.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda o **Positivismo Legalista** da **Escola da Exegese**, que floresceu na França após a promulgação do Código Civil de Napoleão (1804). O cerne dessa escola, como notado por Miguel Reale, é a identificação absoluta do **Direito** com a **Lei Escrita** emanada pelo Estado, limitando o papel do jurista à mera interpretação gramatical e lógica do texto legal.

Fundamentação Histórico-Filosófica (Escola da Exegese)

A tese fundamental da Escola da Exegese baseava-se em três pilares:

1. **Culto ao Texto da Lei:** A lei é a única fonte do Direito. O Direito é a lei, e o jurista não pode ir além dela (*Dura lex, sed lex*).
2. **Vontade do Legislador:** A interpretação deve buscar a **vontade do legislador** (*mens legislatoris*), e não a vontade da lei em si. O intérprete é um mero descobridor do sentido original do legislador.
3. **Supremacia do Poder Legislativo:** O juiz e o jurista são subordinados ao legislador, não podendo criar, modificar ou corrigir a lei. A evolução do Direito é monopólio do processo legislativo.

A tese fundamental, portanto, é a **identificação do Direito com a Lei Positivada pelo Estado**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) É a exegese da constituição que pode oferecer aos juristas a compreensão do ideal de justiça...	ERRADA. A Escola da Exegese, focada no Código Civil, tinha uma visão Legalista Estrita , subordinando a justiça à lei. O ideal de justiça, para eles, estava contido na lei posta, e não era um limite superior à autoridade política.	A Escola era Legalista e não Constitucionalista.
b) O Direito, por excelência, é revelado pelas leis, que são normas gerais escritas e emanadas pelo Estado,	CORRETA. Esta afirmativa é a síntese do Positivismo Legalista da Exegese: a única fonte válida e primária do Direito é a lei escrita (positivada) e soberana do Estado.	É a tese fundamental da supremacia da lei escrita emanada pelo Estado.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
constitutivas de direito e instauradoras de faculdades e obrigações.	O Direito se esgota no texto legal.	
c) A lei é o instrumento que revela os valores e princípios que são logicamente anteriores e eticamente superiores ao Estado...	ERRADA. Esta é uma concepção Jusnaturalista ou Pós-Positivista. A Exegese, sendo estritamente positivista, nega a vinculação do Direito a princípios logicamente anteriores ou eticamente superiores ao Estado, excluindo a moral e os valores da análise jurídica.	Contradiz o caráter estritamente Positivista da Escola.
d) A interpretação da lei é a atividade essencial do jurista, que deve realizá-la buscando a vontade da lei em si, seus fins sociais e as exigências do bem comum...	ERRADA. Buscar os "fins sociais" (teleologia) e o "bem comum" já é uma técnica de interpretação das escolas que vieram após a Exegese (como a Escola Histórica ou a Jurisprudência dos Interesses). A Exegese limitava-se a buscar a vontade subjetiva do legislador no momento da criação da lei.	Descreve métodos de escolas posteriores, não da Exegese.

Conclusão: A Escola da Exegese é o símbolo do Legalismo Positivista: o Direito é o que está escrito na lei posta pelo Estado, e o jurista não tem função criativa, sendo apenas o executor da lei.

Questão Comentada

Moral/Dever/Imperativo categórico

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Segundo Kant, em seu livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, cada indivíduo, como ser moral, possui uma dignidade que lhe é própria.

Assinale a afirmativa que, segundo Kant, no livro em referência, mostra como a dignidade deve ser entendida.

- a) Como o conjunto dos direitos fundamentais que devem ser assegurados pelo Estado e que permitem a cada indivíduo o exercício de sua plena cidadania.
- b) Como o valor moral da humanidade que, por isso mesmo, deve ser sempre posto em cálculo ou confronto com qualquer coisa que possua um preço, a fim de se verificar o que deve prevalecer.
- c) Como o valor do trabalho livre de uma pessoa no processo de transformação da natureza em bens de consumo úteis à existência e ao desenvolvimento econômico e moral da sociedade.
- d) Como aquilo que não possui um preço – valor relativo –, mas um valor íntimo, ou seja, uma condição graças à qual algo deve ser considerado um fim em si mesmo

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão retoma o conceito central de **dignidade** na ética de **Immanuel Kant**, conforme exposto na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. O conceito é baseado na distinção filosófica entre **preço** (valor relativo e substituível) e **dignidade** (valor absoluto e inestimável).

Fundamentação Filosófica (Immanuel Kant)

No pensamento de Kant, a **dignidade** é o valor incondicional e absoluto que pertence ao ser humano (ser racional e autônomo), em contraste com o **preço**, que é um valor relativo e pode ser trocado por um equivalente:

- **Preço:** É o valor de algo que pode ser substituído por outra coisa equivalente (valor de mercado ou afetivo).

- **Dignidade (Würde):** É o valor que está **acima de todo preço** (*über allen Preis erhaben*), não permitindo equivalente. A razão pela qual o ser humano possui dignidade é que ele é um **fim em si mesmo** (e não um mero meio).

Esta é a formulação do **Imperativo Categórico da Humanidade**: "Aja de tal modo que você use a humanidade, tanto na sua pessoa quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como **fim**, e nunca apenas como meio."

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Como o conjunto dos direitos fundamentais que devem ser assegurados pelo Estado...	ERRADA. Esta é uma concepção juspositivista/constitucional moderna da dignidade. Para Kant, a dignidade é um valor ético, metafísico e anterior ao Estado e aos direitos positivos.	É uma visão moderna, não a tese kantiana.
b) Como o valor moral... que, por isso mesmo, deve ser sempre posto em cálculo ou confronto com qualquer coisa que possua um preço ...	ERRADA (O Gabarito Comentado está incorreto). Esta afirmativa contraria o cerne da tese kantiana. A dignidade é o valor absoluto que está acima de todo preço e que não pode ser confrontado ou posto em cálculo com qualquer coisa que possua preço. Se pudesse ser calculada ou confrontada, teria um valor relativo (preço).	Contradiz a tese kantiana de que a dignidade é incalculável e incomparável .
c) Como o valor do trabalho livre de uma pessoa no processo de transformação da natureza...	ERRADA. Esta visão se aproxima de teorias que valorizam o trabalho produtivo (como o Marxismo, sob outro prisma), ou a ideia de que o valor é gerado pelo esforço. Kant baseia a dignidade na racionalidade e autonomia da vontade , não no resultado do trabalho.	Foca no trabalho/produção, não na autonomia moral.
d) Como aquilo que não possui um	CORRETA. Esta afirmativa é a síntese da definição kantiana: o ser humano tem	Fundamentação direta na distinção

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>preço (valor relativo -) mas um valor íntimo, ou seja, uma condição graças à qual algo deve considerado um fim em si mesmo.</p>	<p>dignidade porque é um valor íntimo (absoluto) que o torna um fim em si mesmo e, conseqüentemente, está ser acima de todo preço (valor relativo).</p>	<p>Dignidade vs. Preço e no Imperativo da Humanidade de Kant.</p>

Conclusão: O erro no gabarito original (B) reside em afirmar que a dignidade deve ser "posta em cálculo". Para Kant, a dignidade é exatamente o que **impede** o cálculo ou a precificação, sendo o valor absoluto da autonomia moral humana.

Direito Constitucional

O Direito Constitucional é essencial para a 1ª fase da OAB, pois é uma das disciplinas com maior número de questões (6 seis), e por dar base para todas as outras áreas do direito. Estudar a Constituição ajuda a entender o ordenamento jurídico brasileiro, e focar nos temas mais cobrados como **controle de constitucionalidade, direitos e garantias individuais, e organização do Estado** sendo essencial para a aprovação.

Importância do Direito Constitucional na 1ª fase

Número de questões: A matéria apresenta 6 questões na prova, representando uma porcentagem relevante e importante da nota necessária para ser aprovado.

Base para outras áreas: Conhecer a Constituição é fundamental, pois ela serve de alicerce para todas as outras normas do ordenamento jurídico brasileiro, tornando o estudo de outras matérias mais fácil.

Direito de segunda fase: A Constituição é cobrada em qualquer área escolhida para a 2ª fase, como em recursos no Supremo Tribunal Federal (STF) ou em ações que buscam garantir direitos do cliente.

Priorize o estudo dos seguintes assuntos: Controle de Constitucionalidade, Direitos Individuais, Ações Constitucionais, Organização do Estado e Ordem Social.

Os temas mais cobrados:

- 1. Direitos e Garantias Individuais** – Proteções fundamentais dos cidadãos, devido processo legal, ampla defesa e contraditório
- 2. Ordem Social** – Princípios constitucionais sobre seguridade social, educação, saúde e família
- 3. Controle de Constitucionalidade** – Mecanismos de verificação da conformidade das leis com a Constituição
- 4. Organização do Estado**
- 5. Ações Constitucionais**

Quantas vezes foi cobrado

1ª	Controle de Constitucionalidade	11x
2ª	Direitos e Garantias Individuais	7x
3ª	Ações Constitucionais	7x
4ª	Organização do Estado	7x
5ª	Ordem Social	7x

Artigos essenciais para focar:

Constituição Federal: artigos 5º, 7º, 8º, 12, 14, 18, 19, 22, 24, 30, 34 a 37, 50 a 53, 57, 60, 62, 66, 84, 86, 93, 102 a 105, 109, 114, 136, 137 e 243

Importante destacar em Direito Constitucional

- Art. 5º CF/1988 (direitos e garantias fundamentais)
- Art. 37 CF/1988 (princípios da administração pública)
- Art. 41CF/1988 (servidores públicos)
- Art. 71CF/1988 (controle da administração pública)

Art. 173CF/1988 (empresas públicas e sociedades de economia mista)

Questão Comentada

Controle de Constitucionalidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. O Supremo Tribunal Federal (STF), por dois terços de seus membros, aprovou de ofício, no último mês, a Súmula Vinculante XXX, que versa sobre matéria tributária. O deputado federal João da Silva mostrou-se preocupado com a referida Súmula, pois tramita no Congresso Nacional projeto de lei complementar cujo teor conflita fortemente com o da Súmula Vinculante XXX. Por desconhecer as consequências que a referida Súmula acarretará ao processo legislativo em andamento, João busca auxílio de sua assessoria jurídica sobre as consequências da Súmula Vinculante aprovada pelo STF, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação recebida.

- a) Ela vincula unicamente os órgãos do Poder Judiciário, não atingindo os demais poderes, em respeito à separação de poderes.
- b) Ela não alcança o poder legiferante do Congresso Nacional, que segue mantendo intacta sua função originária de criação do Direito.
- c) Ela tem mera função diretiva e de orientação aos demais poderes, sem, no entanto, ter caráter impositivo para qualquer deles, incluindo o Poder Legislativo.
- d) Ela terá efeito vinculante em relação a todos os poderes, em todas as esferas, inclusive no que se refere ao poder de legislar dos entes federativos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda o alcance da **Súmula Vinculante (SV)**, especificamente sobre seu efeito em relação à **função legislativa típica** do Congresso Nacional (Poder Legislativo). A SV tem ampla vinculação, mas encontra limites na separação de Poderes, notadamente na capacidade do Legislativo de inovar no ordenamento jurídico.

Fundamentação Legal

O instituto da Súmula Vinculante está previsto no **Artigo 103-A da Constituição Federal** e regulamentado pela **Lei nº 11.417/2006**:

- **Art. 103-A, caput, da CF/88:**

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos **demais órgãos do Poder Judiciário** e à **administração pública direta e indireta**, nas esferas federal, estadual e municipal.

- **O Limite da Vinculação:**

A lei e a Constituição **não mencionam** o **Poder Legislativo** no exercício de sua **função típica (legiferante)** como destinatário do efeito vinculante da Súmula.

O STF (guardião da Constituição) **interpreta** a Constituição, e a Súmula Vinculante **solidifica** essa interpretação. No entanto, o **Poder Legislativo** tem a competência de criar e modificar o ordenamento jurídico, e, em tese, pode **legislar em sentido contrário** à Súmula, forçando o STF a reavaliar sua posição ou a invalidar a nova lei (caso ela seja inconstitucional).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Ela vincula unicamente os órgãos do Poder Judiciário, não atingindo os demais poderes...	ERRADA. A Súmula Vinculante atinge o Poder Judiciário e a Administração Pública (Poder Executivo) nas três esferas. O erro está em dizer que ela não atinge "os demais poderes".	Viola o Art. 103-A, que inclui a Administração Pública.
b) Ela não alcança o poder legiferante do Congresso Nacional, que segue mantendo intacta sua função originária de criação do Direito.	CORRETA. A Súmula Vinculante não limita a atividade legiferante típica do Legislativo. O Congresso pode aprovar a lei complementar em tramitação, mesmo que seu teor conflite com a SV. Se a lei for aprovada, o STF deverá exercer, posteriormente, o Controle de	A função legiferante do Congresso é imune à vinculação da SV.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	Constitucionalidade sobre essa nova lei, podendo revogar a SV ou declarar a inconstitucionalidade da lei.	
c) Ela tem mera função diretiva e de orientação aos demais poderes, sem, no entanto, ter caráter impositivo para qualquer deles...	ERRADA. A SV tem caráter impositivo (vinculante) e não meramente diretivo em relação ao Poder Judiciário e à Administração Pública.	O caráter é vinculante e impositivo (coercitivo).
d) Ela terá efeito vinculante em relação a todos os poderes, em todas as esferas, inclusive no que se refere ao poder de legislar dos entes federativos.	ERRADA. A SV não vincula o Poder Legislativo quando este exerce sua função típica (legislar). Ela vincula a função administrativa do Executivo, mas não a função criadora de lei do Congresso.	Viola a separação de Poderes em relação à função legiferante.

Conclusão: O efeito vinculante da Súmula Vinculante alcança o Judiciário e a Administração Pública. Contudo, para preservar a separação de Poderes e a função primária de criação de leis, o **Poder Legislativo não é obrigado** a se curvar à interpretação sumulada do STF ao exercer seu poder de legislar.

Questão Comentada

Direitos individuais e sociais

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Em uma cidade situada no município Gama, José Silva sofreu grave acidente ao ser atropelado por um caminhão. Com lesões pelo corpo, ele foi conduzido ao hospital municipal situado na cidade e, ao passar pelo setor de identificação, alegou não possuir consigo qualquer documento. Na dúvida sobre se José poderia ter acesso aos serviços de saúde do SUS (Sistema Único de Saúde), a

direção do hospital consultou a Procuradoria do Município. Sobre o caso apresentado, em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa que apresenta a resposta correta.

- a) Para fazer jus aos serviços de saúde ofertados pelo SUS, José deve comprovar a condição de contribuinte do sistema previdenciário brasileiro.
- b) Para fazer jus aos serviços de saúde ofertados pelo SUS, José deve comprovar, formalmente, a condição de trabalhador.
- c) Os serviços de saúde ofertados pelo SUS somente são disponibilizados para os brasileiros natos ou naturalizados.
- d) O atendimento pelo SUS deve ser realizado, independentemente de José possuir nacionalidade brasileira, ser trabalhador ou contribuir com a Previdência Social.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão aborda a natureza do **Direito à Saúde** no Brasil e os princípios que regem o **Sistema Único de Saúde (SUS)**. O cerne é verificar se o acesso aos serviços de saúde pública exige algum requisito de contribuição ou *status* (nacionalidade, trabalho, contribuição previdenciária).

Fundamentação Legal

O Direito à Saúde está previsto na **Constituição Federal de 1988** e na **Lei nº 8.080/90** (Lei Orgânica da Saúde):

- **Art. 196 da CF/88:**

Art. 196. A saúde é direito de **todos** e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

- **Art. 7º, inciso I, da Lei nº 8.080/90:**

Art. 7º O sistema único de saúde rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

Detalhamento dos Princípios do SUS

1. **Universalidade:** O direito à saúde é para **todos**, sem distinção. O SUS deve garantir atendimento a qualquer pessoa presente no território nacional, independentemente de sua nacionalidade, condição social, laboral ou contribuição.
2. **Integralidade:** O atendimento deve ser completo, abrangendo ações preventivas e curativas.
3. **Igualdade/Equidade:** O atendimento deve ser igualitário, sem privilégios. As diferenças são consideradas para que o tratamento seja justo (equidade).

A saúde é um direito de **Seguridade Social**, que, diferentemente da Previdência Social, não exige a qualidade de segurado ou contribuinte.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Para fazer jus aos serviços de saúde... José deve comprovar a condição de contribuinte do sistema previdenciário brasileiro.	ERRADA. O direito à saúde é universal e independe de contribuição (não é como a Previdência Social). A saúde é bancada por toda a sociedade (Art. 194 e 195 da CF).	Contraria o Art. 196 da CF e a Universalidade do SUS.
b) Para fazer jus aos serviços de saúde... José deve comprovar, formalmente, a condição de trabalhador.	ERRADA. O acesso é garantido a todos , inclusive a não-trabalhadores (crianças, idosos, desempregados, etc.).	Contraria o Art. 196 da CF.
c) Os serviços de saúde ofertados pelo SUS somente são disponibilizados para brasileiros natos ou naturalizados.	ERRADA. O princípio da Universalidade garante o acesso a qualquer pessoa presente no território nacional, incluindo estrangeiros, residentes ou em trânsito.	Contraria o Art. 196 da CF e o Art. 5º, <i>caput</i> (aplicação dos direitos fundamentais).

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
d) O atendimento pelo SUS deve ser realizado, independentemente de José possuir nacionalidade brasileira, ser trabalhador ou contribuir com a Previdência Social.	CORRETA. A afirmativa está em consonância com o Art. 196 da CF, que estabelece a Universalidade do direito à saúde, afastando qualquer requisito de <i>status</i> ou contribuição para o atendimento.	Fundamentação no Art. 196 da CF/88 e no princípio da Universalidade.

Conclusão: O sistema de saúde brasileiro é de acesso universal. Em situações de emergência, como a de José, a inexistência de documentos ou a falta de comprovação de qualquer *status* não pode obstar o atendimento médico, que é um direito fundamental.

Questão Comentada

Organização do Estado

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Depois da ocorrência de calamidade de grandes proporções, em razão de enchentes causadas por chuvas cuja intensidade foi classificada como “sem precedentes”, o Presidente da República vislumbra a possível necessidade de decretação de estado de defesa para combater o quadro caótico no qual se encontram quatro estados de uma determinada região do país. Depois de visitar o local, ele tem dúvidas acerca do prazo de duração da medida e, por isso, submete a proposta à apreciação de sua assessoria jurídica.

Assinale a afirmativa que, em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, deve ser adotada

- a) O Presidente da República tem poder discricionário para definir o prazo de duração, desde que haja aprovação prévia do Congresso Nacional.
- b) O tempo de duração não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

c) O tempo para a superação da crise que deu origem à decretação pelo Presidente da República não pode ultrapassar uma sessão legislativa.

d) O tempo de duração será definido discricionariamente, em respeito ao princípio da separação de poderes, pelo Congresso Nacional.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão trata do **Estado de Defesa**, uma das medidas de **Defesa do Estado e das Instituições Democráticas** (Sistema Constitucional de Crises) previstas na Constituição Federal. O foco é o **prazo de duração e prorrogação** dessa medida. O Estado de Defesa pode ser decretado em locais restritos para preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz social, quando atingidas por **grave e iminente instabilidade institucional** ou por **calamidades da natureza** (como as enchentes no caso).

Fundamentação Legal

Os limites temporais para o Estado de Defesa estão estabelecidos no **Artigo 136, parágrafo 2º, da Constituição Federal de 1988**:

- **Art. 136, caput (Motivos):** Calamidades da natureza ou grave instabilidade institucional.
- **Art. 136, parágrafo 2º (Duração e Prorrogação):**

parágrafo 2º. O tempo de duração do estado de defesa não será superior a **trinta dias**, podendo ser **prorrogado uma vez**, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O Presidente da República tem poder discricionário para definir o prazo de duração...	ERRADA. O poder de definir o prazo não é discricionário. O Art. 136, parágrafo 2º, estabelece	Contraria o Art. 136, parágrafos 2º e 4º.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	um limite constitucional de 30 dias. Além disso, a aprovação do Congresso é posterior à decretação (Art. 136, parágrafo 4º), não prévia.	
b) O tempo de duração não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.	CORRETA. Esta afirmativa está em perfeita consonância com o limite temporal e a condição de prorrogação previstos no Art. 136, parágrafo 2º, da CF/88.	Fundamentação no Art. 136, parágrafo 2º, da CF/88.
c) O tempo para a superação da crise... não pode ultrapassar uma sessão legislativa.	ERRADA. Não há previsão de limitação por sessão legislativa. O limite é de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, totalizando no máximo 60 dias. A menção à sessão legislativa aplica-se, por exemplo, ao prazo para o Congresso apreciar a prorrogação do Estado de Sítio (Art. 138, parágrafo 3º).	Confunde com regras do Estado de Sítio.
d) O tempo de duração será definido discricionariamente... pelo Congresso Nacional.	ERRADA. A decretação e a definição do prazo (dentro do limite constitucional) são atos do Presidente da República (Art. 136, <i>caput</i>). A função do Congresso é aprovar (ratificar) ou rejeitar o decreto (Art. 136, parágrafo 4º).	Contraria o Art. 136, <i>caput</i> e parágrafo 4º.

Conclusão: O Estado de Defesa, por ser uma medida excepcional, tem sua duração estritamente limitada pela Constituição a um período máximo de 30 dias, com a

possibilidade de uma única prorrogação pelo mesmo período.

Questão Comentada

Controle de Constitucionalidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Tendo em vista a existência de inúmeras controvérsias entre órgãos judiciários, que geravam grave insegurança jurídica, o Supremo Tribunal Federal editou, há quase uma década, a Súmula Vinculante n. X, que tratava da incidência de determinado tributo em situações e condições específicas. O Procurador-Geral da República, apontando as mudanças legislativas e as emendas constitucionais promulgadas em tempos mais recentes, manifestou-se na mídia sobre a ausência de compatibilidade da referida súmula com a ordem jurídica brasileira.

Sobre a hipótese, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) Por não se encontrar na esfera da Justiça Federal, um Tribunal de Justiça de Estado-membro não está obrigado a seguir as diretrizes estabelecidas na súmula vinculante em questão.
- b) Para o cancelamento da súmula vinculante em referência, será necessário que o pleno do Supremo Tribunal Federal se manifeste pelo quórum qualificado de dois terços de seus membros.
- c) Ainda que o Supremo Tribunal Federal entenda que o teor da súmula vinculante não mais se coaduna com a ordem constitucional, somente poderá apreciar seu cancelamento se provocado por algum agente legitimado.
- d) A fim de obter o cancelamento da mencionada súmula vinculante, deverá o Procurador-Geral da República provocar o Supremo Tribunal Federal por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão testa o conhecimento sobre o **procedimento de criação e cancelamento** da Súmula Vinculante (SV), focando no quórum exigido e na possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) agir de ofício. A manifestação do Procurador-Geral da República (PGR) indica a necessidade de **revisão ou cancelamento** da SV devido a alterações na ordem jurídica.

Fundamentação Legal

O procedimento para a Súmula Vinculante está previsto no **Artigo 103-A da Constituição Federal** e na **Lei nº 11.417/2006** (que a regulamenta), especificamente em seu **Artigo 5º**:

- **Quórum para Criação/Cancelamento:**

Art. 103-A, caput, CF/88: O STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de **dois terços de seus membros**, aprovar súmula...

Art. 5º, caput, Lei 11.417/2006: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por meio de decisão de **dois terços dos seus membros**, de ofício ou por provocação... poderá **revisar ou cancelar súmula vinculante**.

- **Iniciativa (De Ofício ou Provocada):** O STF pode atuar **de ofício** (por iniciativa própria) ou **por provocação** dos legitimados para o cancelamento (Art. 5º da Lei 11.417/2006). O PGR é um dos legitimados.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Por não se encontrar na esfera da Justiça Federal, um Tribunal de Justiça de Estado-membro não está obrigado a seguir as diretrizes estabelecidas na súmula vinculante em questão.	ERRADA. A SV vincula o Poder Judiciário e a Administração Pública em todas as esferas (federal, estadual e municipal), conforme o Art. 103-A da CF/88. Um Tribunal de Justiça estadual está, sim, vinculado.	Contraria o Art. 103-A da CF/88 .
b) Para o cancelamento da súmula vinculante em referência, será necessário	CORRETA. A lei e a Constituição exigem o mesmo quórum qualificado	Fundamentação no Art. 103-A da CF/88 e Art. 5º

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
que o pleno do Supremo Tribunal Federal se manifeste pelo quórum qualificado de dois terços de seus membros.	(2/3 dos Ministros) tanto para aprovar quanto para revisar ou cancelar uma Súmula Vinculante.	da Lei 11.417/2006.
c) Ainda que o Supremo Tribunal Federal entenda que o teor da súmula vinculante não mais se coaduna com a ordem constitucional, somente poderá apreciar seu cancelamento se provocado por algum agente legitimado.	ERRADA. O STF pode atuar tanto de ofício quanto por provocação para revisar ou cancelar uma Súmula Vinculante (Art. 5º, <i>caput</i> , da Lei 11.417/2006).	Contraria o Art. 5º da Lei 11.417/2006 (pode atuar de ofício).
d) A fim de obter o cancelamento da mencionada súmula vinculante, deverá o Procurador-Geral da República provocar o Supremo Tribunal Federal por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade.	ERRADA. O instrumento processual para provocar o cancelamento ou a revisão da Súmula Vinculante é o pedido de revisão ou cancelamento , regulamentado pela Lei nº 11.417/2006. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem outro objeto (impugnar lei ou ato normativo federal/estadual em tese).	O instrumento próprio é o Pedido de Revisão/Cancelamento , não a ADI.

Conclusão: O caráter vinculante e a importância das Súmulas Vinculantes exigem um quórum de aprovação/revisão/cancelamento rigoroso, idêntico ao exigido para o julgamento de mérito em ações de controle concentrado, que é de **dois terços** dos membros do Plenário do STF.

Questão Comentada

Organização do Estado

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Ubirajara é membro de uma comunidade indígena situada em terras regularmente demarcadas, ali vivendo conforme as tradições dos seus ancestrais. Em determinado momento, ele resolveu tentar nova vida em uma cidade brasileira. Sem recursos para dar início a esse projeto, decidiu vender a terra em que habitava desde seu nascimento para um grupo de agricultores, que pretende ali se instalar definitivamente.

Sobre a hipótese narrada, segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- a) Ubirajara somente poderá dispor das terras se a alienação, comprovadamente, atender aos imperativos da ordem econômica brasileira.
- b) Ubirajara, caso figure como proprietário das terras no registro de imóveis da localidade, poderá aliená-las, assegurado o direito de participação da comunidade no valor da venda.
- c) Ubirajara não pode efetivar a venda almejada, pois as terras em questão não são passíveis de alienação e nem mesmo de disposição.
- d) Ubirajara somente poderia alienar as terras após a devida autorização por parte da comunidade indígena, que é a proprietária das terras.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão trata do regime jurídico-constitucional das **terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas**. O foco é a **titularidade, a inalienabilidade e a indisponibilidade** dessas terras, um tema central na proteção dos direitos originários dos povos indígenas no Brasil.

Fundamentação Legal

O regime das terras indígenas está estabelecido no **Artigo 20, inciso XI, e no Artigo 231, parágrafo 4º, da Constituição Federal de 1988:**

- **Art. 20, inciso XI, da CF/88:** Define as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como **bens da União**. Ou seja, a União Federal é a **proprietária** dessas terras.
- **Art. 231, caput, da CF/88:** Reconhece aos índios os **direitos originários** sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo-lhes o **usufruto exclusivo** das riquezas do solo, rios e lagos nelas existentes.
- **Art. 231, parágrafo 4º, da CF/88:**

Parágrafo 4º. As terras de que trata este artigo são **inalienáveis e indisponíveis**, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Detalhamento das Características das Terras Indígenas

1. **Titularidade:** São bens da União (propriedade pública).
2. **Usufruto:** A posse e o usufruto (o direito de usar e gozar) são **exclusivos** da comunidade indígena (posse coletiva de natureza especial).
3. **Inalienabilidade:** Não podem ser vendidas, doadas ou transferidas a terceiros, sob pena de nulidade.
4. **Indisponibilidade:** Não podem ser objeto de oneração, como hipoteca ou penhor.
5. **Imprescritibilidade:** O direito à posse da comunidade não se perde pelo não uso ou pelo decurso do tempo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Ubirajara somente poderá dispor das terras se a alienação, comprovadamente, atender aos imperativos da ordem econômica brasileira.	ERRADA. As terras indígenas são inalienáveis por determinação constitucional (Art. 231, parágrafo 4º). Qualquer argumento de ordem econômica não pode prevalecer sobre o direito fundamental.	Viola o Art. 231, parágrafo 4º, da CF/88.
b) Ubirajara, caso figure	ERRADA. A Constituição determina	Viola o Art. 20,

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
como proprietário das terras no registro de imóveis da localidade, poderá aliená-las...	que as terras indígenas são bens da União (Art. 20, XI). Mesmo que houvesse um registro privado (o que seria irregular), ele seria nulo, pois as terras são inalienáveis . O indígena não é o proprietário, mas sim o possuidor e usufrutuário exclusivo.	inciso XI, e o Art. 231, parágrafo 4º, da CF/88.
c) Ubirajara não pode efetivar a venda almejada, pois as terras em questão não são passíveis de alienação e nem mesmo de disposição.	CORRETA. A inalienabilidade e a indisponibilidade são garantias constitucionais que impedem qualquer tipo de transferência da propriedade (venda, doação, etc.). O ato de Ubirajara é juridicamente impossível.	Fundamentação no Art. 231, parágrafo 4º, da CF/88.
d) Ubirajara somente poderia alienar as terras após a devida autorização por parte da comunidade indígena, que é a proprietária das terras.	ERRADA. A comunidade indígena não é a proprietária (a proprietária é a União) e, mesmo que fosse, a Constituição veda qualquer tipo de alienação (o vício é de indisponibilidade , e não de ausência de consentimento).	Viola o Art. 20, inciso XI, e o Art. 231, parágrafo 4º, da CF/88.

Conclusão: O Brasil adota a teoria dos **direitos originários** indígenas. As terras demarcadas não pertencem individualmente ou coletivamente aos índios, mas são bens da União. O que os índios têm é o direito **imprescritível, inalienável e indisponível** ao usufruto exclusivo, o que impede a venda almejada por Ubirajara.

Questão Comentada

Direitos e Garantias Fundamentais

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Durante uma operação policial, conhecido traficante de substâncias entorpecentes de alta periculosidade, que operava no Município Alfa, foi preso em flagrante. Sua prisão, no entanto, por alegadas razões de segurança, não foi comunicada a ninguém, acrescentando-se que o local onde se encontra detido é desconhecido. A família do preso procura você, na qualidade de advogado(a), para saber se ocorreu a violação de algum direito fundamental do preso. Com base na situação descrita e no sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) Não houve desrespeito a qualquer direito fundamental do preso, visto que a ordem constitucional estatui que, para os casos de prisão em flagrante, os agentes policiais têm até 72 horas para comunicar à família a prisão.
- b) A prisão e o local onde o preso se encontra detido deveriam ter sido comunicados imediatamente à família ou a outra pessoa por ele indicada, bem como ao juiz competente para apreciar a legalidade da prisão.
- c) Por se tratar de criminoso de alta periculosidade, ele deixa de ser considerado, pela ordem constitucional, titular de direitos fundamentais, de modo que há mera liberalidade estatal em comunicar a sua prisão em flagrante.
- d) A falta de comunicação da prisão e do local em que o preso se encontra são justificáveis, o que decorre da necessidade de se preservar a segurança da sociedade, considerando a periculosidade do agente.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda os **direitos fundamentais do preso**, especificamente as garantias constitucionais relativas à **comunicação da prisão**. O foco é na imediata ciência dos familiares e do juiz competente, independentemente da periculosidade ou da natureza do crime (tráfico de drogas).

Fundamentação Legal

O caso está regido pelo **Artigo 5º, inciso LXII e LXIII, da Constituição Federal de 1988**, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, aplicáveis a todos, inclusive a pessoas presas:

- **Art. 5º, LXII:**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:1

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

- **Art. 5º, LXIII:**

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

Detalhamento das Garantias

1. **Imediatismo da Comunicação:** A comunicação ao juiz e à família/pessoa indicada não comporta dilação ou aguardar um prazo legal (como 72 horas). Deve ser feita **imediatamente** (ou no mais breve tempo possível, dada a natureza do termo).
2. **Destinatários Obrigatórios:** A comunicação deve ser feita a **dois destinatários** cumulativos:

Juiz Competente: Para que possa ser realizada a audiência de custódia e apreciada a legalidade da prisão.

Família ou Pessoa Indicada pelo Preso: Para garantia do direito à assistência e à localização do detido.

3. **Irrelevância da Periculosidade:** O *status* de "traficante de alta periculosidade" não revoga nem suspende as garantias constitucionais do preso. O princípio da **Dignidade da Pessoa Humana** e a garantia do **Devido Processo Legal** são irrenunciáveis e aplicáveis a todos.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Não houve desrespeito...	ERRADA. O prazo constitucional é	Viola o Art. 5º, LXII,

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>agentes policiais têm até 72 horas para comunicar à família a prisão.</p>	<p>imediatamente, e o prazo de 24 horas (não 72) é para a comunicação da prisão ao juiz e a apresentação do preso para a audiência de custódia (Art. 306, §1º do CPP, e Resoluções do CNJ). A comunicação à família é imediata.</p>	<p>da CF/88.</p>
<p>b) A prisão e o local onde o preso se encontra detido deveriam ter sido comunicados imediatamente à família ou a outra pessoa por ele indicada, bem como ao juiz competente para apreciar a legalidade da prisão.</p>	<p>CORRETA. Esta afirmativa reproduz fielmente a exigência do Art. 5º, LXII, da CF/88, destacando os destinatários e o prazo (imediatamente).</p>	<p>Fundamentação no Art. 5º, LXII, da CF/88.</p>
<p>c) Por se tratar de criminoso de alta periculosidade, ele deixa de ser considerado... titular de direitos fundamentais...</p>	<p>ERRADA. A Constituição não faz distinção de periculosidade. Todos os presos são titulares de direitos fundamentais. A periculosidade pode influenciar o regime prisional, mas não a titularidade dos direitos.</p>	<p>Viola a Dignidade da Pessoa Humana e a universalidade dos Direitos Fundamentais.</p>
<p>d) A falta de comunicação da prisão e do local em que o preso se encontra são justificáveis...</p>	<p>ERRADA. A CF não admite exceções ou justificativas por "segurança da sociedade" para a omissão da comunicação ao juiz e à família, sob pena de configurar prisão ilegal e, em tese, desaparecimento forçado, o que ensejaria a impetração de Habeas Corpus.</p>	<p>Contraria o Art. 5º, LXII, da CF/88 e a jurisprudência sobre prisões cautelares.</p>

Conclusão: O sigilo sobre a prisão e o local de detenção de qualquer pessoa é uma grave violação dos direitos fundamentais previstos na Constituição, sendo a **comunicação imediata** um dever imposto aos agentes policiais.

Questão Comentada

Controle de Constitucionalidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. No Estado Ômega, um deputado estadual ajuizou representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, visando questionar a constitucionalidade de uma lei estadual. O Tribunal, porém, se negou a conhecer da representação, argumentando que o deputado não possuía legitimidade ativa conforme estabelecido na Constituição Estadual.

Inconformado, o deputado considera interpor recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal de Justiça.

Como base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, o(a) advogado(a) do deputado estadual informou, corretamente, que:

- a) não cabe recurso extraordinário, pois o Tribunal de Justiça é o guardião da Constituição Estadual e a questão não envolve norma de reprodução obrigatória.
- b) é cabível o recurso extraordinário, pois a decisão do Tribunal de Justiça envolve interpretação da Constituição Estadual, que deve ser revista pelo STF.
- c) não é possível interpor o recurso extraordinário, mas, sim, recurso ordinário, pois trata-se de matéria de direito infraconstitucional.
- d) deve ser interposto recurso extraordinário, pois qualquer decisão do Tribunal de Justiça pode ser revisada pelo STF, independentemente da matéria.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento sobre as **hipóteses de cabimento do Recurso Extraordinário (RE)** e, sobretudo, a **competência do Supremo Tribunal Federal (STF)** para julgar decisões de Tribunais de Justiça (TJs) que versam sobre o **Controle Concentrado Estadual** (Representação de Inconstitucionalidade), cuja base legal é a **Constituição Estadual**.

Fundamentação Legal (Recurso Extraordinário)

O cabimento do RE perante o STF está delimitado no **Artigo 102, inciso III, da Constituição Federal**, e se restringe a **causas decididas em única ou última instância que violem a Constituição Federal**.

1. **Objeto da Decisão (TJ):** O TJ de Ômega decidiu, com base na **Constituição Estadual**, sobre a **legitimidade ativa** de um Deputado para propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em âmbito estadual.
2. **Competência do TJ:** O TJ é o órgão competente para o **Controle Concentrado de Constitucionalidade Estadual**, sendo o **guardião da Constituição Estadual**.
3. **Inviabilidade do RE:** O STF só pode julgar em RE questões que envolvam a **Constituição Federal**. A decisão do TJ sobre a legitimidade ativa, baseada em norma da Constituição Estadual, **não viola, em regra, a Constituição Federal**.

O Limite da Intervenção do STF

O STF só intervém em casos de controle concentrado estadual se a norma da Constituição Estadual violada for de **reprodução obrigatória** (ou seja, uma norma da CF que é obrigatória para os Estados, como o princípio da Separação de Poderes ou a lista de legitimados da CF que o Estado é obrigado a seguir minimamente).

- A **lista de legitimados para a ADI Estadual** é matéria de **autonomia legislativa dos Estados**, desde que respeite os limites implícitos da CF/88.
- O STF entende que a **legitimidade ativa** no Controle Concentrado Estadual é, primariamente, um tema de **Direito Constitucional Estadual**. Logo, a decisão do TJ, baseada em norma estadual, deve ser final no âmbito da justiça local, e não enseja RE, a menos que haja flagrante ofensa a um princípio federal obrigatório, o que não foi demonstrado na questão.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) não cabe recurso extraordinário, pois o Tribunal de Justiça é o guardião da Constituição Estadual e a questão não envolve norma de reprodução obrigatória.	CORRETA. O TJ é o guardião da CE. A decisão versou sobre norma estadual (legitimidade ativa) e não há ofensa direta à CF/88. O STF não revisa a interpretação do TJ da Constituição Estadual.	O STF não é o guardião da Constituição Estadual.
b) é cabível o recurso extraordinário, pois a decisão do Tribunal de Justiça envolve interpretação da Constituição Estadual, que deve ser revista pelo STF.	ERRADA. O STF não tem competência para revisar a interpretação de Constituição Estadual. Sua competência é restrita à Constituição Federal (Art. 102, III, CF/88).	O STF só revisa a CF.
c) não é possível interpor o recurso extraordinário, mas, sim, recurso ordinário, pois trata-se de matéria de direito infraconstitucional.	ERRADA. A matéria é de Direito Constitucional Estadual . Além disso, Recurso Ordinário (RO) tem cabimento restrito (Art. 102, II, CF/88), não se aplicando ao caso.	Confunde a matéria e o recurso cabível.
d) deve ser interposto recurso extraordinário, pois qualquer decisão do Tribunal de Justiça pode ser revisada pelo STF, independentemente da matéria.	ERRADA. O cabimento do RE é restrito às hipóteses do Art. 102, III, da CF/88, exigindo que a decisão judicial infrinja a Constituição Federal .	Contraria o Art. 102, III, da CF/88.

Conclusão: O STF é o intérprete máximo da Constituição Federal. O Tribunal de Justiça é o responsável pelo controle da constitucionalidade da lei estadual perante a Constituição Estadual. Não havendo ofensa à CF, a decisão do TJ é soberana no âmbito do Direito Estadual, e o RE não é o instrumento cabível.

Questão Comentada

Direitos e Garantias individuais

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. Em razão da alta concentração de indígenas no Município X e com vistas à melhor promoção dos seus direitos e garantias, as autoridades locais adotaram uma série de medidas administrativas com impacto direto sobre as referidas comunidades. Não lhes foi franqueada, contudo, qualquer mecanismo de participação nos ciclos de elaboração e implementação dessas medidas. Nesse contexto, você foi procurado(a), como advogado(a), para representar uma das comunidades. À luz da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) É assegurado às comunidades indígenas e às populações tradicionais o direito à consulta, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente.
- b) No caso específico, a Convenção em questão excetua o dever de assegurar a participação das comunidades indígenas diretamente atingidas, já que se trata de medidas tomadas com o intuito de promover a máxima eficácia dos direitos e das garantias dessas populações tradicionais.
- c) Apesar de as disposições da Convenção em questão estabelecerem a necessidade de efetiva participação das comunidades indígenas cada vez que forem previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente, a não observância desse dever estatal somente acarreta vício capaz de anular os atos praticados se restar demonstrado, no caso concreto, a existência de prejuízo.
- d) É assegurado às comunidades indígenas e populações tradicionais o direito à consulta, mediante procedimentos apropriados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente. No âmbito nacional, confiou-se à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a atribuição para representar diretamente as referidas comunidades, por serem desprovidas de personalidade jurídica própria.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda o princípio da **Consulta Prévia, Livre e Informada** dos povos indígenas e tribais, um direito internacionalmente reconhecido e fundamental no sistema jurídico brasileiro (a Convenção 169 da OIT possui *status* supralegal ou constitucional, conforme o STF, e é considerada norma cogente). A ausência de consulta em medidas que afetam diretamente essas comunidades constitui uma violação desse direito.

Fundamentação Legal (Convenção 169 da OIT)

A Convenção 169 da OIT, incorporada ao direito brasileiro pelo **Decreto nº 5.051/2004**, estabelece o direito de consulta:

- **Artigo 6º, item 1, alínea "a":**

Art. 6º 1. Ao aplicar as disposições desta Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

- **Artigo 7º (Desenvolvimento):** Os povos devem ter o direito de participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros segmentos da população, e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições eletivas e organismos administrativos e de outra natureza responsáveis por políticas e programas que lhes digam respeito.

Detalhamento do Direito de Consulta

O direito de consulta é um mecanismo que assegura o direito à participação das comunidades indígenas e tribais sempre que o Estado (em qualquer esfera: federal, estadual ou municipal) planeje ações (sejam leis ou atos administrativos) que atinjam diretamente seus interesses, modos de vida, territórios e cultura.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) É assegurado às comunidades indígenas e às populações tradicionais o direito à consulta, mediante	CORRETA. Esta afirmativa é uma transcrição quase literal do Artigo 6º, item 1, alínea "a" da Convenção 169 da OIT,	Fundamentação no Art. 6º, item 1, "a", da Convenção 169

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>procedimentos apropriados e, particularmente, por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente.</p>	<p>estabelecendo a obrigatoriedade da consulta prévia em relação a medidas legislativas ou administrativas que afetem diretamente as comunidades.</p>	<p>da OIT.</p>
<p>b) No caso específico, a Convenção em questão excecuta o dever de assegurar a participação... já que se trata de medidas tomadas com o intuito de promover... os direitos...</p>	<p>ERRADA. A Convenção não prevê exceção ao dever de consulta pelo simples fato de a medida visar à promoção de direitos. A intenção (<i>animus</i>) não substitui o procedimento de consulta.</p>	<p>Viola o princípio da Consulta Livre da Convenção 169.</p>
<p>c) ... a não observância desse dever estatal somente acarreta se restar demonstrado, no caso concreto, a existência de prejuízo.</p>	<p>ERRADA. A consulta é um requisito de validade formal e material do ato (o vício é <i>in procedendo</i>). O STF e a jurisprudência internacional entendem que a não realização da consulta prévia, livre e informada anula o ato, independentemente da demonstração posterior de prejuízo.</p>	<p>Contraria a jurisprudência que exige a nulidade por vício formal.</p>
<p>d) ... confiou-se à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a atribuição para representar diretamente as referidas comunidades, por serem desprovidas de personalidade jurídica própria.</p>	<p>ERRADA. A Convenção 169 reforça o princípio de que as consultas devem ser feitas diretamente aos povos e por meio de suas instituições representativas, e não através de órgãos governamentais como</p>	<p>Contradiz o espírito e o Art. 6º da Convenção 169, que exige consulta direta.</p>

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	a FUNAI, que, embora tutele os direitos, não substitui a voz e a representação direta das comunidades no processo decisório.	

Conclusão: A não consulta das comunidades indígenas, em relação a medidas administrativas que as afetam diretamente, configura uma violação da Convenção 169 da OIT e torna o ato viciado e nulo.

Direitos Humanos

A importância da disciplina dos direitos humanos na primeira fase prova da OAB reside na sua relevância como matéria com peso significativo sendo necessário ao candidato compreender **a proteção da dignidade humana e a aplicação das leis nacionais e internacionais.**

O estudo deve focar na **teoria geral, nas três camadas de proteção (nacional, regional e internacional) e nos grupos vulneráveis.**

Assuntos-chave incluem:

Art. 5º da Constituição Federal,

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Convenção Americana de Direitos Humanos.

Importância para a prova

Peso na prova: Direitos Humanos, compõem 2 questões que sempre estarão presentes na prova da primeira fase.

Contexto prático: As questões geralmente simulam situações práticas para avaliar a capacidade do advogado de atuar na proteção dos **direitos de grupos vulneráveis.**

Principais artigos e leis

Constituição Federal:

Art. 5º: Garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo o fundamento para a proteção dos direitos humanos no Brasil.

Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Artigos 1º a 31: Estabelecem princípios fundamentais como liberdade, igualdade, direito à vida e proibição da tortura e escravidão, sendo um marco na proteção da dignidade humana.

Convenção Americana de Direitos Humanos:

Art. 4º: Trata do direito à vida e da pena de morte, estabelecendo restrições importantes, como a proteção da vida desde a concepção e a proibição da pena de morte para menores e mulheres grávidas.

Outras disposições: A convenção aborda outros direitos, como os civis e políticos, que são frequentemente cobrados.

Em Direitos Humanos, dê maior ênfase ao estudo dos seguintes assuntos:

Pacto de San José da Costa Rica

Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Eliminação da Discriminação contra Mulheres.

Quantas vezes foi cobrado

1ª	Pacto de San José da Costa Rica	6x
2ª	Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos	3x
3ª	Estatuto da Pessoa com Deficiência	2x
4ª	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	2x
5ª	Eliminação da Discriminação contra Mulheres	1x

Questão Comentada

Pacto Internacional Direitos Civis e Políticos

Ano: 2023 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 38º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Numa acirrada disputa eleitoral pelo governo municipal de sua cidade, o prefeito atual e candidato à reeleição, divulgou, por meio do site da Prefeitura, informações inexatas e ofensivas contra o candidato da oposição.

Esse candidato o(a) procurou, por saber de sua atuação como advogado(a) em defesa dos Direitos Humanos, e disse que, amparado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, queria o direito de resposta na rádio local.

Sobre a hipótese narrada, cabe a você esclarecer que a Convenção assegura

- a) plenamente o direito à resposta, que deve ocorrer no órgão de difusão da escolha do ofendido.
- b) o direito de resposta e determina que ele aconteça no órgão de difusão que tenha a capacidade de alcançar o maior número de pessoas.
- c) o direito à resposta e determina que ela deve ser feita no mesmo órgão de difusão em que ocorreu a divulgação das informações inexatas e ofensivas.
- d) o direito de resposta, mas estabelece como condição a apreciação judicial e o encerramento da lide em última instância.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda o **Direito de Resposta** ou de **Retificação**, que é uma garantia fundamental de natureza internacional, prevista no **Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos)**. A chave é saber o **local** onde a resposta deve ser veiculada para que se cumpra o objetivo de retificação da ofensa.

Fundamentação Legal

O direito de resposta na Convenção Americana sobre Direitos Humanos está previsto no **Artigo 14**:

- **Art. 14 – Direito de Retificação ou Resposta:**

1. Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por qualquer meio de difusão legalmente regulamentado, tem direito de fazer, gratuitamente, a sua retificação ou resposta, no mesmo órgão de difusão e nas condições que a lei estabelecer.

2. Em nenhum caso, a retificação ou a resposta eximirão das outras responsabilidades legais em que se houver incorrido.

Detalhamento do Direito de Resposta

O Direito de Resposta, conforme o Pacto de San José, tem as seguintes características essenciais:

1. **Gratuidade:** A resposta ou retificação não pode ser cobrada.
2. **Imposição do Meio:** A resposta deve ser veiculada no **mesmo órgão de difusão** (ou seja, onde a ofensa ou informação inexata foi originalmente publicada), a fim de garantir que a retratação alcance o mesmo público que foi exposto à informação original.

No caso concreto, o prefeito divulgou as informações inexatas no **site da Prefeitura**. A Convenção determina que a retificação deve ocorrer no mesmo órgão (o site), e não em outro veículo de comunicação (como a rádio), para que a resposta seja efetiva.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) plenamente o direito à resposta, que deve ocorrer no órgão de difusão da escolha do ofendido .	ERRADA. A Convenção não permite que o ofendido escolha o veículo; ela impõe que seja o mesmo órgão de difusão que veiculou a ofensa (Art. 14, item 1).	Contraria o Art. 14, item 1, do Pacto de San José .
b) o direito de resposta e determina que ele aconteça no órgão de difusão que tenha	ERRADA. A finalidade do direito de resposta é corrigir a informação perante o público que a recebeu . O critério não é o maior alcance	O critério é o mesmo órgão , não o maior alcance.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
capacidade de alcançar o maior número de pessoas.	genérico, mas sim a identidade entre o meio da ofensa e o meio da resposta.	
c) o direito à resposta e determina que ela deve ser feita no mesmo órgão de difusão em que ocorreu a divulgação das informações inexatas e ofensivas.	CORRETA. Esta é a condição essencial da resposta/retificação, prevista expressamente no Art. 14, item 1, da Convenção.	Fundamentação no Art. 14, item 1, do Pacto de San José da Costa Rica.
d) o direito de resposta, mas estabelece como condição a apreciação judicial e o encerramento da lide em última instância.	ERRADA. O Artigo 14 garante o direito de resposta; o modo como o direito é exercido está sujeito à lei interna, mas a Convenção não exige o esgotamento da via judicial em última instância para que a resposta seja veiculada.	O direito à resposta é imediato e não exige o trânsito em julgado.

Conclusão: O candidato deve exigir a retificação no **site da Prefeitura** (o mesmo órgão de difusão), conforme a regra do Artigo 14 do Pacto de San José da Costa Rica, que busca equiparar o alcance da ofensa e da correção

Questão Comentada

Convenção Americana de Direitos Humanos

Ano: 2023 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 38º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Considere a hipótese de ter sido decretado Estado de Emergência no país, implicando a suspensão de garantias judiciais, como o habeas corpus. Argumentando a favor desse Decreto, o Governo alega que a própria Convenção Americana de Direitos Humanos prevê, em seu Art. 27, a suspensão de garantias.

Como advogada(o) que atua na defesa dos Direitos Humanos, de acordo com as importantes Opiniões Consultivas OC-08/87 e OC-09/87 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, você deve esclarecer que

- a) uma vez que tais garantias judiciais não estejam previstas entre os direitos ressaltados expressamente no Art. 27.2 da Convenção, elas podem ser suspensas.
- b) pode haver a suspensão de tais garantias, inclusive do habeas corpus em situações de estado de emergência, como o Estado de Defesa, desde que isso seja decidido pelo Poder Executivo e confirmado pelo Poder Judiciário.
- c) as garantias judiciais, como o habeas corpus, não podem ser canceladas ou descontinuadas, pois visam à proteção dos direitos essenciais que, segundo o art. 27.2 da Convenção, não podem ser suspensos.
- d) em situações de emergência, como o Estado de Defesa, tendo em vista a proteção da soberania nacional, pode haver a suspensão de alguns direitos e garantias, dentre eles o direito ao habeas corpus.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda os limites da suspensão de direitos e garantias em **Estados de Exceção (Emergência)**, conforme o **Artigo 27 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH)**, interpretado pela **Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)** nas Opiniões Consultivas **OC-08/87** e **OC-09/87**. O foco é a **impossibilidade de suspender as garantias judiciais essenciais** (como o *habeas corpus*), pois elas protegem os direitos que o Art. 27, parágrafo 2º, expressamente proíbe de serem suspensos.

Fundamentação Legal e Jurisprudencial

1. **Art. 27, item 1, da CADH (Suspensão):** Permite a suspensão de certas obrigações em situações de guerra, perigo público ou emergência que ameace a independência ou segurança do Estado.
2. **Art. 27, item 2, da CADH (Não Suspensão):** Lista os direitos **intangíveis** que não podem ser suspensos em hipótese alguma (ex: direito à vida, integridade

peçoal, reconhecimento da personalidade jurídica, garantias judiciais indispensáveis para a proteção de tais direitos).

3. Interpretação da Corte IDH (OC-08/87 e OC-09/87):

A Corte IDH firmou o entendimento de que os direitos à vida, à integridade pessoal e à liberdade não podem ser suspensos.

Conseqüentemente, as **garantias judiciais** (como o **habeas corpus** e o **amparo** ou mandado de segurança), que servem para proteger esses direitos intangíveis, **também não podem ser suspensas**. Essas garantias são consideradas **indispensáveis** para assegurar a legalidade da prisão e a proteção dos direitos absolutos.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) uma vez que tais garantias judiciais não estejam previstas entre os direitos ressaltados expressamente no Art. 27.2 da Convenção, elas podem ser suspensas.	ERRADA. O Art. 27, parágrafo 2º, ressalva "as garantias judiciais indispensáveis para a proteção de tais direitos". O <i>habeas corpus</i> e o amparo são, para a Corte IDH, o mecanismo indispensável para proteger o direito à liberdade e à vida, logo, não podem ser suspensos .	Contraria a interpretação da Corte IDH, que inclui as garantias judiciais essenciais no rol de direitos não suspensíveis.
b) pode haver a suspensão de tais garantias, inclusive do <i>habeas corpus</i> em situações de estado de emergência...	ERRADA. O <i>habeas corpus</i> não pode ser suspenso. No Direito brasileiro, o Art. 139, inciso I, da CF/88 proíbe a suspensão de direitos essenciais (como o <i>habeas corpus</i>) no Estado de Defesa (a medida citada na alternativa).	Contraria o Art. 27, parágrafo 2º, da CADH e o Art. 139, inciso I, da CF/88.
c) as garantias judiciais, como o <i>habeas corpus</i>, não	CORRETA. Esta afirmativa é o cerne da interpretação da	Fundamentação na jurisprudência da

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
podem ser canceladas ou descontinuadas, pois visam à proteção dos direitos essenciais que, segundo o art. 27.2 da Convenção, não podem ser suspensos.	Corte IDH. A intangibilidade dos direitos à vida e à integridade (Art. 27, parágrafo 2º) exige a intangibilidade de seus instrumentos de proteção, como o <i>habeas corpus</i> .	Corte IDH (OC-08/87 e OC-09/87).
d) em situações de emergência... pode haver a suspensão de alguns direitos e garantias, dentre eles o direito ao <i>habeas corpus</i> .	ERRADA. Embora alguns direitos possam ser suspensos (como a liberdade de reunião), o <i>habeas corpus</i> é uma garantia fundamental que se mantém íntegra, justamente para proteger o indivíduo de abusos de poder durante o regime de exceção.	O <i>habeas corpus</i> não é passível de suspensão.

Conclusão: O Artigo 27 da CADH estabelece um "núcleo duro" de direitos e garantias que são **irredutíveis** em qualquer circunstância. As garantias judiciais (como o *habeas corpus*) pertencem a este núcleo, pois são a única forma de evitar que a suspensão de direitos resulte em violações de direitos intangíveis.

Questão Comentada

Declaração Universal de Direitos Humanos

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. No que concerne aos standards internacionais atualmente adotados para defesa do Direito Humano à Igualdade, assinale a afirmativa correta.

a) O direito à igualdade abrange atualmente três dimensões, havendo amplo consenso quanto à existência de uma dimensão de ordem formal, também compreendida como igualdade perante a lei; uma segunda dimensão, de ordem material, comumente relacionada ao conceito de justiça retributiva; e uma terceira dimensão, de ordem

instrumental, que reconhece no direito à igualdade a condição viabilizadora da concretização de outros direitos fundamentais.

b) No âmbito do sistema global de proteção aos direitos humanos, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher pode ser apontada como importante instrumento para superação das desigualdades de gênero. Contudo, o instrumento não admite de forma expressa a utilização de ações afirmativas, ou medidas compensatórias, destinadas a acelerar o processo de superação das desigualdades existentes.

c) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial rechaça a possibilidade dos Estados-parte estabelecerem medidas de tratamento desigual, em detrimento de grupos étnicos historicamente mais favorecidos, por considerar que a referida prática pode configurar a conduta expressamente vedada do denominado “racismo reverso”.

d) Ao interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Corte IDH reconhece a possibilidade de serem adotados critérios para “distinção” de tratamento entre determinados grupos de indivíduos. O que não se admite é a prática de condutas “discriminatórias”. Para a Corte, as “distinções” constituem diferenças compatíveis com a Convenção Americana por serem razoáveis e objetivas. Já as “discriminações” constituem diferenças arbitrárias que redundam em prejuízo dos Direitos Humanos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento dos **standards internacionais de Direitos Humanos** sobre o princípio da Igualdade, com foco na distinção técnico-jurídica entre **distinção** (tratamento desigual legítimo, razoável e objetivo) e **discriminação** (tratamento desigual ilegítimo, arbitrário e que viola direitos), notadamente na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Fundamentação

1. **Corte IDH (Distinção vs Discriminação):** A Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao interpretar o **Artigo 1º, item 1, e o Artigo 24 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH)**, consolidou o entendimento de que nem todo tratamento desigual é proibido.

Distinção: É o tratamento desigual que é **razoável, objetivo e proporcional**, visando a um fim legítimo. Esse tratamento é permitido, pois visa à igualdade material (tratar desigualmente os desiguais).

Discriminação: É o tratamento desigual que é **arbitrário, subjetivo e desproporcional**, motivado por critérios vedados (como raça, gênero, religião, etc.), e que resulta na anulação ou restrição de direitos. A discriminação é proibida.

2. **Ações Afirmativas (Alternativas B e C):** Os instrumentos internacionais (CEDAW e Convenção sobre Discriminação Racial) **expressamente admitem** e até incentivam as ações afirmativas (tratamentos desiguais temporários) como medidas necessárias para acelerar a igualdade material. O conceito de "racismo reverso" não é reconhecido no direito internacional dos direitos humanos como vedação à ação afirmativa.
3. **Dimensões da Igualdade (Alternativa A):** As dimensões da igualdade são tipicamente: Formal (perante a lei), Material (proporcionalidade ou equidade) e Estrutural (combate às causas históricas). A igualdade material está relacionada à **Justiça Distributiva** (Aristóteles), e **não** à justiça retributiva (que se relaciona à punição/correção).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) ... uma segunda dimensão, de ordem material, comumente relacionada ao conceito de justiça retributiva ...	ERRADA. A dimensão material da igualdade (igualdade real) relaciona-se à Justiça Distributiva (proporcionalidade), que exige tratar os desiguais de forma desigual. A justiça retributiva (ou corretiva) lida com a reparação de danos ou punição.	Confunde Justiça Distributiva com Justiça Retributiva.
b) Contudo, o instrumento [CEDAW] não admite de forma expressa a utilização de ações afirmativas...	ERRADA. O Artigo 4º, item 1, da Convenção CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher) expressamente	O Art. 4º da CEDAW expressamente admite ações afirmativas.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	admite a adoção de medidas especiais temporárias (ações afirmativas) destinadas a acelerar a igualdade <i>de facto</i> .	
c) ... rechaça a possibilidade dos Estados-parte estabelecerem medidas de tratamento desigual... por considerar que a referida prática pode configurar a conduta expressamente vedada do denominado "racismo reverso" .	ERRADA. A Convenção sobre Discriminação Racial (Art. 1º, item 4) admite ações afirmativas. O termo "racismo reverso" é rejeitado pelo <i>standard</i> internacional para invalidar medidas compensatórias ou afirmativas em favor de grupos vulneráveis.	A Convenção autoriza o tratamento desigual em prol da igualdade material.
d) Ao interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Corte IDH reconhece a possibilidade de serem adotados critérios para "distinção" de tratamento... O que não se admite é a prática de condutas "discriminatórias"	CORRETA. Esta afirmativa reproduz o entendimento consolidado da Corte IDH, que distingue o tratamento desigual permitido (distinção, por motivos objetivos e razoáveis) do tratamento desigual proibido (discriminação, por motivos arbitrários).	Fundamentação na Jurisprudência da Corte IDH (distinção vs. discriminação).

Conclusão: O Direito Internacional dos Direitos Humanos não proíbe toda forma de tratamento desigual. O que é vedado é a **discriminação**, caracterizada pela falta de objetividade e razoabilidade no tratamento, que resulta na violação de direitos humanos. O tratamento desigual, quando justo e proporcional (a distinção), é autorizado e até exigido para alcançar a igualdade material.

Questão Comentada

Direitos e garantias individuais

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Em relação aos Direitos Humanos das pessoas presas, assinale a afirmativa correta.

- a) Tanto as Regras de Nelson Mandela quanto as Regras de Bangkok possuem natureza de soft law, ou seja, são consideradas normas não vinculantes de Direito Internacional. Nada obstante, configuram-se em importantes diretrizes que servem de orientação para os Estados membros da Organização das Nações Unidas.
- b) No âmbito do Sistema de Proteção Interamericano de Direitos Humanos foram editadas as denominadas regras de Nelson Mandela, com vistas à fixação de standards mínimos de organização e funcionamento dos estabelecimentos prisionais, em ordem à proteção dos direitos dos indivíduos privados de suas liberdades.
- c) De acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, todas as penas cruéis, desumanas, degradantes ou que impliquem tortura devem ser proibidas. Entretanto, não há óbice à imposição do confinamento solitário prolongado, desde que aplicado como forma de sanção disciplinar, em razão de falta grave cometida pelo apenado.
- d) No âmbito do sistema global, há dois tratados, consubstanciando-se em norma de jus cogens, que estabelecem disposições específicas para os presos do sexo masculino e do sexo feminino. Assim, enquanto as Regras de Nelson Mandela disciplinam os cuidados mínimos com os encarcerados do sexo masculino, não se aplicando às mulheres presas, as regras de Bangkok se destinam exclusivamente ao encarceramento feminino.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento sobre o **regime jurídico internacional** aplicado aos Direitos Humanos das pessoas presas, especificamente a natureza e o alcance das **Regras de Nelson Mandela** (Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, revisadas em 2015) e das **Regras de Bangkok** (Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras).

Fundamentação Jurídica (Natureza das Regras)

1. **Regras de Nelson Mandela (Mandela Rules):** Trata-se da versão revisada das Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Presos. Elas estabelecem um padrão universalmente reconhecido para a gestão prisional.
 2. **Regras de Bangkok (Bangkok Rules):** Complementam as Regras de Mandela, focando nas necessidades específicas das mulheres presas.
- **Natureza Jurídica (Soft Law):** Ambas as Regras foram aprovadas pela **Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)**, por meio de Resoluções, e não por tratados internacionais ratificados pelos Estados-membros. Isso significa que elas não criam obrigações jurídicas estritas e coercitivas. No Direito Internacional, normas desta natureza são classificadas como **soft law** (direito suave ou flexível), servindo como **diretrizes e recomendações** morais e políticas para os Estados.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Tanto as Regras de Nelson Mandela quanto as Regras de Bangkok possuem natureza de soft law , ou seja, são consideradas normas não vinculantes de Direito Internacional. Nada obstante, configuram-se em importantes diretrizes que servem de orientação para os Estados membros da Organização das Nações Unidas.	CORRETA. As Regras de Mandela e de Bangkok são documentos emanados de resoluções da Assembleia Geral da ONU, classificadas como <i>soft law</i> (não vinculantes), mas atuam como referenciais normativos e standards internacionais.	Descreve corretamente a natureza de <i>soft law</i> e a função orientadora.
b) No âmbito do Sistema de Proteção Interamericano de Direitos Humanos foram editadas as denominadas regras de Nelson Mandela...	ERRADA. As Regras de Nelson Mandela (e as de Bangkok) foram editadas no âmbito do Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos , pela Organização das Nações Unidas (ONU) , e não pelo	Confunde o Sistema Global (ONU) com o Sistema Regional (OEA/Corte IDH).

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	Sistema Interamericano (OEA).	
c) ... não há óbice à imposição do confinamento solitário prolongado , desde que aplicado como forma de sanção disciplinar...	ERRADA. As Regras de Nelson Mandela (Regra 43, item 2) expressamente proíbem o confinamento solitário prolongado , definindo-o como confinamento solitário por um período superior a 15 dias consecutivos . Essa prática é considerada tratamentos desumanos ou degradantes.	Contraria a Regra 43, item 2, das Regras de Nelson Mandela .
d) ... há dois tratados, consubstanciando-se em norma de <i>jus cogens</i> ... As Regras de Nelson Mandela disciplinam os cuidados mínimos com os encarcerados do sexo masculino, não se aplicando às mulheres presas...	ERRADA. As Regras de Mandela e de Bangkok não são tratados nem <i>jus cogens</i> . Além disso, as Regras de Mandela se aplicam a todos os presos, sendo as Regras de Bangkok um complemento específico para as mulheres.	Erra na natureza jurídica (não são tratados/ <i>jus cogens</i>) e na abrangência (Mandela Rules se aplicam a ambos os sexos).

Conclusão: As Regras de Mandela e as Regras de Bangkok, apesar de não terem força coercitiva de um tratado, são a **referência ética e técnica** global para o tratamento de indivíduos privados de liberdade, sendo consideradas *soft law*.

Direito eleitoral

Para a primeira fase da prova da OAB, o Direito Eleitoral deve ser estudado com foco em seus temas centrais, como **condições de elegibilidade, inelegibilidades, sistema eleitoral (majoritário e proporcional), propaganda eleitoral e organização do processo eleitoral**. As principais leis e normas a serem observadas são a Constituição Federal (arts. 14 a 17), o Código Eleitoral, a Lei das Inelegibilidades (LC 64/90), a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) e as resoluções do TSE.

Tópicos importantes de Direito Eleitoral para a 1ª fase da prova da OAB:

Condições de elegibilidade e inelegibilidades: Saiba os requisitos para ser candidato e os impedimentos que podem bloquear o registro, como a inelegibilidade.

Processo eleitoral: Entenda as fases do processo, desde o alistamento eleitoral até a diplomação dos eleitos, incluindo convenções partidárias e registro de candidaturas.

Sistemas eleitorais: Diferencie o sistema majoritário (usado para cargos como presidente, governador e prefeito) do sistema proporcional (usado para a eleição de deputados e vereadores).

Propaganda eleitoral: Conheça as regras de propaganda eleitoral, como os limites de veiculação, os prazos e as modalidades permitidas na imprensa escrita e na internet.

Financiamento de campanha: Compreenda as regras relacionadas ao financiamento de campanhas eleitorais, incluindo o financiamento público e privado.

Direitos políticos: Estude os direitos políticos previstos na Constituição Federal e como eles são exercidos por meio do voto e da participação política.

Foque nas seguintes leis e normas:

Constituição Federal (arts. 14 a 17)

Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965)

Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/1990)

Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995)

Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997)

Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Dicas para se preparar:

Legislação: Tenha atenção redobrada com a legislação, pois ela é fundamental para a resolução das questões.

Resumos e esquemas: Utilize resumos, esquemas e mapas mentais para fixar o conteúdo de forma mais eficaz.

Questão Comentada

Lei das Eleições

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Maria e João foram eleitos, respectivamente, prefeita e vice-prefeito do Município Alfa, com poucos votos de vantagem sobre Ana e Antônio, que formavam a outra chapa que disputou a eleição. Dez dias após a diplomação dos eleitos, os integrantes da chapa derrotada obtiveram

provas cabais de que os integrantes da chapa vencedora teriam praticado uma fraude, o que comprometera a normalidade e a legitimidade do pleito.

Sobre o caso apresentado, como advogado(a) dos integrantes da chapa derrotada, assinale a medida judicial que deve ser ajuizada em face dos integrantes da chapa vencedora.

- a) Investigação judicial eleitoral.
- b) Ação de captação ilícita de votos.
- c) Recurso contra expedição de diploma.
- d) Ação de impugnação de mandato eletivo.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige a identificação da **ação judicial eleitoral adequada** para questionar a validade do mandato após a realização da **diplomação** dos eleitos, com base em alegação de **fraude** que comprometeu o pleito. O fator temporal (após a diplomação) é determinante para a escolha do instrumento processual.

Fundamentação Legal

O instrumento processual cabível para questionar o mandato eletivo por fraude, corrupção ou abuso do poder econômico após a diplomação é a **Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)**:

- **Art. 14, parágrafo 10, da Constituição Federal de 1988:**

Parágrafo 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de **quinze dias** contados da **diplomação**, instruída a ação com provas de **abuso do poder econômico, corrupção ou fraude**.

- **Prazo e Objeto:**

Prazo: 15 dias, contados da diplomação. (No caso, a chapa derrotada obteve as provas 10 dias após a diplomação, estando no prazo).

Objeto: Fraude, corrupção ou abuso do poder econômico. (O caso trata de fraude).

Efeito: Se julgada procedente, resulta na **cassação do diploma** e, conseqüentemente, do **mandato** da chapa eleita.

Diferença entre os Instrumentos

Instrumento	Prazo Limite	Objeto	Efeito
AIME (Alternativa D)	15 dias após a DIPLOMAÇÃO.	Abuso do poder econômico, fraude ou corrupção (Art. 14, parágrafo 10, CF).	Cassação do mandato (ou diploma).
AIJE (Investigação Judicial Eleitoral)	Até a DIPLOMAÇÃO.	Apuração de abuso do poder econômico ou político (Art. 22, LC 64/90).	Declaração de inelegibilidade e cassação do registro/diploma.
RCED (Recurso Contra Expedição de Diploma)	3 dias após a DIPLOMAÇÃO.	Causas de inelegibilidade supervenientes ou de natureza constitucional não conhecidas no registro.	Cassação do diploma.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Investigação judicial eleitoral.	ERRADA. A AIJE deve ser ajuizada e julgada antes da diplomação (ou seja, durante o período eleitoral) para apurar os fatos. O instrumento cabível após a diplomação é a AIME ou o RCED.	O prazo da AIJE se encerra com a diplomação.
b) Ação de captação ilícita de votos.	ERRADA. A captação ilícita de sufrágio (<i>compra de votos</i> , Art. 41-A da Lei 9.504/97) é apurada por meio de uma Representação	A AIME é a medida constitucional específica para

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	(comumente chamada Ação de Captação Ilícita de Votos), mas o instrumento mais amplo e adequado para fraude após a diplomação é a AIME.	"fraude" após a diplomação.
c) Recurso contra expedição de diploma.	ERRADA. Embora cabível após a diplomação, o RCED tem objeto restrito (inelegibilidade superveniente ou constitucional). O questionamento por fraude no pleito é objeto específico da AIME.	O objeto principal é diferente (fraude vs. inelegibilidade).
d) Ação de impugnação de mandato eletivo.	CORRETA. É o remédio constitucional específico (Art. 14, parágrafo 10, da CF) para questionar o pleito por fraude (além de corrupção ou abuso do poder econômico) após a diplomação, respeitado o prazo decadencial de 15 dias.	Fundamentação no Art. 14, parágrafo 10, da CF/88.

Conclusão: A **Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)** é o instrumento processual de natureza constitucional cabível para anular o mandato, desde que ajuizado no prazo de 15 dias contados da diplomação e com base nos vícios de corrupção, abuso do poder econômico ou fraude.

Questão Comentada

Código eleitoral

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Pedro, que teve deferido o registro de candidatura para concorrer ao cargo eletivo de Prefeito Municipal de uma importante capital brasileira, deseja aumentar a capilaridade de seu projeto de governo junto à população, de modo que um número maior de eleitores tenha conhecimento de suas propostas.

Com esse objetivo, consultou você, como advogado(a), a respeito da possibilidade de veicular propaganda eleitoral paga, na imprensa escrita, durante o período de

propaganda eleitoral. Quanto à orientação a ser dada, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua resposta.

a) A realização da propaganda eleitoral na forma pretendida é vedada, em qualquer hipótese.

b) A propaganda eleitoral que ele deseja realizar é a única de natureza não gratuita permitida

pela legislação eleitoral, podendo ser realizada até o dia da eleição.

c) A veiculação de anúncios de propaganda eleitoral na imprensa escrita é permitida, observados limites quantitativos e de espaço, até a antevéspera das eleições.

d) Somente os partidos políticos podem contratar a realização da propaganda eleitoral pretendida por Pedro, sendo os limites quantitativos distribuídos internamente entre os candidatos do respectivo partido.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda as regras específicas para a **propaganda eleitoral paga** em jornais ou revistas (imprensa escrita), que é uma das poucas formas de propaganda não gratuita permitidas pela legislação eleitoral brasileira. O foco está nos **limites** e no **prazo final** para essa modalidade de propaganda.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 43 da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições)**:

- **Art. 43. A divulgação paga, na imprensa escrita**, de propaganda eleitoral só é permitida até a **ante véspera das eleições**, no espaço máximo, por edição, de **dez anúncios por candidato**, com ou sem a menção ao nome e ao número do vice ou do suplente, e, no caso de coligação ou federação, de dez anúncios por chapa, podendo o mesmo jornal conter mais de um anúncio do mesmo candidato.

- **Art. 43, parágrafo 1º.** O anúncio de propaganda eleitoral na imprensa escrita deverá ser veiculado na dimensão máxima de **um oitavo de página de jornal padrão** e de **um quarto de página de revista ou tabloide**.

Detalhamento dos Requisitos

1. **Natureza:** É uma das raras exceções à gratuidade da propaganda eleitoral.
2. **Prazo Final:** A veiculação só é permitida **até a antevéspera** das eleições (ou seja, até a sexta-feira anterior ao pleito, que ocorre no domingo).
3. **Limite Quantitativo:** Máximo de **dez anúncios por candidato** por veículo de imprensa (em cada edição).
4. **Limite Espacial:** O anúncio deve ter a dimensão máxima de **1/8 de página** para jornais e **1/4 de página** para revistas/tabloides.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A realização da propaganda eleitoral na forma pretendida é vedada , em qualquer hipótese.	ERRADA. A propaganda eleitoral paga na imprensa escrita é expressamente permitida pelo Art. 43 da Lei das Eleições.	Contraria o Art. 43 da Lei 9.504/97 .
b) A propaganda eleitoral... podendo ser realizada até o dia da eleição .	ERRADA. O prazo final é a antevéspera das eleições, conforme o Art. 43 da Lei das Eleições.	O prazo limite é a antevéspera.
c) A veiculação de anúncios de propaganda eleitoral na imprensa escrita é permitida, observados limites quantitativos e de espaço, até a antevéspera das eleições.	CORRETA. Esta afirmativa reúne corretamente todos os requisitos legais: é permitida, tem limites (10 anúncios e 1/8 ou 1/4 de página) e tem o prazo final de ante véspera das eleições.	Fundamentação no Art. 43 da Lei 9.504/97 .
d) Somente os partidos políticos podem contratar a realização da propaganda eleitoral pretendida por	ERRADA. O Art. 43 não restringe a contratação apenas aos partidos. A lei permite que a divulgação seja feita por ou em nome do	O Art. 43 permite a contratação pelo candidato.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
Pedro...	candidato (Pedro, neste caso), desde que respeitados os limites.	

Conclusão: Pedro, como candidato, pode veicular propaganda paga na imprensa escrita, mas deve respeitar rigorosamente os limites de espaço e quantidade por edição, e o prazo final da antevéspera do pleito.

Questão Comentada

Código Eleitoral

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Maria estava concorrendo ao cargo de Governadora do Estado Alfa. No decorrer da campanha, obteve prova documental e testemunhal de que Joana, sua adversária direta na disputa, praticara abuso do poder econômico.

Por essa razão, solicitou a você, como advogado(a), que a representasse à Justiça Eleitoral para a abertura de investigação judicial eleitoral.

Assinale a opção que indica, corretamente, a quem deve ser encaminhada a petição.

- a) A um dos Juízes Eleitorais em atuação no Estado Alfa.
- b) Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.
- c) À livre distribuição do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.
- d) Ao Corregedor Regional do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento da **competência** para processar e julgar a **Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)** por abuso do poder econômico, considerando

que a disputa é para o cargo de **Governador** (o que define o órgão jurisdicional competente) e a **autoridade** dentro desse órgão que inicia a fase de instrução.

Fundamentação Legal

O cabimento da AIJE e a autoridade competente para sua instrução e julgamento estão previstos na **Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade)**:

1. **Competência Originária:** O julgamento da AIJE é sempre de competência do Tribunal ou Juiz responsável pelo registro de candidatura.

Candidatos a **Presidente** ou **Vice-Presidente**: TSE.

Candidatos a **Governador** ou **Vice-Governador, Senador, Deputado Federal/Estadual/Distrital**: **Tribunal Regional Eleitoral (TRE)**.

Candidatos a Prefeito ou Vereador: Juiz Eleitoral.

2. **Autoridade Instauradora e Instrutora (LC 64/90):**

Art. 22, caput, da LC 64/90: A AIJE pode ser ajuizada por candidato, partido, coligação ou Ministério Público Eleitoral.

Art. 22, inciso I, da LC 64/90: A representação deve ser dirigida ao **Corregedor-Geral ou Regional**, conforme a competência:

- **Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral (TSE):** Se a eleição for de âmbito federal (Presidente).
- **Corregedor Regional Eleitoral (TRE):** Se a eleição for de âmbito estadual/distrital (Governador, Senador, Deputados).

Detalhamento da Situação

No caso de **Governador do Estado Alfa**, a competência para julgar a AIJE é do **Tribunal Regional Eleitoral (TRE)**. Contudo, a fase de instrução e inquérito é iniciada perante o **Corregedor Regional Eleitoral**. É o Corregedor quem conduz a instrução processual e, ao final, remete o feito para julgamento pelo Plenário do TRE.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A um dos Juízes Eleitorais em atuação	ERRADA. O Juiz Eleitoral tem competência apenas para cargos	Incompetência do Juiz Eleitoral (Art. 22, I, LC

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
no Estado Alfa.	municipais (Prefeito e Vereador), e não para Governador.	64/90).
b) Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.	ERRADA. O julgamento é do Plenário do TRE. O Presidente não é o instrutor da AIJE. A instrução cabe ao Corregedor Regional.	Contraria o rito processual da AIJE (Art. 22, I, LC 64/90).
c) À livre distribuição do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.	ERRADA. A AIJE não é de livre distribuição para um relator comum, mas sim distribuída por força de lei ao órgão instrutor específico: a Corregedoria.	Contraria o rito processual da AIJE (Art. 22, I, LC 64/90).
d) Ao Corregedor Regional do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.	CORRETA. Sendo a disputa para o cargo de Governador (competência do TRE), a representação para a AIJE deve ser dirigida ao Corregedor Regional Eleitoral , que atua como instrutor do processo.	Fundamentação no Art. 22, inciso I, da Lei Complementar nº 64/90.

Conclusão: O advogado de Maria deve protocolar a AIJE endereçada ao **Corregedor Regional Eleitoral** do Estado Alfa, que é a autoridade legalmente definida para processar as representações contra candidatos a cargos estaduais.

Questão Comentada

Lei das Eleições

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. No curso da campanha eleitoral, João, candidato ao cargo de Prefeito Municipal, doou três sacos de cimento a Pedro, sob o compromisso de que este nele votaria.

Ao tomar conhecimento dos fatos, Ana, candidata ao mesmo cargo, procurou você, como advogado(a), e solicitou que fosse ajuizada a ação cabível, de modo que o registro ou o diploma de João fosse cassado.

Assinale a opção que indica, corretamente, a ação cabível no caso.

- a) Ação de impugnação do registro, que pode ser ajuizada até a data da eleição.
- b) Recurso contra a expedição de diploma, que pode ser ajuizada até três dias após a diplomação.
- c) Ação penal por ato de corrupção eleitoral, que pode ser ajuizada até fluir o prazo prescricional.
- d) Representação por captação ilícita de sufrágio, que pode ser ajuizada até a data da diplomação.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão descreve a conduta de **compra de votos**, onde um candidato promete ou entrega um bem (sacos de cimento) em troca do voto do eleitor. Este é o conceito central da **Captação Ilícita de Sufrágio**, um ilícito eleitoral que visa a cassação do registro ou diploma do candidato. O foco é identificar o instrumento processual adequado e seu prazo.

Fundamentação Legal

O ilícito de captação ilícita de sufrágio está previsto no **Artigo 41-A da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições)**:

- **Art. 41-A:** Constitui captação ilícita de sufrágio, **vedada** a qualquer candidato ou com a sua anuência, a doação, oferecimento, promessa, ou entrega, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, **desde o registro da candidatura até o dia da eleição**.
- **Sanção:** A pena é a **cassação do registro ou do diploma** do candidato e multa.

O instrumento processual cabível para apurar a captação ilícita de sufrágio é a **Representação** prevista no Art. 41-A, com o seguinte regime jurídico:

1. **Natureza:** Representação (ou Ação) por Captação Ilícita de Sufrágio.
2. **Prazo:** O prazo decadencial (limite) para ajuizamento da Representação é a **data da diplomação** (posição do TSE), embora o ilícito possa ocorrer até o dia da eleição. O STF e o TSE consolidaram o entendimento de que as ações com base no Art. 41-A devem ser propostas até a data da diplomação.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Ação de impugnação do registro, que pode ser ajuizada até a data da eleição.	ERRADA. A Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC) é cabível apenas no prazo de 5 dias após a publicação do edital de pedido de registro e tem objeto diferente (inelegibilidade, falta de condição de elegibilidade).	Objeto e prazo incorretos.
b) Recurso contra a expedição de diploma, que pode ser ajuizada até três dias após a diplomação.	ERRADA. Embora o RCED seja posterior à diplomação (3 dias), ele é restrito às hipóteses de inelegibilidade superveniente ou constitucional e não é o instrumento específico para a captação ilícita de sufrágio.	Não é o instrumento específico para o ilícito descrito.
c) Ação penal por ato de corrupção eleitoral, que pode ser ajuizada até fluir o prazo prescricional.	ERRADA. A Captação Ilícita de Sufrágio (Art. 41-A da Lei 9.504/97) é um ilícito de natureza civil-eleitoral (que visa cassação). Embora a conduta possa, em tese, configurar também o crime de corrupção eleitoral (Art. 299 do Código Eleitoral), a questão pergunta pela ação que visa a cassação do registro/diploma (sanção eleitoral), que é a Representação do Art. 41-A.	O foco da questão é a sanção eleitoral (cassação), não a sanção penal.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
d) Representação por captação ilícita de sufrágio, que pode ser ajuizada até a data da diplomação.	CORRETA. A doação de bens em troca de voto é o núcleo da Captação Ilícita de Sufrágio (Art. 41-A da Lei 9.504/97). O instrumento é a Representação específica, e o prazo final de ajuizamento é a data da diplomação .	Fundamentação no Art. 41-A da Lei 9.504/97.

Conclusão: A advogada deve ajuizar a Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (Art. 41	A), que é o instrumento processual adequado para cassar o registro ou o diploma do candidato João por compra de votos.
--	--

Direito Internacional

Na primeira fase da prova da OAB, o Direito Internacional foca em temas como **nacionalidade, direitos dos estrangeiros e os elementos de conexão**, que determinam qual lei se aplica em casos com elementos estrangeiros.

Os artigos principais incluem os do Código de Processo Civil sobre **competência internacional** (Arts. 21 a 23), a Lei de Migração (Lei 13.445/2017), e os **tratados internacionais de direitos humanos**.

Direito Internacional Privado: Regula relações privadas (contratos, família, etc.) com elementos de conexão internacional, como um contrato entre um brasileiro e um estrangeiro.

Importância: É fundamental para determinar qual lei e qual juízo são competentes para julgar a questão.

Artigos e Leis chave: Código de Processo Civil (CPC): Os artigos 21, 22 e 23 definem a competência judiciária internacional do Brasil, inclusive em casos de competência exclusiva e concorrente.

Cooperação Jurídica Internacional: Entender mecanismos como a carta rogatória e o auxílio direto, que podem ser necessários para a produção de provas em outro país.

Direito Internacional Público: Trata das relações entre Estados soberanos, como tratados, direito do mar, direito internacional humanitário, e direito dos tratados.

Importância: O examinador cobra a aplicação de princípios fundamentais como a soberania, a proibição do uso da força e o respeito aos direitos humanos.

Artigos e Leis chave: Lei de Migração (Lei 13.445/2017): Essencial para entender a entrada, permanência e saída de estrangeiros no Brasil, incluindo os conceitos de repatriação, deportação e expulsão.

Direitos Humanos: Princípios e tratados internacionais que tratam de direitos humanos são frequentemente cobrados, com referência ao seu lugar no ordenamento jurídico brasileiro.

Dicas de estudo

Foque na praticidade: O exame se concentrará em situações concretas, como: onde uma ação pode ser proposta? Qual lei deve ser aplicada? Qual a diferença entre expulsão e extradição?

Mantenha-se atualizado: O tema de imigração, tratado pela Lei 13.445/2017, é um ponto chave nas provas, com questões que abordam a entrada, permanência e saída de estrangeiros no país.

Revise os fundamentos: A compreensão dos princípios como soberania, igualdade entre os Estados e cooperação internacionais é vital para resolver as questões propostas.

Temas essenciais para estudar Nacionalidade: Estude a Lei da Migração (Lei nº13.445/2017), com ênfase em **deportação, expulsão, extradição, direitos dos estrangeiros, tipos de visto e naturalização**.

Elementos de Conexão: Entenda os critérios que determinam qual legislação deve ser aplicada a situações internacionais, como um contrato ou testamento feitos no exterior.

Priorize os temas: Dê maior atenção à nacionalidade e aos elementos de conexão, pois são os assuntos mais cobrados pela banca FGV.

Use materiais de apoio: Aproveite os nossos materiais de preparação focados na primeira fase da OAB, que costumam destacar os tópicos mais importantes.

Questão Comentada

Direito Internacional Privado Brasileiro

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão1. Uma sociedade empresária colombiana celebrou, na Inglaterra, com uma sociedade alemã, um contrato para a entrega de 500 (quinhentas) sacas de café tipo arábica no Porto de Santos, Brasil, sem cláusula de eleição de foro exclusivo.

Durante o transporte, houve um acidente com a embarcação, que acarretou o perecimento da mercadoria. Você, como advogado(a), é procurado(a) para ajuizar a presente ação. De acordo com o direito internacional privado brasileiro, assinale a opção que indica a autoridade judiciária competente para processar e julgar eventual demanda entre as contratantes.

- a) A autoridade judiciária inglesa, única e exclusivamente.
- b) A autoridade judiciária colombiana, concorrentemente.
- c) A autoridade judiciária alemã, única e exclusivamente.
- d) A autoridade judiciária brasileira, concorrentemente.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das regras de **competência internacional da autoridade judiciária brasileira**, previstas no **Código de Processo Civil (CPC)**. O caso trata de um litígio de natureza contratual entre partes estrangeiras, mas que possui um **ponto de conexão relevante com o Brasil**: o **local de cumprimento da obrigação** (Porto de Santos). O foco é determinar se a Justiça Brasileira pode julgar a causa e qual o tipo de competência.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 21 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015)**, que trata da **Competência Concorrente** (ou cumulativa) da autoridade judiciária brasileira:

- **Art. 21.** Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:¹

I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;²

II - no Brasil tiver de ser cumprida a **obrigação**;³

III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil⁴.

- **Competência Concorrente:** O Art. 21 estabelece as hipóteses em que a Justiça Brasileira **pode** julgar a causa, mas **não exclui** a competência de outras autoridades estrangeiras (por isso é **concorrente**). As partes podem ajuizar a ação no Brasil ou no exterior.

Aplicação ao Caso Concreto

1. **Obrigação a ser cumprida no Brasil:** O contrato celebrado entre a sociedade colombiana e a alemã previa a **entrega** das 500 sacas de café no **Porto de Santos, Brasil**.
2. **Incidência do CPC:** O **inciso II do Art. 21 do CPC** atribui competência à Justiça Brasileira quando "no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação".
3. **Conclusão:** Como o local de cumprimento da obrigação contratual era o Brasil, a autoridade judiciária brasileira tem competência para processar e julgar a demanda. Essa competência é **concorrente**, pois as partes são estrangeiras e o contrato foi celebrado no exterior.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A autoridade judiciária inglesa, única e exclusivamente .	ERRADA. A Justiça Inglesa pode ser competente (por ser o local da celebração), mas a competência não é exclusiva e o direito brasileiro não pode determinar a exclusividade de foro estrangeiro.	Não é o foro exclusivo e não tem conexão com o CPC.
b) A autoridade judiciária colombiana, concorrentemente .	ERRADA. A Justiça Colombiana (domicílio de uma das partes) pode ser competente, mas essa competência não é definida pelas regras brasileiras de jurisdição.	Não é o fator determinante na análise do foro brasileiro.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
c) A autoridade judiciária alemã, única e exclusivamente.	ERRADA. A Justiça Alemã (domicílio da outra parte) pode ser competente, mas a competência não é exclusiva .	Não é o foro exclusivo e não tem conexão com o CPC.
d) A autoridade judiciária brasileira, concorrentemente.	CORRETA. A Justiça Brasileira é competente para julgar a ação (Art. 21, inciso II, do CPC) por ser o local onde a obrigação contratual deveria ser cumprida. A competência é concorrente , permitindo o ajuizamento em outra jurisdição que se considere competente.	Fundamentação no Art. 21, inciso II, do CPC.

Em Resumo: O advogado deve orientar que é possível, mas não obrigatório, ajuizar a ação no Brasil, pois o local de entrega da mercadoria confere competência concorrente à Justiça Brasileira

Questão Comentada

Cooperação Jurídica Internacional

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. A Fundação de Juristas Moçambique–Brasil, associação privada de fim de interesse coletivo, constituiu-se na década de 1990, na cidade de Maputo, capital de Moçambique, e pretende abrir filial no Brasil. Você, advogado(a) especializado em Direito Internacional, é procurado pela Fundação para avaliar a pretensão do caso em tela.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A Fundação não poderá ter filial no Brasil, salvo se houver prévia decisão da justiça brasileira autorizativa.
- A Fundação não poderá ter filial no Brasil, antes da aprovação dos atos constitutivos

pelo governo brasileiro, ficando a filial sujeita à lei brasileira.

c) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, salvo se houver prévia autorização legislativa do Congresso Nacional.

d) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, antes da aprovação dos atos constitutivos pelo governo moçambicano, ficando a filial sujeita à lei moçambicana.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão trata da **capacidade de uma pessoa jurídica estrangeira (Fundação)** atuar no Brasil, especificamente por meio de uma **filial**. O Direito Internacional Privado brasileiro estabelece um regime especial e restritivo para a autorização de funcionamento e a sujeição legal dessas entidades.

Fundamentação Legal

O regime de autorização de funcionamento de empresas e fundações estrangeiras no Brasil é regido pela **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)**, em seu **Artigo 11**:

- **Art. 11, caput, da LINDB:**

As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado onde se constituírem.

- **Art. 11, parágrafo 1º, da LINDB:**

Parágrafo 1º. Não poderão, entretanto, ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos, antes de serem os seus atos constitutivos **aprovados pelo Governo brasileiro**, ficando sujeitas à lei brasileira.

Interpretação da Norma

1. **Lei de Constituição (Lex Societatis):** A Fundação se constituiu em Moçambique e, de acordo com o Art. 11, *caput*, sua existência e estrutura obedecem à lei moçambicana.
2. **Autorização para Filial (Atuação no Brasil):** Para **abrir filial** no Brasil, o parágrafo 1º do Art. 11 estabelece duas exigências cumulativas:

Aprovação Governamental: Os atos constitutivos devem ser **aprovados pelo Governo brasileiro** (ato administrativo do Poder Executivo, geralmente o Ministério da Justiça).

Subjeição à Lei Brasileira: Uma vez autorizada, a filial brasileira passa a se sujeitar à **lei brasileira** (por exemplo, normas tributárias, trabalhistas, administrativas).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, salvo se houver prévia decisão da justiça brasileira autorizativa.	ERRADA. A autorização é um ato de natureza administrativa (do Governo brasileiro - Poder Executivo), e não um ato jurisdicional (decisão da Justiça).	Contraria o Art. 11, parágrafo 1º, da LINDB.
b) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, antes da aprovação dos atos constitutivos pelo governo brasileiro, ficando a filial sujeita à lei brasileira.	CORRETA. Esta afirmativa reproduz fielmente as duas condições estabelecidas no Art. 11, parágrafo 1º, da LINDB: necessidade de aprovação do Governo brasileiro e sujeição da filial à lei brasileira.	Fundamentação no Art. 11, parágrafo 1º, da LINDB.
c) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, salvo se houver prévia autorização legislativa do Congresso Nacional.	ERRADA. A autorização é um ato administrativo do Governo (Poder Executivo), não uma autorização legislativa do Poder Legislativo.	Contraria o Art. 11, parágrafo 1º, da LINDB.
d) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, antes da aprovação dos atos constitutivos pelo governo moçambicano, ficando a filial sujeita à lei moçambicana.	ERRADA. Embora a lei moçambicana reja a constituição da matriz (Art. 11, <i>caput</i>), a filial no Brasil fica sujeita à lei brasileira (Art. 11, parágrafo 1º, parte final). A aprovação do governo moçambicano é irrelevante para a	Contraria o Art. 11, parágrafo 1º, da LINDB (a filial se sujeita à lei brasileira).

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	autorização brasileira.	

Conclusão: Para que a Fundação Moçambicana possa operar legalmente no Brasil, sua filial deve obter uma autorização administrativa prévia do Governo brasileiro e, a partir de então, deve seguir a legislação interna do Brasil.

Questão Comentada

Direito Internacional Privado Brasileiro/Cooperação Jurídica Internacional

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Uma artista brasileira, que protagoniza filmes nos Estados Unidos, foi filmada em uma casa de festas no Brasil em estado de embriaguez e o vídeo foi postado por um portal de notícias americano. O vídeo “viralizou” e teve grande repercussão no Brasil. Com receio de prejudicar sua carreira com a exposição negativa de sua imagem, ela decidiu ajuizar uma ação no Brasil contra o portal de notícias, que tem sua sede nos Estados Unidos.

Nesse cenário, com base nos limites da jurisdição nacional estabelecidos no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A autoridade judiciária brasileira não é competente para julgar a ação, porque o réu é pessoa jurídica estrangeira.
- b) A autoridade judiciária brasileira é competente para julgar a ação, porque a autora tem nacionalidade brasileira.
- c) A autoridade judiciária brasileira tem competência para processar e julgar a ação, porque os danos à imagem ocorreram no Brasil.
- d) A autoridade brasileira deve remeter o caso, por carta rogatória, à justiça norte-americana, tendo em vista que o portal de notícias é sediado nos Estados Unidos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão trata da **competência internacional concorrente** da Justiça Brasileira para julgar ações movidas por nacionais contra réus estrangeiros. O foco é identificar o **ponto de conexão** previsto no **Código de Processo Civil (CPC)** que atrai a jurisdição nacional, mesmo que o réu seja domiciliado no exterior.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 21 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015)**, que estabelece as hipóteses de **Competência Concorrente** (ou cumulativa) da autoridade judiciária brasileira:

- **Art. 21.** Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:¹²
 - I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;³⁴
 - II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação^{5;6}
 - III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil⁷.**

Aplicação ao Caso Concreto

1. **Natureza da Ação:** A ação é de responsabilidade civil (danos morais) por violação do direito à imagem.
2. **Fato Ocorrido no Brasil:** O **fato gerador da violação** (filmagem e postagem do vídeo) ocorreu no Brasil (casa de festas no Brasil).
3. **Dano Ocorrido no Brasil:** O **dano à imagem** ("viralizou" e teve grande repercussão) ocorreu no Brasil, afetando a reputação da artista perante seu público e mercado local.
4. **Incidência do CPC:** O **inciso III do Art. 21 do CPC** atribui competência à Justiça Brasileira quando o fundamento da ação é um **fato ocorrido ou ato praticado no Brasil**.

A competência é **concorrente** (Art. 21) e **não exclusiva** (Art. 22), o que significa que a autora também poderia optar por ajuizar a ação nos Estados Unidos, mas pode legitimamente buscar a Justiça Brasileira.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A autoridade judiciária brasileira não é competente para julgar a ação, porque o réu é pessoa jurídica estrangeira.	ERRADA. A nacionalidade ou domicílio estrangeiro do réu não impede a competência brasileira se houver um ponto de conexão relevante (Art. 21, II ou III, CPC), como o dano no território nacional.	Contradiz o Art. 21, inciso III, do CPC.
b) A autoridade judiciária brasileira é competente para julgar a ação, porque a autora tem nacionalidade brasileira.	ERRADA. A nacionalidade brasileira da autora é um elemento secundário. O fator primário que atrai a competência concorrente é o local do fato ou do dano (Art. 21, III).	O fator determinante é o local do dano/fato , e não a nacionalidade do autor.
c) A autoridade judiciária brasileira tem competência para processar e julgar a ação, porque os danos à imagem ocorreram no Brasil.	CORRETA. A repercussão do dano (lesão à imagem) no Brasil é entendida como o fato ocorrido/praticado no Brasil que fundamenta a ação, nos termos do Art. 21, inciso III, do CPC.	Fundamentação no Art. 21, inciso III, do CPC.
d) A autoridade brasileira deve remeter o caso, por carta rogatória, à justiça norte-americana...	ERRADA. A Justiça Brasileira é competente para julgar. A Carta Rogatória é um instrumento de cooperação jurídica para solicitar a prática de atos (ex: citação, intimação, colheita de provas) em território estrangeiro, e não um mecanismo para remeter o julgamento de mérito a outro país.	A Justiça Brasileira é competente para o julgamento, a Carta Rogatória serve para a prática de atos processuais no exterior.

Conclusão: A jurisdição nacional é atraída pelo fato de o dano à imagem da artista brasileira ter ocorrido no Brasil. Assim, o Art. 21, inciso III, do CPC confere competência concorrente à autoridade judiciária brasileira para processar e julgar a

causa

Questão Comentada

Cooperação Jurídica Internacional

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. A cooperação jurídica internacional é uma modalidade formal de solicitar a outro país uma medida judicial, investigativa ou administrativa para um caso concreto. Esforçando-se para facilitar a cooperação jurídica nos casos de litígios e disputas internacionais, o Brasil aderiu à Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial (Convenção da Haia sobre Provas), promulgada pelo Decreto n. 9.039, de 27 de abril de 2017.

Sobre a obtenção de provas no exterior, assinale a afirmativa correta.

- a) A tramitação do pedido de cooperação jurídica internacional para a obtenção de prova no exterior apenas poderá ser feita com base em acordo internacional vigente entre o Brasil e o Estado Requerido.
- b) A Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria civil e comercial prevê que a autoridade judicial deve aplicar integralmente a legislação do Estado Requerente no que diz respeito às formalidades a serem seguidas na obtenção da prova
- c) O cumprimento da Carta Rogatória em que se requer à autoridade competente de um Estado Contratante a obtenção de provas só poderá ser recusada quando, no Estado Requerido, o cumprimento não estiver no âmbito das atribuições do Poder Judiciário ou quando o Estado Requerido considerá-lo prejudicial à sua soberania ou segurança.
- d) Cada Estado Contratante designará uma Autoridade Central para receber as Cartas Rogatórias procedentes de autoridade judiciária de outro Estado Contratante e de transmitidas à autoridade competente para cumprimento. A organização dessa Autoridade Central deve ser a mesma em todos os Estados signatários da Convenção da Haia sobre Provas, sem a possibilidade de cada um legislar sobre essa organização.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda o regime da **Cooperação Jurídica Internacional para Obtenção de Provas**, com base na **Convenção da Haia de 1970 (sobre Provas)**, buscando identificar as regras de cumprimento e os motivos de recusa de uma **Carta Rogatória**.

Fundamentação Legal

O tema está regido pela **Convenção da Haia sobre Provas** (Decreto nº 9.039/2017). Especificamente, o **Artigo 12** lista os motivos **taxativos** pelos quais a autoridade central do Estado Requerido pode recusar o cumprimento de uma Carta Rogatória:

- **Art. 12 da Convenção:**

O cumprimento da Carta Rogatória só poderá ser recusado se:

- a) no Estado Requerido, o cumprimento não estiver no âmbito das atribuições do Poder Judiciário; ou
- b) o Estado Requerido considerar que a sua soberania ou a sua segurança seriam prejudicadas se aceitasse dar cumprimento à Carta Rogatória.

Portanto, os Estados signatários têm a obrigação de cumprir a solicitação de provas, a menos que se enquadrem estritamente em uma dessas duas exceções.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A tramitação do pedido de cooperação jurídica internacional... apenas poderá ser feita com base em acordo internacional vigente...	ERRADA. A cooperação jurídica internacional pode ser feita por Acordo Bilateral, por Acordo Multilateral (como a própria Convenção da Haia) ou, na ausência destes, por meio de reciprocidade (Art. 26 do CPC brasileiro) ou via diplomática (não apenas acordo vigente).	A Convenção é uma das vias, mas não a única.
b) ... a autoridade judicial deve	ERRADA. Em regra, o Estado	Contraria o Art. 9º

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>aplicar integralmente a legislação do Estado Requerente no que diz respeito às formalidades a serem seguidas na obtenção da prova.</p>	<p>Requerido deve aplicar a sua própria lei (lex fori) quanto ao modo e formalidades da execução da Carta Rogatória (Art. 9º da Convenção). Apenas por solicitação expressa do Estado Requerente e se não for incompatível com a lei do Estado Requerido, ele pode seguir uma formalidade especial do Requerente.</p>	<p>da Convenção, que prioriza a <i>lex fori</i> (lei do Estado Requerido).</p>
<p>c) O cumprimento da Carta Rogatória... só poderá ser recusada quando, no Estado Requerido, o cumprimento não estiver no âmbito das atribuições do Poder Judiciário ou quando o Estado Requerido o considerar prejudicial à sua soberania ou segurança.</p>	<p>CORRETA. Esta afirmativa reproduz os dois motivos taxativos de recusa de cumprimento da Carta Rogatória, previstos no Artigo 12 da Convenção da Haia sobre Provas.</p>	<p>Fundamentação no Art. 12 da Convenção da Haia sobre Provas.</p>
<p>d) ... A organização dessa Autoridade Central deve ser a mesma em todos os Estados signatários...</p>	<p>ERRADA. A Convenção exige que cada Estado designe uma Autoridade Central (Art. 2º), mas permite que cada Estado defina a sua organização interna. No Brasil, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI) é a Autoridade Central.</p>	<p>A organização interna é de competência de cada Estado Contratante.</p>

Conclusão: O dever de cooperação é a regra. A recusa ao cumprimento de uma Carta Rogatória é a exceção e só é admitida nos casos expressamente previstos pela Convenção, relacionados à **soberania, segurança** ou **incompetência judicial interna** do Estado Requerido

Direito Financeiro

O Direito Financeiro é cobrado na primeira fase da OAB e abrange o estudo do **orçamento público, da receita e despesa pública, e do crédito público**.

Sendo importante na primeira fase da prova da OAB porque é uma disciplina com incidência de 2 questões e pode garantir pontos valiosos com o estudo direcionado.

As leis e artigos mais importantes para a prova são:

Constituição Federal (especialmente arts. 165 a 169), que institui os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA)

Art. 5º, XV, alínea 'b': Compete à União legislar sobre normas gerais de Direito Financeiro

Lei nº 4.320/64, que estabelece as normas gerais de direito financeiro

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece normas para a gestão financeira da União, Estados e Municípios.

Conexão com outros temas: O Direito Financeiro se conecta com outras áreas, como Direito Administrativo e Tributário, o que torna o conhecimento ainda mais relevante.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Define normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, como limites para despesas e metas fiscais.

Temas frequentemente cobrados

Ciclo orçamentário (PPA, LDO, LOA) e seus prazos.

Créditos adicionais e restos a pagar.

Princípios do Direito Financeiro, como legalidade, eficiência e transparência.

Controle da despesa pública.

Controle externo e interno do orçamento.

Tópicos-chave incluem as Leis Orçamentárias (PPA, LDO, LOA), emendas, e controle de gastos públicos.

Tópicos essenciais para estudar

Orçamento Público: O estudo do ciclo orçamentário, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receita e Despesa Pública: Análise de como o dinheiro público é arrecadado e gasto, incluindo receitas, despesas, créditos adicionais e restos a pagar.

Crédito público

Mecanismos de responsabilização dos gestores (LRF)

Emendas impositivas e de bancada

Controle interno e externo do orçamento

Fundos especiais

Questão Comentada

Lei de Responsabilidade Fiscal

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. O Presidente da República deve enviar, todo ano, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) da União ao Congresso Nacional para ser apreciado e votado. Como projeto de lei orçamentária que é, possui especificidades em seu regime de tramitação. A CRFB/88 estabelece que o PLDO, ao chegar ao Poder Legislativo, deve ser encaminhado ao(à)

a) Plenário do Congresso Nacional, para apreciação e votação única do PLDO em sessão conjunta de ambas as casas.

b) Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação e votação em turno único, e posterior remessa ao Plenário do Senado Federal para votação do PLDO.

c) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para examinar e emitir parecer sobre o PLDO.

d) Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJ, para examinar e emitir parecer sobre o PLDO.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do rito especial de tramitação dos projetos de leis orçamentárias (PPA, PLDO e PLOA), conforme estabelecido na **Constituição Federal** e nas normas de processo legislativo. O ponto crucial é identificar o órgão dentro do Congresso Nacional que recebe, examina e emite parecer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).

Fundamentação Legal

O rito de apreciação dos projetos de lei do Plano Plurianual (PPA), das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual (LOA) está definido no **Artigo 166 da Constituição Federal de 1988**:

- **Art. 166, parágrafo 1º, da CF/88:**

Parágrafo 1º. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do Regimento Comum.¹

- **Art. 166, parágrafo 2º, da CF/88 (Órgão Competente):**

Parágrafo 2º. Os projetos serão examinados por uma **Comissão Mista permanente de Senadores e Deputados**, que sobre eles emitirá parecer, antes de serem submetidos à votação em Plenário das duas Casas.

- **Regimento Comum do Congresso Nacional (Identificação do Órgão):**

A Comissão Mista permanente referida na CF/88 é a **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)**. É ela quem centraliza, examina, recebe emendas e emite pareceres sobre todos os projetos de lei orçamentária.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Plenário do Congresso Nacional... em sessão conjunta de ambas as casas.	ERRADA. Os projetos orçamentários não vão diretamente ao Plenário do Congresso; eles precisam ser examinados e relatados pela CMO antes de irem a votação final.	Viola o Art. 166, parágrafos 2º e 4º, da CF/88.
b) Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação... posterior remessa ao Plenário do Senado Federal...	ERRADA. O rito não é o bicameral sucessivo (Câmara e Senado). O rito orçamentário é bicameral simultâneo na fase de comissão, por meio da CMO.	Contraria o rito especial do Art. 166 da CF/88.
c) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para examinar e emitir parecer sobre o PLDO.	CORRETA. A CMO é o órgão constitucionalmente (Art. 166, parágrafo 2º, da CF) e regimentalmente competente para receber, examinar e relatar os projetos de lei orçamentária, incluindo o PLDO, antes que sejam votados pelo Congresso Nacional.	Fundamentação no Art. 166, parágrafo 2º, da CF/88 e no Regimento Comum.
d) Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJ, para examinar e emitir parecer sobre o PLDO.	ERRADA. A CCJ tem competência para a constitucionalidade e a legalidade (mérito jurídico) das proposições em geral, mas não tem competência regimental para examinar as matérias orçamentárias (que é exclusiva da CMO).	Órgão com competência regimental diferente.

Conclusão: O rito orçamentário, por envolver o PPA, a LDO e a LOA, possui um tratamento especial no Congresso Nacional, sendo a **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)** a responsável pela fase inicial de exame e parecer, o que centraliza a discussão orçamentária no Poder Legislativo.

Questão Comentada

Princípio da Anterioridade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Lei Ordinária do Município Alfa, publicada no Diário Oficial Municipal em 30/09/2020, instituiu uma Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais – TFEC, incidente sobre o setor de materiais de construção. Sua produção de efeitos se deu a partir de 01/01/2021, com a finalidade de aferir o cumprimento das normas de segurança e urbanização local e a taxa passou a ser cobrada por meio de alíquotas específicas, fixadas no valor de R\$ 150,00 para empresas com capital social de até R\$ 100.000,00, de R\$ 300,00 para empresas com capital social de até R\$500.000,00 e de R\$ 1.500,00 para empresas com capital social superior a R\$ 500.000,00. A associação dos empresários daquele setor empresarial pretende questionar essa cobrança. Diante desse cenário, a cobrança da referida taxa

- a) é legal e constitucional, por estar dentro da competência tributária do respectivo município, fundada no seu regular poder de polícia.
- b) não respeita o princípio da anterioridade, sendo inconstitucional nesse aspecto.
- c) é devida por atender aos princípios da progressividade e da capacidade contributiva, ao cobrar maior valor sobre a empresa com maior capital social e cobrar menor valor sobre a empresa com menor capital social.
- d) é ilegal por ser calculada com base no capital social das empresas.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão trata da **validade constitucional da base de cálculo** utilizada para a cobrança de **Taxas** no sistema tributário brasileiro. Embora o Município tenha competência para instituir a Taxa de Fiscalização (Poder de Polícia), o critério de cálculo adotado (**capital social da empresa**) é vedado pela Constituição Federal.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 145, parágrafo 2º, da Constituição Federal de 1988:**

- **Art. 145, parágrafo 2º, da CF/88:**

Parágrafo 2º. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de **impostos**.

- **Súmula Vinculante nº 29 do STF:**

É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, **desde que não haja integral identidade** entre uma e outra.

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Natureza do Tributo:** Trata-se de uma **Taxa de Fiscalização** (decorrente do Poder de Polícia, Art. 145, II, CF). A taxa deve ter como base de cálculo a **atividade estatal específica** (fiscalização ou serviço público).
2. **Base de Cálculo Utilizada:** O Município utilizou o **Capital Social da Empresa** como critério para fixar as alíquotas (R\$150,00, R\$300,00, R\$1.500,00).
3. **Capital Social como Base de Imposto:** O **Capital Social** é um elemento integrante da base de cálculo de **Impostos**, principalmente o **Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)**, que incide sobre o lucro/renda, ou ainda o **Imposto sobre o Patrimônio (IPVA, IPTU)**, que incide sobre o valor do bem (o capital social é um indicador patrimonial).
4. **A Vedação Constitucional:** O STF tem consolidado o entendimento de que a utilização de elementos que possuem **identidade total** com a base de cálculo de impostos, como é o caso do **capital social**, é **inconstitucional** para fins de Taxa, pois desvirtua a natureza do tributo. A Taxa deve ser calculada em função do custo da fiscalização ou do serviço prestado, e não da capacidade econômica presumida do contribuinte (que é um critério de Imposto).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) é legal e dentro da competência municipal,	ERRADA. Embora a instituição da taxa seja de competência municipal, a forma como foi	A competência não salva a ilegalidade da base de cálculo.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
tributária do respectivo município...	calculada é inconstitucional.	
b) não respeita o princípio da anterioridade, sendo inconstitucional nesse aspecto.	ERRADA. A anterioridade anual (vigência em 2021 para lei de 2020) foi respeitada. O vício é na base de cálculo.	O vício não é na anterioridade.
c) é devida por atender aos princípios da progressividade e da capacidade contributiva...	ERRADA. A progressividade e a capacidade contributiva são princípios aplicáveis aos Impostos (Art. 145, parágrafo 1º, CF), e não às Taxas, que devem se ater ao custo da atividade estatal.	Confunde os princípios aplicáveis a Impostos com os aplicáveis a Taxas.
d) é ilegal por ser calculada com base no capital social das empresas.	CORRETA. O capital social é uma base de cálculo própria de impostos. Usá-lo para Taxas viola o Art. 145, parágrafo 2º, da CF/88 (vedação de base que veda a identidade entre as bases de cálculo de Taxas e impostos).	Fundamentação no Art. 145, parágrafo 2º, da CF/88 (vedação de base de cálculo própria de impostos).

Conclusão: O vício da Taxa de Fiscalização é formal e material: o Município não pode utilizar o **capital social** como base de cálculo, pois esta é base própria de impostos, o que está expressamente vedado pela Constituição Federal.

Questão Comentada

Controle Interno e Externo do Orçamento

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. O Estado Beta, no último ano, ultrapassou o limite de despesa total de pessoal, que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é de, no máximo, 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). Por falta de gestão responsável, apesar de os demais Poderes e órgãos autônomos terem se enquadrado dentro dos respectivos percentuais fixados como limites individuais, o Poder Executivo Estadual ainda não conseguiu alcançar a redução determinada pela própria LRF, dentro do prazo por ela estipulado, para atender ao percentual máximo de 49% da RCL, fixado como limite individual de despesas com pessoal para o Poder Executivo Estadual

Diante desse cenário, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo estadual não poderá

- a) realizar qualquer operação de crédito, apenas.
- b) receber transferências voluntárias (exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social), mas poderá obter garantia de outro ente, bem como poderá contratar operações de crédito.
- c) obter garantia de outro ente, nem contratar operações de crédito, ressalvadas as que visem à redução das despesas com pessoal, mas poderá receber transferências voluntárias em quaisquer áreas.
- d) receber transferências voluntárias (exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social), nem obter garantia de outro ente, nem contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão trata das **sanções e vedações institucionais** impostas a um ente federado (Estado Beta) que **excedeu o limite máximo de despesa total com pessoal (60% da RCL)** e, notadamente, **não conseguiu retornar ao limite dentro do prazo legal** (o chamado "prazo de recondução" do Art. 23, *caput*, da LRF).

Fundamentação Legal

As vedações em caso de descumprimento do limite de despesa de pessoal (após esgotado o prazo de recondução) estão previstas no **Artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000)**:

- **Art. 23.** Se a despesa total com pessoal exceder o limite fixado no art. 20, **sem que tenha sido reconduzida ao respectivo limite no prazo** previsto no § 3º do art. 169 da Constituição, o ente ficará impedido, enquanto perdurar o excesso, de:

I – receber transferências voluntárias; (Ressalvadas as destinadas a saúde, educação e assistência social, conforme Art. 25, § 3º, da LRF)

II – obter, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação, ou empresa estatal dependente, garantia de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as que se destinem ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Detalhamento das Vedações

O Estado Beta, por não ter reconduzido sua despesa de pessoal ao limite no prazo, sofre as seguintes vedações cumulativas:

1. **Transferências Voluntárias:** Não pode receber, **exceto** aquelas vinculadas a **saúde, educação e assistência social** (as chamadas transferências *obrigatórias* por força de exceção legal).
2. **Garantia de Outro Ente:** Não pode obter garantia de outro ente da Federação (União ou outro Estado).
3. **Operações de Crédito:** Não pode contratar operações de crédito, **exceto** as destinadas:

ao **pagamento da dívida mobiliária** (refinanciamento).

à **redução das despesas com pessoal** (finalidade específica e benéfica).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) realizar qualquer operação de crédito, apenas .	ERRADA. A vedação é mais ampla, incluindo	A restrição é incompleta e

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	transferências voluntárias e obtenção de garantias, e ainda há exceções para operações de crédito.	imprecisa.
b) receber transferências voluntárias (exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social), mas poderá obter garantia de outro ente, bem como poderá contratar operações de crédito.	ERRADA. Embora a ressalva das transferências voluntárias esteja correta (Art. 25, § 3º, da LRF), a alternativa erra ao afirmar que o Estado <i>poderá obter garantia e poderá contratar operações de crédito</i> (a regra é a vedação).	Contradiz os incisos II e III do Art. 23 da LRF .
c) obter garantia de outro ente, nem contratar operações de crédito, ressalvadas as que visem à redução das despesas com pessoal, mas poderá receber transferências voluntárias em quaisquer áreas.	ERRADA. As transferências voluntárias só são permitidas com a ressalva de saúde, educação e assistência social , e não em quaisquer áreas (a regra é a vedação).	A ressalva do inciso I está incorreta.
d) receber transferências voluntárias (exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social), nem obter garantia de outro ente, nem contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.	CORRETA. Esta afirmativa lista as três vedações impostas pelo Art. 23 da LRF (I, II e III), incluindo corretamente as ressalvas e exceções para as Transferências Voluntárias e Operações de Crédito.	Fundamentação completa e precisa no Art. 23 da LRF (incisos I, II e III, combinado com o Art. 25, § 3º).

Conclusão: O rigor da LRF visa forçar o Poder Executivo Estadual a tomar as medidas

necessárias para o ajuste fiscal, impondo restrições severas ao seu financiamento e capacidade de endividamento, ressalvando apenas as áreas sociais e o refinanciamento da dívida.

Questão Comentada

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de determinado ente federativo, encaminhado ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo, prevê apenas o orçamento fiscal do referido ente. Na mensagem de encaminhamento do projeto de LOA, está esclarecido que o orçamento de investimentos das empresas em que o ente, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, bem como o orçamento da seguridade social do ente, será encaminhado individualmente por meio de outros projetos. Diante desse cenário, sobre esse procedimento assinale a afirmativa correta.

- a) Viola a regra constitucional de que o orçamento da seguridade social deve integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Não atende à regra constitucional de que a LOA compreenderá também o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.
- c) Está correto, pois apenas o orçamento fiscal compõe a LOA, devendo o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social serem previstos em leis próprias para cada um desses tipos de orçamentos.
- d) É inadequado em relação ao orçamento de investimentos, que deveria compor a LOA, mas é admitido em relação ao orçamento da seguridade social, que pode ser previsto em outra lei, desde que seu valor global esteja previsto na LOA.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda a **composição obrigatória** da **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. O princípio constitucional da **Unidade Orçamentária** exige que a LOA não seja fragmentada e que ela compreenda, em um só documento, três orçamentos distintos.

O procedimento descrito pelo Poder Executivo de fragmentar esses orçamentos em projetos de lei separados viola esta regra.

Fundamentação Legal

O princípio da Unidade Orçamentária, que define a composição da LOA, está previsto no **Artigo 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988:**

- **Art. 165, parágrafo 5º, da CF/88:**

Parágrafo 5º. A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Interpretação da Norma

A Constituição utiliza o verbo "**compreenderá**", no parágrafo 5º, para indicar que a LOA deve obrigatoriamente englobar os três orçamentos listados (Fiscal, Investimento e Seguridade Social) em um **único projeto de lei**. A separação desses orçamentos em diferentes projetos de lei, como tentou fazer o ente federativo na questão, viola o princípio da Unidade Orçamentária, que busca a transparência e a visão integral das contas públicas.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Viola a regra constitucional de que o orçamento da seguridade social deve integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias .	ERRADA. Embora a LDO discipline o orçamento da seguridade, é a LOA (Lei Orçamentária Anual) que deve integrar o orçamento da seguridade social, conforme o Art. 165, parágrafo 5º, III, da CF.	Confunde a LOA com a LDO.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
b) Não atende à regra constitucional de que a LOA compreenderá também o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.	CORRETA. O procedimento é inconstitucional, pois a LOA deve obrigatoriamente incluir os três orçamentos (Fiscal, Investimentos e Seguridade Social). Apresentá-los em projetos separados viola o Art. 165, parágrafo 5º.	Fundamentação no Art. 165, parágrafo 5º, da CF/88 (Princípio da Unidade).
c) Está correto, pois apenas o orçamento fiscal compõe a LOA...	ERRADA. A Constituição estabelece claramente que a LOA é composta pelos três orçamentos (Fiscal, Investimentos e Seguridade Social).	Contradiz o Art. 165, parágrafo 5º, da CF/88.
d) É inadequado em relação ao orçamento de investimentos... mas é admitido em relação ao orçamento da seguridade social, que pode ser previsto em outra lei...	ERRADA. Ambos os orçamentos (Investimentos e Seguridade Social) devem ser integrados na LOA. A Constituição não permite que nenhum dos três orçamentos seja previsto em lei autônoma.	Contraria o Art. 165, parágrafo 5º, da CF/88.

Conclusão: O princípio da **Unidade** na elaboração do orçamento federal, estadual ou municipal exige que os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social estejam reunidos em um único projeto de Lei Orçamentária Anual. A fragmentação é inconstitucional.

Direito Tributário

O Direito Tributário é importante para a 1ª fase da prova da OAB pois representa cerca de porcentagem significativa da prova, o que o torna uma disciplina de "custo-benefício" estratégico, com 5 questões em cada exame.

As questões são cobradas em todas as provas, desde a criação do exame.

Os temas mais recorrentes cobrados na prova incluem: **Princípios tributários,**

Responsabilidade tributária e Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Importância do Direito Tributário para a prova da OAB **Peso estratégico:** Embora não seja a matéria com o maior número de questões, ter um bom desempenho nela é crucial para a aprovação, já que apresenta 5 questões em todas as provas.

Temas mais cobrados na 1ª fase da OAB

Princípios Constitucionais Tributários: É o assunto mais frequente e fundamental, incluindo a legalidade, que é um tópico essencial.

Responsabilidade Tributária: Tema recorrente e com grande peso nas provas.

Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário: Outro tópico muito cobrado e fundamental para a disciplina.

Competência Tributária e Espécies de Tributos: Também aparecem com frequência.

Garantias e Privilégios do Crédito Tributário: São assuntos que aparecem regularmente nas questões.

Principais artigos e leis para estudar

Constituição Federal (CF/88):

Art. 150: Limitações ao poder de tributar.

Arts. 153, 155 e 149: Competência para instituir impostos federais, estaduais e contribuições.

Art. 145: Definição de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Art. 151: Vedação de competências tributárias para a União.

Art. 156: Competência tributária dos Municípios.

Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 3º: Conceito de tributo.

Art. 4º: Classificação dos tributos em impostos, taxas e contribuições.

Arts. 6º, 7º e 8º: Competência e capacidade tributária.

Arts. 14 ao 76: Regras gerais de tributação e competência tributária.

Arts. 96 ao 210: Responsabilidade tributária, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

Lei 8.137/90: Crimes contra a ordem tributária (embora seja Direito Penal, é interdisciplinar e pode cair na prova).

Questão Comentada

Ordem tributária

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. João da Silva, profissional liberal, foi notificado pela Administração Tributária Federal, em 20 de janeiro de 2023, para prestar esclarecimentos sobre possíveis rendimentos não declarados recebidos no ano de 2019. Tais rendimentos foram identificados por meio de movimentação financeira de sua conta bancária, a partir da Lei Complementar Federal n. XXX/2022, publicada em 15 de dezembro de 2022, que alterou os critérios de fiscalização, ampliando os poderes de investigação do Fisco Federal, permitindo a este acesso aos dados financeiros bancários dos contribuintes (apenas créditos e débitos) para fins de fiscalização, lançamento tributário e cobrança de Imposto sobre a Renda. Irresignado com a notificação relativa aos fatos ocorridos vários anos atrás, João consulta seu(sua) advogado(a), que emite um sucinto parecer e uma orientação jurídica. Diante desse cenário e de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a afirmativa correta.

- a) A notificação é inconstitucional por violar o princípio da irretroatividade tributária, uma vez que a referida nova lei só poderia produzir efeitos a partir da sua publicação.
- b) Por não ter respeitado a anterioridade nonagesimal, que imporia a vigência e eficácia daquela nova lei somente a partir do meio do mês de março de 2023, a notificação é indevida.
- c) A notificação é regular e atende às regras constitucionais e às do CTN, devendo João da Silva prestar os esclarecimentos quanto aos rendimentos recebidos e, se for o caso, recolher o imposto devido com os acréscimos devidos.
- d) Não poderá ocorrer lançamento tributário fundado em dados obtidos a partir de fiscalização com base na Lei Complementar n. XXX/2022, já que ela instituiu novos critérios de apuração ou processos de fiscalização depois da ocorrência do fato gerador da obrigação.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão testa a regra da **retroatividade benigna** ou **aplicação imediata** das leis tributárias que dispõem sobre **procedimentos de fiscalização** (direito formal), em contraste com a irretroatividade de leis que criam ou aumentam tributos (direito material).

O problema envolve:

1. **Fato Gerador (IR):** Ano de 2019 (regido pela lei vigente na época).
2. **Nova Lei (Fiscalização):** LC/2022, que ampliou os poderes de fiscalização.
3. **Fiscalização:** 2023 (sob a vigência da nova lei).

Fundamentação Legal (Retroatividade)

O tema é regido pelo **Artigo 144, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional (CTN):**

- **Art. 144, caput (Regra Geral):** O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e rege-se pela lei então vigente, **ainda que posteriormente modificada ou revogada.**
- **Art. 144, parágrafo 1º (Exceção - Retroatividade Benigna):** Aplica-se à lei vigente na data do lançamento (posterior ao fato gerador) quando ela:

Parágrafo 1º. Aplica-se à lei vigente na data do lançamento.

I - que, posteriormente à ocorrência do fato gerador, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Natureza da Nova Lei:** A LC/2022 alterou os **critérios de fiscalização** e **ampliou os poderes de investigação** do Fisco (acesso a dados bancários).
2. **Aplicação do Art. 144, parágrafo 1º, I, do CTN:** Leis que versam sobre critérios de apuração ou fiscalização são de **aplicação imediata** e **retroagem** para atingir fatos geradores ocorridos sob a égide da lei anterior, desde que o **lançamento** (ou a fiscalização) ocorra sob sua vigência.

3. **Conclusão:** O lançamento do Imposto de Renda referente a 2019 será feito em 2023, sob a vigência da LC/2022. Como essa LC se refere a **procedimentos de fiscalização**, ela é **aplicável** à apuração dos fatos geradores de 2019. A notificação é, portanto, regular.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A notificação é inconstitucional por violar o princípio da irretroatividade tributária, uma vez que a referida nova lei só poderia produzir efeitos a partir da sua publicação.	ERRADA. O princípio da irretroatividade (Art. 150, III, "a", CF) protege o contribuinte contra leis que criam ou aumentam tributos . Leis meramente processuais ou de fiscalização (como a LC/2022) são exceções e têm aplicação imediata, conforme o CTN.	A irretroatividade não se aplica a leis de fiscalização/processo.
b) Por não ter respeitado a anterioridade nonagesimal, que imporia a vigência e eficácia daquela nova lei somente a partir do meio do mês de março de 2023, a notificação é indevida.	ERRADA. Os princípios da anterioridade (anual e nonagesimal) também se aplicam a leis que criam ou majoram tributos . Uma lei que apenas institui novos critérios de fiscalização não se submete à anterioridade.	Leis de fiscalização não se submetem à Anterioridade.
c) A notificação é regular e atende às regras constitucionais e às do CTN, devendo João da Silva prestar os esclarecimentos...	CORRETA. A nova lei de fiscalização é aplicável aos fatos geradores anteriores, desde que o lançamento (ou o ato de fiscalização que o precede) ocorra na sua vigência (Art. 144, parágrafo 1º, I, do CTN).	Fundamentação no Art. 144, parágrafo 1º, I, do CTN (aplicação imediata de leis de fiscalização).
d) Não poderá ocorrer	ERRADA. O Art. 144,	Contradiz diretamente o

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
lançamento tributário fundado em dados obtidos... já que ela instituiu novos critérios de apuração ou processos de fiscalização depois da ocorrência do fato gerador da obrigação.	parágrafo 1º, I, do CTN estabelece exatamente o contrário: a lei que institui novos critérios de fiscalização é aplicável mesmo que tenha sido posterior ao fato gerador, desde que anterior ao lançamento.	Art. 144, parágrafo 1º, I, do CTN.

Conclusão: O Fisco agiu corretamente. A regra da irretroatividade não se aplica a normas de Direito Tributário Formal (procedimento/fiscalização), que têm aplicação imediata e, por expressa previsão legal, podem retroagir para apurar fatos geradores anteriores, desde que o lançamento não tenha sido concluído.

Questão Comentada

Responsabilidade tributária

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Um contrato de locação residencial traz cláusula expressa de que ao locatário caberá o encargo de pagar diretamente, para o Município ou a rede bancária, o IPTU incidente sobre o imóvel locado, enquanto durar o contrato de locação, devendo remeter, posteriormente, o comprovante de pagamento ao locador.

Sobre a posição do locatário, à luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- O locatário pode ser considerado contribuinte de direito quanto a este IPTU.
- Em caso de inadimplemento deste IPTU, o locatário não poderá ser executado pelo Município.
- Quanto a este IPTU, o locatário tem responsabilidade tributária por substituição ao locador.

d) O locatário é responsável tributário por sucessão do locador quanto a este IPTU

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda o conceito de **sujeito passivo da obrigação tributária (contribuinte e responsável)** e a validade de uma **cláusula contratual** que transfere a responsabilidade pelo pagamento de tributo (*pacto adjeto*) a uma terceira pessoa. O foco é se essa convenção particular pode ser oposta à **Fazenda Pública** para fins de cobrança judicial (Execução Fiscal).

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 123 do Código Tributário Nacional (CTN)**:

- **Art. 121, caput, do CTN:** Sujeito passivo principal é o **contribuinte** ou o **responsável**.

Contribuinte (Art. 121, I): Quem tem **relação pessoal e direta** com o fato gerador (no IPTU, o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil - **Art. 34 do CTN**).

Responsável (Art. 121, II): Quem, sem ser contribuinte, tem obrigação decorrente de disposição expressa de lei.

- **Art. 123 do CTN:**

Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, **não podem ser opostas à Fazenda Pública**, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações¹ tributárias correspondentes.

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Sujeito Passivo Legal (IPTU):** O fato gerador do IPTU é a propriedade. O **locador** (proprietário) é o **contribuinte legal** (sujeito passivo de direito) perante o Município (Art. 34 do CTN).
2. **Cláusula Contratual:** A cláusula que obriga o locatário a pagar o IPTU é válida apenas no **âmbito privado** (obrigação civil) entre locador e locatário.

3. **Inoponibilidade à Fazenda Pública:** O **Art. 123 do CTN** estabelece que a Fazenda Pública **ignora** as convenções particulares. O Município (Fazenda Pública) está vinculado apenas à **definição legal** do sujeito passivo (o locador/proprietário).
4. **Conclusão:** O locatário não é o contribuinte legal, nem o responsável por força de lei. Em caso de inadimplemento, o Município deve cobrar o tributo do **locador/proprietário** (o contribuinte legal). O locatário, se não pagar, será acionado pelo locador na esfera civil, mas **não** pode ser executado pelo Município.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O locatário pode ser considerado contribuinte de direito quanto a este IPTU.	ERRADA. O contribuinte de direito do IPTU é o proprietário (locador), conforme o Art. 34 do CTN. O locatário é apenas o devedor contratual (<i>de facto</i>).	Viola o Art. 34 do CTN.
b) Em caso de inadimplemento deste IPTU, o locatário não poderá ser executado pelo Município.	CORRETA. A obrigação do locatário perante o Município não existe , pois o Município não se vincula à cláusula contratual (Art. 123 do CTN). O Município executará o locador (contribuinte legal).	Fundamentação no Art. 123 do CTN.
c) Quanto a este IPTU, o locatário tem responsabilidade tributária por substituição ao locador.	ERRADA. A substituição é definida por lei (Art. 128 do CTN). Não há lei que defina o locatário como substituto tributário do locador para o IPTU.	A responsabilidade por substituição exige previsão legal.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
d) O locatário é responsável tributário por sucessão do locador quanto a este IPTU.	ERRADA. A sucessão tributária ocorre em hipóteses como aquisição de imóveis (Art. 130), fusão de empresas (Art. 132), etc., e não na locação.	O caso não se enquadra nas hipóteses de sucessão (Art. 130 e ss. do CTN).

Conclusão: O **Art. 123 do CTN** protege a Fazenda Pública. Embora o contrato de locação transfira a obrigação de pagar ao locatário, a responsabilidade perante o Município continua sendo do proprietário do imóvel (locador).

Questão Comentada

Ordem tributária- Competência

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Visando à melhoria do serviço de iluminação pública e da segurança no Município Alfa, foi publicada lei municipal, em 20/02/2024, instituindo uma contribuição cuja arrecadação estaria vinculada ao custeio, à expansão e à melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para a segurança e a preservação de logradouros públicos. Acerca desta lei, assinale a afirmativa correta.

- a) A contribuição poderia ser instituída e vinculada a todas essas finalidades, por expressa previsão constitucional.
- b) É inconstitucional a tentativa de custear a iluminação pública por espécie tributária distinta de impostos.
- c) A implantação de sistemas de monitoramento para a segurança e a preservação de logradouros públicos somente poderiam ser custeados com recursos advindos de taxas, e não de uma contribuição.
- d) A implantação de sistemas de monitoramento para a segurança e a preservação de logradouros públicos somente poderiam ser custeados com recursos advindos de impostos, e não de uma contribuição.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda a **Competência Tributária Municipal** e a finalidade da **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP ou CIP)**. O foco é se a Constituição Federal permite que a arrecadação da COSIP seja vinculada a finalidades acessórias, como a segurança pública (monitoramento).

Fundamentação Legal

O regime jurídico da COSIP está estabelecido no **Artigo 149-A da Constituição Federal de 1988**, introduzido pela Emenda Constitucional nº 39/2002:

- **Art. 149-A, caput, da CF/88:**

Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do **serviço de iluminação pública**, observado o disposto no art. 150, I e III¹.

- **Art. 149-A, parágrafo único, da CF/88 (Vinculação de Receita):**

Parágrafo único. É facultada aos Municípios e ao Distrito Federal a utilização do valor arrecadado a título de contribuição para o custeio, a expansão e a **melhoria do serviço de iluminação pública, incluindo a instalação, a manutenção e o gerenciamento de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos**, na forma da lei.

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Finalidade Principal:** A contribuição é primariamente destinada ao **custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública**.
2. **Finalidades Acessórias (Segurança/Monitoramento):** O **parágrafo único** do Art. 149-A, em sua redação atual, **expressamente facultou** aos Municípios utilizar os recursos arrecadados com a COSIP para o custeio, instalação e gerenciamento de **sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos**.

3. **Conclusão:** A lei municipal que vincula a COSIP tanto ao custeio da iluminação quanto aos sistemas de monitoramento para a segurança está **em plena conformidade** com a permissão expressa da Constituição Federal.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A contribuição poderia ser instituída e vinculada a todas essas finalidades, por expressa previsão constitucional.	CORRETA. O Art. 149-A, parágrafo único, da CF/88 confere base legal expressa para que os recursos da COSIP sejam utilizados para custear, expandir, melhorar o serviço de iluminação e incluir os sistemas de monitoramento para segurança.	Fundamentação no Art. 149-A, parágrafo único, da CF/88.
b) É inconstitucional a tentativa de custear a iluminação pública por espécie tributária distinta de impostos.	ERRADA. A iluminação pública foi declarada como serviço <i>uti singuli</i> (não divisível) pelo STF (Súmula 670), sendo vedada sua cobrança por Taxa . A solução constitucional foi criar uma espécie tributária própria (COSIP - Contribuição), o que a diferencia de impostos.	A COSIP é a espécie tributária constitucionalmente adequada.
c) A implantação de sistemas de monitoramento... somente poderiam ser custeados com recursos advindos de taxas , e não e uma contribuição.	ERRADA. A segurança pública (monitoramento de logradouros) é um serviço não divisível (<i>uti universi</i>), sendo, portanto, indevida a cobrança por Taxa. Além disso, o Art. 149-A, parágrafo único, permite expressamente o custeio via COSIP.	Segurança pública não é custeável por Taxa.
d) A implantação de sistemas de monitoramento... somente poderiam ser custeados	ERRADA. Embora a segurança pública em geral seja custeada por impostos, o Art. 149-A, parágrafo único, CF/88 criou uma	Contraria a permissão do Art. 149-A, parágrafo único, da CF/88.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
com recursos advindos de impostos , e não de uma contribuição.	exceção específica para o monitoramento vinculado à melhoria da iluminação pública , permitindo o custeio via COSIP.	

Conclusão: O constituinte derivado, ao alterar o Art. 149-A, CF/88, permitiu que a COSIP se tornasse uma fonte de financiamento para a segurança pública municipal, desde que relacionada ao monitoramento de logradouros e à melhoria da iluminação pública.

Questão Comentada

Código Tributário-Ordem tributária

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Nova lei federal ordinária, pretendendo oferecer uma oportunidade para que os empregadores possam quitar suas dívidas de contribuição previdenciária patronal, criou um programa de parcelamento de dívidas desse tributo em até 90 (noventa) meses. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A nova lei, por não ser complementar, não poderia prever o parcelamento dessas dívidas de contribuições de seguridade social.
- b) O número máximo de meses de tal parcelamento extrapola o permitido pela Constituição Federal/88.
- c) O parcelamento das contribuições de seguridade social, por determinação da Constituição Federal/88, precisa ser acompanhado do pagamento de uma parcela inicial que represente 20% do valor total da dívida.
- d) A Constituição Federal, dada a relevância da seguridade social, veda a concessão de qualquer tipo de parcelamento de dívidas de contribuição previdenciária patronal.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda o regime constitucional do **parcelamento de débitos tributários**, com foco especial nas **contribuições sociais (previdenciárias)**. O ponto central é identificar o **limite máximo** de prazo de parcelamento que a legislação ordinária pode estabelecer para esses débitos, conforme a Constituição Federal.

Fundamentação Legal

O regime de parcelamento das contribuições sociais está previsto no **Artigo 195, parágrafo 11, da Constituição Federal de 1988**:

- **Art. 195, parágrafo 11, da CF/88:**

Parágrafo 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia, salvo se houver lei específica federal, estadual ou municipal, nos casos de calamidade pública ou de guerra, quanto aos tributos de respectiva competência.

Regra Geral do CTN (aplicável por analogia/entendimento):

- **Art. 155-A, parágrafo 2º, do CTN:**

Parágrafo 2º. A lei pode estabelecer condições específicas para o parcelamento de débitos oriundos de tributos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para as contribuições sociais.

Entendimento Constitucional e Legal Específico (Art. 167 da CF - Vedações):

- O questionamento refere-se a um entendimento consolidado a partir da rigidez constitucional sobre a Seguridade Social, que resultou no estabelecimento de limites de prazo para o parcelamento de contribuições.

Legislação Específica (Lei nº 10.522/2002):

- A legislação infraconstitucional (Lei nº 10.522/2002, Art. 14), que trata do parcelamento de débitos, estabelece que o parcelamento especial de débitos para com a Fazenda Nacional (o que inclui contribuições previdenciárias) é de, no máximo, **60 (sessenta) parcelas mensais**.
- O prazo de **90 meses** é geralmente reservado a programas de refinanciamento temporários e excepcionais (REFIS, PRT, etc.) e não ao parcelamento ordinário.

Na ausência de indicação de programa excepcional na questão, deve-se aplicar o limite do parcelamento ordinário.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A nova lei, por não ser complementar, não poderia prever o parcelamento dessas dívidas de contribuições de seguridade social.	ERRADA. O parcelamento é uma das modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário (Art. 151, VI, do CTN) e pode ser estabelecido por lei ordinária federal.	Não há exigência constitucional de Lei Complementar para parcelamento de débitos (apenas para remissão e anistia, Art. 195, § 11, CF).
b) O número máximo de meses de tal parcelamento extrapola o permitido pela Constituição Federal/88.	CORRETA. No contexto do parcelamento ordinário de débitos previdenciários (e federais em geral), o limite legal estabelecido pela legislação que regulamenta a cobrança de tributos (Lei nº 10.522/2002) é de 60 (sessenta) meses . O prazo de 90 (noventa) meses excede esse limite e, portanto, é considerado inconstitucional e ilegal se for para parcelamento ordinário.	Extrapola o limite de 60 meses do parcelamento ordinário, refletindo uma ofensa ao regime de financiamento da Seguridade.
c) O parcelamento das contribuições de seguridade social... precisa ser acompanhado do pagamento de uma parcela inicial que represente 20% do valor total da dívida .	ERRADA. Essa exigência de 20% foi prevista em programas de parcelamento específicos (como o PRT), mas não é uma determinação constitucional nem uma regra para o parcelamento ordinário.	Não há previsão constitucional para esse valor de parcela inicial.
d) A Constituição Federal, dada a relevância da seguridade social, veda a	ERRADA. A Constituição não veda o parcelamento. O Art. 151, VI, do CTN (com força de lei	O parcelamento é permitido, a vedação é para a remissão/anistia.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
concessão de qualquer tipo de parcelamento de dívidas de contribuição previdenciária patronal.	complementar) e a legislação ordinária preveem e regulamentam o parcelamento. A vedação constitucional é apenas para a remissão e a anistia, salvo exceções (Art. 195, § 11, CF).	

Conclusão: A Lei Ordinária Federal que estabeleceu o parcelamento em 90 meses para contribuições previdenciárias violou a legislação infraconstitucional que regula o parcelamento ordinário (60 meses), tornando a alternativa **B** correta sob a ótica de extrapolação do limite legalmente permitido, o que é frequentemente questionado pela jurisprudência como ofensa ao regime da Seguridade Social.

Questão Comentada

Responsabilidade Tributária

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. A sociedade empresária prestadora de serviços ABC Ltda., sediada no Município Alfa, deixou de declarar ao Fisco Municipal vários serviços que prestou no território desse município. Em razão disso, um agente fiscal do ISS municipal lavrou auto de infração com multa e encargos em face da referida sociedade empresária, por não ter prestado as declarações no prazo e na forma da legislação tributária.

Notificada do auto de infração para o pagamento, a sociedade empresária nem pagou nem impugnou o lançamento. Em razão do não pagamento, a Procuradoria do Município ingressou com uma ação de cobrança pelo rito comum contra a sociedade ABC Ltda., fundamentada no Código de Processo Civil.

Sobre a ação de cobrança ajuizada pela Procuradoria do Município, assinale a afirmativa correta.

a) A via judicial adequada para a cobrança seria a ação de execução fiscal, e não uma ação de cobrança regida pelo Código de Processo Civil.

b) O prazo prescricional do Fisco Municipal para a constituição do crédito tributário era de cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

c) O prazo decadencial do Fisco Municipal para a constituição do crédito tributário era de cinco anos contados da data do fato gerador da obrigação tributária.

d) A modalidade de lançamento efetivamente utilizada pelo agente fiscal do ISS foi o lançamento por declaração.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda o **procedimento de cobrança judicial do Crédito Tributário** já constituído e definitivamente não pago. O foco é identificar o rito processual obrigatório que a Fazenda Pública (Município) deve seguir para executar seu crédito.

Fundamentação Legal

O regime jurídico de cobrança dos créditos tributários é especial e está previsto em lei específica:

- **Art. 204 do Código Tributário Nacional (CTN):**

A **Dívida Ativa regularmente inscrita** goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

- **Art. 38 da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal - LEF):**

A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública **será regida por esta Lei** e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

- **Fase Administrativa:** O Fisco Municipal lavrou um **Auto de Infração**, que resultou no **Lançamento de Ofício** (ou por arbitramento), o qual não foi pago nem impugnado. Com o trânsito em julgado administrativo, o crédito se tornou **definitivo**.
- **Fase Judicial:** O crédito definitivo deve ser inscrito em **Dívida Ativa (DA)** e formalizado por meio da **Certidão de Dívida Ativa (CDA)**. A CDA, por lei (Art. 204 do CTN), é um **título executivo extrajudicial**.

- **Via Processual:** A cobrança judicial de títulos executivos extrajudiciais da Fazenda Pública é feita, obrigatoriamente, pela **Ação de Execução Fiscal**, regida pela LEF (Lei nº 6.830/80). Não é permitido o uso do rito comum (ação de cobrança) para executar a dívida ativa, pois a Fazenda tem um título dotado de presunção de certeza e liquidez.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A via judicial adequada para a cobrança seria a ação de execução fiscal, e não uma ação de cobrança regida pelo Código de Processo Civil.	CORRETA. O Crédito Tributário definitivamente constituído se torna Dívida Ativa e, após inscrição e emissão da CDA, deve ser cobrado exclusivamente pela Ação de Execução Fiscal , que possui rito próprio e é mais célere que o rito comum.	Fundamentação no Art. 38 da LEF c/c Art. 204 do CTN.
b) O prazo prescricional do Fisco Municipal para a constituição do crédito tributário era de cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.	ERRADA. A contagem descrita (primeiro dia do exercício seguinte) é a regra geral para a Decadência (extinção do direito de lançar) no caso de lançamento de ofício (Art. 173, I, do CTN), e não para a prescrição. A Prescrição (extinção do direito de cobrar) se inicia após a constituição definitiva do crédito (Art. 174 do CTN).	Confunde Decadência com Prescrição .
c) O prazo decadencial do Fisco Municipal para a constituição do crédito tributário era de cinco anos contados da data do fato gerador da obrigação tributária.	ERRADA. A contagem a partir do fato gerador (Art. 150, parágrafo 4º, do CTN) é a regra para o lançamento por homologação (que não é o caso, pois houve auto de infração). Para o lançamento de ofício (o que ocorreu), a regra é o Art. 173, I, do CTN (primeiro dia do	Contagem de prazo incorreta para o Lançamento de Ofício.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	exercício seguinte).	
d) A modalidade de lançamento efetivamente utilizada pelo agente fiscal do ISS foi o lançamento por declaração .	ERRADA. No lançamento por declaração, o contribuinte informa o fato gerador (Art. 147 do CTN). No caso, a empresa deixou de declarar e o Fisco teve que intervir, lavrando o auto. A modalidade utilizada foi o Lançamento de Ofício (Art. 149 do CTN), pois a autoridade fiscal agiu de forma direta e sem a participação do contribuinte no cálculo.	A atuação do Fisco de ofício após omissão do contribuinte é Lançamento de Ofício (ou de ofício por arbitramento).

Conclusão: O Município cometeu um erro de procedimento judicial. Tendo um crédito tributário definitivamente constituído (Auto de Infração não impugnado), ele detém um título executivo e deve utilizar a via executiva própria e não o rito comum

Questão Comentada

Imunidade Tributária

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. O Município Alfa revogou a lei que instituiu a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos imóveis situados em seu território, há mais de 5 anos, deixando, desde então, de realizar sua cobrança e arrecadação.

Notificado pelo respectivo Tribunal de Contas para retornar a cobrar o imposto por descumprir um dos requisitos essenciais de uma gestão fiscal responsável, o prefeito pergunta a você, como advogado(a), qual será a consequência para a municipalidade, caso mantenha a política da não instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucionalmente atribuída.

Nesse cenário, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000), você respondeu que o Município Alfa ficará impedido de

- a) realizar operações de crédito.
- b) realizar qualquer concurso público.
- c) receber transferências voluntárias.
- d) contratar com qualquer outro ente da Federação.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda o **dever de instituição e arrecadação de tributos de competência própria** como um requisito de **Gestão Fiscal Responsável** imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A omissão na cobrança de um imposto fundamental (IPTU) acarreta uma penalidade específica, que é a vedação ao Município de receber auxílio financeiro da União ou do Estado.

Fundamentação Legal

O princípio de que o ente deve instituir e arrecadar seus próprios impostos como condição para receber recursos externos está previsto no **Artigo 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)** e no **Artigo 25, parágrafo 1º, inciso IV, da mesma Lei**, que trata das vedações para receber transferências voluntárias:

- **Art. 11, caput, da LRF (Dever de Instituição e Arrecadação):**

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os **tributos de competência constitucional do ente da Federação**.

- **Art. 25, parágrafo 1º, inciso IV, da LRF (A Penalidade):**

Parágrafo 1º. Para receber transferências voluntárias, o ente da Federação deverá cumprir as exigências do § 2º do art. 167 da Constituição e do art. 32, e mais:

IV - comprovar a observância do disposto no art. 11 [instituição e arrecadação de tributos de sua competência].

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **A Violação:** O Município Alfa revogou a lei do IPTU e não o cobra, violando o **Art. 11 da LRF** (instituição e arrecadação de tributos de competência própria).

2. **A Sanção:** O Art. 25 da LRF define as condições para um ente receber **transferências voluntárias** (recursos financeiros repassados pela União ou Estado com destinação específica e que dependem de convênio ou acordo). O não cumprimento do Art. 11 é uma das vedações para esse recebimento.
3. **Conclusão:** O Município, ao persistir na omissão, será considerado **inadimplente** perante o Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC/SIAFI) e ficará **impedido de receber transferências voluntárias**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) realizar operações de crédito.	ERRADA. A vedação principal para operações de crédito está ligada ao excesso de dívida consolidada ou ao excesso de despesa com pessoal (Art. 23, III, da LRF), e não diretamente à omissão de receita.	Não é a sanção primária para omissão de receita própria.
b) realizar qualquer concurso público.	ERRADA. A vedação de concursos públicos (salvo para reposição) está ligada ao excesso de despesa com pessoal (Art. 22, IV, da LRF) e não à omissão de receita.	A vedação se relaciona à despesa de pessoal.
c) receber transferências voluntárias.	CORRETA. A falta de instituição e arrecadação dos tributos de competência municipal (Art. 11, LRF) é uma das causas expressas de impedimento para o recebimento de Transferências Voluntárias (Art. 25, parágrafo 1º, IV, da LRF).	Fundamentação no Art. 25, parágrafo 1º, IV, da LRF.
d) contratar com qualquer outro ente da Federação.	ERRADA. A vedação não é para qualquer contrato , mas sim para o recebimento de transferências voluntárias e a obtenção de garantias (Art. 23, II, da LRF), que são restrições mais específicas.	A restrição é mais específica do que a simples contratação.

Conclusão: A LRF impõe ao gestor fiscal o dever de maximizar a arrecadação de receitas próprias. Ao deixar de cobrar o IPTU, o Município é punido com a interrupção das fontes de receita externas não obrigatórias

Questão Comentada

Ordem tributária – Imunidade Tributária

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Paulo, domiciliado em Ubatuba (SP), era proprietário de uma única embarcação automotora, que ficava ancorada em Paraty (RJ). Ele veio a falecer no início do ano de 2024, em Belo Horizonte (MG), durante visita à filha e única herdeira, Joana, domiciliada nesta mesma cidade. A filha, maior de idade e capaz, realizou o inventário extrajudicial de seu pai perante tabelião de Belo Horizonte (MG).

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, assinale a opção que indica, corretamente, o Estado em que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) incidente sobre essa transmissão causa mortis é devido.

- a) Minas Gerais, por ser o local onde se processou o inventário extrajudicial.
- b) Minas Gerais, por ser o local de domicílio da única herdeira.
- c) São Paulo, por ser o local de domicílio do falecido.
- d) Rio de Janeiro, por ser o local onde está ancorada a embarcação automotora

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a regra de **competência tributária inter-estadual** para a cobrança do **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)**, especificamente quando o bem transmitido é um **bem móvel** (embarcação) e as partes (falecido e herdeira) estão domiciliadas em Estados diferentes, e o inventário ocorre em um terceiro Estado.

Fundamentação Legal

A regra geral de competência para o ITCMD está prevista no **Artigo 155, inciso I, e parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988:**

1. **Regra Geral (Art. 155, I):** O ITCMD é um imposto de **competência dos Estados e do Distrito Federal**.
2. **Bens Imóveis:** O imposto é devido ao Estado da **situação do bem** (localização física).
3. **Bens Móveis, Títulos e Créditos (Regra Comum):** O imposto é devido ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou onde tiver domicílio o doador.
4. **Regra Específica para Transmissão *Causa Mortis* (Art. 155, parágrafo 1º, inciso I):**

Parágrafo 1º. Relativamente ao imposto previsto no inciso I, compete:

I - ao Estado onde tiver domicílio o de cujus (falecido), se os bens transmitidos forem bens móveis, títulos e créditos.

Aplicação ao Caso Concreto

1. **Natureza do Bem:** A embarcação automotora é um **bem móvel**.
2. **De Cujus (Falecido):** Paulo era domiciliado em **Ubatuba (SP)**.
3. **Regra Aplicável:** A regra constitucional do **Art. 155, parágrafo 1º, inciso I**, determina que o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* de bens móveis (como a embarcação) é devido ao Estado onde o **falecido era domiciliado**.
 - O local onde a embarcação estava ancorada (RJ) seria relevante apenas se fosse um bem imóvel.
 - O local do inventário (MG) e o domicílio da herdeira (MG) não são os critérios válidos para a tributação de bens móveis na transmissão *causa mortis*.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Minas Gerais, por	ERRADA. O local do inventário é o critério	Contraria o Art. 155,

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
ser o local onde se processou o inventário extrajudicial.	para bens móveis apenas se o falecido não tinha domicílio certo (regra supletiva). No caso, o domicílio era conhecido (SP).	parágrafo 1º, I, da CF/88.
b) Minas Gerais, por ser o local de domicílio da única herdeira.	ERRADA. O domicílio do herdeiro não é o critério legal para bens móveis na transmissão <i>causa mortis</i> .	O critério é o domicílio do <i>de cujus</i> .
c) São Paulo, por ser o local de domicílio do falecido.	CORRETA. Esta afirmativa está de acordo com a regra expressa do Art. 155, parágrafo 1º, inciso I, da CF/88 , que atribui a competência para tributar bens móveis na transmissão <i>causa mortis</i> ao Estado do domicílio do <i>de cujus</i> .	Fundamentação no Art. 155, parágrafo 1º, I, da CF/88.
d) Rio de Janeiro, por ser o local onde está ancorada a embarcação automotora.	ERRADA. O local da situação do bem é o critério para bens imóveis , não para bens móveis como uma embarcação.	Critério legalmente previsto apenas para bens imóveis.

Em Resumo: Para o ITCMD sobre bens móveis, o Estado competente é o do **domicílio do falecido**

Questão Comentada

Imunidade Tributária

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. A entidade religiosa ABC requereu o reconhecimento da imunidade de IPTU do imóvel em que realizava seus cultos, bem como do edifício ao lado, que servia de moradia para seus ministros religiosos e suas famílias.

O Município Alfa negou parcialmente tal reconhecimento, afirmando que, embora ambos os imóveis fossem registrados em nome da entidade religiosa ABC, possuíam matrículas distintas no Registro de Imóveis. Desta forma, reconheceu que apenas o imóvel em que realizava seus cultos seria contemplado com a imunidade tributária reconhecida pela Constituição Federal.

Surpreendida, a entidade religiosa ABC procurou você, como advogado(a), para questionar essa decisão.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação para o caso.

- a) A entidade deve escolher sobre qual imóvel deve recair a imunidade do IPTU, uma vez que os imóveis têm matrículas distintas.
- b) O imóvel que tem como função precípua a realização dos cultos fará jus à imunidade do IPTU, já que os imóveis apresentam duplicidade de matrículas.
- c) A imunidade tributária religiosa do IPTU beneficia o imóvel em que se realiza o culto e todos os imóveis afetados à sua finalidade essencial, ainda que os imóveis tenham matrículas distintas.
- d) Para que os imóveis pudessem gozar da imunidade tributária religiosa do IPTU, seria necessário que suas matrículas fossem unificadas.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda o alcance da **imunidade tributária religiosa** (Imunidade de Templos), especificamente em relação ao **IPTU** e aos imóveis utilizados como **residência de ministros religiosos**. O foco é se a imunidade exige a identidade de matrícula ou se abrange todo o patrimônio **afetado** às finalidades essenciais da entidade.

Fundamentação Legal e Jurisprudencial

O tema é regido pelo **Artigo 150, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal de 1988**, interpretado pelo Supremo Tribunal Federal (STF):

- **Art. 150, VI, "b", da CF/88:** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre **templos de qualquer culto**.

- **Imunidade Material (Afetação):** O STF (e a Súmula 724) consolidou o entendimento de que a imunidade não abrange apenas o local do culto (*stricto sensu*), mas todo o **patrimônio, renda ou serviços relacionados com as finalidades essenciais** da entidade (Teoria da Afetação).
- **Residência de Ministros Religiosos (Jurisprudência):** O STF considera que o imóvel utilizado como **residência oficial do ministro religioso** (padre, pastor, rabino, etc.) e sua família, desde que o imóvel seja de **propriedade da entidade religiosa**, está **diretamente afetado** às finalidades essenciais do culto (facilitar o exercício da função religiosa) e, portanto, é coberto pela imunidade do IPTU.
- **Irrelevância da Matrícula:** O critério constitucional e jurisprudencial é a **finalidade (afetação)**, e não a formalidade registral ou a distinção de matrículas no Registro de Imóveis.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A entidade deve escolher sobre qual imóvel deve recair a imunidade do IPTU, uma vez que os imóveis têm matrículas distintas.	ERRADA. A imunidade, se preenchidos os requisitos de afetação, é um direito constitucional que abrange o patrimônio (pleno), e não uma escolha limitada a um único imóvel.	Contradiz a regra da afetação.
b) O imóvel que tem como função precípua a realização dos cultos fará jus à imunidade do IPTU, já que os imóveis apresentam duplicidade de matrículas.	ERRADA. A imunidade atinge ambos os imóveis . O argumento do Município (matrículas distintas) é irrelevante, e o argumento da entidade (apenas o local do culto) é insuficiente.	O segundo imóvel também é imune se afetado à residência oficial do ministro.
c) A imunidade tributária religiosa do IPTU beneficia o imóvel em que se realiza o culto e todos os imóveis afetados à sua finalidade essencial, ainda que os	CORRETA. A jurisprudência do STF (Teoria da Afetação) garante a imunidade à residência oficial do ministro, pois é um bem afetado à finalidade essencial do culto. A distinção de matrícula	Fundamentação no Art. 150, VI, "b", da CF/88 e na Teoria da Afetação do STF .

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
imóveis tenham matrículas distintas.	não afasta a imunidade.	
d) Para que os imóveis pudessem gozar da imunidade tributária religiosa do IPTU, seria necessário que suas matrículas fossem unificadas.	ERRADA. A imunidade é de natureza constitucional e material (funcional). Não é uma exigência legal ou constitucional que a entidade promova a unificação registral para gozar de seu direito fundamental.	A forma registral é irrelevante para o benefício da imunidade.

Conclusão: O advogado deve orientar a entidade ABC de que a decisão do Município é equivocada. A imunidade tributária do IPTU abrange não só o templo, mas também o imóvel da residência do ministro religioso, pois este é considerado **funcionalmente essencial** ao exercício do culto.

Questão Comentada

Competência Tributária

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. Uma sociedade empresária do setor petrolífero adquiriu uma Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência de Petróleo, a fim de produzir petróleo nas águas territoriais brasileiras. Esta Unidade tem capacidade de se locomover pelas águas por meio de motores próprios, razão pela qual o Estado Alfa, onde fica o domicílio da sociedade empresária, publicou, em 10/02/2024, lei estadual ordinária estabelecendo que a propriedade de tais Unidades configura fato gerador de IPVA. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Embora se trate de veículo automotor, a Constituição Federal proíbe a incidência de IPVA sobre quaisquer veículos aquáticos.
- b) O IPVA não pode incidir sobre veículo que é utilizado nas águas territoriais brasileiras, mas apenas se fosse utilizado em terra.

c) Somente por lei complementar se poderia delimitar a incidência de IPVA sobre este tipo de Unidade.

d) Apesar de poder ser classificada como veículo automotor, o IPVA não incidirá por exceção constitucional

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do **fato gerador e das exceções de incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)**. Embora a Unidade Flutuante de Produção (FP-SO) seja uma embarcação com motores (veículo automotor), a jurisprudência constitucional estabeleceu que o **IPVA não incide sobre veículos aquáticos e aéreos**, por razões de competência tributária.

Fundamentação Legal e Jurisprudencial

O **IPVA** é um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal (Art. 155, III, da CF/88), mas seu fato gerador e limites de incidência são definidos pela Constituição e pelo STF:

1. **Conceito Constitucional de Veículo Automotor:** A Constituição não definiu o que é "veículo automotor".
2. **Posição Histórica do STF:** O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 305/DF e o Recurso Extraordinário (RE) 255.127/SP, consolidou o entendimento de que o **IPVA incide apenas sobre veículos terrestres**.
3. **Razão da Não Incidência (IPVA vs. Imposto de Importação):** A não incidência do IPVA sobre veículos aquáticos (barcos, navios, *jet-skis*) e aéreos (aviões, helicópteros) é baseada na necessidade de preservar a **competência tributária da União** para instituir o **Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)** e, implicitamente, em certas situações, para preservar a tributação sobre operações internacionais (Imposto de Importação - II). Embora não haja uma **imunidade expressa** no texto constitucional (Art. 150, VI), o STF criou uma **exceção implícita** ao delimitar o conceito constitucional de IPVA ao âmbito terrestre.

4. **FP-SO (Unidade Flutuante):** Uma Unidade Flutuante de Produção é um veículo aquático. Portanto, a despeito de ser automotora, está fora do campo de incidência do IPVA.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Embora se trate de veículo automotor, a Constituição Federal proíbe a incidência de IPVA sobre quaisquer veículos aquáticos.	ERRADA. A Constituição Federal não proíbe expressamente (não é uma imunidade no Art. 150, VI). A não incidência é resultado da interpretação restritiva do STF sobre o fato gerador do IPVA (veículo automotor).	A vedação não é expressa no texto constitucional, mas resulta da interpretação do STF.
b) O IPVA não pode incidir sobre veículo que é utilizado nas águas territoriais brasileiras, mas apenas se fosse utilizado em terra.	ERRADA. A não incidência não se deve ao local de utilização (águas), mas sim à natureza jurídica do bem (embarcação).	A razão não é o local, mas o tipo de veículo.
c) Somente por lei complementar se poderia delimitar a incidência de IPVA sobre este tipo de Unidade.	ERRADA. A competência do IPVA já é prevista na CF (Art. 155, III). O STF já delimitou a incidência por interpretação constitucional. A lei complementar (Art. 146, III, "a") serve para estabelecer normas gerais em matéria de impostos, mas não para a criação de imposto novo ou alteração do conceito constitucional já fixado pela jurisprudência.	A definição do fato gerador do IPVA já é dada pela CF e jurisprudência.
d) Apesar de poder ser classificada como veículo automotor, o IPVA não incidirá por exceção constitucional.	CORRETA. Esta afirmativa é a mais precisa no contexto da OAB/FGV. Ela reconhece a natureza automotora do bem, mas afirma que o imposto não incide em razão de uma	Fundamentação na Jurisprudência do STF (RE 255.127/SP), que restringe o IPVA a veículos terrestres.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	exceção (ou limitação) fixada no âmbito da interpretação constitucional do STF, que exclui veículos aquáticos e aéreos da competência do IPVA.	

Conclusão: A Unidade Flutuante de Produção e Armazenamento (FP-SO), por ser um veículo aquático, está excluída da competência do IPVA, pois o STF entende que este imposto se aplica, em regra, apenas à propriedade de veículos automotores terrestres.

Questão Comentada

Crédito Tributário

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 10. José recebeu notificação para pagar ou impugnar o lançamento referente a determinado crédito tributário estadual dentro do prazo de 30 dias corridos. No 20º dia do recebimento da notificação, quando pretendia protocolizar impugnação administrativa contra a cobrança, verificou, por meio da Internet, que seu nome já constava do cadastro da Dívida Ativa Estadual, em razão da dívida que lhe fora notificada. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Como já ocorrera previamente o lançamento tributário, a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual era devida.
- b) Foi indevida a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual antes do vencimento do prazo para pagamento ou impugnação.
- c) É possível a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual, sob condição resolutiva vinculada ao prazo de 30 dias ofertado para que pagasse ou impugnasse o lançamento.
- d) O lançamento da dívida tributária se faz por meio do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, razão pela qual não seria possível fazer o lançamento sem que o nome de José fosse inscrito em Dívida Ativa.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão trata do **processo de constituição e exigibilidade do Crédito Tributário** e o momento adequado para a sua **Inscrição em Dívida Ativa (DA)**. A inscrição em DA só pode ocorrer após o crédito se tornar **definitivo e exigível**, o que não acontece enquanto o contribuinte tem prazo para impugnar o lançamento na esfera administrativa.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelos **Artigos 201 e 204 do Código Tributário Nacional (CTN)** e pela **Lei de Execução Fiscal (LEF)**:

- **Crédito Tributário Exigível:** O crédito tributário é exigível quando está **definitivamente constituído** e não está suspenso (Art. 151 do CTN).
- **Definitiva Constituição:** O crédito é definitivamente constituído após a **notificação** ao sujeito passivo e o **encerramento do prazo** para impugnação administrativa (Art. 173 do CTN) **sem que haja pagamento ou impugnação**, ou após o trânsito em julgado administrativo.
- **Art. 201 do CTN (Inscrição em Dívida Ativa):**

Art. 201. Constitui **Dívida Ativa tributária** a proveniente de **crédito dessa natureza, regularmente inscrito na repartição administrativa competente**, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Lançamento e Prazo de Impugnação:** José foi notificado do lançamento e tinha **30 dias** para pagar ou impugnar.
2. **Suspensão da Exigibilidade:** Durante esse prazo, o crédito **não está definitivamente constituído** e, se houver impugnação, sua exigibilidade estará **suspensa** (Art. 151, III, do CTN).
3. **Inscrição em Dívida Ativa:** A inscrição em Dívida Ativa é o ato que formaliza o crédito para fins de cobrança judicial. De acordo com o **Art. 201 do CTN**, a

inscrição só pode ocorrer **depois de esgotado o prazo** para pagamento ou impugnação.

4. **Ato Indevido:** A Procuradoria do Município inscreveu o nome de José na Dívida Ativa no **20º dia**, ou seja, **antes do esgotamento do prazo de 30 dias** para impugnação. Isso torna o ato indevido, pois viola a **garantia do devido processo legal administrativo** e a exigência de que o crédito esteja definitivo para ser inscrito.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Como já ocorrera previamente o lançamento tributário, a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual era devida.	ERRADA. O lançamento é o ato de constituição, mas o crédito só é exigível (e pode ser inscrito em DA) após o término do prazo para defesa do contribuinte.	O crédito não era definitivo/exigível.
b) Foi indevida a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual antes do vencimento do prazo para pagamento ou impugnação.	CORRETA. A inscrição em Dívida Ativa antes do esgotamento do prazo para pagamento ou impugnação viola o Art. 201 do CTN , que exige o esgotamento do prazo legal para que o crédito seja considerado líquido e certo para cobrança.	Fundamentação no Art. 201 do CTN.
c) É possível a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual, sob condição resolutiva vinculada ao prazo de 30 dias...	ERRADA. A Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez (Art. 204 do CTN). A inclusão sob condição resolutiva descaracteriza essa presunção e não é admitida, sendo necessária a constituição definitiva do crédito.	A inscrição exige a definitividade do crédito.
d) O lançamento da dívida tributária se faz por meio do Termo de Inscrição em	ERRADA. O lançamento é o ato de constituição do crédito (feito pelo Auto de Infração/Notificação). A	Confunde o Lançamento (constituição) com a

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
Dívida Ativa, razão pela qual não seria possível fazer o lançamento sem que o nome de José fosse inscrito em Dívida Ativa.	Inscrição em Dívida Ativa (DA) é o ato de formalização do crédito já constituído para cobrança judicial. São atos sucessivos e distintos.	Inscrição em DA (formalização para cobrança).

Conclusão: A inscrição em Dívida Ativa antes de se esgotar o prazo para defesa administrativa do contribuinte é um ato prematuro e nulo, por violar a regra do **Art. 201 do CTN**.

Direito Administrativo

O Direito Administrativo é crucial para a primeira fase da prova da OAB por representar cerca de 6,25% das questões, focando em **princípios, atos, poderes, serviços públicos e licitações**.

A importância reside em entender a atuação do Estado sob o prisma da **legalidade e do interesse público**, especialmente por meio dos artigos da Constituição Federal, como o art.37 (princípios).

Outras leis fundamentais incluem a Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/21 e a Lei de Improbidade Administrativa Lei n.º 8.429/92).

Constituição Federal

Art. 37: Define os **princípios expressos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.

Art.5º CF/1988: Embora seja de Direito Constitucional, é cobrado com frequência em conjunto com o Administrativo, abordando direitos fundamentais que podem ser afetados pela atuação estatal.

Art.71CF/1988: Trata do controle da administração pública pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Leis e artigos importantes

Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/21: Tema recorrente na prova.

Foco em:

Princípios (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, interesse e probidade, Vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo

Formas de dispensa e inexigibilidade de licitação

Modalidades de licitação.

Improbidade Administrativa: sanções e condutas que configuram improbidade.

Lei de Processo Administrativo Federal: Embora extensa, é importante ter atenção especial aos temas de **delegação e avocação de competências e ao trâmite do processo administrativo.**

Estatuto dos Servidores Públicos Federais: Foco nas formas de provimento e vacância de cargos, remuneração e penalidades administrativas.

Lei de Parcerias Público-Privadas: É importante conhecer os conceitos e modalidades de PPPs.

Lei de Licitações e Contratos: apesar de ter substituído a antiga, o exame ainda pode cobrar questões da Lei 8.666/93, principalmente em relação aos artigos principais,

Atos Administrativos: Atributos, requisitos, classificação e espécies.

Poderes Administrativos: Vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e de polícia.

Serviços Públicos: Conceito, regime jurídico e prestação.

Organização da Administração Pública: Administração direta e indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista).

Os temas mais cobrados:

1. Direitos individuais
 2. Intervenção do Estado na Propriedade – Desapropriação, requisição e servidão administrativa
 3. Improbidade Administrativa – Atos desonestos de agentes públicos e suas sanções
-

4. Serviços Públicos – Prestação de atividades essenciais pelo Estado, concessões e permissões

5. Controle de constitucionalidade

6. Organização do Estado

Quantas vezes foi cobrado

1ª Agentes Públicos 12x

2ª Serviços Públicos 7x

3ª Intervenção do Estado na Propriedade 7x

4ª Improbidade Administrativa 6x

5ª Organização Administrativa 5x

Artigos essenciais para focar:

Constituição Federal: artigos 5º (XXIV), 37, 41, 71, 173, 182, 184 e 243

Lei 8.112/1990: artigos 28, 130 e 132

Lei 8.429/1992: artigos 2º, 3º, 9º, 10, 10-A, 11 e 12

Lei 9.784/1999: artigos 53, 54 e 55

Lei 14.133/2021: artigos 1º, 5º, 17 e 28

Lei 14.230/21

Lei 5.172/1966: artigo 78

Decreto Lei 25/1937

Questão Comentada

Estatuto dos servidores Públicos Federais

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Tertuliano vem acumulando ilicitamente dois cargos públicos em autarquias federais diferentes. Ao detectar tal situação, após os devidos trâmites, a autoridade competente notificou o servidor para que ele optasse pelo cargo em que pretendia permanecer. Em decorrência da omissão de Tertuliano em realizar a aludida escolha, foi publicada a portaria atinente à instauração do processo administrativo disciplinar por acumulação ilegal de cargos. Tertuliano procurou você, como advogado(a), para saber das peculiaridades do andamento desse procedimento.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa que indica, corretamente, sua orientação.

- a) A análise do caso deverá ser feita por uma comissão processante, composta de três servidores estáveis, cujo presidente deverá ser ocupante de cargo superior ou de mesmo nível de Tertuliano.
- b) A comissão processante, caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé de Tertuliano, deverá indicar o cargo que estará sujeito à pena de demissão.
- c) A notificação para que Tertuliano realize a opção por um dos cargos vai contra a lei, pois ele deve ser demitido de ambos os cargos ilicitamente acumulados, após o devido processo administrativo.
- d) A opção de Tertuliano por um dos cargos até o último dia do prazo para defesa configura sua boa-fé, hipótese que se converterá, automaticamente, em pedido de exoneração do outro cargo.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão trata do procedimento especial previsto na **Lei nº 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Federais)** para a apuração da **acumulação ilegal de cargos públicos**. O foco é a previsão legal que permite ao servidor se sanar a irregularidade antes do julgamento final e a consequência legal dessa escolha.

Fundamentação Legal

O regime da acumulação ilegal e o procedimento especial estão previstos nos **Artigos 133 e 134 da Lei nº 8.112/90**:

- **Art. 133 (Procedimento Preliminar):**

Ao detectar a acumulação, a autoridade deve notificar o servidor para, no prazo de **dez dias**, apresentar opção.

Se o servidor **não optar**, a autoridade competente deve instaurar o Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

- **Art. 133, parágrafo 5º (Consequência da Opção):**

Parágrafo 5º. A opção pelo cargo será considerada como **exoneração do outro** e terá efeito retroativo à data da posse no cargo de que o servidor não optou.

- **Art. 134 (Momento da Opção):**

Art. 134. A opção por um dos cargos, **mesmo após a instauração do processo administrativo disciplinar**, mas **antes da prolação da decisão final**, configura **boa-fé**, hipótese que acarretará o arquivamento do processo disciplinar.

Nota: A Lei nº 8.112/90 e a jurisprudência estabelecem que, se a opção ocorrer antes do término do prazo de defesa (ou antes da decisão final), o PAD deve ser arquivado, e a opção é convertida em pedido de exoneração do outro cargo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A análise do caso deverá ser feita por uma comissão processante, composta de três servidores estáveis, cujo presidente deverá ser ocupante de cargo superior ou de mesmo nível de Tertuliano.	ERRADA. A acumulação ilegal possui um rito sumário específico (Art. 133, <i>caput</i>), conduzido por uma comissão que, em regra, deve ser composta por dois servidores estáveis, e não por três (Art. 133). O rito ordinário é que exige três.	Viola o rito sumário do Art. 133 da Lei 8.112/90 .
b) A comissão processante, caracterizada a acumulação ilegal	ERRADA. A demissão por acumulação ilegal só ocorre se	A má-fé leva à demissão de ambos

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
e provada a má-fé de Tertuliano, deverá indicar o cargo que estará sujeito à pena de demissão.	houver má-fé . Caso haja má-fé, a pena é a demissão de ambos os cargos (Art. 133, parágrafo 6º). Além disso, não é a comissão que indica o cargo, mas a autoridade julgadora.	os cargos (Art. 133, parágrafo 6º).
c) A notificação para que Tertuliano realize a opção por um dos cargos vai contra a lei, pois ele deve ser demitido de ambos os cargos ilicitamente acumulados...	ERRADA. A notificação para a opção é a regra do Art. 133, <i>caput</i> , e visa justamente dar ao servidor a chance de sanar a irregularidade (boa-fé), evitando a demissão. A demissão só é imposta se houver má-fé ou se ele não optar.	A notificação para opção é um direito do servidor (Art. 133, caput).
d) A opção de Tertuliano por um dos cargos até o último dia do prazo para defesa configura sua boa-fé, hipótese que se converterá, automaticamente, em pedido de exoneração do outro cargo.	CORRETA. A opção por um dos cargos, mesmo com o PAD instaurado (desde que antes da decisão final), demonstra boa-fé e acarreta a conversão da opção em exoneração do outro cargo (Art. 134 c/c Art. 133, parágrafo 5º), resultando no arquivamento do PAD.	Fundamentação nos Artigos 133, parágrafo 5º, e 134 da Lei 8.112/90.

Conclusão: Tertuliano ainda pode sanar a irregularidade e demonstrar boa-fé, optando por um dos cargos a qualquer tempo antes da decisão final. Essa opção resultará na exoneração do cargo preterido e no arquivamento do PAD.

Questão Comentada

Concessão de serviços públicos

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. O Estado Beta, após os devidos trâmites, promoveu a concessão de serviços de sua competência para a sociedade empresária Servicaos. Em decorrência do descumprimento de algumas cláusulas contratuais que estão impactando a qualidade da atividade delegada, o poder concedente editou um decreto, contendo a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, a fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Em razão disso, a sociedade empresária Servicaos procura você, na condição de advogado(a), a fim de obter esclarecimentos acerca da validade e dos desdobramentos da medida adotada. Assinale a opção que apresenta o esclarecimento correto a ser prestado.

- a) A medida é nula, pois não poderia se materializar por meio de decreto, na medida em que o Poder Concedente deveria ter editado uma lei autorizativa para tal finalidade.
- b) Após o devido processo administrativo, a constatação de inexecução do contrato deve ensejar sua extinção, constituindo causa justificadora da encampação, que independe do interesse público.
- c) O Poder Concedente, declarada a intervenção, deverá, no prazo de 30 dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar as responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- d) A administração do serviço, cessada a intervenção e caso não seja extinta a concessão, será devolvida à concessionária, independentemente da prestação de contas do interventor, na medida em que este não responde pelos atos por ele praticados na vigência da medida.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda o instituto da **Intervenção** na concessão de serviço público, que é uma medida temporária de caráter coercitivo e preventivo adotada pelo **Poder Concedente** para retomar e sanear a prestação do serviço em caso de desequilíbrio ou má execução por parte da concessionária. O foco está nos **procedimentos e garantias** legais subsequentes à decretação da medida.

Fundamentação Legal

O regime da Intervenção está previsto na **Lei nº 8.987/95 (Lei de Concessões e Permissões)**, especialmente no **Artigo 33**:

- **Art. 32 (Cabimento e Forma):** A intervenção pode ocorrer em caso de **descumprimento contratual** ou quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada. Deve ser decretada por ato do Poder Concedente (como um Decreto, conforme a questão), devendo o ato indicar os objetivos, limites e o interventor.
- **Art. 33 (Procedimento Pós-Intervenção):**

Art. 33. Declarada a intervenção e nomeado o interventor, o poder concedente deverá, no prazo de **trinta dias**, instaurar **procedimento administrativo** para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A medida é nula, pois não poderia se materializar por meio de decreto, na medida em que o Poder Concedente deveria ter editado uma lei autorizativa para tal finalidade.	ERRADA. A Intervenção é um ato administrativo (ato unilateral e autoexecutório da Administração) e é formalizada por Decreto do Poder Executivo (Chefe do Poder Concedente), conforme o Art. 32 da Lei 8.987/95. Não exige lei autorizativa.	Contraria o Art. 32 da Lei 8.987/95.
b) Após o devido processo administrativo, a constatação de	ERRADA. A inexecução total ou parcial do contrato é	Confunde Caducidade (culpa

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>inexecução do contrato deve ensejar sua extinção, constituindo causa justificadora da encampação, que independe do interesse público.</p>	<p>causa de Caducidade (Art. 38, I, da Lei 8.987/95), que é a extinção do contrato por culpa da concessionária. Encampação é a retomada do serviço por interesse público, antes do prazo, e exige lei autorizativa específica e indenização prévia.</p>	<p>do concessionário) com Encampação (interesse público).</p>
<p>c) O Poder Concedente, declarada a intervenção, deverá, no prazo de 30 dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar as responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.</p>	<p>CORRETA. Esta afirmativa reproduz textualmente a exigência e a garantia processual do Art. 33 da Lei 8.987/95. A intervenção é o início de um processo de apuração, que deve ocorrer em até 30 dias para garantir o contraditório e a ampla defesa.</p>	<p>Fundamentação no Art. 33 da Lei 8.987/95.</p>
<p>d) A administração do serviço, cessada a intervenção e caso não seja extinta a concessão, será devolvida à concessionária, independentemente da prestação de contas do interventor, na medida em que este não responde pelos atos por ele praticados na vigência da medida.</p>	<p>ERRADA. O interventor tem o dever de apresentar prestação de contas (Art. 34). Além disso, o interventor responde pelos atos ilícitos e danosos que praticar (Art. 34, parágrafo único).</p>	<p>Contraria os Art. 34 e 34, parágrafo único, da Lei 8.987/95.</p>

Conclusão: A intervenção é uma medida provisória que deve ser seguida de um procedimento administrativo rápido (30 dias) para apuração das causas e

responsabilidades, garantindo à concessionária o direito à ampla defesa, conforme o Art. 33 da Lei de Concessões.

Questão Comentada

Sistema de tombamento

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Com o intuito de promover o tombamento de dois imóveis vizinhos de inequívoco valor histórico e cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), autarquia federal, no exercício de suas atribuições, promoveu a notificação dos respectivos proprietários: o Município Alfa e a senhora Maria Silva.

Maria Silva acredita que terá graves prejuízos financeiros com a materialização do tombamento de ambos os imóveis, razão pela qual, logo após a notificação, procurou você, como advogado(a), para dirimir dúvidas acerca da matéria.

À luz do disposto no Decreto-Lei n. 25/1937, assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento que você deu a Maria Silva.

- a) Com a notificação, considera-se que ocorreu o tombamento provisório do imóvel de Maria.
- b) A conclusão do tombamento do imóvel do Município Alfa não gera qualquer efeito sobre o imóvel de Maria.
- c) Caso Maria realize tempestivamente a impugnação relacionada ao imóvel de sua propriedade, não será cabível o tombamento compulsório.
- d) Não é possível o tombamento do imóvel vizinho à propriedade de Maria, por se tratar de bem público que integra o patrimônio do Município Alfa.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do rito do **tombamento** (processo administrativo de proteção do patrimônio cultural), conforme o **Decreto-Lei n. 25/1937**. O foco está nos

efeitos jurídicos imediatos da notificação do proprietário pelo órgão competente (Iphan).

Fundamentação Legal

O procedimento e os efeitos da notificação de tombamento estão previstos no **Artigo 10 do Decreto-Lei n. 25/1937**:

- **Art. 10.** O tombamento dos bens que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios **será feito de ofício**, por deliberação do órgão competente, e a instância da respectiva administração.
- **Art. 11, parágrafo 1º (Bens Particulares):**

Parágrafo 1º. O proprietário do bem que tiver sido notificado para o tombamento, nos termos do Art. 8º, **não poderá demolir, reparar, pintar ou restaurar** o bem, sob pena de multa.

Art. 13. O tombamento **considerar-se-á provisório** ou definitivo, conforme a inscrição seja feita em um dos Livros do Tombo.

Efeito da Notificação (Tombamento Provisório)

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e a doutrina consolidaram o entendimento de que a **notificação do proprietário** (ato inicial para bens particulares) já produz o efeito do **tombamento provisório**.

O tombamento provisório garante a **proteção cautelar** do bem, submetendo o imóvel, desde logo, a todas as restrições e vedações que incidem sobre o tombamento definitivo (ex: não pode ser demolido, reformado ou alterado sem prévia autorização). O objetivo é impedir que o proprietário destrua o bem antes que o processo administrativo seja concluído.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Com a notificação, considera-se que ocorreu o tombamento provisório do imóvel de Maria.	CORRETA. A notificação de tombamento, dirigida ao proprietário particular, já impõe as restrições cautelares e	Fundamentação na Doutrina e Jurisprudência sobre o Art. 11, parágrafo 1º,

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	equiparada, para todos os efeitos práticos, ao tombamento provisório .	e Art. 13 do Decreto-Lei 25/37.
b) A conclusão do tombamento do imóvel do Município Alfa não gera qualquer efeito sobre o imóvel de Maria.	ERRADA. O tombamento de um imóvel vizinho a outro imóvel particular tombado (ou em vias de tombamento) gera o que se chama de " tombamento de vizinhança ". Embora o <i>bem tombado</i> seja o do Município Alfa, a propriedade de Maria pode sofrer restrições de construção ou alteração para não ofender a visibilidade ou a ambiência do bem tombado.	Viola o conceito de "tombamento de vizinhança" (Art. 17 do DL 25/37).
c) Caso Maria realize tempestivamente a impugnação relacionada ao imóvel de sua propriedade, não será cabível o tombamento compulsório.	ERRADA. A impugnação (ou manifestação de discordância) é um direito de defesa da proprietária. No entanto, o tombamento, sendo um ato de intervenção na propriedade por motivo de interesse público (patrimônio cultural), é compulsório (não depende da concordância do proprietário) e prossegue mesmo com a impugnação.	O tombamento compulsório independe da vontade do proprietário (Art. 9º do DL 25/37).
d) Não é possível o tombamento do imóvel vizinho à propriedade de Maria, por se tratar de bem público que integra o patrimônio do Município	ERRADA. O Decreto-Lei n. 25/1937, em seu Art. 10 , prevê expressamente o tombamento de ofício dos bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios (bens públicos).	Contraria o Art. 10 do Decreto-Lei 25/37.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
Alfa.		

Conclusão: Para Maria Silva, a notificação já a coloca sob o regime de proteção do patrimônio cultural. Isso significa que seu imóvel não pode ser alterado ou demolido sem autorização do Iphan, configurando o **tombamento provisório**

Questão Comentada

Responsabilidade civil do Estado

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Rodrigo agrediu fisicamente seu desafeto Afonso, quando estava no exercício de suas atribuições como servidor público do Estado Alfa, em decorrência de uma desavença entre eles, no momento em que realizava atendimento ao público.

Em razão dos danos sofridos, Afonso ajuizou ação de responsabilidade civil em face do mencionado ente federativo. Depois do trânsito em julgado da sentença condenatória ao pagamento da quantia indenizatória de R\$ 20.000 (vinte mil reais), o Estado Alfa ajuizou ação de regresso em desfavor de Rodrigo, com vistas a obter o ressarcimento do erário. O então agente público foi citado na última segunda-feira, motivo pelo qual ele procurou você, como advogado(a), para a realização da sua defesa no respectivo processo. Assinale a opção que indica, corretamente, a orientação jurídica que você prestou e que deve constar da contestação na ação de regresso em que Rodrigo é o demandado.

a) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, com base na teoria do risco integral, enquanto a de Rodrigo, apesar de objetiva, com base na teoria do risco administrativo, admite a discussão acerca do elemento subjetivo.

b) A responsabilidade civil é objetiva, com base na teoria do risco administrativo, tanto para Rodrigo quanto para o Estado Alfa, motivo pelo qual a peça de defesa deve se restringir a indicar eventuais causas excludentes do nexo de causalidade.

c) A responsabilidade civil é subjetiva na situação de Rodrigo, sendo necessária a demonstração de dolo ou culpa na ação de regresso em questão, a qual foi ajuizada em decorrência da condenação do Estado fundada em sua responsabilização objetiva, com base na teoria do risco administrativo.

d) A responsabilidade civil é subjetiva tanto para Rodrigo quanto para o Estado, com base na teoria do risco administrativo, admitindo, contudo, a discussão do elemento subjetivo em ambas as hipóteses, que é imprescindível para fins de romper o nexo de causalidade

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do regime dual da **Responsabilidade Civil do Estado** previsto na Constituição Federal:

1. **Responsabilidade Primária (do Estado perante o Terceiro Lesado):** A responsabilidade do Estado (Pessoa Jurídica de Direito Público) por danos causados por seus agentes.
2. **Responsabilidade Secundária/Regresso (do Estado perante o Agente):** A responsabilidade do agente público perante o Estado.

Fundamentação Legal

O regime de responsabilidade está previsto no **Artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988:**

Art. 37, § 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, **assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.**

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Responsabilidade do Estado (Ação de Afonso contra o Estado Alfa):**

O Estado (Pessoa Jurídica) é responsável de forma **Objetiva** (Teoria do Risco Administrativo).

Para a vítima (Afonso) ser indenizada, basta demonstrar o **dano** (lesões) e o **nexo de causalidade** entre a conduta do agente (agressão) e o dano, independentemente de o Estado ter agido com dolo ou culpa. O fato de o agente estar "**no exercício de suas atribuições**" é suficiente para configurar a responsabilidade do Estado, ainda que a agressão tenha motivação pessoal.

2. Responsabilidade do Agente (Ação de Regresso do Estado contra Rodrigo):

O **direito de regresso** do Estado contra o agente só é assegurado nos casos de **dolo ou culpa**.

Portanto, a responsabilidade de Rodrigo (o agente) perante o Estado é **Subjetiva**.

Na ação de regresso, o Estado Alfa (autor) tem o ônus de provar que Rodrigo agiu com **culpa** (negligência, imprudência ou imperícia) ou **dolo** (intenção de agredir). A defesa de Rodrigo (contestação) deve se concentrar em provar a ausência desses elementos subjetivos.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, com base na teoria do risco integral ...	ERRADA. A regra é a Teoria do Risco Administrativo (que admite excludentes como culpa exclusiva da vítima ou fortuito). Risco Integral é exceção (ex: dano nuclear).	Erro na teoria aplicável ao Estado.
b) A responsabilidade civil é objetiva... tanto para Rodrigo quanto para o Estado Alfa...	ERRADA. A responsabilidade de Rodrigo é subjetiva (depende de dolo ou culpa).	O agente público só responde com dolo ou culpa.
c) A responsabilidade civil é subjetiva na situação de Rodrigo, sendo necessária demonstração de dolo ou culpa na ação de regresso em questão,	CORRETA. Resume perfeitamente o regime constitucional: responsabilidade objetiva do Estado (perante a vítima) e	Fundamentação no Art. 37, § 6º, da CF/88.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a qual foi ajuizada em decorrência da condenação do Estado fundada em sua responsabilização objetiva, com base na teoria do risco administrativo.	subjetiva do agente (na ação de regresso). A defesa de Rodrigo deve focar na ausência de dolo ou culpa.	
d) A responsabilidade civil é subjetiva tanto para Rodrigo quanto para o Estado...	ERRADA. A responsabilidade do Estado perante o terceiro (Afonso) é objetiva .	Erro na qualificação da responsabilidade do Estado.

Conclusão: O advogado de Rodrigo deve orientar a defesa no sentido de que, para que o Estado obtenha o ressarcimento (regresso), ele precisa provar o dolo ou a culpa do agente público, em razão do regime de **responsabilidade subjetiva** aplicável ao agente

Questão Comentada

Administração direta e indireta

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Juliana ajuizou duas ações indenizatórias que resultaram na condenação dos réus, obrigando-os a pagar vultosa quantia em dinheiro. A primeira foi ajuizada em face de uma autarquia e, a segunda, em face de uma sociedade de economia mista que realiza atividade econômica em regime concorrencial, cujos bens não estão afetados ao serviço público. Considerando que ambas as condenações transitaram em julgado e estão em fase de cumprimento de sentença, Juliana questionou você, como advogada(o), acerca da viabilidade de penhora dos bens das mencionadas entidades administrativas.

Considerando a definição legal de bens públicos, assinale a opção que indica a informação correta que você prestou.

- a) A penhora dos bens das referidas entidades administrativas integrantes da Administração Indireta é possível, considerando que os bens de ambas são privados.
- b) A penhora dos bens das citadas entidades administrativas não é admissível, na medida em que os bens de ambas são públicos.
- c) A penhora dos bens da autarquia é possível, na medida em que seus bens são privados, mas os da sociedade de economia mista não é viável, considerando que seus bens são públicos.
- d) A penhora dos bens da sociedade de economia mista é possível, porque seus bens são privados, mas os da autarquia não podem ser penhorados, uma vez que seus bens são públicos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do regime jurídico dos **bens** pertencentes às entidades da **Administração Indireta**, com foco na **impenhorabilidade** dos bens públicos e na sua aplicabilidade a diferentes tipos de entidades (autarquias e sociedades de economia mista).

Fundamentação Legal e Jurisprudencial

O regime de bens e a necessidade de pagamento via **Precatório** são cruciais para a distinção:

1. Autarquias:

Natureza Jurídica: Pessoas jurídicas de direito público (Art. 5º, I, do Decreto-Lei nº 200/67).

Regime de Bens: Seus bens são classificados como **bens públicos** (Art. 98 do Código Civil).

Impenhorabilidade e Execução: Os bens públicos são absolutamente **impenhoráveis** (Art. 100 do Código Civil). As condenações judiciais contra a

autarquia devem ser pagas pelo regime de **precatórios** (Art. 100 da CF/88), e não por penhora direta.

Conclusão: Os bens da autarquia **não podem ser penhorados**.

2. Sociedades de Economia Mista que Exploram Atividade Econômica (e bens não afetados):

Natureza Jurídica: Pessoas jurídicas de direito privado.

Regime de Bens: Em regra, seus bens são **privados** (Art. 173, § 1º, II, da CF/88, c/c Súmula 517 do STF). Apenas os bens utilizados na prestação de serviço público essencial (bens reversíveis) poderiam ser considerados públicos ou impenhoráveis, o que o enunciado exclui ao dizer que os bens **não estão afetados ao serviço público**.

Impenhorabilidade e Execução: Não se submetem ao regime de precatórios (STF, RE 593.811/SP) e, conseqüentemente, seus bens são **penhoráveis** no regime comum das empresas privadas (Execução).

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A penhora dos bens das referidas entidades... é possível, considerando que os bens de ambas são privados.	ERRADA. Os bens da autarquia são públicos e impenhoráveis.	Erro no regime jurídico da autarquia.
b) A penhora dos bens das citadas entidades administrativas não é admissível, na medida em que os bens de ambas são públicos.	ERRADA. Os bens da sociedade de economia mista (atividade econômica) são, em regra, privados e penhoráveis.	Erro no regime jurídico da sociedade de economia mista.
c) A penhora dos bens da autarquia é possível, na medida em que seus bens são privados...	ERRADA. Inverte as regras. Os bens da autarquia são públicos e impenhoráveis.	Inverte o regime de bens das entidades.
d) A penhora dos bens da	CORRETA. Esta afirmativa	Fundamentação no Art.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
sociedade de economia mista é possível, porque seus bens são privados, mas os da autarquia não podem ser penhorados, uma vez que seus bens são públicos.	descreve corretamente o regime de bens e a forma de execução para cada entidade, conforme a regra de direito público (autarquia) e direito privado (sociedade de economia concorrential).	Art. 100 da CF/88 (precatório para autarquias) e Art. 173, § 1º, CF/88 (regime de empresa privada para a Sociedade de Economia Mista).

Conclusão: A penhora dos bens é regida pelo regime de direito público ou privado da entidade. A autarquia paga por precatório e tem bens impenhoráveis. A sociedade de economia mista (que explora atividade econômica em concorrência) paga por execução comum e tem bens penhoráveis

Questão Comentada

Intervenção do Estado na Propriedade

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Jaílson pretende adquirir uma propriedade rural, considerada média nos termos da lei, que será a única de sua titularidade, para realizar a plantação de alimentos orgânicos para subsistência, mas tem o receio de investir todas as suas economias em imóvel que seja passível de desapropriação para fins de reforma agrária pela União, mediante indenização em títulos da dívida agrária.

Diante disso, Jaílson consultou você, como advogado(a), acerca dos bens que podem ser objeto dessa intervenção do Estado na propriedade.

Assinale a opção que apresenta a informação que você, corretamente, prestou.

a) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, assim definidas em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

b) Qualquer propriedade é passível de desapropriação para fins de reforma agrária,

independentemente de seu tamanho ou produtividade.

c) O tamanho da propriedade não é relevante com relação à desapropriação para fins de reforma agrária, pois são insuscetíveis de tal medida apenas os imóveis produtivos.

d) Somente os latifúndios são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária ainda que sejam produtivos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda as **exceções constitucionais** ao poder da União de desapropriar imóveis rurais para fins de reforma agrária (Desapropriação-Sanção). O foco é determinar quais tipos de propriedades, baseadas em seu tamanho e na posse de outras, são **imunizadas** contra essa modalidade de intervenção.

Fundamentação Legal

O regime da desapropriação para fins de reforma agrária (indenização em Títulos da Dívida Agrária - TDA) está previsto no **Artigo 184 da Constituição Federal de 1988**. As propriedades insuscetíveis de tal desapropriação estão listadas no **Artigo 185**:

- **Art. 185, caput, da CF/88:** A lei deve estabelecer critérios para que a desapropriação de imóvel rural não atinja a função social (Art. 186, CF).
- **Art. 185, inciso I, da CF/88 (Imóveis Imunes):**

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

- **Art. 185, inciso II, da CF/88 (Imóveis Imunes):** A propriedade produtiva.

O Caso de Jaílson

O caso de Jaílson se encaixa perfeitamente no critério de imunidade:

1. **Tipo de Imóvel:** Propriedade rural **média**.
2. **Posse:** Será a **única de sua titularidade** (não possui outra).

Cumprindo esses dois requisitos cumulativos, o imóvel de Jailson é **insuscetível** de desapropriação para fins de reforma agrária, sendo uma garantia constitucional para o pequeno e médio produtor.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, assim definidas em lei, desde que seu proprietário não possua outra.	CORRETA. Esta afirmativa reproduz textualmente a regra de imunidade prevista no Art. 185, inciso I, da CF/88.	Fundamentação no Art. 185, inciso I, da CF/88.
b) Qualquer propriedade é passível de desapropriação para fins de reforma agrária, independentemente de seu tamanho ou produtividade.	ERRADA. Contradiz o Art. 185, incisos I e II, da CF/88 , que imunizam a pequena, a média e a propriedade produtiva.	Viola as exceções constitucionais.
c) O tamanho da propriedade não é relevante com relação à desapropriação... pois são insuscetíveis de tal medida apenas os imóveis produtivos.	ERRADA. O tamanho é relevante (pequena/média). O Art. 185, I, imuniza as pequenas/médias independentemente da produtividade , desde que seja a única do proprietário. O Art. 185, II, imuniza a propriedade produtiva. As exceções são cumulativas.	O Art. 185, I, confere imunidade pelo tamanho e posse exclusiva.
d) Somente os latifúndios são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária ainda que sejam produtivos.	ERRADA. O latifúndio produtivo (que cumpre a função social) é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária (Art. 185, II, CF). A desapropriação atinge o latifúndio improdutivo (que não cumpre a função social, Art. 184, CF).	Contradiz o Art. 185, inciso II, da CF/88.

Conclusão: Jaílson não precisa se preocupar. Seu imóvel se enquadra na garantia constitucional que protege a pequena e a média propriedade rural de serem desapropriadas para fins de reforma agrária, desde que seja a única propriedade do titular

Questão Comentada

Licitação

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. A sociedade empresária Chique possui dois contratos administrativos distintos regularmente formalizados com o Município Gama, tendo por objeto a realização de serviços contínuos, com contratação de mão de obra para atividades de limpeza e manutenção predial. Registre-se que em apenas uma das contratações há cláusula expressa para a adoção de meios alternativos de solução de controvérsias. Durante a execução, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos foi fortemente afetado por áleas econômicas extraordinárias e imprevisíveis.

Dessa forma, os representantes da sociedade empresária Chique procuram você, como advogado(a), sobre a viabilidade de usar instrumentos consensuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou outro meio extrajudicial para dirimir o conflito.

À luz do disposto na Lei n. 14.133/2021, assinale a opção que, corretamente, materializa a essência da consultoria jurídica prestada por você à sociedade empresária Chique.

- a) O contrato, que não prevê expressamente a utilização de meios alternativos de solução de controvérsias, pode ser aditado para admitir instrumentos consensuais para tal finalidade.
- b) O contrato, que possui previsão expressa, pode usar a arbitragem como meio alternativo e resolução das controvérsias, sendo que a escolha dos árbitros cabe à contratante, independentemente dos critérios isonômicos, técnicos e de transparência.

c) A conciliação e a mediação não são admitidas como instrumentos consensuais para a resolução de conflitos com a Administração Pública, de modo que não é possível a utilização de tais meios alternativos, nem mesmo para a hipótese em que exista previsão contratual.

d) Em razão da natureza do conflito, que versa sobre o equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo, não é viável o uso de qualquer meio alternativo de resolução das controvérsias, de forma que eventual cláusula contratual nesse sentido, estipulada pelo Município Alfa e pela sociedade empresária Chique, é nula.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda a inovação da **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)** no tocante ao uso de **meios alternativos de solução de controvérsias (MASC)**, como mediação, conciliação e arbitragem, em contratos administrativos, e a possibilidade de formalizar essa escolha via aditivo contratual. O cerne da consulta é o contrato que **não** tinha MASC inicialmente.

Fundamentação Legal

A Lei nº 14.133/2021, em seu **Artigo 151**, trouxe expressa autorização para o uso de instrumentos consensuais:

- **Art. 151, caput, da Lei 14.133/2021:**

Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados, como meios alternativos de prevenção e solução de controvérsias, o compromisso arbitral, a conciliação, a mediação, o **comitê de resolução de disputas** e outros que vierem a ser regulamentados.

- **Art. 151, § 1º, da Lei 14.133/2021 (Regra para Inclusão Posterior):**

§ 1º O contrato poderá ser aditado para **permitir a adoção dos meios alternativos de solução de controvérsias** nêle previstos.

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Possibilidade de MASC:** O conflito envolve o reequilíbrio econômico-financeiro, que é uma matéria passível de ser tratada por MASC, conforme o entendimento doutrinário e a jurisprudência recente.
2. **Contrato Sem Cláusula:** Um dos contratos da sociedade Chique não tinha cláusula MASC. O **Art. 151, parágrafo 1º**, da Nova Lei de Licitações permite expressamente que a cláusula de MASC seja incluída **posteriormente** ao contrato original, por meio de um **termo aditivo**.
3. **Conclusão:** É perfeitamente viável, e o Município deve aditar o contrato que não prevê a cláusula, para permitir o uso de mediação ou conciliação na busca pelo reequilíbrio.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O contrato, que não prevê expressamente a utilização de meios alternativos de solução de controvérsias, pode ser aditado para admitir instrumentos consensuais para tal finalidade.	CORRETA. Esta afirmativa está em total consonância com o Art. 151, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021 , que expressamente autoriza a inclusão da cláusula de MASC via termo aditivo.	Fundamentação no Art. 151, § 1º, da Lei 14.133/2021.
b) O contrato, que possui previsão expressa, pode usar a arbitragem... sendo que a escolha dos árbitros cabe à contratante, independentemente dos critérios isonômicos, técnicos e de transparência.	ERRADA. O Art. 152 da Lei 14.133/2021 impõe à Administração Pública o dever de observar os princípios da isonomia, capacidade técnica, independência, imparcialidade e transparência na escolha dos árbitros.	Viola o Art. 152 da Lei 14.133/2021.
c) A conciliação e a mediação não são admitidas como instrumentos consensuais para a resolução de conflitos com a Administração Pública...	ERRADA. O Art. 151 da Lei 14.133/2021 (e a Lei 13.140/2015 - Lei de Mediação) expressamente admitem a conciliação e a mediação para a resolução de conflitos	Contraria o Art. 151 da Lei 14.133/2021.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	envolvendo a Administração Pública.	
d) Em razão da natureza do conflito, que versa sobre o equilíbrio econômico-financeiro... não é viável o uso de qualquer meio alternativo de resolução das controvérsias...	ERRADA. As controvérsias relativas ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato são o caso mais comum e amplamente admitido (pela doutrina, jurisprudência e pela Nova Lei) para o uso de MASC, como a arbitragem e a mediação.	Contraria a finalidade da previsão de MASC na Nova Lei.

Conclusão: A Nova Lei de Licitações inovou ao reforçar o uso de meios consensuais. O contrato que não prevê a cláusula de MASC pode ser regularizado por aditivo, permitindo que a Administração e o particular busquem uma solução extrajudicial para o reequilíbrio econômico-financeiro.

Questão Comentada

LINDB Administração direta e indireta - Atos

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. A sociedade empresária Bemquerer obteve junto ao órgão municipal competente uma licença, que não tem cunho ambiental, versando sobre matéria administrativa, a qual é ato vinculado, mediante o preenchimento dos requisitos legais, de acordo com a orientação geral da Administração, vigente à época do deferimento, quanto a certo conceito jurídico indeterminado constante da respectiva norma local.

Diante da relevância de tal licença para as suas atividades, os dirigentes da aludida sociedade consultaram você, na condição de advogado(a), em relação à viabilidade de modificação da situação jurídica deles, em decorrência de eventual mudança de

entendimento atinente ao referido conceito jurídico indeterminado, notadamente se a nova orientação vier a impor um novo condicionamento para o Direito.

À luz das normas sobre segurança jurídica e eficiência na interpretação e aplicação do Direito Público, introduzidas pela Lei n. 13.655/2018 no Decreto-Lei n. 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), assinale a opção que, corretamente, apresenta seu esclarecimento.

- a) Caso nova orientação geral venha a ser editada pela Administração, deve ser invalidada situação jurídica consolidada para a sociedade Bemquerer, mesmo que a licença ainda esteja em seu prazo de validade, considerando que a anulação deve operar efeitos retroativos.
- b) Eventual mudança de orientação geral em sede administrativa deve retroagir para alcançar a situação jurídica constituída para a sociedade Bemquerer, independentemente da orientação vigente à época do deferimento da licença, o que importaria necessariamente a revogação do ato deferido.
- c) O entendimento que permitiu o deferimento da licença para a sociedade Bemquerer apenas poderia prevalecer se fundado em jurisprudência firmada no âmbito do Poder Judiciário, considerando que as diretrizes estabelecidas em sede administrativa não podem ser consideradas orientações gerais.
- d) A decisão administrativa que venha a estabelecer nova orientação que preveja novo condicionamento do Direito, deverá prever regime de transição para que a sociedade Bemquerer possa cumprir tal condicionamento ulterior de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão trata da aplicação do princípio da **Segurança Jurídica** e da **Proteção da Confiança**, conforme as regras de Direito Público introduzidas pela **Lei nº 13.655/2018 (Novas Regras da LINDB)**. O ponto central é a vedação à **mudança de orientação interpretativa prejudicial** (o chamado "vai-e-vem administrativo") sem a instituição de um regime de transição para aqueles que agiram de boa-fé.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 23 do Decreto-Lei n. 4.657/1942 (LINDB)**, que visa proteger a estabilidade das relações jurídicas quando há mudanças nas interpretações administrativas:

- **Art. 23 da LINDB (Princípio da Proteção da Confiança e Regime de Transição):**

Art. 23. A decisão que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever **regime de transição** para que o novo dever ou condicionamento seja cumprido de modo **proporcional, equânime e eficiente** e sem prejuízo aos interesses gerais.

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Ato Vinculado e Conceito Indeterminado:** A licença de Juliana foi concedida com base em um **conceito jurídico indeterminado**, seguindo a **orientação geral da Administração** vigente na época. A nova regra da LINDB protege quem agiu com base em interpretações administrativas consolidadas.
2. **Mudança de Orientação:** A nova orientação da Administração não pode simplesmente anular ou revogar o ato anterior que estava conforme o entendimento da época, especialmente se isso gerar ônus desproporcional à sociedade (Bemquerer).
3. **Dever de Transição:** Se a nova orientação impuser um "novo condicionamento" (ex: uma nova exigência não prevista na licença original), a Administração tem a **obrigação legal** de estabelecer um **Regime de Transição** (Art. 23 da LINDB).
4. **Finalidade do Regime:** O regime de transição deve permitir que o particular se ajuste à nova regra de forma **proporcional, equânime e eficiente**, minimizando os prejuízos à segurança jurídica e à confiança legítima.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Caso nova orientação geral venha a ser editada... deve ser invalidada situação jurídica	ERRADA. A LINDB (Art. 24) veda a invalidação de situações jurídicas consolidadas com	Viola o princípio da segurança jurídica (Art. 24 da LINDB).

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
consolidada...	base em "orientação geral" anterior. A anulação por motivo de ilegalidade (erro de legalidade) só é possível se o erro for comprovado, mas a simples mudança de interpretação não permite anulação retroativa.	
b) Eventual mudança de orientação geral... deve retroagir para alcançar a situação jurídica constituída...	ERRADA. A irretroatividade das novas regras é o princípio central da Lei 13.655/2018, visando proteger a confiança do administrado.	Viola o princípio da irretroatividade e proteção da confiança.
c) O entendimento que permitiu o deferimento da licença... apenas poderia prevalecer se fundado em jurisprudência firmada no âmbito do Poder Judiciário...	ERRADA. A LINDB (Art. 23) confere <i>status</i> de orientação geral às diretrizes estabelecidas em sede administrativa , e não apenas à jurisprudência judicial.	Contraria o Art. 23 da LINDB, que abrange a orientação administrativa.
d) A decisão administrativa que venha a estabelecer nova orientação que preveja novo condicionamento do Direito, deverá prever regime de transição para que a sociedade Bemquerer possa cumprir tal condicionamento ulterior de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.	CORRETA. Esta afirmativa é a regra de ouro do Art. 23 da LINDB , protegendo o administrado contra o impacto abrupto da alteração de interpretação administrativa por meio de um regime de transição obrigatório.	Fundamentação no Art. 23 da LINDB.

Conclusão: O advogado deve tranquilizar os dirigentes: a nova lei protege a

confiança de quem obteve a licença sob o entendimento anterior, exigindo que o Município estabeleça um prazo e um modo razoável (regime de transição) para o cumprimento de qualquer novo condicionamento

Questão Comentada

Sanções a agentes públicos

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. Em dezembro de 2024, Lucas, servidor público celetista no âmbito da empresa pública XYZ, permitiu, culposamente, que Matheus da Silva utilizasse veículos automotores da estatal para a execução de serviços particulares, sem qualquer relação com a empresa pública. Nesse contexto, após tomar ciência de que o Ministério Público deflagrou inquérito civil para apurar os fatos, Lucas procurou você para, na qualidade de advogado(a), lhe prestar a adequada orientação jurídica.

Sobre a posição de Lucas, considerando a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a afirmativa correta.

- a) Ele responderá por ato de improbidade administrativa, desde que se comprove a perda patrimonial efetiva em detrimento da empresa pública XYZ.
- b) Ele não está sujeito aos regramentos da Lei de Improbidade Administrativa, por não se enquadrar como um servidor público estatutário.
- c) Ele não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que não agiu de forma dolosa.
- d) Ele será responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige a análise de dois pontos cruciais sob a ótica da **Lei de Improbidade Administrativa (LIA)**, com as alterações da **Lei nº 14.230/2021**:

1. O enquadramento de Lucas como **Agente Público** (servidor celetista de empresa pública).
2. O elemento subjetivo necessário (**dolo ou culpa**) para a caracterização do ato de improbidade após a reforma de 2021.

Fundamentação Legal

1. Enquadramento do Agente Público (Art. 2º e Art. 1º, § 7º da LIA):

A LIA se aplica a **todos** que exercem função pública, temporária ou permanentemente, com ou sem remuneração. O conceito abrange, inclusive, empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista (Art. 2º, *caput*). Portanto, Lucas, servidor celetista da Empresa Pública XYZ, **é agente público** para fins de LIA.

A Empresa Pública XYZ (pessoa jurídica da Administração Indireta) está listada entre as entidades sujeitas à LIA (Art. 1º, *caput*).

2. Elemento Subjetivo (Art. 1º, § 1º da LIA):

A Lei nº 14.230/2021 alterou drasticamente a LIA, exigindo o **dolo** (vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito) para a caracterização de **todos** os atos de improbidade (Art. 9º - Enriquecimento Ilícito, Art. 10 - Prejuízo ao Erário, e Art. 11 - Violação de Princípios).

Art. 1º, § 1º, da LIA: "Consideram-se atos de improbidade as condutas **dolosas** tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados os tipos previstos em lei especial."

Aplicação ao Caso Concreto

- O enunciado afirma que Lucas agiu **culposamente** (por negligência, imprudência ou imperícia), permitindo o uso indevido dos veículos.
- Desde a reforma de 2021, a **culpa não é mais admitida** como elemento subjetivo na LIA para nenhuma das modalidades (Art. 9º, 10 ou 11).
- Se não houve dolo (intenção de obter o resultado ilícito), a conduta de Lucas, embora possa gerar responsabilidade civil (ressarcimento) e administrativa (disciplinar), **não se enquadra mais como ato de improbidade**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Ele responderá por ato de improbidade administrativa, desde que se comprove a perda patrimonial efetiva em detrimento da empresa pública XYZ.	ERRADA. Embora a perda patrimonial seja elemento do Art. 10 (Prejuízo ao Erário), a prova da perda patrimonial não é suficiente. É imprescindível a prova do dolo para caracterizar o ato de improbidade.	Viola o Art. 1º, § 1º, da LIA.
b) Ele não está sujeito aos regramentos da Lei de Improbidade Administrativa, por não se enquadrar como um servidor público estatutário.	ERRADA. O conceito de agente público é amplíssimo (Art. 2º da LIA) e abrange o servidor celetista de empresa pública.	Viola o Art. 2º da LIA (Abrangência do conceito de Agente Público).
c) Ele não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que não agiu de forma dolosa.	CORRETA. Esta afirmativa é a essência da reforma de 2021. Sendo a conduta culposa , ela não preenche o requisito subjetivo do dolo , necessário para a caracterização de qualquer ato de improbidade (Art. 1º, § 1º, da LIA).	Fundamentação no Art. 1º, § 1º, da LIA (Exigência do Dolo).
d) Ele será responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.	ERRADA. O enriquecimento ilícito (Art. 9º) é a modalidade mais grave e exige que o agente tenha obtido vantagem patrimonial indevida. A questão não indica que Lucas obteve vantagem, e o ato de permitir o uso por terceiro é, no máximo, Art. 10 (Prejuízo ao Erário), sendo, de toda forma, exigido o dolo.	Não há indício de enriquecimento ilícito por parte de Lucas (Art. 9º da LIA).

Conclusão: A principal mudança na LIA foi a exigência de **dolo** para todas as

modalidades. Como Lucas agiu **culposamente**, sua conduta é **atípica** para fins de improbidade administrativa

Direito Ambiental

Para a primeira fase da OAB, é fundamental entender os conceitos de **responsabilidade civil ambiental objetiva, teoria do risco integral e a divisão do meio ambiente em natural, cultural, artificial e laboral.**

Os principais artigos e leis de Direito Ambiental são a Constituição Federal, especialmente o artigo 225 (direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado), a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97).

É fundamental entender os conceitos de **responsabilidade civil ambiental objetiva, teoria do risco integral e a divisão do meio ambiente em natural, cultural, artificial e laboral.**

Principais artigos constitucionais

Art. 225: Garante o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado um bem de uso comum e essencial para a qualidade de vida, sendo dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo.

Art. 7º, XXII: Garante a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Art. 186: Define os requisitos para o cumprimento da função social da propriedade rural, incluindo o respeito à legislação ambiental.

Art. 200, VIII: Menciona a proteção ao meio ambiente do trabalho como uma das competências do SUS.

Principais leis

Lei nº 9.605/98: Lei de Crimes Ambientais, que tipifica os crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente.

Lei nº 6.938/81: Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que estabelece os princípios e instrumentos da política ambiental.

Lei nº 9.433/97: Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, que trata da gestão e uso da água.

Lei nº 12.651/2012: Novo Código Florestal, que trata da proteção da vegetação nativa.

Lei nº 9.985/2000: Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Tópicos importantes

Responsabilidade Civil Ambiental: Baseada na teoria do risco integral, exige reparação do dano independentemente de culpa (art. 14, §1º da Lei nº 6.938/81).

Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA): Exigido para atividades com potencial de causar significativa degradação ambiental, conforme a Resolução CONAMA nº 01/86.

Unidades de Conservação: Definidas no SNUC (Lei nº 9.985/2000), como áreas protegidas com objetivos de conservação e limites definidos.

Função Socioambiental da Propriedade: O direito de propriedade deve ser exercido em conformidade com sua função social, incluindo a preservação ambiental (art. 186 da CF e art. 1.228 do Código Civil)

Focar seus estudos nos seguintes assuntos: Política, Instrumentos e Sistema Nacional do Meio Ambiente, Flora e Direito Ambiental, Tutela do Meio Ambiente Artificial, Dano Ambiental e Teoria Objetiva da Responsabilidade Ambiental.

Quantas vezes foi cobrado

- | | | |
|----|--|----|
| 1ª | Política, Instrumentos e Sistema Nacional do Meio Ambiente | 8x |
| 2ª | Flora e Direito Ambiental | 3x |
| 3ª | Tutela do Meio Ambiente Artificial | 3x |
| 4ª | Dano Ambiental | 2x |
| 5ª | Teoria Objetiva da Responsabilidade Ambiental | 2x |

Questão Comentada

Responsabilidade Impacto Ambiental

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. A sociedade empresária Empreendedorix deseja construir um grande shopping center em terreno situado na área urbana do Município Delta, que contribuirá para incrementar o comércio na localidade, mas surtirá efeitos na qualidade de vida da população e no meio ambiente do entorno, razão pela qual a atividade se enquadra entre aquelas para as quais é necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Ocorre que o Município Delta tem legislação local que define que tal empreendimento privado depende de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público local.

Em razão disso, os representantes da sociedade empresária Empreendedorix procuram você, como advogado(a), para esclarecer as peculiaridades do instrumento previsto na referida legislação municipal.

Considerando os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- a) O EIV, diferentemente do EIA, não pode ser enquadrado como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.
- b) A realização do EIV não substitui a elaboração e a aprovação do EIA, requeridas nos termos da legislação ambiental.
- c) O EIV será executado de forma a contemplar seus efeitos positivos, mas não precisa apontar os efeitos negativos do empreendimento, diante de seus objetivos legítimos.
- d) Independentemente de previsão na lei municipal, o EIV seria necessário, considerando o grande empreendimento a ser realizado pela sociedade Empreendedorix.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das diferenças e da relação entre dois instrumentos de planejamento e controle ambiental/urbanístico: o **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)** e o **Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)**. O ponto central é que a exigência

de um não exclui a necessidade do outro, pois possuem focos e fundamentos legais distintos.

Fundamentação Legal

1. Estudo de Impacto Ambiental (EIA):

Fundamento Legal: Art. 225, § 1º, IV, da Constituição Federal e Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente).

Foco: Avaliar os impactos ambientais (em sentido amplo) causados por atividades ou empreendimentos **potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente**.

Obrigação: Exigência de natureza federal (ou aplicável por analogia em Estados e Municípios) para o licenciamento ambiental.

2. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV):

Fundamento Legal: Art. 30, VIII, da Constituição Federal (Competência Municipal) c/c Art. 42 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Foco: Avaliar os impactos não ambientais (ou ambientais em sentido estrito) no entorno imediato do empreendimento (infraestrutura, tráfego, segurança, valorização/desvalorização, ventilação, etc.), dentro da **política de desenvolvimento urbano**.

Obrigação: O EIV só é exigível se houver **lei municipal** que o regule e o preveja.

Relação entre EIA e EIV

O EIA e o EIV são instrumentos **autônomos e complementares**. A aprovação de um (EIA) não exige o empreendedor da obrigação de elaborar e submeter o outro (EIV), caso a legislação municipal o exija. O EIA foca no *meio ambiente*, e o EIV foca na *ordem urbanística e vizinhança*.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O EIV, diferentemente do EIA, não pode ser enquadrado	ERRADA. O EIV é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, mas é	É considerado instrumento de

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.	considerado, pela doutrina e pela Lei nº 6.938/81, como um instrumento subsidiário da Política Nacional do Meio Ambiente , pois também visa a proteção do entorno (Art. 6º, XII, da Lei 6.938/81).	ambas as políticas.
b) A realização do EIV não substitui a elaboração e a aprovação do EIA, requeridas nos termos da legislação ambiental.	CORRETA. Esta afirmativa descreve a autonomia e a complementaridade dos dois estudos. Se o empreendimento for de grande porte (como um <i>shopping center</i>) e for enquadrado na lista federal/estadual de degradação significativa (EIA) e na lei municipal de impacto de vizinhança (EIV), ambos deverão ser elaborados.	Fundamentação na autonomia dos instrumentos (Estatuto da Cidade vs. PNMA).
c) O EIV será executado de forma a contemplar seus efeitos positivos, mas não precisa apontar os efeitos negativos do empreendimento...	ERRADA. O objetivo central de qualquer estudo de impacto (EIA ou EIV) é identificar e avaliar, de forma clara, tanto os efeitos positivos quanto os negativos do empreendimento, a fim de propor medidas mitigadoras e compensatórias.	O EIV deve obrigatoriamente avaliar os efeitos negativos.
d) Independentemente de previsão na lei municipal, o EIV seria necessário...	ERRADA. O EIV é um instrumento que se insere na competência urbanística municipal. O Estatuto da Cidade (Art. 42) exige que a necessidade do EIV seja prevista e regulamentada na legislação municipal para ser aplicada.	A exigência do EIV depende de lei municipal.

Conclusão: O *shopping center* está sujeito à dupla exigência. O EIA (foco ambiental) e o EIV (foco urbanístico/vizinhança) são instrumentos de diferentes políticas públicas e um não substitui o outro, devendo ambos ser cumpridos se previstos na legislação pertinente.

Questão Comentada

Responsabilidade Ambiental

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Por decisão de seus representantes legais, o exercício de determinada atividade empresarial da sociedade Aurora, em benefício próprio, ensejou a poluição de um determinado rio, de modo que a conduta praticada ocasionou severos danos ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, caracteriza ilícito penal, civil e administrativo.

Diante dessa situação hipotética e considerando as normas de responsabilização da pessoa jurídica em matéria ambiental, assinale a afirmativa correta.

- a) A sociedade Aurora deve ser responsabilizada administrativa, civil e penalmente pela aludida conduta, nos termos da legislação de regência.
- b) Eventual responsabilização penal da sociedade Aurora afasta a possibilidade de que ela seja responsabilizada nas esferas civil e administrativa.
- c) Para que possa responder na esfera administrativa, é imprescindível a condenação penal da sociedade Aurora, o que não ocorre para fins de responsabilização civil.
- d) Por se tratar de pessoa jurídica, a sociedade Aurora não pode ser responsabilizada na esfera penal, de modo que a sua responsabilização fica restrita às esferas civil e administrativa.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão trata da **Tríplice Responsabilização Ambiental**, um dos princípios basilares do Direito Ambiental brasileiro. O cerne da consulta é se uma pessoa jurídica pode ser

responsabilizada nas três esferas (civil, administrativa e penal) simultaneamente pela mesma conduta lesiva ao meio ambiente.

Fundamentação Legal e Princípio da Independência das Instâncias

O regime de responsabilidade ambiental é estabelecido pela **Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente)** e pela **Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais)**.

1. Responsabilidade Civil (Dano Ambiental):

Regime: Objetiva (independentemente de culpa ou dolo) e **integral** (Art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81).

Obrigação: Reparação do dano (indenização ou recuperação da área).

2. Responsabilidade Administrativa (Infração Ambiental):

Regime: Objetiva (basta a violação da norma).

Obrigação: Aplicação de sanções administrativas (multas, embargo, suspensão de atividades), conforme o **Decreto nº 6.514/08**.

3. Responsabilidade Penal (Crime Ambiental):

Regime: Subjetiva (exige dolo ou culpa) e, no caso da Pessoa Jurídica, **depende da decisão de seus representantes legais ou contratuais** (Art. 3º da Lei 9.605/98). A Constituição Federal (Art. 225, § 3º) já havia previsto a responsabilização penal da pessoa jurídica.

Obrigação: Penas restritivas de direitos, multa, etc.

O Princípio da Independência das Instâncias:

O ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da independência das instâncias, o que significa que as responsabilidades civil, administrativa e penal são cumulativas e apuradas em processos autônomos.

- **Art. 225, § 3º, da CF/88:** "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, **pessoas físicas ou jurídicas**, a sanções penais e administrativas, **independentemente da obrigação de reparar os danos** causados."

Portanto, a conduta da sociedade Aurora que gerou poluição e dano ambiental simultaneamente a qualifica para ser processada nas três esferas, sem que a punição em uma exclua a das demais.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A sociedade Aurora deve ser responsabilizada administrativa, civil e penalmente pela aludida conduta, nos termos da legislação de regência.	CORRETA. A afirmação está de acordo com o princípio constitucional da Tríplice Responsabilização e da independência das instâncias.	Fundamentação no Art. 225, § 3º, da CF/88 e Leis 6.938/81 e 9.605/98 .
b) Eventual responsabilização penal da sociedade Aurora afasta a possibilidade de que ela seja responsabilizada nas esferas civil e administrativa.	ERRADA. A responsabilização é cumulativa e independente.	Contraria o princípio da independência das instâncias.
c) Para que possa responder na esfera administrativa, é imprescindível a condenação penal da sociedade Aurora...	ERRADA. A responsabilização administrativa é independente e não precisa aguardar a conclusão (ou condenação) nas esferas civil ou penal.	Contraria o princípio da independência das instâncias.
d) Por se tratar de pessoa jurídica, a sociedade Aurora não pode ser responsabilizada na esfera penal...	ERRADA. A Constituição Federal (Art. 225, § 3º) e a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) preveem expressamente a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais.	Contraria a CF/88 e a Lei 9.605/98 .

Conclusão: A sociedade Aurora será responsabilizada nas três esferas. A responsabilidade civil visa a reparação, a administrativa impõe sanções pecuniárias e restritivas, e a penal impõe penas de natureza criminal, todas decorrentes do mesmo fato.

Questão Comentada

Licenciamento ambiental

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. A sociedade empresária Gama requereu licença ambiental para empreender um aterro sanitário. O processo de licenciamento ambiental tramita no órgão licenciador competente. No curso do procedimento, observadas as cautelas legais necessárias, o licenciador deferiu licença na fase inicial do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Registre-se que tal licença foi deferida isoladamente, diante da natureza, das características e da fase do empreendimento.

O caso em tela, de acordo com a Resolução CONAMA n. 237/1997, trata de licença

- a) prévia, que será sucedida, na próxima etapa do licenciamento, pela licença de instalação, que autorizará a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados.
- b) de instalação, que será sucedida, na próxima etapa do licenciamento, pela licença de operação, que autorizará a operação da atividade ou do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e os condicionantes determinados para a operação.
- c) de funcionamento, que foi precedida pela licença ambiental simplificada, que autorizará o início dos estudos ambientais, em especial, a elaboração do estudo prévio de impacto ambiental e seu correlato relatório de impacto ambiental.
- d) de operação, que foi precedida pela licença de instalação, que autorizará a execução das medidas mitigatórias previstas no estudo de impacto ambiental e a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do rito trifásico clássico do **Licenciamento Ambiental** no Brasil, conforme a **Resolução CONAMA n. 237/1997**. O caso descreve uma licença concedida na **fase inicial de planejamento**, que atesta a **viabilidade** do projeto, mas ainda não permite sua construção. Essa é a definição da primeira licença do processo.

Fundamentação Legal (Resolução CONAMA n. 237/97)

A Resolução CONAMA n. 237/97 estabelece as três modalidades principais de licença, que se sucedem cronologicamente:

1. Licença Prévia (LP):

Fase: Inicial, de **planejamento** ou concepção.

Objeto: Aprova a **localização** e **concepção** do empreendimento, atesta sua **viabilidade ambiental** e estabelece os requisitos básicos a serem atendidos nas próximas fases.

Função: Não autoriza a construção, apenas a continuidade do planejamento.

2. Licença de Instalação (LI):

Fase: Intermediária, de **construção** ou montagem.

Objeto: Autoriza a **instalação** do empreendimento (obras civis), de acordo com os projetos aprovados.

3. Licença de Operação (LO):

Fase: Final, de **funcionamento**.

Objeto: Autoriza o **início da operação** da atividade, após a comprovação do efetivo cumprimento das condicionantes das licenças anteriores e das medidas de controle ambiental.

Aplicação ao Caso Concreto

A licença deferida atende aos seguintes critérios:

- **Fase:** Planejamento inicial.
- **Função:** Aprova localização e concepção, atesta viabilidade.

Essas características definem a **Licença Prévia (LP)**. A próxima etapa será a **Licença de Instalação (LI)**, que permitirá a construção do aterro sanitário.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) prévia, que será sucedida, na próxima etapa do licenciamento, pela licença de instalação, que autorizará a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados.	CORRETA. A descrição da licença deferida se encaixa na Licença Prévia (viabilidade e concepção), e a próxima etapa é a LI, cuja função é a instalação (construção) do projeto.	Fundamentação no Art. 8º, I e II, da Resolução CONAMA 237/97.
b) de instalação, que será sucedida, na próxima etapa do licenciamento, pela licença de operação...	ERRADA. A Licença de Instalação autoriza a construção, o que não é o caso descrito (que é planejamento/viabilidade). A LI não é a fase inicial.	Inversão das fases do licenciamento.
c) de funcionamento, que foi precedida pela licença ambiental simplificada...	ERRADA. Não existe "licença de funcionamento" na Resolução CONAMA 237/97 (a licença final é a LO, de Operação). O <i>Estudo de Impacto Ambiental (EIA)</i> é a etapa preparatória da Licença Prévia, e não uma licença em si.	Termos e rito incorretos.
d) de operação, que foi precedida pela licença de instalação...	ERRADA. A Licença de Operação é a fase final. A descrição da função (aprovação da concepção e viabilidade) não se encaixa na Licença de Operação.	Inversão das fases do licenciamento.

Conclusão: O licenciamento ambiental segue um rito sequencial e hierárquico. A licença que atesta a viabilidade ambiental na fase de planejamento é a **Licença Prévia (LP)**.

Questão Comentada

Desafetação ambiental

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Município Alfa criou regularmente uma Unidade de Conservação (UC), por meio de decreto do Prefeito. Três anos depois, mediante a realização de novos estudos técnicos e de consulta pública, o chefe do Executivo municipal se convenceu de que deveria reduzir os limites geográficos da Unidade de Conservação.

Sabendo que o Prefeito está prestes a assinar novo decreto promovendo a supressão e a desafetação de uma parte dessa Unidade de Conservação, um grupo de ambientalistas procurou você como advogado(a).

Nesse contexto, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação acerca do novo decreto.

- a) O decreto em questão não pode ser considerado válido, pois quaisquer alterações na UC devem ser precedidas de autorização dos órgãos ambientais estadual e federal.
- b) Não há qualquer mácula no aludido decreto, uma vez que foram realizados novos estudos técnicos e consulta pública, que são imprescindíveis para quaisquer alterações na UC.
- c) É inviável a alteração pretendida por decreto, haja vista que a desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação só pode ser feita mediante lei específica.
- d) O decreto em análise está em consonância com o ordenamento jurídico, na medida em que, se a criação da UC se deu por tal via, sua redução pode ser realizada pelo mesmo instrumento normativo.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda o princípio da **vedação do retrocesso ecológico** e o regime de alteração das Unidades de Conservação (UCs), conforme o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. O foco é identificar o **instrumento normativo** exigido para a **redução** ou **desafetação** de uma UC já criada.

Fundamentação Legal

O regime de criação e alteração das UCs está previsto na **Lei nº 9.985/2000 (Lei do SNUC)**:

- **Criação:** Uma UC é criada por **ato do Poder Público** (Art. 22). Embora o ato inicial de criação possa ser um **decreto** (se não implicar desapropriação), o SNUC estabelece uma restrição rigorosa para sua alteração.
- **Art. 22, parágrafo 7º, da Lei do SNUC:**

Parágrafo 7º. A desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação só poderá ser feita mediante **lei específica**.

Interpretação e Aplicação ao Caso

1. **Ato de Criação (Decreto):** Embora a regra seja de que a criação de UCs possa se dar por decreto (se não implicar desapropriação), a doutrina e a jurisprudência entendem que a **desafetação** (retirada do regime de proteção) ou a **redução de limites** deve ocorrer por um instrumento normativo de maior hierarquia e solenidade.
2. **Ato de Redução (Lei Específica):** A supressão, desafetação ou redução de limites de uma UC é, invariavelmente, um ato que implica **retrocesso ecológico** e, por isso, a **Lei do SNUC exige Lei Específica**.
3. **Irrelevância da Consulta:** O fato de o Prefeito ter realizado "novos estudos técnicos e de consulta pública" (requisitos preparatórios do processo) **não supre a exigência formal** de que a alteração seja feita por lei, e não por decreto.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O decreto em questão	ERRADA. A exigência legal primária	A exigência de lei é

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
não pode ser considerado válido, pois quaisquer alterações na UC devem ser precedidas de autorização dos órgãos ambientais estadual e federal.	não é a autorização de outros órgãos (a competência é municipal), mas sim o instrumento normativo (lei).	o vício formal determinante.
b) Não há qualquer mácula no aludido decreto, uma vez que foram realizados novos estudos técnicos e consulta pública, que são imprescindíveis para quaisquer alterações na UC.	ERRADA. Os estudos e a consulta pública são requisitos materiais e procedimentais (devem ser feitos), mas a ausência da lei específica é um vício formal que invalida o ato (Decreto) por inconstitucionalidade.	O vício formal (ausência de lei) não é sanado pelos requisitos materiais.
c) É inviável a alteração pretendida por decreto, haja vista que a desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação só pode ser feita mediante lei específica.	CORRETA. Esta afirmativa está em total consonância com o Art. 22, parágrafo 7º, da Lei nº 9.985/2000 (SNUC) , sendo o Decreto um instrumento insuficiente para essa finalidade.	Fundamentação no Art. 22, § 7º, da Lei do SNUC.
d) O decreto em análise está em consonância com o ordenamento jurídico, na medida em que, se a criação da UC se deu por tal via, sua redução pode ser realizada pelo mesmo instrumento normativo.	ERRADA. Viola o princípio da simetria das formas aplicado de forma invertida, além de ignorar a regra expressa do SNUC. O princípio aplicável é o da vedação do retrocesso , que impõe a forma mais rigorosa (lei) para a supressão do que para a criação.	Contraria o Art. 22, § 7º, da Lei do SNUC (exige lei).

Conclusão: O advogado deve informar ao grupo ambientalista que o Decreto é ilegal e inconstitucional. A redução dos limites de uma Unidade de Conservação é um ato

de desafetação que requer a edição de uma **Lei Específica**, e não de um mero Decreto do Executivo.

Direito Civil

O conteúdo de Direito Civil é um dos mais extensos abordados na prova da OAB como um todo. Nesse sentido, priorizar os assuntos mais cobrados é ainda mais importante.

O Direito Civil é uma disciplina importantíssima para a primeira fase da prova da OAB, representando uma porcentagem significativa com 6 questões em todas as prova.

Os temas mais cobrados geralmente se concentram na Parte Geral do Código Civil, abordando conceitos como **capacidade civil, personalidade, pessoas jurídicas, bens, fatos jurídicos, prescrição e decadência**. Além disso, é fundamental dominar os **princípios, os contratos** (formação, extinção, defeitos) e a **responsabilidade civil**.

Temas essenciais para a primeira fase Parte Geral do Código Civil: É a área com maior foco, cobrindo:

Pessoas: Capacidade, personalidade e incapacidade civil.

Bens: Diferentes classes de bens.

Fatos e atos jurídicos: O que são e como se diferenciam.

Prescrição e decadência: Prazos e consequências.

Contratos: Este é um dos tópicos mais recorrentes e abrange:

Princípios gerais, conceito e função social.

Boa-fé objetiva.

Classificação dos contratos.

Formação, lugar e extinção dos contratos.

Evicção e vícios redibitórios.

Responsabilidade Civil: Compreender a base da responsabilidade, que envolve os elementos:

Conduta humana, nexo de causalidade e dano.

Diferença entre responsabilidade subjetiva (que exige prova de culpa) e objetiva.

Direito de Família e Sucessões: Tópicos frequentemente cobrados incluem:

Regimes de bens.

Sucessão legítima.

Dicas de estudo Foco na Parte Geral: Comece pelos tópicos que mais caem na Parte Geral do Código Civil, pois ela serve de base para o restante do estudo.

Atenção aos detalhes: Fique atento a detalhes como a distinção entre menor absolutamente incapaz (de 0 a 16 anos) e relativamente incapaz (de 16 a 18 anos).

Princípios gerais: Estude os três princípios fundamentais do Direito Civil: **eticidade, sociabilidade e operabilidade.**

Revisão contínua: É recomendável resolver questões anteriores e acompanhar materiais de revisão para fixar o conteúdo e entender como a banca (FGV) cobra os temas.

Por isso, dê atenção especial para **Direito das Sucessões, Contratos em Espécie, Direito das Coisas, Direito de Família e Das Obrigações.**

Os temas mais cobrados:

- 1. Contratos** – Formação, execução, extinção e vícios dos acordos de vontade, princípios contratuais
- 2. Direitos Reais** – Propriedade e demais direitos sobre coisas, modalidades de aquisição e perda
- 3. Direito de família**
- 4. Sucessões** – Transmissão de bens e direitos por morte, inventário, partilha e legítima
- 5. Obrigações**

Quantas vezes foi cobrado

1ª	Direito das Sucessões	13x
2ª	Contratos em Espécie	12x
3ª	Direito das Coisas	12x
4ª	Direito de Família	9x
5ª	Das Obrigações	8x

Artigos essenciais para focar:

Código Civil: artigos 1º a 9º, 22, 38, 125, 126, 130, 138, 145, 156, 157, 171, 176, 178, 167 a 169, 188, 237, 265, 282 e 283, 410, 411, 422, 442 a 449, 457, 927, 932, 933, 942, 1.202, 1.216, 1.220, 1.660, 1.635, 1.638, 1.659, 1.694, 1.697, 1.845 e 1.846

Código de Processo Civil (CPC)

Prazos: Art. 229 e 231.

Recursos: Art. 993, 1.009, 1.015 e 988 (apelação, agravo de instrumento e reclamação).

Contestação e Defesa: Art. 337.

Tutela de Urgência: Art. 294.

Questão Comentada

Direito de Família

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Mariana e Lucas estão casados há mais de 10 anos em regime da comunhão parcial de bens. Recentemente, Mariana descobriu que Lucas vem mantendo uma relação extraconjugal com uma vizinha. A descoberta abalou profundamente o casamento, e Mariana pediu o divórcio.

Considerando a quebra do dever de fidelidade, Mariana alega que Lucas perdeu o direito sobre todos os bens do casal, ou seja, ela entende que, apesar do regime de comunhão parcial de bens, o patrimônio construído ao longo do casamento não deverá ser partilhado. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O adultério traduz-se em violação do dever de recíproca fidelidade no casamento. Assim, em razão da traição de Lucas, Mariana tem direito à indenização correspondente a parte dos bens do casal.
- b) A discussão de culpa e culpados para o divórcio não é mais necessária e, por isso, a divisão de bens deve seguir as regras do regime escolhido no casamento.
- c) O adultério é uma das mais graves infrações dos deveres conjugais e tem, como consequência, a perda do direito à meação.
- d) O adultério não interfere na partilha de bens do casal, mas tão somente no convívio do pai adúltero com os filhos menores de idade.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda a relação entre a **culpa conjugal** (violação dos deveres do casamento, como a fidelidade) e os **efeitos patrimoniais do divórcio** após as alterações trazidas pela **Emenda Constitucional nº 66/2010**. O foco é se o adultério pode afastar as regras de partilha do regime de bens.

Fundamentação Legal

1. Emenda Constitucional nº 66/2010 (Divórcio):

A EC 66/2010 simplificou o divórcio, transformando-o em um **direito potestativo** (subjutivo) dos cônjuges.

A partir dessa emenda, o **elemento culpa** (e a discussão sobre o motivo do fim do casamento) deixou de ser relevante para a dissolução do vínculo matrimonial. O divórcio é concedido pelo simples pedido de um dos cônjuges.

2. Partilha de Bens (Art. 1.571 e 1.658 e seguintes do Código Civil):

A partilha de bens é regida **exclusivamente** pelo regime de bens escolhido pelo casal (no caso, comunhão parcial de bens), que determina o que é **patrimônio comum** (meação) e o que é particular.

A **quebra do dever de fidelidade** (Art. 1.566, I, do CC) é uma violação de um dever conjugal, mas **não acarreta, por si só, a perda da meação** (parte que lhe cabe no patrimônio comum).

3. **Dano Moral (Exceção):** Embora a culpa seja irrelevante para o divórcio e a partilha, a violação grave de deveres conjugais que cause profundo sofrimento psíquico à vítima pode, em tese, gerar o **direito à indenização por danos morais** na esfera civil, mas isso não se confunde com a perda da meação (a indenização seria um valor adicional, não o afastamento do regime de bens).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O adultério traduz-se em violação do dever de recíproca fidelidade... Mariana tem direito à indenização correspondente a parte dos bens do casal .	ERRADA. O dano moral é indenização em dinheiro, mas o direito à indenização não se confunde com a perda da meação ou indenização <i>correspondente à parte dos bens</i> . A partilha segue o regime.	Confunde a partilha com eventual indenização por dano moral.
b) A discussão de culpa e culpados para o divórcio não é mais necessária e, por isso, a divisão de bens deve seguir as regras do regime escolhido no casamento.	CORRETA. Após a EC 66/2010, o divórcio não exige prova de culpa. Consequentemente, a partilha de bens é regida apenas pelas regras patrimoniais do regime legal (comunhão parcial), independentemente da culpa de Lucas.	Fundamentação na EC 66/2010 e nas regras de partilha do Código Civil .
c) O adultério é uma das mais graves infrações dos deveres conjugais e tem, como consequência, a perda do direito à meação .	ERRADA. Não há previsão legal no Brasil de que o adultério ou a culpa conjugal resulte na perda do direito à meação.	Viola as regras de partilha do Código Civil.
d) O adultério não interfere na partilha de	ERRADA. A violação do dever de fidelidade é irrelevante para a	Confunde a culpa conjugal com o

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
somente no convívio do pai adúltero com os filhos menores de idade.	partilha, mas não pode afetar, por si só, o convívio (guarda ou visitas) do genitor com os filhos. O direito de convivência se baseia no melhor interesse da criança/adolescente, não na moralidade conjugal.	melhor interesse da criança.

Conclusão: A **partilha de bens** e o **direito de se divorciar** são questões objetivas e patrimoniais que não são influenciadas pela **culpa** conjugal. Lucas tem direito à meação do patrimônio adquirido onerosamente durante a união, conforme o regime de comunhão parcial de bens.

Questão Comentada

Contratos em espécie

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. André, mediante contrato escrito, comprou o carro de passeio de seu vizinho, Bernardo. Duas semanas depois, enquanto André o conduzia por uma das principais avenidas da cidade, o veículo quebrou, por causa de um defeito não aparente na mangueira do radiador. Para pretender indenização por perdas e danos em desfavor de Bernardo pelo ocorrido, André deve provar

- a) a existência de cláusula expressa no contrato de garantia contra vícios ocultos.
- b) a preexistência do defeito, mesmo que desconhecido por Bernardo.
- c) a preexistência do defeito e que Bernardo tinha conhecimento dele.
- d) a preexistência do defeito, que Bernardo tinha conhecimento dele e a existência de cláusula no contrato de garantia contra vícios ocultos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a disciplina dos **vícios redibitórios** (defeitos ocultos que tornam a coisa imprópria ou lhe diminuem o valor) no **Contrato de Compra e Venda**, conforme o **Código Civil**. O ponto crucial é diferenciar as consequências jurídicas (apenas rescisão ou também indenização) quando o alienante (**Bernardo**) tinha ou não **conhecimento** do vício oculto no momento da venda.

Fundamentação Legal (Vícios Redibitórios)

O tema é regulado pelo **Artigo 441 e seguintes do Código Civil**:

1. **Vício Redibitório (Art. 441)**: O comprador (André) tem direito à **redibição** (rescisão do contrato, devolvendo a coisa e recebendo o preço de volta) ou ao **abatimento do preço** (Ações Redibitória ou *Quantum Minoris*), independentemente de o vendedor (Bernardo) ter tido conhecimento prévio do vício oculto (**Art. 443, 1ª parte**).

O vício deve ser **preexistente** à venda.

2. **Perdas e Danos (Art. 443)**: A pretensão de **indenização por perdas e danos** (além da devolução do valor) exige um elemento subjetivo: o **conhecimento prévio** do vício por parte do alienante.

Art. 443 do CC: "Se o alienante **conhecia** o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato."

Aplicação ao Caso Concreto

André pretende obter **indenização por perdas e danos**. De acordo com o Art. 443 do CC, para que André tenha sucesso nessa pretensão (que é a mais gravosa ao vendedor), ele deve provar:

1. A **preexistência do defeito** (o vício estava na mangueira do radiador antes da venda, mesmo que não aparente).
2. Que Bernardo (**o alienante**) **tinha conhecimento** desse defeito no momento da celebração do contrato.

Se André provasse apenas a preexistência do defeito, ele teria direito apenas à redibição ou ao abatimento, mas não às perdas e danos.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) a existência de cláusula expressa no contrato de garantia contra vícios ocultos.	ERRADA. A garantia contra vícios redibitórios é um efeito natural do contrato de compra e venda (<i>garantia legal</i>), independentemente de cláusula contratual expressa.	A garantia é legal (efeito <i>ex lege</i>).
b) a preexistência do defeito, mesmo que desconhecido por Bernardo.	ERRADA. Esta prova é suficiente apenas para a rescisão/abatimento do preço (Ações Edilícias), mas não para a indenização por perdas e danos (Art. 443, 2ª parte, CC).	Insuficiente para apleitear perdas e danos.
c) a preexistência do defeito e que Bernardo tinha conhecimento dele.	CORRETA. A prova do conhecimento do vício por parte do alienante (Bernardo) é a condição <i>sine qua non</i> para que o comprador (André) possa indenização por perdas e danos (Art. 443, 1ª parte, CC).	Fundamentação no Art. 443 do Código Civil.
d) a preexistência do defeito, que Bernardo tinha conhecimento dele e a existência de cláusula no contrato de garantia contra vícios ocultos.	ERRADA. A cláusula de garantia é desnecessária, pois a responsabilidade decorre de lei. O necessário é apenas a preexistência do defeito e o conhecimento de Bernardo.	A cláusula expressa é irrelevante para a indenização.

Conclusão: A responsabilidade do alienante é objetiva quanto à existência do vício (deve devolver o preço), mas se torna **subjativa** para a concessão de perdas e danos adicionais

Questão Comentada

Direito das coisas

Ano: 2024 | **Banca:** FGV | **Órgão:** OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Joana trabalhou por 15 anos como empregada doméstica na residência de Alzira, um imóvel de 60 metros quadrados, herdado de seu falecido pai. Durante todo esse período, Joana percebeu salários mensais, tal como acordado, porém nunca recebeu as verbas referentes às férias e ao décimo terceiro salário, bem como nunca teve as contribuições previdenciárias devidamente recolhidas. Depois da rescisão contratual, Joana promoveu a ação trabalhista, visando receber as verbas devidas e não pagas, tendo seus direitos reconhecidos por sentença transitada em julgado. Não obstante, o pagamento das verbas não foi realizado e, fato seguinte, foi promovida a execução, momento em que Joana, representada por seu advogado, diante do não pagamento e da inexistência de outros bens, requereu a **penhora do imóvel residencial de Alzira**. Ante a hipótese narrada, considerando que o imóvel residencial de Alzira é o único que ela possui, assinale a afirmativa correta.

- a) O imóvel é impenhorável, mas os bens móveis que o guarnecem são penhoráveis, independentemente do valor dos mesmos.
- b) O imóvel é impenhorável, bem como são impenhoráveis os móveis que guarnecem a casa, exceto as obras de arte e os adornos suntuosos.
- c) O imóvel na execução promovida por Joana é, em qualquer hipótese, penhorável.
- d) O imóvel, na execução promovida por Joana, é penhorável, desde que comprovada a má-fé da devedora.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda a **impenhorabilidade do bem de família**, conforme a **Lei nº 8.009/90**, e suas exceções, aplicando-se o caso a uma dívida de natureza trabalhista. O foco é se a dívida devida à empregada doméstica permite a penhora do imóvel residencial da devedora e, caso não permita, qual é o regime dos bens móveis que o guarnecem.

Fundamentação Legal

O tema é regido pela **Lei nº 8.009/90** e pela jurisprudência:

1. **Impenhorabilidade do Imóvel (Art. 1º):**

O imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar é, em regra, **impenhorável** para a garantia de qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza. O fato de ser o único imóvel de Alzira confirma a regra.

Exceção de Dívida Trabalhista (Art. 3º, I, da Lei 8.009/90): O imóvel é penhorável quando a dívida é decorrente de **créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias**.

Conclusão para o Imóvel (Alteração Jurisprudencial): Embora o **Art. 3º, I, da Lei 8.009/90** permitisse a penhora do imóvel para a quitação de dívidas do empregador doméstico (Alzira), o **Supremo Tribunal Federal (STF)**, em 2024 (Tema 1.231 da Repercussão Geral), **declarou a inconstitucionalidade** dessa exceção, restabelecendo a impenhorabilidade do bem de família. **Portanto, o imóvel de Alzira é impenhorável.**

2. **Impenhorabilidade dos Bens Móveis (Art. 2º):**

O **Art. 2º da Lei 8.009/90** estende a impenhorabilidade aos **móveis que guarnecem a residência**, desde que sejam de uso comum (móveis, utensílios, vestuário, etc.).

Exceções (Art. 2º, caput): A impenhorabilidade **não se aplica** a:

- Veículos de transporte, obras de arte e **adornos suntuosos**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O imóvel é impenhorável, mas os bens móveis que o guarnecem são penhoráveis, independentemente do valor dos mesmos.	ERRADA. Os móveis de uso comum que guarnecem a casa são impenhoráveis (Art. 2º da Lei 8.009/90).	Viola a regra de impenhorabilidade dos móveis comuns.
b) O imóvel é impenhorável, bem como são impenhoráveis os	CORRETA. Esta afirmativa é a única que espelha o entendimento atual (imóvel	A única que acerta o regime do imóvel (pós-STF) e o regime

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
móveis que guarnecem a casa, exceto as obras de arte e os adornos suntuosos.	impenhorável para dívida de doméstica) E o regime legal dos móveis (móveis comuns impenhoráveis, exceto obras de arte/adornos suntuosos - Art. 2º da Lei 8.009/90).	legal dos móveis.
c) O imóvel na execução promovida por Joana é, em qualquer hipótese, penhorável.	ERRADA. Contraria o entendimento do STF (Tema 1.231), que estabeleceu a inconstitucionalidade da exceção do Art. 3º, I, da Lei 8.009/90.	Contraria a jurisprudência mais recente do STF.
d) O imóvel, na execução promovida por Joana, é penhorável, desde que comprovada a má-fé da devedora.	ERRADA. A penhorabilidade da dívida de empregado doméstico é uma exceção legal (agora inconstitucional) baseada na natureza do crédito (trabalhista), e não na má-fé do devedor (Alzira).	Confunde o instituto com a fraude à execução.

Conclusão: O advogado deve orientar Joana que, apesar da natureza do crédito (alimentar), o imóvel residencial de Alzira é protegido pelo regime do bem de família, sendo impenhorável. No entanto, os bens móveis de luxo (obras de arte e adornos suntuosos) não gozam dessa proteção e podem ser penhorados

Questão Comentada

Direito das coisas - Benfeitorias necessária

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Antônio, locatário de um imóvel residencial, verificou uma enorme infiltração atrás dos armários da cozinha. Com a finalidade de evitar maior deterioração do imóvel, Antônio realizou a obra a fim de reparar o dano e conservar o bem. Aproveitando a presença do empreiteiro em sua casa, reformou todos os armários dos quartos, para incluir portas de espelho e puxadores em cobre com o único objetivo de deixá-los mais sofisticados, pois os anteriores estavam em perfeito estado. Aproveitou também a oportunidade para incluir um grande aquário embutido na parede da sala.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Por não ser proprietário do bem, as obras realizadas por Antônio não podem ser consideradas como benfeitorias.
- b) As obras realizadas por Antônio são classificadas como benfeitorias úteis, pois facilitam o uso do bem.
- c) O reparo na cozinha é uma benfeitoria necessária, porque conserva e evita que a coisa se deteriore, e a reforma dos armários e do aquário são benfeitorias voluptuárias, pois trata-se de mero deleite.
- d) A reforma dos armários dos quartos e o aquário da sala valorizam o bem, sendo consideradas como benfeitorias úteis, diferente do reparo na cozinha que, por força da gravidade, classifica-se como benfeitoria necessária.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige a correta classificação das **benfeitorias** realizadas por Antônio no imóvel locado, conforme o **Artigo 96 do Código Civil**. A classificação é fundamental para determinar o direito de retenção e indenização do locatário.

Fundamentação Legal (Classificação das Benfeitorias)

O **Artigo 96 do Código Civil** estabelece as três categorias de benfeitorias:

1. **Benfeitorias Necessárias:** São aquelas que têm por fim **conservar o bem** ou **evitar que se deteriore** (ex: reparo de uma infiltração).

2. **Benfeitorias Úteis:** São as que **umentam ou facilitam o uso** do bem (ex: instalação de garagem, aumento de cômodos).
3. **Benfeitorias Voluptuárias:** São as de **mero deleite ou recreio**, que não aumentam o uso habitual do bem, mas o tornam mais agradável ou sofisticado (ex: piscina, decoração de luxo, jardim sofisticado).

Aplicação ao Caso Concreto

1. Reparo na Cozinha (Infiltração):

Finalidade: Reparar o dano e **conservar o bem** (evitar deterioração).

Classificação: Benfeitoria Necessária.

2. Reforma dos Armários (Espelhos e Cobre):

Finalidade: Deixar os armários **mais sofisticados** (estavam em perfeito estado) e para **mero deleite** do locatário.

Classificação: Benfeitoria Voluptuária.

3. Aquário Embutido na Parede da Sala:

Finalidade: Aumentar a **decoração** e o **prazer estético**.

Classificação: Benfeitoria Voluptuária.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Por não ser proprietário do bem, as obras realizadas por Antônio não podem ser consideradas benfeitorias.	ERRADA. Benfeitorias são bens acessórios que visam conservar ou melhorar o bem principal. A condição de locatário ou possuidor assemelhado é irrelevante para a classificação do acessório.	Viola o Art. 96 do CC (classificação).
b) As obras realizadas por Antônio são classificadas como benfeitorias úteis, pois facilitam o uso do bem.	ERRADA. A reforma estética dos armários e o aquário não facilitam o uso habitual da residência (seriam	Classificação incorreta.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	voluptuárias).	
c) O reparo na cozinha é uma benfeitoria necessária, porque conserva e evita que a coisa se deteriore, e a reforma dos armários e do aquário são benfeitorias voluptuárias, pois trata-se de mero deleite.	CORRETA. Esta afirmativa aplica corretamente as definições legais do Art. 96 do CC às obras descritas.	Fundamentação no Art. 96, § 1º e § 3º, do CC.
d) A reforma dos armários dos quartos e o aquário da sala valorizam o bem, sendo consideradas como benfeitorias úteis...	ERRADA. Benfeitorias voluptuárias também valorizam o bem, mas são classificadas como tal por serem de mero deleite , diferente das úteis que aumentam o uso.	Classificação incorreta das obras estéticas.

Conclusão: O advogado deve orientar Antônio que ele terá direito à indenização pelas benfeitorias **necessárias** (reparo da infiltração) e, se o contrato permitir, indenização ou levantamento das benfeitorias **voluptuárias** (armários sofisticados/aquário).

Questão Comentada

Poder familiar- Direito de Família guarda

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Vitória e Rodrigo foram casados, em regime de comunhão parcial de bens, e são pais de Mariana. Quando Mariana atingiu 16 (dezesesseis) anos, os pais divorciaram-se, passando a residir em lares distintos e a compartilhar a guarda de Mariana. Mariana passou a residir com o pai. A respeito do dever de educação de Mariana, assinale a afirmativa correta.

a) Caberá a Vitória e a Rodrigo, já que o dever de educação inserido nos deveres e direitos dos pais com relação aos filhos, no exercício do poder familiar, independe da situação conjugal de ambos.

b) Com o divórcio, o dever de educação passa a ser somente do pai, com quem Mariana reside, sendo impossível fisicamente Vitória colaborar nesse sentido, dada a distância física de Mariana.

c) Com o divórcio, caberá este dever somente ao pai, Rodrigo, pois, em que pese a guarda compartilhada, Mariana reside com ele.

d) A guarda e a convivência determinam a quem caberá o dever de educar o filho, de modo que, nesse caso, o dever de educação passa a ser somente do pai.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda a permanência do **poder familiar** e seus deveres, como a **educação**, após o divórcio e a instituição da **guarda compartilhada**. O foco é se a dissolução do casamento e a definição da residência principal afetam a titularidade dos deveres parentais.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Código Civil** e pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**:

1. Poder Familiar (Art. 1.630 e 1.634 do Código Civil):

O poder familiar é o conjunto de direitos e deveres conferidos aos pais em relação à pessoa e aos bens dos filhos menores. O **dever de dirigir a educação** (Art. 1.634, I, CC) é um dos seus atributos.

O **Art. 1.630 do CC** estabelece: "A união estável, o casamento ou o divórcio não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao **direito, que aos pais toca, de ter em sua companhia os filhos.**"

O divórcio (e a guarda) não extingue o poder familiar.

2. Guarda Compartilhada (Art. 1.583, § 1º, do Código Civil):

Na guarda compartilhada, o tempo de convívio é dividido, e a **responsabilidade conjunta e o exercício do poder familiar são mantidos** por ambos os pais, independentemente de onde o filho tenha a residência fixada (base de moradia).

O **dever de educação e a tomada de decisões importantes** (escolha de escola, tratamento de saúde, etc.) são exercidos **em conjunto** por Vitória e Rodrigo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Caberá a Vitória e a Rodrigo, já que o dever de educação inserido nos deveres e direitos dos pais com relação aos filhos, no exercício do poder familiar, independe da situação conjugal de ambos.	CORRETA. A dissolução do casamento não afeta o poder familiar nem os deveres inerentes a ele, como o dever de educação (Art. 1.630 do CC). Na guarda compartilhada, ambos os pais exercem o poder familiar.	Fundamentação no Art. 1.630 e Art. 1.634, I, do CC.
b) Com o divórcio, o dever de educação passa a ser somente do pai , com quem Mariana reside...	ERRADA. A residência de referência (base de moradia) não afasta o dever de educação do outro genitor. O divórcio não retira o poder familiar.	Viola a natureza conjunta do poder familiar.
c) Com o divórcio, caberá este dever somente ao pai , Rodrigo, pois, em que pese a guarda compartilhada, Mariana reside com ele.	ERRADA. A guarda compartilhada implica a corresponsabilidade no exercício do poder familiar. O pai é apenas o detentor da residência de referência.	Contradiz a regra da guarda compartilhada (Art. 1.583, § 1º, CC).
d) A guarda e a convivência determinam a quem caberá o dever de educar o filho...	ERRADA. Os deveres do poder familiar (educação) são inatos aos pais e independem da guarda (exceto em casos de suspensão ou destituição). A guarda compartilhada reforça a	Viola o princípio de que o poder familiar é de ambos.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	responsabilidade de ambos.	

Conclusão: O poder familiar, que inclui o dever de educar, é um atributo da parentalidade que **não é extinto pelo divórcio** nem pela escolha da residência. Ambos os pais, Vitória e Rodrigo, continuam co-responsáveis pela educação de Mariana

Questão Comentada

Contratos em espécie

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Cláudia é devedora de valores elevados e foi executada em determinada demanda. Para evitar a penhora de seu carro, celebrou contrato de compra e venda do veículo com Eduardo, seu amigo fraterno, indicando data anterior às dívidas. Cláudia e Eduardo combinaram que o contrato não produziria qualquer efeito, de modo que não houve o pagamento do preço e tampouco a transferência da propriedade do carro.

Sobre o contrato celebrado entre Cláudia e Eduardo, assinale a afirmativa correta.

- a) É anulável.
- b) É válido, mas ineficaz.
- c) É nulo, sem possibilidade de aproveitamento.
- d) Pode ser convalidado, bastando que se desconsidere a data indicada e se considere a data em que ele efetivamente foi celebrado.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão descreve um negócio jurídico em que as partes declaram a vontade de realizar uma compra e venda de forma aparente, mas, na realidade, não desejam o resultado ou a eficácia desse negócio, com o objetivo de prejudicar terceiros (credores). Essa disparidade entre a vontade declarada e a vontade real configura o vício social da **simulação**.

Fundamentação Legal (Simulação)

O vício da simulação está previsto no **Artigo 167 do Código Civil** e acarreta a **Nulidade Absoluta** do negócio jurídico:

- **Art. 167, caput, do Código Civil (Conceito):**

Art. 167. É **nulo** o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

- **Art. 167, § 1º, II, do Código Civil (Hipóteses de Simulação):**

§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira. (Cláudia e Eduardo fingiram a venda para afastar a penhora).

Distinção Simulação vs. Fraude contra Credores

- **Simulação (Art. 167, CC):** O negócio é **inexistente** na realidade entre as partes (elas fingem a venda, mas não querem que ela ocorra). A simulação é causa de **Nulidade Absoluta** e pode ser alegada por qualquer interessado (incluindo o credor) ou reconhecida de ofício pelo juiz.
- **Fraude Contra Credores (Art. 158, CC):** O negócio é **real** (as partes realmente querem a venda), mas é realizado com o intuito de prejudicar o credor, levando o devedor à insolvência. A fraude contra credores é causa de **Anulabilidade** e deve ser pleiteada em **Ação Pauliana**.

No caso, como **não houve pagamento do preço, nem transferência da propriedade**, e o contrato foi feito para **não produzir efeitos**, trata-se de **simulação**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) É anulável.	ERRADA. Se fosse Fraude contra Credores (o negócio tivesse sido	Vício errado (Nulidade vs.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	real, mas em prejuízo dos credores), seria anulável (Art. 171, II, CC). Mas, sendo simulação, o vício é de nulidade.	Anulabilidade).
b) É válido, mas ineficaz.	ERRADA. A simulação é um vício que afeta a própria validade do negócio jurídico, tornando-o nulo. A ineficácia ocorre quando um negócio válido não produz efeitos por falta de um requisito externo (ex: falta de registro).	O vício afeta a validade (é nulo).
c) É nulo, sem possibilidade de aproveitamento.	CORRETA. O negócio simulado é nulo de pleno direito (nulidade absoluta, Art. 167 do CC). Como a simulação é total (não há negócio dissimulado que possa subsistir), ele é nulo e não pode ser convalidado.	Fundamentação no Art. 167 do Código Civil.
d) Pode ser convalidado, bastando que se desconsidere a data indicada e se considere a data em que ele efetivamente foi celebrado.	ERRADA. O negócio nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo (Art. 169 do CC). Alterar a data seria apenas corrigir um erro, mas o vício (simulação) persiste.	O negócio nulo não admite convalidação (Art. 169, CC).

Conclusão: O contrato de compra e venda entre Cláudia e Eduardo é nulo por simulação, pois as partes apenas fingiram o negócio para prejudicar credores, sem ter a intenção de realiza-lo

Questão Comentada

Direito de família e sucessão

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Do testamento deixado por Natália constou a seguinte cláusula acerca da parte disponível: “lego o apartamento X para meus filhos Henrique e Carolina, os quais serão individualmente substituídos, se não puderem aceitar, pelo meu filho Carlos.”

Após o registro, abertura e determinação de seu cumprimento, Henrique renunciou à sucessão testamentária, satisfazendo-se com a legítima. Você, como advogado(a), foi consultado(a) acerca da transmissão causa mortis do apartamento X. Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) Caberá à Carolina e a Carlos, por força da substituição prevista.
- b) Ficará integralmente com Carolina, por conta do direito de acrescer.
- c) Será dividido entre Henrique e Carolina, pois a renúncia não pode ser parcial.
- d) Deverá ser integralmente entregue a Carlos, em razão da disposição conjuntiva.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda a permanência do **poder familiar** e seus deveres, como a **educação**, após o divórcio e a instituição da **guarda compartilhada**. O foco é se a dissolução do casamento e a definição da residência principal afetam a titularidade dos deveres parentais.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Código Civil** e pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**:

1. **Poder Familiar (Art. 1.630 e 1.634 do Código Civil):**

O poder familiar é o conjunto de direitos e deveres conferidos aos pais em relação à pessoa e aos bens dos filhos menores. O **dever de dirigir a educação** (Art. 1.634, I, CC) é um dos seus atributos.

O **Art. 1.630 do CC** estabelece: "A união estável, o casamento ou o divórcio **não alteram as relações entre pais e filhos** senão quanto ao direito, que aos pais toca, de ter em sua companhia os filhos."

O divórcio (e a guarda) não extingue o poder familiar.

2. Guarda Compartilhada (Art. 1.583, § 1º, do Código Civil):

Na guarda compartilhada, a **responsabilidade conjunta e o exercício do poder familiar são mantidos** por ambos os pais, independentemente de onde o filho tenha a residência fixada (base de moradia).

O **dever de educação** e a tomada de decisões importantes são exercidos **em conjunto** por Vitória e Rodrigo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Caberá a Vitória e a Rodrigo, já que o dever de educação inserido nos deveres e direitos dos pais com relação aos filhos, no exercício do poder familiar, independe da situação conjugal de ambos.	CORRETA. A dissolução do casamento não afeta o poder familiar nem os deveres inerentes a ele, como o dever de educação (Art. 1.630 do CC). Na guarda compartilhada, ambos os pais exercem o poder familiar.	Fundamentação no Art. 1.630 e Art. 1.634, I, do CC.
b) Com o divórcio, o dever de educação passa a ser somente do pai...	ERRADA. A residência de referência não afasta o dever de educação do outro genitor. O divórcio não retira o poder familiar.	Viola a natureza conjunta do poder familiar.
c) Com o divórcio, caberá este dever somente ao pai...	ERRADA. A guarda compartilhada implica a corresponsabilidade no exercício do poder familiar. O pai é apenas o detentor da residência de	Contradiz a regra da guarda compartilhada (Art.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	referência.	1.583, § 1º, CC).
d) A guarda e a convivência determinam a quem caberá o dever de educar o filho...	ERRADA. Os deveres do poder familiar (educação) são inatos aos pais e independem da guarda (exceto em casos de suspensão ou destituição). A guarda compartilhada reforça a responsabilidade de ambos.	Viola o princípio de que o poder familiar é de ambos.
<p>Conclusão: O poder familiar, que inclui o dever de educar, é um atributo da parentalidade que não é extinto pelo divórcio nem pela escolha da residência. Ambos os pais, Vitória e Rodrigo, continuam coresponsáveis pela educação de Mariana</p>		

Questão Comentada

Direito de Família e sucessão

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. Beatriz nasceu duzentos e cinquenta dias após a morte do pai, Bernardo, com quem sua mãe, Gabriela, era casada há 2 anos. Quando Gabriela foi registrar Beatriz, Leonardo, irmão de Bernardo, afirmou que não aceitaria que ela a registrasse como filha de Bernardo, a não ser que Gabriela provasse a paternidade, por meio de exame de DNA. Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- Gabriela precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que é direito da família do falecido questionar a paternidade a este atribuída após a sua morte.
- Gabriela precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que, nos termos do Código Civil, a paternidade não é presumida após a dissolução do vínculo conjugal.

c) Gabriela não precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que a criança nasceu após a morte de Bernardo e o direito para contestação da paternidade é personalíssimo.

d) Gabriela não precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que, nos termos do Código Civil, presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal por morte.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão envolve dois pontos cruciais do Direito de Família e Registro Civil:

1. A **presunção legal de paternidade** (*pater is est*) após a dissolução do casamento por morte (Direito Material).
2. A **legitimidade ativa** para contestar a paternidade atribuída ao *de cujus* (Direito Processual/Personalíssimo).

Fundamentação Legal

1. **Presunção de Paternidade (Art. 1.597, II, do Código Civil):**

Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, anulação, separação judicial, divórcio ou invalidade do casamento.

Aplicação ao Caso: Beatriz nasceu **250 dias** após a morte de Bernardo. Como 250 dias é inferior a 300 dias, a paternidade de Bernardo é **presumida** por força de lei, e o registro deve ser feito com base nessa presunção, **independentemente de DNA**. A premissa de que *não precisa de DNA* é verdadeira. (Essa lógica tornaria a Alternativa **D** correta).

2. **Ação de Contestação da Paternidade (Art. 1.601 do Código Civil):**

O direito de contestar a paternidade atribuída é, em regra, **personalíssimo** e cabe **apenas ao marido** (Bernardo), e não aos seus ascendentes ou colaterais (irmão, Leonardo).

Art. 1.601. Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal direito **imprescritível**.

Legitimidade do Irmão: O **irmão do falecido (Leonardo)** é um herdeiro colateral. Ele **não** tem, em regra, legitimidade para contestar a paternidade. A legitimidade para a família do falecido, se for o caso, é dada aos herdeiros legítimos (Art. 1.601, parágrafo único, do CC), mas o direito de contestar a paternidade é, por excelência, personalíssimo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Gabriela precisa realizar o exame de DNA... uma vez que é direito da família do falecido questionar a paternidade a este atribuída após a sua morte.	ERRADA. A presunção do Art. 1.597, II, CC dispensa o DNA para o registro. Além disso, o direito de contestação é personalíssimo do marido (Art. 1.601, CC), não cabendo, em regra, ao irmão (colateral).	Viola o Art. 1.597, II, e o Art. 1.601 do CC.
b) Gabriela precisa realizar o exame de DNA... uma vez que... a paternidade não é presumida após a dissolução do vínculo conjugal.	ERRADA. A paternidade é presumida se o nascimento ocorrer até 300 dias após a dissolução por morte.	Contraria o Art. 1.597, II, do CC.
c) Gabriela não precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que a criança nasceu após a morte de Bernardo e o direito para contestação da paternidade é personalíssimo.	CORRETA (Conforme Gabarito). Esta afirmativa é juridicamente correta ao afirmar que Gabriela não precisa de DNA e ao usar o argumento de que a contestação é personalíssima (não cabe ao irmão Leonardo).	Argumento processual forte baseado no Art. 1.601 do CC (personalíssimo).
d) Gabriela não precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que, nos termos do Código Civil,	ERRADA (Pela lógica da Banca, mas legalmente correta). Esta afirmativa é a justificativa legal primária (Art. 1.597, II, CC)	Argumento de Direito Material primário (Art. 1.597,

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal por morte.	para a dispensa do DNA. O fato de a banca ter preferido a C indica que a falta de legitimidade de Leonardo (contestação personalíssima) era o ponto que se queria destacar.	II, do CC).
<p>Conclusão (Foco no Vício de Leonardo): No cenário, a exigência de DNA por Leonardo é nula, seja porque a paternidade é presumida (D), seja porque ele não tem legitimidade para contestar o registro da filha da esposa do falecido (C). Como a questão foca no questionamento de Leonardo, a Alternativa C é a que melhor abrange a resposta ao <i>argumento do irmão</i> (personalidade da ação).</p>		

Questão Comentada

Direito das coisas

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. Carlos é titular de direito real de uma laje, referente à parte superior de uma edificação localizada em uma área urbana. Recentemente, ele tomou conhecimento de que uma empresa de internet está negociando diretamente com o proprietário da construção-base para instalar cabamentos de fibra ótica e outros equipamentos de infraestrutura no subsolo dessa construção. A instalação não interfere no direito real de Carlos, bem como não afeta o uso do bem. Mesmo assim, Carlos tem dúvidas sobre a legalidade dessa instalação sem a sua expressa autorização, bem como sobre seu direito a eventual compensação. Diante disso, ele consultou você, como advogado(a), para orientá-lo sobre a questão. Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) Carlos tem o direito de impedir a instalação dos cabos de fibra ótica, pois a utilização do subsolo da construção-base requer sua autorização expressa como titular do direito real de laje.

b) A empresa de internet pode instalar os cabos de fibra ótica no subsolo da construção-base sem a autorização de Carlos, pois a instalação não interfere em seu direito real de laje.

c) Carlos deve ser compensado financeiramente pela empresa de internet antes da instalação dos cabos no subsolo da construção-base, devido à titularidade de seu direito real de laje.

d) A instalação dos cabos de fibra ótica pela empresa de internet é ilegal e pode ser contestada por Carlos judicialmente, já que ele possui um direito real sobre a construção e não autorizou o uso do subsolo.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda o **Direito Real de Laje**, um direito real limitado sobre coisa alheia, introduzido no Código Civil pela Lei nº 13.465/2017. O cerne é determinar o **limite espacial** do direito real do lajeário (**Carlos**) e se este limite se estende para controlar ou exigir compensação pela utilização de áreas da **construção-base** que não afetam a laje (como o subsolo).

Fundamentação Legal

O Direito Real de Laje é regido pelo **Artigo 1.510-A e seguintes do Código Civil**:

1. **Objeto do Direito de Laje (Art. 1.510-A, caput):** O direito real de laje confere ao titular a faculdade de **manter construções ou plantações em superfície superior ou inferior de uma construção-base**, desde que não haja prejuízo à solidez da construção-base e às demais lajes.
2. **Direitos do Lajeário (versus Proprietário da Base):** O direito do lajeário é **limitado** à sua unidade autônoma (a laje) e, no máximo, ao que for essencial para o seu uso e fruição (acesso, por exemplo).
3. **Utilização da Construção-Base (Art. 1.510-D):** O proprietário da construção-base (com quem a empresa de internet negociou) tem o direito de utilizar o restante da construção e do terreno (incluindo o subsolo), **desde que não prejudique a laje**.

Art. 1.510-D, parágrafo 1º, do CC: "O titular da laje responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre a sua unidade. O proprietário da construção-base e o titular da laje poderão pactuar outros encargos, a exemplo de despesas de conservação que recaem sobre a construção-base."

4. **Conclusão:** Como a instalação do cabeamento ocorre no **subsolo** da construção-base e **não interfere** no direito real de Carlos nem no uso de sua laje, a autorização e a negociação cabem **exclusivamente** ao proprietário da construção-base.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Carlos tem o direito de impedir a instalação dos cabos de fibra ótica, pois a utilização do subsolo da construção-base requer sua autorização expressa...	ERRADA. O direito real de laje é verticalmente limitado ao espaço da laje e não se estende ao controle do subsolo da construção-base. A autorização do lajeário só seria exigida se a instalação afetasse sua unidade.	Viola o princípio da limitação espacial do direito de laje.
b) A empresa de internet pode instalar os cabos de fibra ótica no subsolo da construção-base sem autorização de Carlos, pois a instalação não interfere em seu direito real de laje.	CORRETA. O direito do lajeário não é violado, pois a intervenção é no subsolo e não interfere em sua unidade. A autorização é dada pelo proprietário da base, que mantém o domínio sobre as áreas não cedidas (subsolo).	Fundamentação no Art. 1.510-A, caput, e 1.510-D do CC.
c) Carlos deve ser compensado financeiramente pela empresa de internet antes da instalação dos cabos no subsolo da construção-base, devido à titularidade de seu direito real de laje.	ERRADA. A compensação só seria devida se houvesse prejuízo ou limitação ao direito de Carlos (Art. 1.510-D, parágrafo 2º, CC) ou se a utilização fosse da laje. Como não há interferência, não há direito a compensação.	Não há compensação sem prejuízo ou uso de sua laje.
d) A instalação dos cabos de	ERRADA. A instalação é legal e	A legalidade do ato

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
fibra ótica pela empresa de internet é ilegal e pode ser contestada por Carlos judicialmente...	está sendo feita com o consentimento do proprietário da construção-base. A ausência de prejuízo afasta a legitimidade e o interesse de Carlos para contestar a obra.	depende do proprietário da base, não do lajeário.

Conclusão: O Direito Real de Laje é autônomo, mas limitado à sua superfície. Como o subsolo da construção-base não é objeto da laje e a instalação não causa prejuízo à unidade de Carlos, ele não tem o poder de veto nem direito à compensação pela obra.

Questão Comentada

Direito de personalidade

Ano: 2023 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 38º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 10. Joana, conhecida durante toda a sua vida em sua cidade natal pelo prenome Giovanna, começa a enfrentar uma série de embaraços e constrangimentos ao ser chamada em órgãos públicos por seu prenome registral, constante de seus documentos de identificação civil. Diante disso, Joana, de 19 anos de idade, consulta você, como advogado(a), buscando descobrir a viabilidade jurídica de alterar o seu prenome e os eventuais requisitos jurídicos que deveriam ser observados caso seja possível a mudança. Sobre a pretensão de Joana, assinale a afirmativa correta.

- a) Poderá alterar seu prenome para Giovanna, bastando realizar solicitação, por escrito e fundamentada, diante do oficial do Registro Civil, dependendo, no entanto, de sentença judicial.
- b) Não poderá alterar seu prenome para Giovanna, pois vigora no Direito Brasileiro o princípio da imutabilidade do nome.
- c) Poderá alterar seu prenome para Giovanna, mediante requerimento pessoal e imotivadamente, independentemente de decisão judicial.

d) Não poderá alterar seu prenome registral, mas poderá incluir o nome Giovanna, por ser este apelido público e notório.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a possibilidade de **alteração de prenome** por um adulto, com foco nas inovações trazidas pela **Lei nº 14.382/2022**, que flexibilizou drasticamente o princípio da imutabilidade do nome no Brasil, permitindo a mudança extrajudicial e imotivada.

Fundamentação Legal

O tema é regido pela **Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos - LRP)**, com a redação dada pela **Lei nº 14.382/2022**:

1. Alteração Imediata e Imotivada (Art. 56 da LRP):

A regra de ouro da reforma foi a flexibilização do prenome para pessoas maiores de idade e capazes.

Art. 56, caput, da LRP: "A pessoa registrada poderá, após ter atingido a **maioridade civil**, requerer pessoalmente e **sem apresentar justo motivo**, a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, perante o oficial de registro civil das pessoas naturais."

2. Limite Temporal: A alteração pode ser realizada apenas uma vez na vida (Art. 56, § 1º, LRP).

3. Procedimento: A mudança é feita **diretamente no Cartório** de Registro Civil, sem a necessidade de processo judicial, bastando a manifestação de vontade do interessado.

Aplicação ao Caso Concreto

Joana tem **19 anos** (maioridade civil) e deseja alterar seu prenome para **Giovanna**.

- Ela pode fazê-lo porque atingiu a maioridade civil.
- Ela pode fazê-lo **imotivadamente** (o constrangimento e o uso público de "Giovanna" dão o motivo, mas legalmente ele é dispensado).

- O procedimento é feito no Cartório de Registro Civil e **independe de decisão judicial**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Poderá alterar seu prenome... bastando realizar solicitação... dependendo, no entanto, de sentença judicial .	ERRADA. A Lei nº 14.382/2022 dispensou a necessidade de sentença judicial para a alteração imotivada do prenome de adultos.	Contraria o Art. 56 da LRP (alteração extrajudicial).
b) Não poderá alterar seu prenome para Giovanna, pois vigora no Direito Brasileiro o princípio da imutabilidade do nome .	ERRADA. O princípio da imutabilidade foi fortemente flexibilizado pela Lei nº 14.382/2022.	Desatualização em relação à LRP pós-2022.
c) Poderá alterar seu prenome para Giovanna, mediante requerimento pessoal e imotivadamente, independentemente de decisão judicial.	CORRETA. Atingida a maioria (19 anos), a alteração do prenome é um direito que pode ser exercido uma única vez na vida, extrajudicialmente e imotivadamente .	Fundamentação no Art. 56 da Lei nº 6.015/73 , com redação da Lei nº 14.382/2022.
d) Não poderá alterar seu prenome registral, mas poderá incluir o nome Giovanna, por ser este apelido público e notório .	ERRADA. A possibilidade de alteração de prenome por apelido público e notório (Art. 58 da LRP) ainda existe, mas a nova lei (Art. 56) permite a alteração direta e imotivada do prenome, sendo a via mais simples. O prenome registral pode, sim, ser alterado.	O prenome registral pode ser alterado, e a via imotivada é mais simples.

Conclusão: O advogado deve orientar Joana sobre a via extrajudicial. A lei atual permite que qualquer pessoa maior de 18 anos altere seu prenome diretamente no cartório, sem a necessidade de justificativa ou de intervenção judicial.

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é fundamental na prova de primeira fase da OAB por tratar de **direitos fundamentais e infrações penais cometidas por crianças e adolescentes**. A importância reside no reconhecimento de **crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, com proteção integral**, o que exige conhecimento da letra da lei para dominar as questões de múltipla escolha apresentadas.

Os principais artigos e leis que costumam cair na prova incluem a **definição de criança e adolescente** (Art. 2º), a **proteção de direitos fundamentais** (Título II, a partir do Art. 7º), a proibição do trabalho infantil e a permissão para aprendizagem (Art. 60 e Art. 61), e **crimes específicos como a comercialização de bebidas alcoólicas para menores** (Art. 243) e **aliciamento por meio de comunicação** (Art. 241-D).

Importância do ECA na 1ª fase da prova da OAB

Proteção Integral: O ECA inovou ao tratar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e não apenas como objetos de proteção.

Direitos Fundamentais: Estabelece direitos essenciais como vida, saúde, educação, liberdade e convivência familiar e comunitária.

Infrações Penais: Contém crimes específicos que podem ser cobrados em questões, especialmente aqueles relacionados a menores.

Artigos e temas mais cobrados no ECA

Disposições Preliminares:

Art. 1º: Finalidade da lei.

Art. 2º: Definição de criança e adolescente.

Art. 5º: Proteção integral contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Direitos Fundamentais:

Art. 7º: Direito à vida e saúde.

Art. 15 a 23: Direito ao respeito e à dignidade.

Art. 53 ao 59: Direito à educação, ao respeito e à participação na escola.

Art. 60 a 69: Direito à profissionalização e proteção no trabalho, com restrição ao trabalho infantil e permissão para aprendizes a partir dos 14 anos.

Atendimento e Proteção:

Art. 131 ao 136: Competências e funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 136: Medidas que o Conselho Tutelar pode aplicar.

Crimes e Infrações Administrativas:

Art. 241-D: Aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento para prática de ato libidinoso.

Art. 243: Penalização pela venda de bebidas alcoólicas a menores.

Art. 244-A: Prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente.

Art. 249: Violação de deveres referentes ao poder familiar.

Outros:

Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital): O tema de proteção de dados em relação a crianças e adolescentes é atual e relevante.

Questão Comentada

Poder familiar e Adoção

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Rafael e Marta se casaram. Rafael tem dois filhos do relacionamento anterior, ambas crianças com idade inferior a 5 anos. A genitora das crianças teve decretada a perda do poder familiar em processo regular, com trânsito em julgado.

Marta, então, em processo igualmente regular, adota os filhos de Rafael, passando em julgado também a decisão que lhe conferiu a maternidade. Marta e Rafael não conseguem manter um relacionamento saudável em razão do comportamento agressivo de Rafael, e, por isso, depois de alguns anos, eles se divorciam.

No curso do processo, Marta demonstrou a impossibilidade da guarda compartilhada e obteve, judicialmente, a fixação da guarda unilateral das crianças, com direito a

convívio semanal deferido a Rafael. Indignado, Rafael procura sua orientação como advogado(a), sob o argumento de que a adoção deve ser desfeita ou, ao menos, considerada sua paternidade biológica para fins de guarda. Sobre o caso, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) A guarda unilateral do adotante é inadmitida em casos de adoção, devendo ser pretendida a revisão da decisão para fixação da guarda compartilhada.
- b) A adoção deve ser anulada judicialmente em caso de divórcio, pois este significa a quebra do vínculo que deu origem à filiação por adoção retornando a guarda, bem como todo o poder familiar, ao genitor biológico.
- c) Ainda que a adoção seja indissolúvel, o vínculo biológico deve, de fato, ter precedência sobre a filiação originada pela adoção para fins de definição da guarda.
- d) A adoção atribui a condição plena de filho ao adotado e de mãe à adotante, sendo completamente irrelevante essa origem da filiação como elemento influenciador do modelo de guarda.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do regime jurídico da **Adoção** no Brasil, conforme o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** e o **Código Civil**. Os pontos cruciais são:

1. A **natureza irrevogável** e plena da adoção.
2. A **igualdade** de tratamento entre filiação biológica e adotiva.
3. A irrelevância da causa da dissolução conjugal para o vínculo de filiação.

Fundamentação Legal

1. Natureza da Adoção (Art. 41 e Art. 48 do ECA):

A adoção constitui-se por sentença judicial e cria um vínculo de **filiação irrevogável**.

Art. 41, caput, do ECA: "A adoção **atribui a condição de filho ao adotado**, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de

qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais." (Adoção Plena).

Art. 48 do ECA: A decisão judicial que concede a adoção **é irrevogável**.

Conclusão: O vínculo de filiação entre Marta e as crianças é **igual** ao de Rafael, é **pleno** e **não pode ser desfeito** pelo divórcio (anulabilidade).

2. Igualdade de Filiação (Art. 227, § 6º, da CF/88):

A Constituição Federal garante que **os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias** relativas à filiação.

Conclusão: Para fins de **guarda, poder familiar e convívio**, a origem da filiação (biológica de Rafael ou adotiva de Marta) é **completamente irrelevante**. A decisão de guarda deve se basear **exclusivamente no melhor interesse da criança**, e não na origem do vínculo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A guarda unilateral do adotante é inadmitida em casos de adoção...	ERRADA. As regras de guarda (unilateral ou compartilhada) são as mesmas para filhos biológicos ou adotivos e dependem do melhor interesse da criança , podendo a guarda unilateral ser fixada se a compartilhada for inviável (como demonstrado judicialmente no caso).	A origem da filiação não interfere na modalidade de guarda.
b) A adoção deve ser anulada judicialmente em caso de divórcio...	ERRADA. A adoção é irrecorrível e irrevogável (Art. 48, ECA). O divórcio do casal adotante/genitor não desfaz o vínculo de filiação .	Viola o Art. 48 do ECA (Irrevogabilidade da Adoção).
c) Ainda que a adoção seja indissolúvel, o vínculo biológico deve, de fato, ter precedência sobre a filiação	ERRADA. A Constituição Federal (Art. 227, § 6º) e o ECA estabelecem a igualdade absoluta entre filhos biológicos e	Viola o Art. 227, § 6º, da CF/88 (Igualdade de

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
originada pela adoção para fins de definição da guarda.	adotivos, vedando qualquer tratamento diferenciado ou precedência.	Filiação).
d) A adoção atribui a condição plena de filho ao adotado e de mãe à adotante, sendo completamente irrelevante essa origem da filiação como elemento influenciador do modelo de guarda.	CORRETA. A adoção é plena e o vínculo entre Marta e as crianças é idêntico ao de Rafael. A origem da filiação não pode ser usada como critério para definição de guarda, que é pautada apenas no melhor interesse da criança.	Fundamentação no Art. 41 do ECA e Art. 227, § 6º, da CF/88.

Conclusão: Rafael deve ser orientado de que seu argumento é improcedente. Marta é plenamente mãe das crianças, e o divórcio não desfaz a adoção. A decisão de guarda unilateral é válida se baseada no melhor interesse dos menores, sendo a origem biológica ou adotiva do vínculo legalmente irrelevante

Questão Comentada

Infração Penal Medidas socioeducativas

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Rafael, de 16 anos, foi apreendido após invadir uma loja de cosméticos e, mediante o emprego de arma de fogo, subtrair os pertences do caixa. Devidamente processado, o juízo da infância aplicou a medida de semiliberdade ao adolescente, tendo ocorrido o trânsito em julgado. Depois de dois meses de cumprimento da medida, Laura, mãe de Rafael, procura você, como advogado(a), buscando sua orientação acerca da possibilidade de o adolescente realizar atividades externas, considerando que foi inaugurado estabelecimento que oferece diversos cursos profissionalizantes em local próximo à unidade socioeducativa. Sobre o caso narrado,

levando em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a orientação que, corretamente, você deu a Laura.

a) No regime de semiliberdade é possível realizar atividades externas, desde que haja autorização do juízo competente para a execução da medida socioeducativa.

b) A semiliberdade só admite atividades externas após um ano de cumprimento da medida. Dessa forma, por ora, Rafael não poderá ser incluído no curso profissionalizante almejado.

c) É possível que Rafael realize atividades externas, independentemente de autorização judicial.

d) Durante a semiliberdade é inviável a realização de atividades externas, pois elas são cabíveis apenas nas medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão testa o conhecimento sobre o regime de cumprimento da **Medida Socioeducativa de Semiliberdade**, conforme previsto no **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. O foco é se a participação em atividades externas (como cursos profissionalizantes) é permitida neste regime e se requer autorização judicial prévia.

Fundamentação Legal (Lei nº 8.069/90 - ECA)

1. Natureza da Semiliberdade (Art. 120, *caput*, do ECA):

A medida de semiliberdade implica a possibilidade de realização de atividades externas, **independentemente de autorização judicial**.

Art. 120, *caput*, do ECA: "O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, **permitida a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.**"

2. **Objetivo da Medida:** O regime de semiliberdade visa justamente proporcionar ao adolescente uma progressiva reinserção social, sendo as atividades externas (estudo, trabalho, profissionalização) a **regra** e o próprio **conteúdo** do regime, e não uma exceção ou um benefício. A restrição se refere apenas à obrigação de permanecer na unidade durante a noite e nos dias de folga.
3. **Prazo:** Não há prazo mínimo de cumprimento para que as atividades externas sejam iniciadas; elas são inerentes ao regime desde o início.

Aplicação ao Caso Concreto

Rafael está cumprindo a medida de **semiliberdade**.

- O curso profissionalizante é uma **atividade externa** permitida e incentivada.
- A lei expressamente estabelece que tais atividades são permitidas **independentemente de autorização judicial**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) No regime de semiliberdade é possível realizar atividades externas, desde que haja autorização do juízo competente...	ERRADA. A lei expressamente dispensa a autorização judicial, pois a atividade externa é a essência do regime de semiliberdade.	Contraria o Art. 120, caput, do ECA.
b) A semiliberdade só admite atividades externas após um ano de cumprimento da medida...	ERRADA. Não há previsão de prazo mínimo no ECA para o início das atividades externas na semiliberdade.	Não existe tal prazo no ECA.
c) É possível que Rafael realize atividades externas, independentemente de autorização judicial.	CORRETA. Esta afirmativa está em total consonância com a redação do Art. 120, caput, do ECA.	Fundamentação no Art. 120 do ECA.
d) Durante a semiliberdade é inviável a realização de atividades externas, pois elas são cabíveis apenas nas	ERRADA. A semiliberdade permite atividades externas. A proibição ou	O pressuposto de que é inviável é

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
medidas socioeducativas de liberdade assistida...	inviabilidade é característica da Internação (Art. 121, ECA).	falso.

Conclusão: O advogado deve orientar Laura que Rafael pode e deve realizar o curso profissionalizante, pois esta é uma atividade externa inerente ao regime de semiliberdade, não dependendo de prévia autorização do juiz para ser iniciada

Questão Comentada

Medidas socioeducativas

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. João, 17 anos, foi representado pelo Ministério Público pela prática de ato infracional análogo a roubo. Consta nos autos que o representado teria abordado dois transeuntes e, simulando estar armado, anunciou o roubo, tendo subtraído os celulares e as carteiras das vítimas. Ao final do procedimento, o Juízo da Infância considerou comprovadas a autoria e a materialidade, tendo julgado procedente o pedido e fixado a medida socioeducativa de internação. O(A) advogado(a) do adolescente deseja apresentar recurso de apelação. Sobre o recurso a ser interposto, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

- a) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Civil, sendo certo que o prazo será de 10 (dez) dias.
- b) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Penal, sendo certo que o prazo será de 10 (dez) dias.
- c) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Civil, sendo certo que o prazo será de 15 (quinze) dias.
- d) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Penal, sendo certo que o prazo será de 5 (cinco) dias e, após isso, haverá o prazo de 8 (oito) dias para oferecimento das razões.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão testa o conhecimento sobre o **sistema recursal aplicável** aos procedimentos de apuração de ato infracional (processo socioeducativo) regidos pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, especialmente no que tange ao prazo para interposição de **Apelação** contra sentença que aplica medida socioeducativa.

Fundamentação Legal

O rito dos procedimentos de apuração de ato infracional está previsto nos **Artigos 152 a 198 do ECA**. Especificamente sobre o recurso de apelação:

1. Sistema Processual Adotado (Art. 198 do ECA):

O ECA estabelece um sistema recursal próprio, mas com remissão a outras leis. O Art. 198 prevê que **os recursos serão interpostos e processados de acordo com as disposições do Código de Processo Civil**, com as adaptações e prazos específicos previstos no ECA.

Art. 198, caput, do ECA: "Nos procedimentos previstos nesta Lei, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)..." (Embora a lei citada seja o CPC antigo, o entendimento é de aplicação do sistema do CPC, hoje Lei nº 13.105/2015).

2. Prazo Recursal Específico (Art. 198, II, do ECA):

O ECA estabelece um **prazo especial e reduzido** para a interposição de Apelação (e outros recursos) nos procedimentos de apuração de ato infracional, o qual **prevalece** sobre o prazo geral do Código de Processo Civil (15 dias).

Art. 198, inciso II, do ECA: "O prazo para interposição e para resposta dos recursos será sempre de **dez dias**."

Aplicação ao Caso Concreto

A sentença que aplicou a medida de internação deve ser atacada via **Apelação**.

- **Sistema:** Código de Processo Civil (por remissão do Art. 198, *caput*, do ECA).
- **Prazo:** 10 dias (prazo especial do Art. 198, II, do ECA).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Civil, sendo certo que o prazo será de 10 (dez) dias .	CORRETA. A afirmação conjuga corretamente a remissão ao CPC e o prazo especial estabelecido no Art. 198, II, do ECA.	Fundamentação no Art. 198, caput e II, do ECA.
b) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Penal...	ERRADA. O ECA expressamente adota, de forma prioritária, o sistema do Código de Processo Civil para os recursos.	O sistema primário é o do CPC (Art. 198, ECA).
c) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Civil, sendo certo que o prazo será de 15 (quinze) dias .	ERRADA. Embora o CPC adote 15 dias, o ECA estabelece prazo especial de 10 dias (Art. 198, II), que prevalece.	O prazo é especial (10 dias, Art. 198, II, ECA).
d) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Penal, sendo certo que o prazo será de 5 (cinco) dias e, após isso, haverá o prazo de 8 (oito) dias para oferecimento das razões.	ERRADA. O sistema recursal do CPP (interposição e razões em separado) não é o adotado pelo ECA, nem o prazo de 5 dias.	Sistema e prazos incorretos.

Conclusão: O advogado de João deve interpor o recurso de Apelação dentro do prazo especial de 10 dias, seguindo, no mais, o rito do Código de Processo Civil.

Questão Comentada

Adoção

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Ricardo, 13 anos, filho de Vanda, não foi registrado pelo pai biológico. Desde tenra idade, o adolescente foi criado por João, de 50 anos, marido de Vanda. João e Ricardo se viam como pai e filho e assim eram reconhecidos na vizinhança.

João procura você, como advogado(a), e diz que tem inequívoca vontade de adotar Ricardo. Após a juntada de toda a documentação necessária, e com anuência de Vanda e Ricardo, é ajuizada a ação de adoção, sendo certo que, no curso da ação, João reitera a inequívoca vontade de adotar Ricardo. Ocorre que, dois meses após a distribuição, João sofre um ataque cardíaco e vem a falecer. Vanda e Ricardo, desesperados, o(a) procuram, como advogado(a), para que você indique o caminho jurídico viável para o caso. De acordo com o ECA, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) O processo de adoção deve prosseguir, mesmo com a morte de João. Nesse caso, se a sentença julgar procedente o pedido, seus efeitos retroagirão à data do óbito.
- b) A adoção é direito personalíssimo. Logo, falecendo o autor do pedido, o único caminho jurídico é a extinção do processo.
- c) A adoção só pode seguir se os herdeiros biológicos de João anuírem, já que possuem interesse direto na herança do finado.
- d) O processo de adoção pode seguir, mesmo com a morte de João. Nessa hipótese, caso julgado procedente o pedido, os efeitos se produzem a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão trata da **Adoção post mortem** (após a morte do adotante), uma exceção ao princípio de que a adoção se concretiza por sentença judicial enquanto o adotante está vivo. O cerne da consulta é a possibilidade de prosseguimento da ação de adoção e os efeitos da sentença, conforme o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

Fundamentação Legal

O caso está expressamente previsto no **Artigo 42, § 6º, da Lei nº 8.069/90 (ECA)**:

- **Art. 42, § 6º, do ECA (Adoção Post Mortem):**

§ 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, **vier a falecer no curso do procedimento**, antes de prolatada a sentença.

- **Art. 42, § 5º, do ECA (Efeitos da Sentença):**

§ 5º A sentença conferirá ao adotado o sobrenome do adotante e determinará a averbação do cancelamento do registro de nascimento original.

(Regra geral: a sentença constitutiva produz efeitos a partir do trânsito em julgado).

- Exceção do Post Mortem (Efeito Retroativo):

O efeito da adoção post mortem é a retroação da sentença à data do óbito do adotante, para fins de direitos sucessórios. Se a adoção retroage à data da morte, Ricardo é considerado herdeiro de João desde aquele momento, podendo participar da sucessão.

Aplicação ao Caso Concreto

1. **Possibilidade de Prosseguimento:** João manifestou **inequívoca vontade de adotar** (ajuizou a ação e reiterou a vontade no curso do processo) e faleceu antes da sentença. O processo **deve prosseguir** (Art. 42, § 6º, ECA).
2. **Efeitos da Sentença:** Se a adoção for deferida, seus efeitos retroagirão à data do óbito de João.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O processo de adoção deve prosseguir, mesmo com a morte de João. Nesse caso, se a sentença julgar procedente o pedido, seus efeitos retroagirão à data do óbito.	CORRETA. Esta afirmativa reproduz com precisão a regra da adoção <i>post mortem</i> prevista no Art. 42, § 6º, do ECA , e seus efeitos retroativos para fins de sucessão.	Fundamentação no Art. 42, § 6º, do ECA.
b) A adoção é direito personalíssimo. Logo, falecendo o autor do pedido, o único caminho jurídico é a extinção do processo.	ERRADA. A adoção, por envolver o melhor interesse da criança/adolescente e a inequívoca manifestação de vontade em vida, é a exceção à	Contraria o Art. 42, § 6º, do ECA.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	regra de extinção processual.	
c) A adoção só pode seguir se os herdeiros biológicos de João anuírem, já que possuem interesse direto na herança do finado.	ERRADA. A filiação e o direito à herança são consequências da adoção, mas a lei não exige a anuência dos herdeiros para o prosseguimento da adoção <i>post mortem</i> .	A vontade manifestada em vida pelo adotante prevalece sobre o interesse dos herdeiros.
d) O processo de adoção pode seguir, mesmo com a morte de João. Nessa hipótese, caso julgado procedente o pedido, os efeitos se produzem a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva .	ERRADA. O trânsito em julgado é a regra geral. Na adoção <i>post mortem</i> , a sentença tem o efeito especial de retroagir à data do óbito para garantir os direitos sucessórios do adotando.	Viola o efeito especial da retroação previsto no Art. 42, § 6º, do ECA.

Conclusão: O advogado deve orientar Vanda e Ricardo a prosseguirem com a ação. Sendo comprovada a inequívoca vontade de João de adotar (reiterada em vida), o processo continuará. Se a sentença for favorável, Ricardo será legalmente filho de João desde a data de seu falecimento.

Direito do Consumidor

Para a primeira fase provada OAB, o Direito do Consumidor deve ser estudado focando em temas recorrentes como **princípios e direitos básicos, responsabilidade civil (vício e fato), oferta e publicidade, e práticas abusivas**.

É crucial compreender a lógica do Código de Defesa do Consumidor (CDC) como um ramo de **proteção à vulnerabilidade do consumidor** e focar nas **definições de consumidor, fornecedor, produto e serviço**, além de conhecer a jurisprudência do STJ e STF sobre o tema.

Tópicos mais cobrados em Direito do Consumidor:

Responsabilidade Civil: É o tema com maior incidência. Estude a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo fato do produto e do serviço, incluindo as regras para fabricantes, produtores, construtores, importadores e comerciantes.

Direitos Básicos e Princípios: Conheça os princípios fundamentais do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e os direitos básicos que protegem a vida, saúde, segurança, educação e informação do consumidor.

Proteção Contratual: Entenda a proteção concedida aos contratos, especialmente a possibilidade de modificar ou suprimir cláusulas desproporcionais (cláusulas abusivas), que podem causar desequilíbrio na relação de consumo.

Decadência e Prescrição: Domine os prazos de decadência e prescrição para reclamar de vícios (defeito) em produtos e serviços, sabendo diferenciar vício aparente e vício oculto e os prazos aplicáveis a cada situação.

Defesa do Consumidor em Juízo: Compreenda os artigos do CDC relacionados à defesa do consumidor em juízo, como a inversão do ônus da prova e a atuação do Ministério Público, segundo o artigo 81 do CDC.

Práticas Abusivas e Publicidade: Fique atento às regras sobre práticas comerciais abusivas e a distinção entre publicidade enganosa e abusiva.

Priorizar os seguintes assuntos:

Princípios e direitos básicos: Artigos 1º ao 4º e 6º ao 10º do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Responsabilidade Civil: Artigos 12º ao 25º do CDC, que tratam da responsabilidade por vício e fato de produto ou serviço.

Oferta e Publicidade: Artigos 30º ao 41º do CDC, que abordam a vinculação da oferta, publicidade enganosa e abusiva.

Práticas Abusivas: Artigos 39º e 40º do CDC.

Proteção Contratual: Artigos 46º ao 54º do CDC, que tratam de temas como contratos de adesão

Questão Comentada

Proteção Contratual

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Carlos, um consumidor, celebrou um contrato de adesão para aquisição de um pacote turístico. Ao ler atentamente o contrato, Carlos identificou uma cláusula que determinava que ele não poderia requerer indenização à empresa em caso de eventuais prejuízos decorrentes de cancelamentos por causas naturais.

Preocupado, Carlos procura você, como advogado(a), para buscar amparo legal e entender a validade da cláusula em questão. Diante disso, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) A cláusula é válida, porque o Art. 51 do CDC possui um rol exemplificativo de cláusulas abusivas, e essa cláusula específica não está listada entre as proibidas.
- b) A cláusula é inválida, porque o Art. 51 do CDC possui um rol taxativo de cláusulas abusivas, e essa cláusula não está listada entre as permitidas.
- c) A cláusula é válida, porque o Art. 51 do CDC, que possui um rol de cláusulas abusivas, não se aplica aos contratos de adesão.
- d) A cláusula é inválida, porque o Art. 51 do CDC apresenta um rol exemplificativo de cláusulas abusivas, permitindo a anulação das cláusulas que se mostrem abusivas, mesmo que não listadas.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão aborda o regime das **cláusulas abusivas** nas relações de consumo, regidas pelo **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**. A cláusula que exonera o fornecedor de responsabilidade por eventos que podem ser considerados riscos do negócio (embora decorrentes de "causas naturais") é classificada como abusiva. O ponto chave é o caráter do rol do Art. 51 do CDC.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 51 da Lei nº 8.078/90 (CDC)**:

1. Cláusula de Exoneração de Responsabilidade (Art. 51, I, do CDC):

A cláusula descrita no enunciado visa **exoneração de responsabilidade** do fornecedor. O CDC, em seu Art. 51, inciso I, considera **nulas de pleno direito** as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:¹

I - Impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e s²erviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos.

A cláusula de Carlos é nula por violar o Art. 51, I, CDC.

2. Natureza do Rol do Art. 51:

A doutrina e a jurisprudência (Súmula 51, STJ) são unânimes em afirmar que o rol de cláusulas abusivas previsto no Art. 51 do CDC é **meramente exemplificativo (ou *numerus apertus*)**.

Isso significa que a Justiça pode declarar nula qualquer cláusula que, embora não listada expressamente no Art. 51, viole o **Sistema de Proteção ao Consumidor**, colocando-o em desvantagem exagerada ou sendo incompatível com a boa-fé e a equidade.

Aplicação ao Caso Concreto

- **Validade da Cláusula:** A cláusula é **inválida** por exonerar o fornecedor de responsabilidade.
- **Justificativa Legal:** A invalidade decorre do fato de o Art. 51 ter um **rol exemplificativo**, permitindo que o Judiciário declare a nulidade de cláusulas abusivas mesmo que não estejam expressamente tipificadas (como a do inciso I, que já a tipifica, mas o princípio geral se mantém).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A cláusula é válida, porque o Art. 51 do CDC possui um rol	ERRADA. A cláusula está listada implicitamente (exoneração de	Conclusão final incorreta.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
exemplificativo... e essa cláusula específica não está listada entre as proibidas.	responsabilidade) e o rol ser exemplificativo não a torna válida.	
b) A cláusula é inválida, porque o Art. 51 do CDC possui um rol taxativo de cláusulas abusivas...	ERRADA. O rol é exemplificativo (<i>numerus apertus</i>).	Viola a regra de interpretação do Art. 51 do CDC.
c) A cláusula é válida, porque o Art. 51 do CDC... não se aplica aos contratos de adesão.	ERRADA. O CDC se aplica a todos os contratos de consumo, sendo o contrato de adesão uma das espécies mais visadas pelas normas protetivas contra abusividade.	Viola o campo de aplicação do CDC.
d) A cláusula é inválida, porque o Art. 51 do CDC apresenta um rol exemplificativo de cláusulas abusivas, permitindo a anulação das cláusulas que se mostrem abusivas, mesmo que não listadas.	CORRETA. Esta afirmativa está perfeita. A cláusula é nula por ser abusiva, e o rol exemplificativo do Art. 51 permite que o juiz reconheça a abusividade de cláusulas não taxativamente previstas.	Fundamentação no Art. 51, I, do CDC e na interpretação doutrinária/jurisprudencial do rol.

Conclusão: O advogado deve orientar Carlos de que a cláusula é nula de pleno direito, pois o CDC proíbe o fornecedor de se exonerar da responsabilidade, e a lei permite a anulação de toda cláusula que gere desvantagem exagerada ao consumidor

Questão Comentada

Princípios e direitos básicos

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Você, como advogado(a), foi procurado(a) pela senhora Magda para orientá-la quanto às dificuldades de atendimento de suas demandas no Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) da operadora do plano de saúde a que ela aderiu a partir do mês de novembro de 2022. A consulente narrou a você que não consegue contato telefônico com o SAC nos finais de semana, pois o atendimento se encerra às 22h de sexta-feira e só é retomado a partir de 6h de segunda-feira e não há outro canal de atendimento no período indicado para o registro de demandas. Por fim, durante o tempo de espera para atendimento, a operadora veicula várias mensagens de caráter informativo sobre os procedimentos para fruição de direitos dos clientes e acesso à rede referenciada e mensagens publicitárias de seus patrocinadores

Com base na narrativa e nas determinações legais para atendimento de demandas no SAC, assinale a afirmativa correta.

- a) Os fatos narrados pela consulente não constituem infração, podendo ser interrompido o atendimento em certos horários; é possível veicular mensagens informativas antes do atendimento, vedadas as mensagens publicitárias de seus patrocinadores.
- b) A operadora do plano de saúde pode interromper o atendimento ao consumidor em horários previamente determinados e divulgados, bem como apenas pode veicular mensagens de caráter informativo e publicitárias de seus próprios produtos e serviços.
- c) É defeso à operadora do plano de saúde interromper o atendimento ao consumidor, mas está autorizada a veicular mensagens informativas desde que tratem dos direitos e deveres dos consumidores.
- d) Os fatos narrados pela consulente revelam que a operadora do plano de saúde não cometeu infração administrativa, pois não é obrigatório disponibilizar outros canais de acesso ao SAC além do atendimento telefônico, sendo possível veicular mensagens antes do atendimento.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda as regras do **Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)**, que são regidas principalmente pelo **Decreto nº 11.034/2022** (que revogou o antigo Decreto nº 6.523/2008) e pelo **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**. Os dois pontos-chave são:

1. A obrigatoriedade de **atendimento ininterrupto** (24 horas por dia, 7 dias por semana).
2. A vedação à veiculação de **mensagens publicitárias** durante o tempo de espera, com exceção de informações específicas.

Fundamentação Legal (Decreto nº 11.034/2022)

1. Atendimento Ininterrupto (Art. 5º, I, do Decreto nº 11.034/2022):

O Decreto é claro ao determinar que o SAC deve funcionar de forma contínua, **24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana**, para as demandas de informação, dúvida, reclamação e suspensão ou cancelamento de contratos e serviços.

O encerramento do atendimento nas noites de sexta-feira e finais de semana pela operadora do plano de saúde configura **infração administrativa**.

Art. 5º. I - O SAC deve garantir o acesso inicial do consumidor por, no mínimo, um dos canais de atendimento e o atendimento humano, ambos com funcionamento de **vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana**.

2. Mensagens Veiculadas (Art. 13 do Decreto nº 11.034/2022):

O Decreto restringe o tipo de conteúdo que pode ser veiculado durante o tempo de espera.

Art. 13, caput: "É vedada a veiculação de **mensagens publicitárias** durante o tempo de espera, salvo se houver anuência expressa do consumidor."

Exceções (Art. 13, § 1º): São admitidas mensagens de caráter **informativo**, desde que **relacionadas** ao contrato, aos direitos e deveres do consumidor, aos meios de acesso a serviços e reparação de danos ou outros temas de interesse do consumidor (como acesso à rede referenciada).

Aplicação ao Caso Concreto

- **Interrupção do Atendimento:** A operadora comete infração ao interromper o atendimento nos finais de semana, pois ele deve ser **ininterrupto** (24h/7d). Logo, **é defeso (proibido) interromper**.
- **Mensagens Publicitárias:** É vedada a veiculação de mensagens publicitárias de **patrocinadores** durante a espera, sendo permitidas apenas as mensagens informativas sobre direitos e deveres do cliente.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) ...podendo ser interrompido o atendimento em certos horários...	ERRADA. O atendimento deve ser ininterrupto (24h/7d), conforme o Art. 5º, I, do Decreto.	Erro na obrigatoriedade de funcionamento do SAC.
b) A operadora do plano de saúde pode interromper o atendimento...	ERRADA. O atendimento deve ser ininterrupto .	Erro na obrigatoriedade de funcionamento do SAC.
c) É defeso à operadora do plano de saúde interromper o atendimento ao consumidor, mas está autorizada a veicular mensagens informativas desde que tratem dos direitos e deveres dos consumidores.	CORRETA. "É defeso" significa "é proibido" (em conformidade com o Art. 5º, I). A veiculação de mensagens informativas sobre direitos e deveres é expressamente permitida (Art. 13, § 1º).	Fundamentação no Art. 5º, I e Art. 13 do Decreto 11.034/2022.
d) Os fatos narrados pela consulente revelam que a operadora... não cometeu infração administrativa...	ERRADA. Cometeu infração ao interromper o atendimento.	Contraria o Art. 5º, I, do Decreto.

Conclusão: O advogado deve orientar Magda de que a operadora violou a legislação do SAC ao interromper o atendimento e, possivelmente, ao veicular publicidade de terceiros. A lei exige funcionamento 24h/7d e restringe o tipo de mensagem

veiculada

Questão Comentada

Responsabilidade Civil

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. A sociedade empresária Óleo Essencial de Barreto Ltda. fabrica, há cinquenta anos, o produto que originou o nome empresarial, criado pelo fundador da indústria e amplamente utilizado pelo público como item pessoal para várias utilidades, sobretudo como pós-banho. Recentemente, ao concluir uma pesquisa científica, um químico da fábrica levou ao conhecimento da diretoria o fato de que o uso do produto Óleo Essencial de Barreto pode causar queimaduras graves em um certo grupo de pessoas, caso seja associado a um novo tipo de protetor solar, cujo uso vem crescendo no país. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Cabe à Óleo Essencial de Barreto Ltda. cessar, imediatamente, a fabricação do produto.
- b) Deve a autoridade administrativa, de ofício, proibir, imediatamente, a fabricação do produto.
- c) Cabe à Óleo Essencial de Barreto Ltda. comunicar, imediatamente, o risco descoberto às autoridades competentes e aos consumidores.
- d) Por se tratar de um produto disponibilizado no mercado há mais de cinquenta anos, a Óleo Essencial de Barreto Ltda. não precisa tomar qualquer providência quanto ao risco descoberto.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão trata da **responsabilidade do fornecedor por fato do produto** e, especificamente, do **dever de informar sobre riscos supervenientes** (descobertos

após a colocação do produto no mercado), conforme o **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**. O risco, mesmo sendo para um grupo específico e decorrente de uma associação com outro produto, é uma informação crucial para a segurança do consumidor.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 10 do Código de Defesa do Consumidor (CDC)**, que trata do dever de segurança e do dever de informar:

1. Dever de Informar Risco Superveniente (Art. 10, § 1º, do CDC):

O CDC impõe ao fornecedor a obrigação de não apenas não colocar no mercado produtos perigosos, mas também de **informar imediatamente** sobre qualquer risco que venha a descobrir após o produto já estar em circulação (o chamado **dever de recall** ou de comunicação).

Art. 10, § 1º, do CDC:

§ 1º O fornecedor deverá advertir, imediatamente, as autoridades competentes e os consumidores, mediante anúncios publicitários ostensivos, sobre a periculosidade do produto que, posteriormente, **vier a ter conhecimento**.

2. Responsabilidade (Art. 12 do CDC):

O fabricante (Óleo Essencial de Barreto Ltda.) é responsável objetivamente pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes do produto, independentemente de culpa. O defeito, neste caso, está ligado à falta de informação adequada sobre a periculosidade na associação com o protetor solar.

Aplicação ao Caso Concreto

- O fornecedor (**Óleo Essencial de Barreto Ltda.**) tomou conhecimento de um **risco grave** (queimaduras) relacionado ao seu produto.
- O CDC exige que, neste caso, o fornecedor adote a medida mais urgente e preventiva: **informar imediatamente** (1) as **autoridades competentes** e (2) os **consumidores** (mediante publicidade ostensiva).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Cabe à Óleo Essencial de Barreto Ltda. cessar, imediatamente, a fabricação do produto.	ERRADA. A cessação da fabricação é uma medida extrema que pode ser determinada pela autoridade (B), mas a obrigação primária e imediata do fornecedor é a de comunicar o risco , conforme Art. 10, § 1º.	Não é a obrigação imediata do fornecedor.
b) Deve a autoridade administrativa, de ofício, proibir, imediatamente, a fabricação do produto.	ERRADA. Embora a autoridade possa proibir, a obrigação questionada é a do fornecedor, que é a de comunicar.	Não responde à obrigação do fornecedor.
c) Cabe à Óleo Essencial de Barreto Ltda. comunicar, imediatamente, o risco descoberto às autoridades competentes e aos consumidores.	CORRETA. Esta afirmativa descreve a obrigação imediata e inafastável do fornecedor prevista no Art. 10, § 1º, do CDC , logo que toma conhecimento do risco.	Fundamentação no Art. 10, § 1º, do CDC.
d) Por se tratar de um produto disponibilizado no mercado há mais de cinquenta anos, a Óleo Essencial de Barreto Ltda. não precisa tomar qualquer providência...	ERRADA. A antiguidade do produto é irrelevante. O dever de segurança é contínuo. O conhecimento de risco superveniente impõe a obrigação de comunicar.	Viola o dever de segurança e o Art. 10, § 1º, do CDC.

Conclusão: O advogado deve orientar a diretoria sobre o dever legal de realizar um *recall* comunicativo, alertando todos os consumidores e o poder público sobre o novo risco, sob pena de responder por danos morais e materiais por omissão

Questão Comentada

Proteção Contratual

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. A sociedade empresária XYZ Fábrica e Comercialização Digital S.A., por meio do site de um representante empresarial autônomo, vende os bens informáticos que fabrica. Gláucia, estudante universitária, em 23 de junho de 2024, realizou a compra na internet de um desktop e dois monitores. Os produtos seriam destinados aos seus estudos e ao estágio na modalidade home office, que começaria em 1º de julho. Até a presente data os produtos não chegaram. A sociedade empresária informou que não os possui em estoque, e a fábrica encontra-se com carência de matéria-prima.

Sobre a hipótese apresentada, com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- a) Gláucia deve esperar 30 dias além do prazo inicial para, então, exigir a substituição ou a devolução do valor pago.
- b) Gláucia pode desistir da compra e solicitar a devolução integral do valor pago, uma vez que o produto não foi entregue dentro do prazo.
- c) Gláucia deve esperar até que a fábrica normalize o fornecimento de matéria-prima, uma vez que a falta de insumos é uma causa legítima para o atraso.
- d) Diante da situação e da ausência de matéria-prima, a sociedade empresária XYZ Fábrica e Comercialização Digital S.A. não responde solidariamente pelos atos do representante autônomo.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda o **vício de qualidade por inadequação** (descumprimento da oferta), especificamente a **falha na entrega** por falta de estoque e insumos. O cerne da consulta é quais as opções imediatas que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) confere ao consumidor (Gláucia) quando o fornecedor (XYZ Fábrica e o Representante) não cumpre o prazo de entrega por questões internas.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 35 do Código de Defesa do Consumidor (CDC)**, que trata do descumprimento de oferta:

1. **Descumprimento da Oferta (Art. 35 do CDC):**

A não entrega do produto no prazo estabelecido, motivada pela falta de estoque ou insumos (carência de matéria-prima), é considerada **descumprimento da oferta ou contrato**. A falta de matéria-prima é um **risco inerente à atividade do fornecedor** (*fortuito interno*) e não pode ser transferida ao consumidor.

Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:¹

- I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta apresentada;
- II - aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente;
- III - rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

2. **Direito de Escolha do Consumidor:**

Diante do descumprimento, o CDC confere a Gláucia o **direito de escolher** a medida mais adequada, sendo uma das opções a **rescisão contratual** com a devolução imediata do valor pago (inciso III).

Aplicação ao Caso Concreto

Gláucia comprou um produto que não foi entregue no prazo, e a empresa confirmou o descumprimento. Gláucia tem o direito de:

- 1. Exigir o cumprimento forçado (entrega).
- 2. Aceitar um produto equivalente.
- 3. **Rescindir o contrato com a devolução do valor (Opção B).**

Não há a obrigatoriedade de esperar 30 dias adicionais (a regra dos 30 dias é para o **vício do produto** após o uso, Art. 18, e não para o **descumprimento da oferta/entrega**, Art. 35).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Gláucia deve esperar 30 dias além do prazo inicial...	ERRADA. O prazo de 30 dias é o que o fornecedor tem para sanar o vício do produto (Art. 18, § 1º, CDC), mas não se aplica ao descumprimento da oferta/atraso na entrega (Art. 35, CDC).	Confunde o Art. 18 com o Art. 35.
b) Gláucia pode desistir da compra e solicitar a devolução integral do valor pago, uma vez que o produto não foi entregue dentro do prazo.	CORRETA. Esta opção corresponde ao Art. 35, inciso III, do CDC , que permite ao consumidor rescindir o contrato e exigir a restituição do valor pago por descumprimento da oferta.	Fundamentação no Art. 35, III, do CDC.
c) Gláucia deve esperar até que a fábrica normalize o fornecimento...	ERRADA. O risco da falta de insumos é do fornecedor (<i>fortuito interno</i>), e o consumidor tem o direito de escolher a rescisão imediatamente após o descumprimento.	Viola o direito de escolha e a teoria do risco do negócio.
d) Diante da situação... a sociedade empresária XYZ... não responde solidariamente pelos atos do representante autônomo.	ERRADA. No sistema do CDC, todos que participam da cadeia de fornecimento (fabricante, distribuidor, representante) respondem solidariamente perante o consumidor por vícios ou falhas (Art. 7º, § único, e Art. 18, CDC).	Viola o princípio da responsabilidade solidária da cadeia de fornecimento.

Conclusão: O advogado deve orientar Gláucia a exercer seu direito de escolha, sendo a rescisão contratual com devolução imediata do valor pago a opção mais imediata e garantida pelo Art. 35, III, do CDC.

Direito Empresarial

O Direito Empresarial é crucial na primeira fase da prova da OAB porque aborda temas essenciais como definições de **empresário e empresa, responsabilidade de sócios e as diferenças entre sociedades limitadas e anônimas**. Os artigos do Código Civil, especialmente a partir do artigo 966, e leis específicas são frequentemente cobrados.

Base para o exame: O Direito Empresarial é uma disciplina importante por conter 4 questões na prova, focando em temas como as diferenças entre tipos de sociedades.

Aspectos práticos: A banca da prova apresenta casos práticos mostrando fatos resolutivos tanto na consultoria quanto no contencioso, apresenta também casos em que o advogado lida com contratos, compliance e prevenção de problemas para empresas

Previsibilidade legal: Conhecer as normas empresariais assegura um ambiente seguro para a realização de negócios, garantindo estabilidade e previsibilidade no mercado.

Principais artigos e leis

Código Civil (CC):

Art. 966: Conceito de empresário e empresa.

Arts. 986 a 990: Sociedade não personificada.

Arts. 1.024: Exclusão de benefício de ordem para sócios que contraem obrigações.

Arts. 1.155: Início do estudo sobre nome empresarial.

Arts. 481 a ss: Contrato de compra e venda mercantil.

Lei de Recuperação Judicial e Falências:

Arts. 47 a 74: Recuperação judicial.

Arts. 75 a 160: Falência.

Art. 21 e ss: Administrador judicial.

Outras leis:

Lei nº 4.886/65: Representação comercial.

Lei nº 8.955/94: Franquia.

Lei nº 7.357/85: Lei do cheque.

Foque seus estudos nos seguintes assuntos:

Direito Falimentar e Recuperação judicial,

Direito Societário

Teoria Geral do Direito Empresarial.

Contratos empresariais: Além dos já citados, estude os contratos de compra e venda mercantil.

Títulos de crédito: Conheça os princípios e as regras básicas de títulos como cheque, nota promissória e duplicata.

Direito de Empresa: Compreenda a introdução ao Direito de Empresa e seus elementos essenciais.

Quantas vezes foi cobrado

1ª	Direito Falimentar e Recuperacional	12x
2ª	Direito Societário	10x
3ª	Títulos de Crédito	10x
4ª	Contratos Empresariais	10x
5ª	Teoria Geral do Direito Empresarial	6x

Questão Comentada

Falência

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. O juiz da falência da sociedade empresária Refrigeração Abaíra Ltda. determinou que o administrador judicial ficasse responsável pela guarda dos bens

arrecadados. O administrador judicial, entretanto, apresentou justificativas que o impossibilitavam de assumir tal encargo. Foi proposto ao juiz que os bens situados fora do estabelecimento da falida ficassem sob a guarda do Sr. Belmonte, conhecido empresário na Comarca, e sob a responsabilidade do administrador judicial. Para os bens situados dentro do estabelecimento, inclusive o próprio imóvel, propôs o administrador judicial que a Sra. América Dourada, ex-administradora da sociedade e representante da falida no processo, fosse nomeada depositária dos bens.

Sobre a proposta do administrador judicial, assinale a afirmativa correta.

- a) É ilícita, porque é uma atribuição legal e personalíssima do administrador judicial ter os bens arrecadados do falido sob sua guarda.
- b) Deve ser acatada, pois é permitido que os bens arrecadados fiquem sob a guarda da pessoa por ele escolhida e sob sua responsabilidade, podendo também qualquer dos representantes do falido ser nomeado depositário dos bens.
- c) Deve ser rejeitada, ante a vedação legal que o falido ou qualquer de seus representantes seja nomeado depositário de quaisquer bens.
- d) Deve ser aceita somente se os depositários indicados – Sr. Belmonte e Sra. América Dourada – prestarem caução antes de serem imitados na posse dos bens.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão testa o conhecimento sobre o **Regime de Guarda e Custódia dos Bens Arrecadados** no processo de falência, conforme a **Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falência - LRF)**. O foco está nas faculdades do administrador judicial para nomear depositários e na possibilidade de nomear o ex-administrador da falida para essa função.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelos **Artigos 22 e 108 da Lei nº 11.101/2005:**

1. **Guarda dos Bens pelo Administrador Judicial (AJ):**

A responsabilidade pela guarda e conservação dos bens é do **Administrador Judicial** (Art. 22, III, c, da LRF). Contudo, a lei permite que o AJ delegue a guarda a terceiros.

Art. 22, III, f, da LRF: Compete ao Administrador Judicial, sob fiscalização do juiz e do Comitê, **contratar, mediante autorização judicial, profissionais ou empresas especializadas para auxiliá-lo** no exercício de suas funções, incluindo a guarda dos bens.

Guarda de Terceiros (Responsabilidade do AJ): O AJ pode delegar a guarda a terceiros (Sr. Belmonte), mas a **responsabilidade final** pela custódia perante o juízo continua sendo dele, conforme proposto.

2. Nomeação de Representante da Falida como Depositário:

A lei não proíbe, e, pelo contrário, permite que o juiz nomeie o falido ou seus representantes como depositários, desde que sob o acompanhamento do AJ e mediante autorização judicial.

Art. 108, caput e § 7º, da LRF:

Art. 108. O administrador judicial arrecadará os bens do devedor onde quer que estejam, os quais ficarão sob a sua guarda, podendo para tanto, se necessário, requisitar força policial.

§ 7º O juiz poderá nomear depositário judicial para a guarda desses bens.

A nomeação da ex-administradora (Sra. América Dourada) é uma prática comum e permitida, especialmente para bens dentro do estabelecimento, visando a melhor conservação e o aproveitamento do conhecimento que o ex-administrador tem sobre os bens. A proibição seria se o falido fosse nomeado administrador judicial, o que não é o caso.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) É ilícita, porque é uma atribuição legal e personalíssima do administrador judicial ter os bens arrecadados do falido sob sua guarda.	ERRADA. A atribuição não é personalíssima; a lei permite a contratação de auxiliares e a nomeação de depositários, embora a responsabilidade	Contraria o Art. 22, III, f, e Art. 108, § 7º, da LRF.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	final seja do AJ.	
b) Deve ser acatada, pois é permitido que os bens arrecadados fiquem sob a guarda da pessoa por ele escolhida e sob sua responsabilidade, podendo também qualquer dos representantes do falido ser nomeado depositário dos bens.	CORRETA. A proposta está em conformidade com as faculdades do AJ (escolha de depositário sob sua responsabilidade) e com a permissão de nomeação de representante da falida como depositário judicial (Art. 108, § 7º).	Fundamentação no Art. 22, III, f, e Art. 108, § 7º, da LRF.
c) Deve ser rejeitada, ante a vedação legal que o falido ou qualquer de seus representantes seja nomeado depositário de quaisquer bens.	ERRADA. Não existe vedação legal para a nomeação do representante da falida como depositário (ex-administrador), desde que sob fiscalização judicial.	Não há vedação na LRF para essa função específica.
d) Deve ser aceita somente se os depositários indicados – Sr. Belmonte e Sra. América Dourada – prestarem caução antes de serem imitados na posse dos bens.	ERRADA. A caução não é uma exigência legal obrigatória para a nomeação de depositário judicial, sendo uma faculdade do juiz, e não uma condição para a licitude da proposta.	A prestação de caução não é uma exigência legal <i>sine qua non</i> .

Conclusão: A proposta é legal. O Administrador Judicial pode contratar depositários para auxiliar na guarda dos bens, mantendo a responsabilidade sobre eles. A nomeação da ex-administradora como depositária é válida, pois ela não exercerá a função de Administradora Judicial.

Questão Comentada

Propriedade industrial

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Os cientistas Pio Alves e Cardoso Moreira desenvolveram dois produtos que reúnem os requisitos de patenteabilidade e reivindicaram a autoria perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O primeiro recebeu registro de patente na categoria de invenção e, o segundo, a patente na categoria de modelo de utilidade. Assinale a opção que indica o privilégio de exploração que as patentes assegurarão aos autores.

- a) Temporário, para ambos.
- b) Vitalício, para ambos.
- c) Perpétuo, até a terceira geração de descendentes dos autores.
- d) Temporário, para Pio Alves, autor da invenção, e vitalício para Cardoso Moreira, autor do modelo de utilidade.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda o regime de proteção conferido pela **patente** no Brasil, conforme a **Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial - LPI)**. O foco é o **prazo de vigência** do privilégio de exploração, que é o mesmo para as duas modalidades de patente: **Invenção e Modelo de Utilidade**.

Fundamentação Legal

O privilégio de exploração (monopólio legal) concedido pelo Estado ao inventor tem como contrapartida a revelação pública da invenção. Este privilégio é, por natureza, **temporário** (por tempo determinado), conforme o **Artigo 40 da LPI**:

- **Patente de Invenção (PI):**

Art. 40, caput, da LPI: A patente de invenção vigorará pelo prazo de **20 (vinte) anos** contado da data de depósito.

- **Patente de Modelo de Utilidade (MU):**

Art. 40, parágrafo único, da LPI: A patente de modelo de utilidade vigorará pelo prazo de **15 (quinze) anos** contado da data de depósito.

Princípio Geral da Propriedade Industrial

Ambos os prazos (20 anos para invenção e 15 anos para modelo de utilidade) são **determinados**. Após o prazo de vigência da patente, a invenção cai em **domínio público**, podendo ser livremente explorada por qualquer pessoa. O direito à propriedade industrial, diferentemente de alguns direitos autorais e dos direitos de personalidade, não é vitalício ou perpétuo.

- **Conclusão:** O privilégio assegurado pela patente é sempre **temporário**, seja na modalidade de Invenção, seja na de Modelo de Utilidade.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Temporário, para ambos.	CORRETA. O monopólio legal é concedido por tempo determinado: 20 anos para invenção e 15 anos para modelo de utilidade (Art. 40 da LPI). Portanto, o privilégio é, em essência, temporário para as duas categorias.	Fundamentação no Art. 40 da LPI.
b) Vitalício, para ambos.	ERRADA. A proteção de patente é limitada no tempo para que o invento caia em domínio público.	Viola o Art. 40 da LPI.
c) Perpétuo, até a terceira geração de descendentes dos autores.	ERRADA. Não existe proteção perpétua na propriedade industrial.	Viola a natureza temporária da proteção.
d) Temporário, para Pio Alves, autor da invenção, e vitalício para Cardoso Moreira, autor do modelo de utilidade.	ERRADA. O modelo de utilidade também tem proteção temporária (15 anos), e não vitalícia.	Confunde o regime jurídico.

Conclusão: A natureza da proteção conferida pela patente (tanto de invenção quanto de modelo de utilidade) é o monopólio de exploração por tempo determinado, visando equilibrar o interesse do inventor com o interesse da sociedade no conhecimento e uso da tecnologia

Questão Comentada

Sociedade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Quatro pessoas naturais constituíram uma sociedade para exploração de prestação de serviços de entrega domiciliar, mas não se preocuparam em arquivar o documento particular de constituição em qualquer registro. Considerando a situação dessa sociedade e as disposições aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- a) Ela se rege pelas normas da sociedade em comum e, subsidiariamente, no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade simples.
- b) Ela se rege pelas normas da sociedade em conta de participação e, subsidiariamente e no que forem compatíveis, pelas normas das sociedades por ações.
- c) Ela se rege pelas normas da sociedade simples e, subsidiariamente e no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade cooperativa.
- d) Ela se rege pelas normas da companhia e, subsidiariamente e no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade limitada.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão trata de uma sociedade que foi constituída, mas **não teve seus atos constitutivos arquivados** no Registro Civil de Pessoas Jurídicas (para sociedade simples) ou na Junta Comercial (para sociedade empresária). Essa omissão a enquadra no tipo legal de **Sociedade Não Personificada**, ou seja, aquela que não possui personalidade jurídica própria.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 986 e seguintes do Código Civil**:

1. **Sociedade em Comum (Sociedade de Fato) (Art. 986, CC):**

A sociedade constituída **sem observância das formalidades legais** (registro) é regida pelas normas da sociedade em comum.

Art. 986, caput, do CC: "Enquanto não inscritos os atos constitutivos, rege-se-á a sociedade pelas normas da **sociedade em comum.**"

2. Regime Subsidiário (Art. 991, CC):

A sociedade em comum é um tipo contratual "provisório" e incompleto. Por essa razão, o Código Civil estabelece um regime de aplicação subsidiária.

Art. 991, caput, do CC: "Aplicam-se à sociedade em comum, no que couber, as disposições relativas à **sociedade simples.**"

A escolha da sociedade simples como regime subsidiário se deve ao fato de ela ser a sociedade **contratual** de direito comum, ou seja, o modelo básico de sociedade no Código Civil, aplicável a todas as demais sociedades, exceto se houver previsão legal ou contratual específica em contrário.

Aplicação ao Caso Concreto

A sociedade de entrega domiciliar foi apenas constituída por contrato particular, mas **não registrada.**

- **Regime Principal:** Sociedade em Comum (Art. 986, CC).
- **Regime Subsidiário:** Sociedade Simples (Art. 991, CC).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Ela se rege pelas normas da sociedade em comum e, subsidiariamente, no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade simples.	CORRETA. Esta afirmativa aplica a regra dos Art. 986 e Art. 991 do Código Civil, que define o regime principal e o subsidiário para as sociedades não registradas (Sociedade em Comum).	Fundamentação no Art. 986 e Art. 991 do CC.
b) Ela se rege pelas normas da sociedade em conta de participação...	ERRADA. Sociedade em Conta de Participação é um tipo societário oculto, sem personalidade, mas que possui regras próprias de	Tipo societário principal incorreto.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	constituição, sendo essencialmente diferente da sociedade que apenas não registrou o contrato.	
c) Ela se rege pelas normas da sociedade simples e subsidiariamente e no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade cooperativa.	ERRADA. A sociedade simples é o regime subsidiário, mas o regime principal é o da sociedade em comum.	Inverte o regime principal e subsidiário.
d) Ela se rege pelas normas da companhia...	ERRADA. Companhia (Sociedade Anônima) é um tipo societário complexo e necessariamente registrado, sem relação com a sociedade em comum.	Tipo societário principal incorreto.

Conclusão: O advogado deve orientar que, enquanto não houver o registro do contrato, a sociedade é irregular, e seus sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais. A norma legal aplicada, no entanto, é a da Sociedade em Comum

Questão Comentada

Atividade Empresarial

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. A partir de 2022, a possibilidade de o local de exercício da atividade empresarial ser virtual passou a ser reconhecido no Código Civil. A respeito desse tema, assinale a afirmativa correta.

a) Se o empresário ou a sociedade empresária exercer a empresa em local virtual, tal local é denominado pelo Código Civil de “estabelecimento virtual”, com o mesmo significado jurídico de estabelecimento.

b) Ao contrário do local físico de exercício da empresa, se ele for virtual, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Município, observada a regra geral de qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados.

c) Quando o local em que se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária.

d) A escolha do local virtual de exercício da empresa impõe ao empresário ou ao administrador da sociedade empresária o dever de comunicar sua alteração à Junta Comercial nos 15 (quinze) dias seguintes.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a regulamentação do local de exercício da atividade empresarial virtual (ou *online*), tema introduzido no Código Civil pela **Lei nº 14.476/2022**. A alteração focou em adequar as regras de registro e identificação das empresas que operam predominantemente fora de um local físico tradicional.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 968, § 4º, do Código Civil**, inserido pela Lei nº 14.476/2022:

- **Art. 968, § 4º, do Código Civil:**

§ 4º Quando o local em que se exercer a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, **conforme o caso, o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária**.

Essa disposição visa facilitar o registro de *e-commerces*, *startups* e outras empresas digitais que não dependem de um estabelecimento físico aberto ao público, permitindo que o endereço residencial do responsável seja usado para fins de comunicação oficial e registro, mantendo a publicidade dos atos empresariais.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Se o empresário ou a sociedade empresária exercer a empresa em local virtual, tal local é denominado pelo Código Civil de “estabelecimento virtual” ...	ERRADA. O Código Civil não utiliza o termo "estabelecimento virtual" para se referir ao local de exercício da empresa <i>online</i> . O termo "estabelecimento" (Art. 1.142 CC) se refere ao complexo de bens organizado para o exercício da empresa.	Termo jurídico incorreto (o termo legal é "local... virtual").
b) Ao contrário do local físico de exercício da empresa, se ele for virtual, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Município ...	ERRADA. A atividade virtual, por ser contínua (<i>online</i> 24/7) e por não ocupar fisicamente o espaço público municipal (como uma loja), não se sujeita, em regra, à legislação municipal sobre horário de funcionamento. O controle de horário é típico de estabelecimentos físicos.	A fixação do horário não é, em regra, competência municipal para atividades virtuais.
c) Quando o local em que se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária.	CORRETA. Esta afirmativa reproduz com exatidão a regra do Art. 968, § 4º, do Código Civil , que flexibiliza a obrigatoriedade de endereço comercial para empresas virtuais.	Fundamentação no Art. 968, § 4º, do CC.
d) A escolha do local virtual de exercício da empresa impõe ao empresário ou ao administrador da sociedade empresária o dever de comunicar sua alteração à Junta	ERRADA. O prazo geral para a comunicação de alteração de endereço (ou outros atos) para registro na Junta Comercial é de 30 (trinta) dias (Art. 36 da Lei nº 8.934/94 - Lei de Registro de	Prazo legal de registro incorreto.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
Comercial nos 15 (quinze) dias seguintes .	Empresas), e não 15 dias.	

Conclusão: O advogado deve orientar que a empresa digital pode utilizar o endereço de seus sócios ou do empresário individual como endereço de registro, conforme a lei civil.

Questão Comentada

Elemento de Empresa

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. O Código Civil, ao tratar da caracterização do empresário, afasta desse instituto as pessoas naturais que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística. Todavia, o Código Civil admitiu a possibilidade de essas pessoas virem a ser reputadas empresárias e, como tal, sujeitarem-se à inscrição na Junta Comercial. Assinale a opção que apresenta a condição para que isso ocorra.

- a) O exercício da profissão intelectual deve congrega emprego habitual de mão de obra e insumos.
- b) A pessoa natural deve exercer atividade econômica com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- c) O exercício da profissão, de natureza científica, literária ou artística, deve constituir elemento de empresa.
- d) A pessoa natural deve optar pelo Simples Nacional e ser enquadrada como Microempreendedor Individual

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a **exceção à regra de exclusão** do conceito de empresário para os profissionais liberais (ou intelectuais), conforme o **Código Civil (CC)**. A regra geral é que os profissionais intelectuais (médicos, advogados, artistas, etc.) exercem uma atividade civil e não se registram na Junta Comercial. A exceção ocorre quando a organização da atividade se sobrepõe ao cunho pessoal da profissão.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 966, parágrafo único, do Código Civil**:

1. **Regra de Exclusão (Art. 966, caput, CC)**: Empresário é quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços.
2. **Exceção (Art. 966, parágrafo único, CC)**:

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, **ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores**, salvo se o exercício da profissão constituir **elemento de empresa**.

Interpretação da Exceção

O termo "**elemento de empresa**" significa que a organização da atividade ("organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços" - *elemento de empresa*) é tão sofisticada ou predominante que o fator pessoal (a arte, a ciência, o intelecto) se torna secundário. Em outras palavras, a atividade deixa de ser *pessoal* e passa a ser *empresarial*.

- **Exemplo:** Um médico que possui um consultório (atividade civil) *versus* um médico que é dono de uma grande clínica ou hospital, que possui grande organização de capital e trabalho (atividade empresarial).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O exercício da profissão intelectual deve congrega emprego habitual de mão de obra e insumos .	ERRADA. O parágrafo único do Art. 966 diz que o uso de auxiliares ou colaboradores não é suficiente para caracterizar a atividade como empresarial (exclusão do <i>ainda que</i>).	Condição insuficiente.
b) A pessoa natural deve	ERRADA. Novamente, a presença de	Condição

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
exercer atividade econômica com o concurso de auxiliares ou colaboradores.	auxiliares ou colaboradores não descaracteriza a atividade como civil, conforme a parte final do <i>caput</i> do parágrafo único.	insuficiente (texto legal expressamente a exclui como critério único).
c) O exercício da profissão, de natureza científica, literária ou artística, deve constituir elemento de empresa.	CORRETA. Esta afirmativa reproduz com precisão a condição necessária e suficiente prevista na parte final do Art. 966, parágrafo único, do Código Civil para que o profissional intelectual seja considerado empresário.	Fundamentação no Art. 966, parágrafo único, do CC.
d) A pessoa natural deve optar pelo Simples Nacional e ser enquadrada como Microempreendedor Individual	ERRADA. A opção pelo regime tributário (Simples Nacional/MEI) é uma consequência do enquadramento como empresário/sociedade empresária, e não a causa legal para tal enquadramento.	Confunde regime tributário com regime jurídico.

Conclusão: O advogado deve orientar que o profissional intelectual só se torna empresário, para fins de registro na Junta Comercial, quando a organização da atividade (o "elemento de empresa") se torna o principal fator do empreendimento

Questão Comentada

Sociedade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. F. Beltrão, G. Carneiro e S. Moreira decidiram constituir uma sociedade do tipo simples de prazo indeterminado, que entrou em atividade na data da assinatura

do contrato, levado a registro na semana seguinte, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Assinale a opção que indica a hipótese de dissolução de pleno direito dessa sociedade.

- a) A deliberação dos sócios, por maioria absoluta do capital. B) O esgotamento da exploração do objeto social ou verificada a sua inexecutabilidade.
- c) O falecimento de qualquer dos sócios, independentemente de optarem pela dissolução.
- d) A existência de apenas um sócio, não reconstituída a pluralidade em até 180 (cento e oitenta) dias.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das causas de **dissolução da sociedade simples** (que se aplica subsidiariamente às sociedades limitadas no que couber, mas que possui regras próprias) previstas no **Código Civil**. Especificamente, pede-se uma hipótese de **dissolução de pleno direito** (automática ou por deliberação sem necessidade de decisão judicial).

Fundamentação Legal (Dissolução da Sociedade Simples)

As hipóteses de dissolução da sociedade simples de pleno direito estão previstas no **Artigo 1.033 do Código Civil**:

1. **Regra Geral (Art. 1.033, CC):** A sociedade **dissolve-se** de pleno direito:

I - Pelo vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado. (Não se aplica, pois o prazo é indeterminado).

II - Pelo consenso unânime dos sócios. (Não se aplica, pois a alternativa A trata de maioria absoluta).

III - Pela deliberação dos sócios, por **maioria absoluta**, na sociedade de prazo indeterminado. (Aplica-se ao caso).

IV - Pela falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de 180 dias. (Contraria a alternativa D).

V - Pela extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

2. **Dissolução Judicial (Art. 1.034, CC):** O esgotamento do objeto social (Alternativa B) e a inexecuibilidade do fim social, por exemplo, são causas de dissolução que dependem de **sentença judicial**.

3. **Morte do Sócio (Art. 1.028, CC):** A morte do sócio, em regra, **não dissolve a sociedade**; apenas resolve a sociedade em relação ao sócio falecido, salvo se o contrato social ou os sócios optarem pela dissolução (Art. 1.033, inciso III é o correto).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Fundamento Legal (CC)	Análise
a) A deliberação dos sócios, por maioria absoluta do capital.	Art. 1.033, III.	CORRETA. É causa de dissolução de pleno direito para sociedade de prazo indeterminado.
b) O esgotamento da exploração do objeto social ou verificada a sua inexecuibilidade.	Art. 1.034, II.	ERRADA. É causa de dissolução judicial (por sentença), e não de pleno direito.
c) O falecimento de qualquer dos sócios, independentemente de optarem pela dissolução.	Art. 1.028.	ERRADA. Em regra, o falecimento gera a resolução parcial da sociedade (apenas em relação ao sócio), e não a dissolução total de pleno direito, salvo disposição contratual ou deliberação.
d) A existência de apenas um sócio, não reconstituída a pluralidade em até 180 (cento e oitenta) dias.	Art. 1.033, IV.	ERRADA. Embora seja dissolução de pleno direito, o prazo é de 180 dias. O erro está na premissa: este é um motivo, mas não o único ; a deliberação por maioria absoluta também é causa (Art. 1.033, III), e é a opção mais precisa para o caso de prazo indeterminado. Ambos são dissolução de pleno direito.

Alternativa	Fundamento Legal (CC)	Análise
		Contudo, em questões de múltipla escolha, a deliberação por maioria absoluta (A) é a causa mais típica de dissolução por vontade dos sócios na sociedade por prazo indeterminado.

Conclusão: A sociedade simples, por ter prazo indeterminado, pode ser dissolvida de pleno direito pela vontade dos sócios que representem mais da metade do capital social (maioria absoluta).

Questão Comentada

Marcas e Patente

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Maura Chalé, sócia administradora da sociedade Produtora de Laticínios Santana do Manhuaçu Ltda., procura você, como advogado(a), informando que a sociedade é titular da marca de produto Chalé e deseja saber quais os direitos assegurados por lei ao titular de marca de produto.

Sobre a hipótese narrada, com base na legislação, assinale a afirmativa correta.

- a) A sociedade pode licenciar o uso da marca de produto Chalé e zelar pela sua integridade material ou reputação.
- b) A sociedade pode impedir que empresários utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca, na sua promoção e comercialização.
- c) A sociedade pode proibir que fabricantes de acessórios utilizem a marca para indicar a destinação do produto, ainda que obedecidas as práticas leais de concorrência.
- d) A sociedade pode vetar a citação da marca em discurso, obra científica ou literária, com ou sem conotação comercial, independentemente de prejuízo ao caráter distintivo.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda os **direitos conferidos ao titular de uma marca registrada**, conforme a **Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial - LPI)**. O titular da marca adquire o direito de uso exclusivo no território nacional (em seu ramo de atividade), bem como a faculdade de dispor e zelar por sua reputação.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelos **Artigos 129, 130 e 132 da Lei nº 9.279/96**:

1. **Direito de Propriedade e Uso Exclusivo (Art. 129, LPI):** O registro garante ao titular o direito de uso exclusivo da marca e a faculdade de **cedê-la ou licenciá-la**.

2. **Direitos do Titular (Art. 130, I e III, LPI):**

Inciso I: Usar a marca.

Inciso III: Licenciar o seu uso, alienar a marca e zelar pela sua integridade material ou reputação.

3. **Limitações ao Direito de Uso (Art. 132, LPI):** A lei estabelece expressamente situações em que o titular **não pode proibir** o uso da marca por terceiros, como:

Indicação de Destinação (Art. 132, II): O titular não pode impedir que terceiros utilizem a marca para indicar a destinação de um produto ou serviço (ex: "Peças compatíveis com o carro marca X"), desde que não haja confusão ou deslealdade. (Contraria a alternativa C).

Citação em Discurso ou Obra Científica (Art. 132, IV): O titular não pode impedir a livre citação da marca em discurso, obra científica ou literária, ou em qualquer outra publicação, sem conotação comercial, ou mesmo com conotação comercial, desde que não prejudique seu caráter distintivo. (Contraria a alternativa D).

Aplicação ao Caso Concreto

A Produtora de Laticínios Santana do Manhuaçu Ltda., como titular da marca Chalé, tem o direito de:

- **Licenciar o uso** da marca para terceiros, mediante contrato.
- **Zelar pela sua integridade e reputação**, agindo judicial ou extrajudicialmente contra quem a utiliza indevidamente ou de forma que a prejudique.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) A sociedade pode licenciar o uso da marca de produto Chalé e zelar pela sua integridade material ou reputação.	CORRETA. Estes são direitos expressos do titular da marca, previstos no Art. 130, I e III, da LPI.	Fundamentação no Art. 130, I e III, da LPI.
b) A sociedade pode impedir que empresários utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca...	ERRADA. O Art. 132, I, da LPI estabelece que o titular não pode impedir que o fabricante utilize seu próprio nome ou sinal distintivo, desde que não haja confusão.	Viola o Art. 132, I, da LPI.
c) A sociedade pode proibir que fabricantes de acessórios utilizem a marca para indicar a destinação do produto...	ERRADA. O Art. 132, II, da LPI veda que o titular proíba o uso da marca para indicar a destinação ou compatibilidade do produto, desde que respeitadas as práticas leais.	Viola o Art. 132, II, da LPI (uso como indicação de destinação).
d) A sociedade pode vetar a citação da marca em discurso, obra científica ou literária...	ERRADA. O Art. 132, IV, da LPI proíbe o titular de impedir a citação livre da marca em obras e discursos, pois isso é uma limitação da propriedade industrial.	Viola o Art. 132, IV, da LPI (limitação por livre citação).

Conclusão: O advogado deve orientar que o direito de marca é patrimonial e pode ser transferido ou cedido (licenciado), sendo o zelo pela reputação um dever e um direito inseparável

Direito Processual Civil

O Direito Processual Civil na primeira fase da prova da OAB abrange diversos temas, com foco em **Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença, Sujeitos do Processo, Meios de Impugnação (recursos), e Execução**. É importante para a prova, porque tem 6 questões abordando matérias jurídicas principais do Direito Processual Civil. Estudar temas como **atos processuais, tutela provisória e procedimentos** também é fundamental.

Principais temas de Direito Processual Civil

Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença: Este é o tema mais cobrado, representando cerca de 35% das questões da matéria.

Sujeitos do Processo: Inclui estudo sobre partes, procuradores, litisconsórcio e intervenção de terceiros.

Meios de Impugnação/Recursos: É um tópico de alta recorrência, envolvendo recursos como agravo de instrumento, embargos de declaração, recurso especial e extraordinário.

Execução: Inclui o processo de execução e a execução de título extrajudicial.

Tutela Provisória: Aborda os tipos de tutela de urgência e de evidência.

Atos Processuais: Inclui prazos e como as partes devem se manifestar nos processos.

Procedimento Comum e Especiais: É importante entender o procedimento básico e os procedimentos específicos de certas ações.

Dicas de estudo

Revise a legislação: Leia os artigos de lei mais cobrados, pois o exame pode pedir a aplicação direta desses dispositivos.

Pratique com questões: Resolva questões de provas anteriores para entender como a banca examinadora, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cobra o conteúdo.

Quantas vezes foi cobrado

- 1ª Recursos em Espécie 12x
- 2ª Processo de Execução e Cumprimento de Sentença 12x
- 3ª Procedimentos Especiais 9x
- 4ª Formação do Processo e Petição Inicial 6x
- 5ª Audiência Preliminar de Conciliação ou Mediação 5x

Artigos essenciais para focar:

Código de Processo Civil: artigos 21, 28, 30, 85, 95, 125, 130 a 135, 139, 167, 169, 172, 190, 224, 296, 303, 311, 337, 339, 485, 487, 503, 513, 515, 525, 554 a 557, 694 a 698, 914, 1.009, 1.012, 1.015, 1021 a 1.027, 1.045

Questão Comentada

Recursos

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Felipe propôs ação de reparação de danos contra Gustavo fundada em responsabilidade extracontratual, em razão de Felipe ter sido atacado pelo cachorro de Gustavo, enquanto transitava pela rua perto de sua casa. Em primeira instância, os pedidos formulados por Felipe em sua petição inicial foram julgados totalmente procedentes. Depois da publicação da sentença de procedência, Gustavo

interpôs apelação para buscar a reforma integral da sentença. Simultaneamente, Felipe opôs embargos de declaração contra a sentença para obter a majoração dos honorários de sucumbência, considerando que não foi fixado o percentual mínimo previsto no art. 85, §2º, do Código de Processo Civil. Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a conduta que você, como advogado(a) do embargado, deverá adotar.

a) Apresentar nova apelação após o julgamento dos embargos de declaração opostos por Felipe, independentemente do resultado do julgamento dos embargos de declaração.

- b) Complementar ou alterar as razões de apelação, se houver o acolhimento dos embargos de declaração opostos por Felipe.
- c) Ratificar as razões de sua apelação após o julgamento dos embargos opostos por Felipe, sob pena de não conhecimento do recurso de apelação.
- d) Apresentar nova apelação após o julgamento dos embargos de declaração opostos por Felipe se os os embargos de declaração forem acolhidos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda o instituto da **integração da decisão** via embargos de declaração e o impacto dessa integração no prazo e na peça recursal já apresentada pela parte contrária (Gustavo). O ponto central é a regra do **Artigo 1.024, § 4º, do Código de Processo Civil (CPC)**.

Fundamentação Legal (Art. 1.024, § 4º, CPC)

O Código de Processo Civil de 2015 estabeleceu uma regra clara para lidar com recursos interpostos antes do julgamento dos embargos de declaração:

1. **Regra Geral (Art. 1.024, caput, CPC):** Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de qualquer outro recurso.
2. **Exceção para Recurso Antecipado (Súmula 418 do STJ - Revogada e superada pelo CPC/2015):** No CPC anterior, a apelação interposta antes dos embargos de declaração era considerada prematura, exigindo a ratificação após o julgamento dos embargos (conhecido como *princípio da complementariedade*).
3. **Regime Atual (Art. 1.024, § 5º, CPC):** O recurso interposto pela outra parte (Apelação de Gustavo) antes do julgamento dos embargos de declaração é **válido**, e a ratificação **só é exigida ou permitida se houver alteração do conteúdo da decisão** pelos embargos.

Art. 1.024, § 5º, do CPC: "Se os embargos de declaração forem rejeitados ou se for alterado o teor do julgado, a interposição de novo recurso ou a ratificação do já interposto será opcional, se a decisão não for alterada, ou **necessária, se houver alteração do teor do julgado**, no prazo de 15 (quinze) dias."

Aplicação ao Caso Concreto

1. Gustavo interpôs Apelação (antes de o prazo ser interrompido pelos EDs de Felipe).
2. O julgamento dos embargos de Felipe pode:

Rejeitar os embargos (sem alteração do julgado): A Apelação de Gustavo, já interposta, é válida e não precisa de ratificação.

Acolher os embargos (com alteração do julgado): Os embargos de Felipe visam majorar os honorários, o que **altera o conteúdo da sentença** em desfavor de Gustavo.

3. Diante da alteração (acolhimento), Gustavo precisa **complementar ou alterar as razões** de sua apelação para impugnar a parte da sentença que foi modificada pelos embargos (a majoração dos honorários).

A alternativa **B** (Complementar ou alterar as razões de apelação, se houver o acolhimento dos embargos de declaração) é a única que reflete corretamente o procedimento legal do Art. 1.024, § 5º, do CPC, que permite ao recorrente adequar seu recurso ao novo teor da decisão.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Apresentar nova apelação após o julgamento... independentemente do resultado...	ERRADA. Não é necessário interpor nova apelação. A já interposta é válida.	Viola a regra de validade da interposição antecipada.
b) Complementar ou alterar as razões de apelação, se houver o acolhimento dos embargos de declaração opostos por Felipe.	CORRETA. Havendo alteração (majorando os honorários), Gustavo tem o ônus de complementar ou alterar as razões do recurso já interposto para impugnar a nova parte desfavorável.	Fundamentação no Art. 1.024, § 5º, do CPC.
c) Ratificar as razões de sua apelação após o	ERRADA. A ratificação <i>sob pena de não conhecimento</i> era a regra do CPC/73. No	Aplica regra revogada ou

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
<p>juízo de julgamento dos embargos opostos por Felipe, sob pena de não conhecimento...</p>	<p>CPC/2015, a ratificação é necessária apenas se houver alteração do julgado, mas, neste caso, o mais correto é complementar as razões, e não apenas ratificar (que implica manter o teor original).</p>	<p>incompleta (melhor seria complementar).</p>
<p>d) Apresentar nova apelação após o julgamento dos embargos de declaração opostos por Felipe se os embargos de declaração forem acolhidos.</p>	<p>ERRADA. O CPC/2015 exige a ratificação/complementação do recurso interposto, e não a interposição de um recurso <i>novo</i> (a Apelação original já foi interposta).</p>	<p>O recurso já interposto é aproveitado.</p>

Conclusão: O advogado de Gustavo deve aguardar a decisão dos embargos. Se houver majoração dos honorários (alteração do julgado), ele deverá complementar as razões da apelação no prazo de 15 dias para atacar o novo ponto desfavorável

Questão Comentada

Penhora

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. O engenheiro civil José Carlos Silva trabalha em Aracaju/SE. Ele realizou a reforma da casa de Luzia, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O serviço foi devidamente prestado, sem qualquer reclamação por eventuais falhas por parte de Luzia. Contudo, Luzia não efetuou o pagamento no prazo estipulado. José Carlos procurou Luzia para resolver o pagamento da dívida sem buscar o Poder Judiciário e, após diversas tratativas, Luzia assinou um documento particular em que reconhece a dívida de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O referido instrumento também foi assinado por duas testemunhas. Porém, no prazo estipulado para cumprimento da obrigação,

Luzia não efetuou o pagamento e José Carlos ajuizou uma execução de título extrajudicial em face de Luzia. Depois da citação e da ausência do pagamento de Luzia, José Carlos pede ao Juiz que Luzia indique bens sujeitos à penhora, sob pena de multa, pois caso não indique, sua conduta poderá ser considerada atentatória à dignidade da justiça. Sobre o requerimento de José Carlos, assinale a afirmativa correta.

- a) José Carlos não poderá efetuar esse requerimento, pois não é possível o arbitramento de multa caso Luzia não indique bens sujeitos à penhora.
- b) José Carlos poderá efetuar esse requerimento, sendo considerada atentatória à dignidade da justiça conduta comissiva ou omissiva da executada que intimada, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, a certidão negativa de ônus.
- c) José Carlos poderá efetuar esse requerimento, sendo possível o arbitramento de multa superior a 30% do valor atualizado da execução, mas não poderá ocorrer nenhuma outra sanção de natureza processual ou material em face da executada.
- d) José Carlos não poderá efetuar esse requerimento, pois é sua obrigação indicar os bens possíveis de penhora de Luzia.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão versa sobre as obrigações do executado (Luzia) no processo de execução e as sanções processuais aplicáveis à sua conduta, especificamente a **prática de ato atentatório à dignidade da justiça** por não colaborar na localização de bens, conforme o **Código de Processo Civil (CPC)**.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelos **Artigos 772, III, e 774, V, do Código de Processo Civil**:

1. Dever de Colaboração (Art. 772, III, CPC):

É dever do executado, entre outros, **indicar ao juiz quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora** e os respectivos valores.

Art. 772. O juiz pode, em qualquer momento do processo:

III - determinar que o executado **indique quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora** e os respectivos valores, sob pena de ser considerada **ato atentatório à dignidade da justiça**.

2. Ato Atentatório à Dignidade da Justiça (Art. 774, V, CPC):

A omissão em fornecer as informações necessárias para a penhora é expressamente classificada como ato atentatório à dignidade da justiça, sujeitando o executado à multa.

Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta do executado que:

V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.

3. Multa (Art. 774, parágrafo único, CPC):

- Nos casos de ato atentatório à dignidade da justiça (como o do inciso V), o juiz pode aplicar multa de até **20% (vinte por cento)** do valor atualizado do débito em execução.

Aplicação ao Caso Concreto

José Carlos está correto em seu requerimento:

- O juiz pode intimar Luzia para indicar os bens.
- A omissão de Luzia em prestar essa informação, após intimada, configura **ato atentatório à dignidade da justiça** (Art. 774, V).
- A consequência é a aplicação de multa, o que confirma a possibilidade do requerimento "sob pena de multa".

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) José Carlos não poderá efetuar esse requerimento, pois não é possível o arbitramento de multa caso Luzia não indique bens sujeitos à penhora.	ERRADA. A multa por ato atentatório à dignidade da justiça é expressamente cabível (Art. 774, parágrafo único).	Contraria o Art. 774, parágrafo único, do CPC.
b) José Carlos poderá efetuar esse requerimento, sendo considerada atentatória à dignidade da justiça conduta comissiva ou omissiva da executada que, intimada, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens...	CORRETA. A afirmativa reproduz textualmente a previsão legal do Art. 774, inciso V, do CPC , que é a hipótese de ato atentatório à dignidade da justiça no caso de omissão do executado em indicar bens.	Fundamentação no Art. 774, V, do CPC.
c) ...sendo possível o arbitramento de multa superior a 30% do valor atualizado da execução...	ERRADA. A multa por ato atentatório é limitada a 20% (Art. 774, parágrafo único, CPC).	Erro no percentual máximo da multa.
d) José Carlos não poderá efetuar esse requerimento, pois é sua obrigação indicar os bens possíveis de penhora de Luzia.	ERRADA. Embora seja dever do exequente (José Carlos) procurar bens (Art. 798, II, c), o Código Civil também impõe ao executado o dever de colaboração (Art. 772, III), cuja omissão é sancionada.	Omissão do executado é sanável e punível.

Conclusão: O advogado de José Carlos está juridicamente correto ao requerer a intimação de Luzia sob as penas da lei, dada a omissão da executada em colaborar com o processo executivo.

Questão Comentada

Prazos Processuais

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Júlio, advogado ainda inexperiente, preocupado com a possibilidade de perder o prazo para oferecer contestação em favor de Roberta, sua cliente que está viajando, indaga a você se ele deve esperar o retorno de Roberta, que esqueceu de fornecer procuração. Diante desse cenário, assinale a afirmativa que, corretamente, apresenta sua orientação.

- a) Júlio pode oferecer contestação, independentemente de procuração, desde que junte o instrumento aos autos no prazo de 15 dias, a fim de evitar preclusão.
- b) Júlio pode oferecer contestação, independentemente de instrumento de mandato, apenas se a parte contrária concordar.
- c) Júlio deve aguardar o retorno de Roberta, tendo em vista que o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração.
- d) Júlio, caso os direitos tratados em juízo sejam disponíveis, pode oferecer contestação mesmo que desacompanhada de procuração e, caso os mencionados direitos estejam indisponíveis, ele deve aguardar o retorno de Roberta, tendo em vista que, nesse caso, o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda a exceção à regra geral do **Artigo 104 do Código de Processo Civil (CPC)**, que exige o instrumento de mandato (procuração) para o advogado postular em juízo. A situação de **risco de preclusão** do direito da cliente (perda do prazo de contestação) permite que o advogado pratique o ato sem procuração, mas impõe um ônus de regularização posterior.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 104 do Código de Processo Civil:**

1. **Regra Geral (Art. 104, caput, CPC):**

Art. 104. O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, **salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato urgente.**

2. Exceção da Urgência/Preclusão (Art. 104, caput, CPC):

O prazo de contestação é um prazo preclusivo. Perder o prazo para apresentar a defesa da cliente Roberta causaria a preclusão do direito de defesa e a revelia.

Portanto, Júlio pode atuar no processo, praticando o ato urgente (a contestação), mesmo sem a procuração.

3. Regularização do Mandato (Art. 104, § 1º, CPC):

Uma vez praticado o ato, o advogado tem um prazo para juntar a procuração aos autos, sob pena de ineficácia do ato praticado.

Art. 104, § 1º, do CPC: "O advogado deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo de **15 (quinze) dias**, prorrogável por igual período por despacho do juiz." (O prazo de 15 dias é o que está correto para a prova OAB).

Aplicação ao Caso Concreto

Júlio deve interpor a contestação (prática de ato para evitar a preclusão) e, simultaneamente, deve providenciar a procuração de Roberta, que deve ser juntada aos autos no prazo legal de 15 dias.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Júlio pode oferecer contestação, independentemente de procuração, desde que junte o instrumento aos autos no prazo de 15 dias, a fim de evitar preclusão.	CORRETA. Esta afirmativa está em total conformidade com o Art. 104, caput e § 1º, do CPC , que trata da prática de ato para evitar preclusão e o subsequente prazo de 15 dias para juntada do mandato.	Fundamentação no Art. 104, caput e § 1º, do CPC.
b) Júlio pode oferecer contestação... apenas se a parte contrária concordar.	ERRADA. A concordância da parte contrária é irrelevante para o exercício dessa prerrogativa	O direito decorre de lei, não de

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	legal em caso de urgência.	concordância.
c) Júlio deve aguardar o retorno de Roberta, tendo em vista que o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração.	ERRADA. A regra geral é afastada pela exceção da urgência/preclusão. Aguardar o retorno de Roberta faria Júlio perder o prazo.	Viola a exceção do Art. 104, caput, do CPC.
d) Júlio, caso os direitos tratados em juízo sejam disponíveis...	ERRADA. A possibilidade de praticar o ato urgente independe da natureza do direito (disponível ou indisponível), mas sim do risco de preclusão.	Condição irrelevante para a aplicação da exceção.

Conclusão: O advogado deve atuar imediatamente na defesa do direito da cliente e, depois, regularizar a representação processual dentro do prazo legal

Questão Comentada

Prazos Processuais

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Na qualidade de servidor público estadual, Marcos ajuizou ação pelo procedimento comum contra o Estado de Minas Gerais, buscando obter o pagamento de determinada verba remuneratória que lhe teria sido suprimida de forma administrativa, em contrariedade ao que dispõe a lei. Depois da citação do Estado de Minas Gerais e do regular curso do feito, o juiz responsável pela tramitação da ação julgou procedente o pedido formulado por Marcos, condenando o ente estatal ao pagamento da verba remuneratória. Na sequência, o cartório da serventia do juízo procedeu à intimação eletrônica das partes acerca da sentença, visto tratar-se de processo eletrônico. Sobre a situação hipotética descrita, assinale a afirmativa correta.

a) O prazo de que disporá o Estado de Minas Gerais para a interposição de eventual recurso de apelação será de 15 (quinze) dias úteis, contados do dia útil seguinte à consulta ao teor da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, dado que a intimação da sentença ocorreu de forma eletrônica, não devendo o prazo ser contado em dobro.

b) O Estado de Minas Gerais poderá alegar a nulidade da intimação, visto não ser lícita a utilização de meio eletrônico para a comunicação de atos processuais, sendo imprescindível a intimação pessoal do ente estatal, que somente se pode dar por carga ou remessa dos autos.

c) Caso o Estado de Minas Gerais tivesse interposto apelação antes de intimado eletronicamente da sentença, o recurso haveria de ser considerado intempestivo, por ter sido apresentado antes do termo inicial do prazo.

d) Caso vislumbre omissão, contradição, obscuridade ou erro material na sentença, o Estado de Minas Gerais poderá opor embargos de declaração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, considerando, como início do prazo, o dia útil seguinte à consulta ao teor da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, dado que gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das regras especiais aplicáveis à **Fazenda Pública** (Estado de Minas Gerais) no processo civil, especificamente em relação ao **prazo em dobro** e aos **meios de intimação** no processo eletrônico, conforme o **Código de Processo Civil (CPC)**.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelos **Artigos 183 e 1.023 do Código de Processo Civil**, combinados com a legislação de processo eletrônico (Lei nº 11.419/2006):

1. Prazo em Dobro para a Fazenda Pública (Art. 183, caput, CPC):

A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público **gozarão de prazo em dobro** para todas as suas manifestações processuais.

O prazo normal para Embargos de Declaração é de 5 dias úteis (Art. 1.023, CPC). Para o Estado de Minas Gerais, esse prazo será em dobro: **10 (dez) dias úteis**.

2. Intimação Eletrônica e Contagem do Prazo (Lei nº 11.419/2006 e Art. 231, V, CPC):

A intimação eletrônica é **lícita** e é a regra no processo digital (Lei nº 11.419/2006).

O início da contagem do prazo ocorre no dia útil seguinte à data da consulta ao teor da intimação ou após o término do prazo de 10 dias para consulta, o que ocorrer primeiro (Art. 5º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006, e Art. 231, V, CPC).

3. Embargos de Declaração (Art. 1.022, CPC):

O recurso cabível para a correção de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na sentença é o de Embargos de Declaração.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O prazo de apelação será de 15 (quinze) dias úteis... não devendo o prazo ser contado em dobro.	ERRADA. O prazo da Fazenda Pública é em dobro (Art. 183, CPC). O prazo normal para apelação é de 15 dias úteis, que se torna 30 dias úteis para o Estado.	Viola o Art. 183, caput, do CPC.
b) O Estado de Minas Gerais poderá alegar a nulidade da intimação, visto não ser lícita a utilização de meio eletrônico...	ERRADA. A intimação eletrônica é lícita e a regra no processo eletrônico, substituindo a intimação pessoal por carga ou remessa (Art. 5º da Lei nº 11.419/2006).	Viola a Lei nº 11.419/2006.
c) Caso o Estado... tivesse interposto apelação antes de intimado... o recurso haveria de ser considerado intempestivo...	ERRADA. O CPC de 2015 superou a antiga jurisprudência da intempestividade por prematuridade. O recurso interposto antes do termo inicial	Viola a validade do recurso interposto antes do termo inicial.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	(o <i>dies a quo</i>) é válido , sendo considerado tempestivo (Art. 218, § 4º, CPC).	
d) Caso vislumbre omissão... o Estado de Minas Gerais poderá opor embargos de declaração, no prazo de 10 (dez) dias úteis... dado que gozará de prazo em dobro...	CORRETA. Esta afirmativa está em total conformidade com a lei. O prazo de 5 dias para ED (Art. 1.023) é dobrado para 10 dias úteis (Art. 183), e a contagem se inicia do dia útil seguinte à consulta eletrônica.	Fundamentação no Art. 183, caput, Art. 1.023 do CPC e regras de intimação eletrônica.

Conclusão: O advogado deve orientar que o Estado goza de prazo em dobro para todas as manifestações processuais, inclusive para a oposição de embargos de declaração.

Questão Comentada

Obrigações

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Ana Carolina procurou você, como advogado(a), para elaborar sua defesa em demanda pelo procedimento comum movida por Eduardo perante Vara Cível com o objetivo de obter indenização em virtude de suposto inadimplemento de Ana Carolina, qual seja, ter entregado uma quantidade de soja menor do que a que fora acordada contratualmente. Nessa reunião, Ana Carolina relatou que a indenização não era devida, porque ela havia entregado a quantidade de soja prevista no contrato. Ana Carolina relatou ainda que, na realidade, Eduardo não tinha realizado o pagamento integral previsto em contrato.

Sobre a demanda movida por Eduardo visando ao pagamento da quantia que lhe é devida, assinale a opção que apresenta a medida cabível que você, na condição de advogado(a) de Ana Carolina, indicou.

a) Ana Carolina terá que ajuizar uma nova demanda autônoma visando ao pagamento da quantia devida por Eduardo.

b) Ana Carolina poderá apresentar reconvenção para cobrar a quantia que lhe é devida por Eduardo, sendo que essa medida deverá ser formulada na contestação.

c) Ana Carolina poderá apresentar reconvenção para cobrar a quantia que lhe é devida por Eduardo, sendo que essa medida deverá ser formulada em petição apartada da contestação.

d) Ana Carolina poderá formular pedido contraposto para cobrar a quantia que lhe é devida por Eduardo, sendo que essa medida deverá ser formulada em petição apartada da contestação.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda a defesa do réu (Ana Carolina) no processo civil. Além de se defender da pretensão do autor (Eduardo) o inadimplemento da soja (defesa propriamente dita) Ana Carolina possui um **crédito contra o autor** (falta de pagamento do contrato). O advogado precisa orientá-la sobre a via processual correta para que ela possa **cobrar** esse crédito dentro da mesma demanda. Essa cobrança simultânea de um crédito do réu contra o autor é feita por meio da **reconvenção**.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 343 do Código de Processo Civil (CPC)**:

1. Reconvenção (Art. 343, caput, CPC):

A reconvenção é a ação do réu contra o autor no mesmo processo. Ela é cabível quando a pretensão do réu (Ana Carolina) for **conexa com a ação principal** (Eduardo pede indenização por inadimplemento do contrato de soja) ou **com o fundamento da defesa** (Ana Carolina alega que Eduardo está inadimplente com o pagamento do mesmo contrato). O caso é de conexão.

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

2. Forma de Apresentação (Art. 343, § 1º, CPC):

A reconvenção deve ser apresentada **juntamente com a contestação**, na mesma peça processual.

Art. 343, § 1º, do CPC: "A reconvenção é apresentada na própria **contestação**."

3. Pedido Contraposto:

O pedido contraposto não se confunde com a reconvenção. Ele é uma forma simplificada de defesa/cobrança, aplicável apenas em procedimentos especiais (como o Juizado Especial Cível - JEC), e não no procedimento comum de Vara Cível, como é o caso.

Aplicação ao Caso Concreto

Ana Carolina deseja cobrar Eduardo no mesmo processo.

- **Medida Cabível:** Reconvenção.
- **Requisito:** A pretensão (cobrança) é conexa com a ação principal (indenização por inadimplemento).
- **Forma:** Deve ser formulada na mesma peça da Contestação.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Ana Carolina terá que ajuizar uma nova demanda autônoma ...	ERRADA. Embora seja possível, o CPC permite o exercício da pretensão própria na mesma ação (reconvenção) para garantir a economia processual e evitar decisões conflitantes.	Via inadequada, pois a reconvenção é possível.
b) Ana Carolina poderá apresentar reconvenção para cobrar a quantia que lhe é devida por Eduardo, sendo que essa medida deverá ser formulada na contestação.	CORRETA. A reconvenção é a medida correta, e o Art. 343, § 1º, do CPC exige que ela seja formulada na própria Contestação.	Fundamentação no Art. 343, caput e § 1º, do CPC.
c) Ana Carolina poderá	ERRADA. A reconvenção é	Contraria a forma de

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
apresentar reconvenção... sendo que essa medida deverá ser formulada em petição apartada da contestação.	apresentada na própria contestação (Art. 343, § 1º, CPC). A petição apartada era exigida no CPC/73, mas foi abolida pelo CPC/2015.	apresentação estabelecida pelo CPC/2015.
d) Ana Carolina poderá formular pedido contraposto ...	ERRADA. O pedido contraposto não é a medida cabível no procedimento comum de Vara Cível (aplicável apenas em ritos especiais, como JEC).	Medida processual incorreta para o rito.

Conclusão: O advogado deve protocolar a peça de Contestação/Reconvenção, apresentando a defesa (alegação de cumprimento do contrato) e, na reconvenção, a cobrança do valor não pago por Eduardo.

Questão Comentada

Responsabilidade Civil

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Neusa ajuizou ação condenatória em face de Marcelo. Em sua causa de pedir, a autora sustentou que o réu, conduzindo seu veículo de forma imprudente, avançou um sinal vermelho e colidiu contra o carro de Neusa, causando-lhe danos morais e materiais. Diante da necessidade de produção de prova oral, consistente em depoimento pessoal e prova testemunhal, o Juiz designou audiência de instrução e julgamento. As partes tempestivamente apresentaram suas testemunhas, que estavam nos respectivos veículos no momento da colisão. Neusa indicou Gabriel, seu filho de 17 anos. Por sua vez, Marcelo indicou João, seu amigo íntimo, e Regina, sua prima. Sobre o caso acima, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Gabriel é incapaz de depor, por ser menor de 18 anos.

b) João e Regina são testemunhas suspeitas, diante da amizade íntima e da relação de parentesco com Marcelo, respectivamente.

c) Regina poderá depor como testemunha, não havendo impedimento referente à relação de parentesco que possui com Marcelo.

d) O juiz poderá admitir o depoimento de João, ainda que amigo íntimo de Marcelo, caso em que será indispensável a prestação do compromisso de dizer a verdade.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das regras sobre a prova testemunhal no Código de Processo Civil (CPC), especificamente as hipóteses de **impedimento, suspeição e incapacidade** para depor.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelos **Artigos 447 e 457 do Código de Processo Civil (CPC)**:

1. Impedimento (Art. 447, § 2º, CPC):

A lei estabelece que são **impedidos** de depor: o cônjuge, o companheiro, o ascendente, o descendente em qualquer grau e os colaterais até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade.

Regina (prima de Marcelo): A relação de prima é de **parente colateral em quarto grau**. O impedimento vai **até o terceiro grau**. Portanto, Regina **não é impedida** de depor.

2. Incapacidade (Art. 447, § 1º, CPC):

São **incapazes** de depor aqueles que são menores de 16 (dezesesseis) anos.

Gabriel (filho de Neusa, 17 anos): Gabriel tem 17 anos, ou seja, **é maior de 16 anos** e, portanto, **não é incapaz** de depor sob a ótica da idade. No entanto, ele é **descendente (filho)** da parte (Neusa) e, por isso, é **impedido** de depor (Art. 447, § 2º, I, CPC).

3. Suspeição (Art. 447, § 3º, CPC):

São **suspeitos** de depor o amigo íntimo ou o inimigo de qualquer das partes, ou aquele que tiver interesse no litígio.

João (amigo íntimo de Marcelo): Enquadra-se na hipótese de **suspeição** (Art. 447, § 3º, I, CPC).

4. Depoimento sem Compromisso (Art. 447, § 4º, CPC):

O juiz, se necessário, pode admitir o depoimento de testemunhas impedidas ou suspeitas, mas seus depoimentos serão prestados **sem o compromisso de dizer a verdade** (e serão valorados pelo juiz com o devido peso).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Gabriel é incapaz de depor, por ser menor de 18 anos .	ERRADA. A incapacidade por idade é para menores de 16 anos. Gabriel (17 anos) é legalmente impedido por ser descendente da parte (filho), e não incapaz por idade.	Confunde incapacidade com impedimento.
b) João e Regina são testemunhas suspeitas ...	ERRADA. João é suspeito (amizade íntima). Regina não é suspeita, nem impedida, pois prima é colateral de 4º grau (o impedimento vai até o 3º grau).	Regina não se enquadra em impedimento ou suspeição.
c) Regina poderá depor como testemunha, não havendo impedimento referente à relação de parentesco que possui com Marcelo.	CORRETA. Primo é parente colateral de 4º grau. O impedimento legal por parentesco colateral vai somente até o 3º grau . Portanto, Regina pode depor normalmente.	Fundamentação no Art. 447, § 2º, I, do CPC (interpretação inversa).
d) O juiz poderá admitir o depoimento de João, ainda que amigo íntimo... caso em que será indispensável a	ERRADA. Sendo João suspeito, o juiz pode admitir seu depoimento, mas ele será prestado sem o compromisso	O depoimento de suspeitos é sem compromisso.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
prestação do compromisso de dizer a verdade .	de dizer a verdade (Art. 447, § 4º, CPC).	

Conclusão: Regina, por ser prima (colateral de 4º grau), não é atingida pela regra de impedimento legal, podendo depor.

Questão Comentada

Cumprimento de sentença

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Gabriela adquiriu um pacote de viagens com a sociedade empresária VoaMais, mas não conseguiu embarcar pois, na última hora, houve o cancelamento de seu bilhete aéreo. Em consequência, Gabriela ajuizou ação indenizatória por danos morais e materiais em face de VoaMais. Foi proferida sentença de procedência do pedido, com a concessão da tutela provisória na sentença, condenando a ré ao pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Inconformada, a ré interpôs recurso de apelação. Gabriela, então, procurou você, na qualidade de advogado(a), com o objetivo de receber imediatamente o valor previsto na condenação, independentemente do julgamento da apelação interposta pela ré. Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação sobre o tema.

- a) Ela não poderá iniciar o cumprimento da sentença antes do julgamento da apelação interposta, uma vez que o crédito não é de natureza alimentar, tampouco restou demonstrada situação de necessidade.
- b) Ela poderá iniciar o cumprimento da sentença, na modalidade definitiva, tendo em vista que a tutela provisória foi concedida na sentença.
- c) Ela poderá iniciar o cumprimento da sentença, na modalidade provisória, que correrá por sua iniciativa e responsabilidade, sendo certo que, no caso de reforma da sentença, o cumprimento fica sem efeito, liquidando-se eventuais prejuízos exclusivamente em ação autônoma.
- d) Ela poderá iniciar o cumprimento da sentença, na modalidade provisória, mas o

levantamento de depósito em dinheiro dependerá, em regra, de caução idônea prestada nos próprios autos.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão aborda o regime de **cumprimento provisório da sentença** no Código de Processo Civil (CPC), especialmente as condições para o **levantamento de valores** em dinheiro quando há recurso pendente.

O cenário é:

1. **Sentença de procedência** que condenou ao pagamento de quantia certa.
2. **Tutela provisória concedida na sentença.**
3. **Apelação interposta pela ré (VoaMais).**
4. A apelação, via de regra, tem **efeito suspensivo** (Art. 1.012, *caput*, CPC).

A condenação de pagar quantia certa, quando a apelação é interposta, inicia o **cumprimento provisório da sentença** (Art. 520, CPC).

Fundamentação Legal

1. Cumprimento Provisório (Art. 520, CPC):

A sentença sujeita a recurso **sem efeito suspensivo** (ou quando há tutela provisória concedida na sentença – Art. 1.012, § 1º, V) começa a produzir efeitos imediatamente, permitindo o cumprimento provisório.

No caso, o § 1º, V, do Art. 1.012 do CPC dispõe que, salvo disposição legal ou judicial em contrário, a apelação terá efeito suspensivo. Contudo, **excepcionalmente**, a apelação **não impede a eficácia imediata da sentença** quando confirma, concede ou revoga tutela provisória (como a sentença concedeu a tutela provisória, ela pode ser executada provisoriamente).

2. Levantamento de Valores (Art. 521, III, CPC):

O cumprimento provisório é arriscado, pois a sentença pode ser reformada. Por isso, o CPC exige uma garantia para a prática de atos que possam causar dano irreversível ao executado, como o levantamento de dinheiro.

Art. 521. A execução provisória da sentença é requerida por petição simples, e correrá por iniciativa e responsabilidade do exequente...

Inciso III: O levantamento de **depósito em dinheiro** e a prática de atos que importem **transferência de posse ou alienação de propriedade** ou de outro direito real dependem de **caução suficiente e idônea** que garanta os eventuais prejuízos do executado, se a sentença for reformada.

Aplicação ao Caso Concreto

Gabriela pode iniciar o cumprimento da sentença, mas ele será **provisório**. Para receber o valor (levantamento de depósito em dinheiro), ela precisará, em regra, prestar caução (garantia) nos próprios autos.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Ela não poderá iniciar o cumprimento da sentença antes do julgamento da apelação...	ERRADA. É cabível o cumprimento provisório, especialmente porque a sentença concedeu tutela provisória (Art. 1.012, § 1º, V, CPC).	O cumprimento provisório é permitido.
b) Ela poderá iniciar o cumprimento da sentença, na modalidade definitiva ...	ERRADA. O cumprimento é provisório enquanto a sentença não transita em julgado (ou seja, enquanto o recurso de apelação está pendente de julgamento).	Cumprimento é provisório.
c) ...liquidando-se eventuais prejuízos exclusivamente em ação autônoma .	ERRADA. A liquidação dos prejuízos (se a sentença for reformada e o dinheiro já tiver sido levantado) deve ocorrer nos próprios autos	Contraria o Art. 521, CPC (responsabilidade nos próprios autos).

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
	do cumprimento provisório, não exigindo ação autônoma.	
d) Ela poderá iniciar o cumprimento da sentença, na modalidade provisória, mas o levantamento de depósito em dinheiro dependerá, em regra, de caução idônea prestada nos próprios autos.	CORRETA. Esta opção está integralmente correta, refletindo a necessidade de caução para levantamento de valores no cumprimento provisório (Art. 521, III, CPC).	Fundamentação no Art. 521, III, do CPC.

Conclusão: O advogado deve protocolar o pedido de cumprimento provisório e informar a cliente que, para levantar o dinheiro, será necessário prestar uma garantia (caução), salvo se houver dispensa legal (Art. 521, *parágrafo único* - caso não se enquadre nas exceções de necessidade, crédito alimentar, etc.).

Questão Comentada

Obrigações

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. João propôs ação indenizatória em face da sociedade empresária Campo Bom, em causa própria. Foi proferida sentença condenando a ré quanto ao principal e, considerando sua sucumbência mínima, ao pagamento integral de honorários advocatícios de sucumbência.

Sobre os honorários advocatícios arbitrados no caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Os honorários não são devidos nos casos em que o advogado atue em causa própria.
- b) Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelos honorários.
- c) Como arbitrados os honorários na sentença, não serão devidos novos honorários

advocatícios no cumprimento de sentença.

d) Os honorários podem ser arbitrados por equidade, apesar de o valor da condenação ser líquido, por se tratar de ação indenizatória.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda as regras de distribuição da **sucumbência** e o cálculo dos **honorários advocatícios** no processo civil, com base no **Código de Processo Civil (CPC)**. O foco está na regra da **sucumbência mínima**.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 85 e 86 do Código de Processo Civil**:

1. **Regra Geral da Sucumbência (Art. 85, caput, CPC):** A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.
2. **Sucumbência Mínima (Art. 86, parágrafo único, CPC):**

A lei busca evitar o rateio desproporcional dos honorários quando a derrota de uma das partes é insignificante em relação ao todo.

Art. 86, parágrafo único, do CPC: "Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários."

Aplicação ao caso: A ré (Campo Bom) sucumbiu no principal, mas foi considerada de sucumbência mínima. Se a ré tivesse sucumbido na parte **mínima**, ela seria a parte que venceria "quase tudo", e o autor pagaria o integral. No entanto, o enunciado inverte os termos: a ré foi condenada no principal, e o enunciado afirma que *sua sucumbência foi mínima*. Se a condenação foi no principal, a sucumbência não foi mínima. Assumindo que o enunciado se refere à conduta do juiz ao condenar a parte contrária ao pagamento integral dos honorários, isso só é juridicamente justificável se a sucumbência do autor (João) foi mínima.

Interpretação da FGV: A FGV, ao considerar a alternativa B correta, está utilizando-a como a **regra geral** que justifica a condenação integral: se a

parte contrária (João) tivesse sucumbido em parte mínima, a ré (Campo Bom) responderia, por inteiro, pelos honorários. O enunciado apenas descreveu a situação inversa à regra legal, mas a alternativa B corretamente apresenta a norma jurídica sobre sucumbência mínima.

3. Honorários em Causa Própria (Art. 85, § 17, CPC):

Os honorários são devidos ao advogado que atua em causa própria.

Art. 85, § 17, do CPC: "Os honorários serão devidos também nas hipóteses em que o advogado atue em causa própria."

4. Honorários no Cumprimento de Sentença (Art. 85, § 1º e § 13, CPC):

Os honorários de sucumbência são devidos na fase de conhecimento (sentença) e **também são cabíveis no cumprimento de sentença**, salvo se houver o pagamento integral e voluntário.

5. Critérios de Arbitramento (Art. 85, § 2º e § 8º, CPC):

Os honorários são fixados entre 10% e 20% sobre o valor da condenação (se líquida) ou sobre o proveito econômico (se determinável). A fixação por equidade (Art. 85, § 8º) é **exceção**, aplicável apenas quando o valor da causa for muito baixo, irrisório ou inestimável, **não sendo cabível** quando há condenação líquida.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Os honorários não são devidos nos casos em que o advogado atue em causa própria.	ERRADA. O Art. 85, § 17, do CPC permite expressamente os honorários em causa própria.	Contraria o Art. 85, § 17, do CPC.
b) Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelos honorários.	CORRETA. Esta afirmativa reproduz textualmente a regra do Art. 86, parágrafo único, do CPC sobre sucumbência mínima, que é a norma legal aplicável ao tema.	Fundamentação no Art. 86, parágrafo único, do CPC.
c) Como arbitrados os honorários na sentença,	ERRADA. Honorários são devidos também no cumprimento de	Contraria o Art. 85, §

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
não serão devidos novos honorários advocatícios no cumprimento de sentença.	sentença (Art. 85, § 1º, CPC), salvo se o executado pagar a dívida voluntariamente e no prazo legal (Art. 523, § 1º, CPC).	1º, do CPC.
d) Os honorários podem ser arbitrados por equidade , apesar de o valor da condenação ser líquido...	ERRADA. A equidade (§ 8º) é exceção à regra geral do percentual sobre o valor da condenação (§ 2º), sendo vedada quando o valor da condenação é líquido ou o proveito econômico é determinável (Tema 1076, STJ).	Contraria o Art. 85, § 2º e § 8º, do CPC (e o Tema 1076, STJ).
Conclusão: A única alternativa que apresenta uma regra jurídica válida e correta sobre o instituto da sucumbência é a B , que trata da sucumbência mínima		

Questão Comentada

Penhora

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. Joana formulou requerimento de cumprimento de sentença em face de Regina. No curso de tal fase do processo, Joana obteve a penhora de um automóvel de propriedade de Regina, cujo valor de mercado é R\$ 10.000,00 (dez mil reais) superior ao do montante exequendo, sendo nomeada depositária do bem.

No atual momento processual, Joana deseja se tornar proprietária do automóvel de Regina. Por essa razão, requereu a adjudicação do bem ao juízo. Nesse caso, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Assinado o auto de adjudicação pelo juiz, deverá ser expedida a carta de adjudicação e o mandado de imissão na posse.

b) O pedido não poderá ser acolhido, diante da natureza residual da adjudicação em relação à alienação do bem, que é medida expropriatória preferencial.

c) Desde que depositada a eventual diferença entre o valor do débito e o da avaliação do automóvel, que ficará à disposição de Regina, Joana poderá se tornar proprietária do automóvel.

d) Como a alienação é a única forma de expropriação de bens admitida pelo Código de Processo Civil, caberá a Joana tentar a arrematação do bem em leilão eletrônico, tendo direito de preferência.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão trata dos **atos de expropriação** no cumprimento de sentença, focando na **adjudicação** do bem penhorado. O Código de Processo Civil (CPC) estabelece uma ordem de preferência para a expropriação, e a adjudicação pelo credor é a primeira delas. O ponto-chave é o que ocorre quando o valor do bem é **superior** ao valor da dívida (excesso de execução).

Fundamentação Legal

O tema é regido pelos **Artigos 825 e 876 do Código de Processo Civil (CPC)**:

1. Ordem de Expropriação (Art. 825, CPC):

O CPC estabelece que a expropriação (ato de transferir o bem do executado para satisfazer a dívida) se faz por:

I - Adjudicação (pelo exequente ou outros legitimados);

II - Alienação;

III - Apropriação de frutos e rendimentos.

A adjudicação é a **forma preferencial** de expropriação, e não residual.

2. Adjudicação pelo Exequente (Art. 876, caput e § 4º, CPC):

O exequente (Joana) pode requerer que lhe sejam adjudicados os bens penhorados pelo preço da avaliação.

Art. 876, § 4º, III, do CPC: Se o valor do crédito for **inferior** ao valor dos bens, o requerente deverá **depositar de imediato a diferença** na conta do juízo, que ficará à disposição do executado (Regina).

Aplicação ao Caso Concreto

- **Dívida (Montante Exequendo):** \$X\$
- **Valor do Automóvel (Avaliação):** \$X + 10.000,00\$
- O valor do bem é superior à dívida. Para que Joana (exequente) adjudique o bem, ela deve **depositar a diferença de R\$ 10.000,00** para Regina (executada).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Assinado o auto de adjudicação pelo juiz, deverá ser expedida a carta de adjudicação e o mandado de imissão na posse .	ERRADA. A imissão na posse é cabível se a executada estiver na posse do bem. O erro principal reside na falta de menção ao depósito da diferença (torna a alternativa incompleta e, portanto, incorreta diante da assertiva C).	Incompleta/imprecisa para o caso de excesso de valor.
b) O pedido não poderá ser acolhido, diante da natureza residual da adjudicação em relação à alienação...	ERRADA. A adjudicação é a forma preferencial de expropriação, e não residual, de acordo com o Art. 825, I, do CPC.	Inverte a ordem de preferência legal.
c) Desde que depositada a eventual diferença entre o valor do débito e o da avaliação do automóvel, que ficará à disposição de Regina, Joana poderá se tornar proprietária do automóvel.	CORRETA. A afirmação descreve corretamente o requisito legal para a adjudicação quando o valor do bem penhorado supera o valor da dívida (Art. 876, § 4º, III, do CPC).	Fundamentação no Art. 876, § 4º, III, do CPC.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
d) Como a alienação é a única forma de expropriação de bens admitida pelo Código de Processo Civil...	ERRADA. O Art. 825 do CPC admite outras formas de expropriação, sendo a adjudicação a preferencial.	Contraria o Art. 825, I, do CPC.

Conclusão: O advogado deve orientar Joana a providenciar o depósito da diferença de R\$ 10.000,00 para garantir a adjudicação do automóvel e se tornar sua legítima proprietária.

Questão Comentada

Litisconsórcio

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 10. Em uma tarde de domingo, voltando do shopping com seu namorado, Marisa se distraiu e colidiu contra a traseira do automóvel de Leandro. Assustada com a reação de Leandro, que saiu do carro aos gritos, Marisa foge. Leandro anotou a placa do carro e ajuizou uma ação indenizatória por danos materiais em face de Marisa, em razão dos prejuízos causados a seu automóvel. Considerando que Marisa contratou o seguro do veículo, denunciou a seguradora à lide. Acerca de tais fatos, assinale a afirmativa correta.

- a) Marisa deve pedir a citação da seguradora até a decisão saneadora.
- b) Se a empresa seguradora contestar o pedido de Leandro, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, Marisa e a seguradora.
- c) Sendo julgado procedente o pedido de indenização por danos materiais, Leandro deve pedir o cumprimento de sentença somente contra Marisa.
- d) Sendo julgado procedente o pedido de indenização por danos materiais, mesmo apresentando contestação quanto ao mérito, a seguradora não será condenada em honorários de sucumbência.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão trata da **Denúnciação da Lide**, uma modalidade de intervenção de terceiros em que o réu (denunciante, Marisa) traz ao processo um terceiro (denunciado, Seguradora) para garantir seu direito de regresso, caso venha a ser vencido na ação principal. A Denúnciação da Lide da seguradora é admitida e possui regras específicas sobre a solidariedade na condenação.

Fundamentação Legal

O tema é regido pelo **Artigo 125, II, e 128 do Código de Processo Civil (CPC)**, combinados com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

1. **Denúnciação da Lide (Art. 125, II, CPC):** É admissível a denúnciação da lide por aquele que estiver legal ou contratualmente obrigado a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda (Marisa, neste caso, com base no contrato de seguro).
2. **Prazo para Denúnciação (Art. 126, CPC):** O prazo para Marisa denunciar a lide é na **contestação** (se ré), e não até a decisão saneadora.
3. **Condenação e Litisconsórcio (Art. 128, CPC e Súmula 537 do STJ):**

Se o denunciado (Seguradora) aceitar a denúnciação e contestar o pedido principal, **o processo prossegue com o denunciante (Marisa) e o denunciado (Seguradora) em litisconsórcio passivo** na ação principal (Art. 128, *caput*, CPC).

Se a ação principal for julgada procedente, o denunciado será condenado solidariamente com o denunciante ao pagamento da indenização, nos limites da apólice.

Súmula 537 do STJ: "Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúnciação ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, **direta e solidariamente** com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice."

Aplicação ao Caso Concreto

A Seguradora aceitou a denúncia e, ao contestar o pedido de Leandro, passa a integrar o polo passivo da ação principal como **litisconsorte solidário** de Marisa, nos limites da apólice.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Marisa deve pedir a citação da seguradora até a decisão saneadora.	ERRADA. O prazo para a Denúncia da Lide pelo réu é na contestação (Art. 126, <i>caput</i> , CPC).	Prazo incorreto.
b) Se a empresa seguradora contestar o pedido de Leandro, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, Marisa e a seguradora.	CORRETA. Esta é a regra legal exata do Art. 128, caput, do CPC. A contestação do denunciado faz com que ele integre o polo passivo da ação principal como litisconsorte do réu.	Fundamentação no Art. 128, caput, do CPC e na Súmula 537 do STJ.
c) Sendo julgado procedente o pedido... Leandro deve pedir o cumprimento de sentença somente contra Marisa.	ERRADA. Pela Súmula 537 do STJ, a seguradora, ao contestar, passa a ser condenada solidariamente com Marisa, nos limites da apólice. Leandro pode executar qualquer uma das duas.	Contraria a Súmula 537 do STJ (solidariedade).
d) Sendo julgado procedente o pedido... a seguradora não será condenada em honorários de sucumbência.	ERRADA. A seguradora, ao contestar o pedido principal, passa a ser parte da ação principal. Se for condenada (solidariamente) ao pagamento, será também condenada em honorários de sucumbência pela derrota, nos termos do Art. 85 do CPC.	Contraria a regra da sucumbência (Art. 85, CPC).

Conclusão: A advogada deve orientar que, pela jurisprudência, a seguradora que intervém no processo e contesta a pretensão do autor passa a ser responsável

solidária pela condenação nos limites do contrato de seguro

Direito Penal

Para gabaritar em Direito Penal, foque seus estudos nos seguintes assuntos: **Crimes em Espécie, Tipicidade, Crime Consumado e Tentativa, Concurso de Crimes e Extinção da Punibilidade.**

O Direito Penal é importantíssimo para a primeira fase da OAB porque apresenta 6 questões na prova.

Para a 1ª fase da prova da OAB, o Direito Penal abrange a **Teoria do Crime** (tipicidade, ilicitude e culpabilidade) e a **Teoria da Pena**, focando também em **crimes em espécie** (como os contra a vida e patrimônio) e **legislações penais especiais.**

É fundamental dominar o **iter criminis, os princípios gerais do Direito Penal, o erro de tipo e de pessoa, e os tipos de excludentes de ilicitude e culpabilidade.**

Teoria do Crime: Estude os elementos constitutivos do crime: tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade.

Tipicidade: Entenda a conduta que se encaixa no tipo legal previsto em lei.

Ilícitude e Culpabilidade: Conheça as causas que excluem a ilicitude (como legítima defesa) e a culpabilidade (como a excludente do erro).

Teoria da Norma: Compreenda os princípios que regem o Direito Penal, como legalidade, territorialidade e extra-territorialidade.

Crimes em Espécie: Estude as definições e características de crimes comuns, como os de maior incidência.

Crimes contra a Vida: Foque em homicídio, aborto, infanticídio e induzimento ao suicídio.

Crimes contra o Patrimônio: Dê atenção especial a furto, roubo, apropriação indébita e estelionato.

Legislações Especiais: Esteja ciente das leis penais especiais, como a Lei de Drogas e o Estatuto do Desarmamento, que também são cobradas.

Teoria da Pena: Entenda a finalidade da pena e seus tipos, como agravantes e atenuantes.

Iter Criminis: Conheça as fases do crime, desde a cogitação (não punível) até a execução (punível), incluindo a consumação e tentativa.

Concurso de Crimes: Saiba como a pena é aplicada quando há mais de um crime cometido.

Teoria do Erro: Entenda como o erro (de tipo ou de pessoa) pode excluir o dolo, e se permite a punição por crime culposos.

Extinção da Punibilidade: Estude as formas de extinção da punibilidade, como a prescrição e a anistia

Os temas mais cobrados:

1. Teoria do Crime – Elementos constitutivos do crime, excludentes de ilicitude e culpabilidade

2. Crimes contra a Vida – Homicídio, infanticídio, aborto e induzimento ao suicídio, suas modalidades

3. Crimes contra o Patrimônio – Furto, roubo, apropriação indébita e estelionato, distinções importantes

4. Concurso de crimes

5. Crime consumado e tentado

Quantas vezes foi cobrado

- 1ª Crimes em Espécie 19x
- 2ª Tipicidade 10x
- 3ª Crime Consumado e Tentativa 6x
- 4ª Concurso de Crimes 5x
- 5ª Extinção da Punibilidade 5x

Artigos essenciais para focar:

Código Penal: artigos 2º, 7º, 8º, 13 a 20, 25 a 27, 29, 44, 70, 71, 74, 109, 115, 121 a 128, 129, 148, 155 a 157, 163, 213 e 217-A

Questão Comentada

Teoria da norma - Extraterritorialidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Maria, brasileira e residente no Brasil, resolveu viajar para o exterior e lá praticar o delito de embriaguez ao volante, que, embora típico no Brasil, no país onde seria praticado não é tipificado. Ao retornar ao Brasil, os fatos foram noticiados às autoridades competentes.

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Maria está sujeita à extraterritorialidade da lei penal brasileira em razão da sua nacionalidade, podendo responder pelo ilícito praticado.
- b) Maria não poderá responder pelo fato, tendo em vista a inaplicabilidade da lei brasileira a fatos ocorridos fora dos limites territoriais do país.
- c) Maria não poderá responder pelo fato, tendo em vista que é necessário que a incriminação da conduta se verifique no local do fato e no Brasil, simultaneamente.
- d) Maria está sujeita à extraterritorialidade da lei penal brasileira, em razão de a lei em vigor no Estado de sua residência determinar o regime jurídico que lhe é aplicável.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a aplicação da **Lei Penal Brasileira no Espaço**, tratando da **extraterritorialidade condicionada** (Art. 7º, II, do Código Penal) e um de seus requisitos fundamentais: o princípio da **dupla incriminação** (ou dupla tipicidade).

Fundamentação Legal (Código Penal Brasileiro)

1. Extraterritorialidade Condicionada (Art. 7º, II, CP):

O caso de Maria, brasileira que comete um crime fora do território nacional, é de extraterritorialidade condicionada, prevista no Art. 7º, II, b, do CP (crimes praticados por brasileiro no estrangeiro).

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

II - os crimes:

b) os praticados por brasileiro.

2. Requisitos da Extraterritorialidade Condicionada (Art. 7º, § 2º, CP):

Para que a lei brasileira possa ser aplicada a esses crimes, é necessário o cumprimento de cinco condições cumulativas, dentre as quais está a Dupla Incriminação.

Art. 7º, § 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende das seguintes condições:

b) ser o fato punível também no país em que foi praticado; (Princípio da Dupla Incriminação).

Aplicação ao Caso Concreto

- **Fato:** Maria praticou "embriaguez ao volante" no exterior.
- **Crime no Brasil:** Sim, é crime.
- **Crime no Estrangeiro:** Não, o enunciado diz que **não é tipificado** no país estrangeiro.

O princípio da dupla incriminação (Art. 7º, § 2º, b) exige que a conduta seja **crime tanto no Brasil quanto no país onde foi praticada**. Como a conduta de Maria não era típica (não era crime) no país estrangeiro, **falta uma das condições** para a aplicação da lei penal brasileira.

Portanto, Maria **não poderá responder** pelo fato no Brasil.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Maria está sujeita à extraterritorialidade da lei penal brasileira em razão da sua nacionalidade,	à ERRADA . A nacionalidade (Art. 7º, II, b) é apenas o pressuposto para a extraterritorialidade, mas o requisito da dupla incriminação	Não atende ao requisito da dupla incriminação.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
responder pelo ilícito praticado.	foi violado.	
b) Maria não poderá responder pelo fato, tendo em vista a inaplicabilidade da lei brasileira a fatos ocorridos fora dos limites territoriais do país.	ERRADA. A lei brasileira é aplicável a fatos ocorridos fora do território (Art. 5º, § 1º, CP e Art. 7º, CP), mas sob condições. A razão da inaplicabilidade aqui é a falta de dupla incriminação, e não a inaplicabilidade absoluta.	Causa da inaplicabilidade incorreta.
c) Maria não poderá responder pelo fato, tendo em vista que é necessário que a incriminação da conduta se verifique no local do fato e no Brasil, simultaneamente.	CORRETA. Esta afirmativa descreve o princípio da dupla incriminação , requisito indispensável (violado no caso) para a aplicação da extraterritorialidade condicionada (Art. 7º, § 2º, b).	Fundamentação no Art. 7º, § 2º, b, do CP.
d) Maria está sujeita à extraterritorialidade da lei penal brasileira, em razão de a lei em vigor no Estado de sua residência determinar o regime jurídico que lhe é aplicável.	ERRADA. O CP adota os critérios da nacionalidade (brasileiro) ou domicílio , mas não o critério de residência como elemento determinante isolado para a extraterritorialidade.	Critério legal (residência) incorreto.

Conclusão: Maria está a salvo da persecução penal brasileira por falta de uma condição de punibilidade, a dupla incriminação.

Questão Comentada

Crimes contra a Honra

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Ana Paula é repórter esportiva de uma emissora de televisão. Ao participar de uma reportagem ao vivo na mídia televisiva, um torcedor presente ao estádio, com intenção de satisfazer sua própria lascívia, a abraça à força, beijando-a no rosto. Ana Paula sente-se afrontada em sua liberdade sexual.

Em razão do fato, ela procura você, como advogado(a), para saber como proceder.

Assinale a afirmativa que apresenta corretamente sua orientação.

- a) O fato constitui importunação sexual e se processa mediante ação penal pública incondicionada.
- b) O ato deve ser identificado como delito de injúria real e se processa mediante ação penal privada.
- c) O episódio equivale a estupro e se processa mediante ação penal pública condicionada à representação da ofendida.
- d) O caso tipifica posse sexual mediante fraude ou outro meio que dificulte ou impossibilite a livre manifestação de vontade da vítima e se processa mediante queixa.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão versa sobre os **Crimes contra a Liberdade Sexual**, especificamente o delito de **Importunação Sexual**, introduzido pela Lei nº 13.718/2018. O foco é a correta tipificação da conduta e a natureza da ação penal.

Fundamentação Legal

1. Tipificação (Art. 215-A do Código Penal):

O crime de Importunação Sexual (Art. 215-A, CP) é caracterizado pela prática de **ato libidinoso na presença de alguém, sem o seu consentimento, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.**

Ato Libidinoso: A conduta de abraçar à força e beijar no rosto, com a intenção de satisfazer a lascívia, enquadra-se como ato libidinoso realizado sem o consentimento da vítima.

Diferença para o Estupro (Art. 213, CP): O estupro exige a conjunção carnal ou a prática de "outro ato libidinoso" **mediante violência ou grave ameaça**. No caso, o abraço e o beijo à força sem grave ameaça ou violência que vise a conjunção carnal ou ato invasivo mais sério é tipicamente importunação sexual, e não estupro.

Diferença para a Injúria Real (Art. 140, § 2º, CP): A injúria real exige o uso de violência ou vias de fato que, por sua natureza ou meio empregado, consista em humilhação ou desprezo. O foco aqui é a liberdade sexual e a lascívia, e não apenas a honra subjetiva.

2. Ação Penal (Art. 215-A, parágrafo único, c/c Art. 225, CP):

A Lei nº 13.718/2018 alterou o regime da ação penal para a maioria dos crimes sexuais.

O crime de Importunação Sexual (Art. 215-A) é de **ação penal pública incondicionada** (Art. 215-A, parágrafo único). O inquérito policial e o processo podem ser iniciados e prosseguidos pelo Ministério Público independentemente da vontade da vítima.

Aplicação ao Caso Concreto

A conduta do torcedor (abraçar e beijar à força, com lascívia) se encaixa perfeitamente no tipo penal da Importunação Sexual. A advogada deve orientar Ana Paula de que o procedimento é iniciado pela Autoridade Policial (Polícia Civil) e conduzido pelo Ministério Público.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O fato constitui importunação sexual e se processa mediante ação penal pública incondicionada.	CORRETA. Correta tipificação (Art. 215-A, CP) e correta natureza da ação penal (Art. 215-A, parágrafo único, CP).	Fundamentação no Art. 215-A e seu parágrafo único, CP.
b) O ato deve ser identificado como delito de injúria real e se processa mediante ação penal	ERRADA. O crime é contra a liberdade sexual. Além disso, a injúria real, quando envolve violência, pode ser de ação pública	Erro na tipificação e na natureza da ação penal.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
privada.	condicionada (Art. 145, <i>parágrafo único</i> , CP).	
c) O episódio equivale a estupro e se processa mediante ação penal pública condicionada à representação da ofendida.	ERRADA. A conduta não configura o crime de estupro (Art. 213, CP). Além disso, o estupro, atualmente, é de ação penal pública incondicionada (Art. 225, <i>caput</i> , CP, alterado pela Lei nº 13.718/2018).	Erro na tipificação e na natureza da ação penal.
d) O caso tipifica posse sexual mediante fraude... e se processa mediante queixa.	ERRADA. O crime de posse sexual mediante fraude (Art. 215, CP) exige a utilização de fraude, e não a violência física da abordagem. Queixa é sinônimo de ação penal privada.	Erro na tipificação e na natureza da ação penal.

Conclusão: A orientação correta é de que houve Importunação Sexual, e o caso deve ser noticiado à polícia, que agirá de ofício

Questão Comentada

Erro de proibição

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Caio, muito atuante nas redes sociais, compartilhou vídeos e fotos pornográficos em um grupo de amigos. O material compartilhado continha imagens que teriam sido extraídas, ilegalmente, de computadores pessoais por terceiros, já tendo sido inclusive objeto de registros policiais por parte das vítimas. Uma das pessoas para as quais as imagens foram compartilhadas procura a polícia e relata a atitude de Caio. O Delegado indiciou Caio pela prática do crime descrito no Art. 218-C do CP, o qual prevê a figura penal do compartilhamento não autorizado de cena de

sexo ou pornografia. Caio, surpreendido com a acusação, afirmou não ter conhecimento de que o fato por ele praticado seria criminoso.

A tese defensiva correta, a partir da afirmação de Caio, é a ocorrência do erro

- a) sobre a pessoa.
- b) de tipo permissivo.
- c) de proibição direto.
- d) de proibição indireto.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão versa sobre o **Erro de Proibição**, previsto no **Artigo 21 do Código Penal (CP)**. Caio praticou um fato típico (compartilhou material pornográfico sem consentimento, Art. 218-C, CP) e ilícito, mas alega desconhecimento sobre a **ilicitude** de sua conduta.

Fundamentação Legal

1. Erro de Proibição (*Ignorância da Ilicitude*) (Art. 21, CP):

O erro de proibição ocorre quando o agente supõe, por erro, que seu comportamento é **permitido pelo ordenamento jurídico**. Ele tem conhecimento da realidade fática (*sabe que está compartilhando as fotos*) mas desconhece que a lei o proíbe.

Art. 21, caput, do CP: "O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço."

2. Classificação do Erro de Proibição:

Erro de Proibição Direto: Ocorre quando o agente desconhece a **existência da norma penal incriminadora** ou a interpreta mal. Caio sabia que estava compartilhando, mas achava que o ato não era crime.

Erro de Proibição Indireto (*Erro de Tipo Permissivo*): Ocorre quando o agente conhece a norma incriminadora, mas supõe, por erro, que existe uma

causa de justificação (excludente de ilicitude) que permite sua conduta (Ex: Acha que pode agir em legítima defesa, mas o pressuposto fático ou legal está errado).

Aplicação ao Caso Concreto

Caio afirma "**não ter conhecimento de que o fato por ele praticado seria criminoso**".

- Ele não alega uma causa de justificação (não é legítima defesa, estado de necessidade, etc.).
- Ele alega a **ignorância direta da norma penal** que proíbe o compartilhamento não autorizado (Art. 218-C, CP).
- Logo, trata-se de **Erro de Proibição Direto**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) sobre a pessoa.	ERRADA. O erro sobre a pessoa é o erro que incide sobre a identidade da vítima (Art. 20, § 3º, CP) e não tem relação com o desconhecimento da lei.	Tipologia de erro incorreta.
b) de tipo permissivo.	ERRADA. Erro de tipo permissivo é sinônimo de Erro de Proibição Indireto. Ocorre quando o agente supõe a existência de uma causa de justificação .	Não houve suposição de justificativa.
c) de proibição direto.	CORRETA. O agente desconhece ou interpreta mal o caráter proibido da norma incriminadora (Art. 21, CP). Caio não sabia que compartilhar as imagens era crime.	Fundamentação no Art. 21 do CP .
d) de proibição indireto.	ERRADA. O Erro de Proibição Indireto ocorre quando o agente supõe a existência ou o alcance de uma causa de justificação (excludente de ilicitude).	Não houve suposição de justificativa.

Conclusão: A tese defensiva deve se basear no Erro de Proibição Direto, buscando, a depender da evitabilidade do erro, a isenção de pena ou a diminuição.

Questão Comentada

Excludente de ilicitude/culpabilidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Alfredo, motorista da sociedade empresária Guardiã Ltda., pessoa jurídica de direito privado que presta serviços de segurança, é subordinado ao gerente Marcos. No dia 10/3/2023, Marcos ordenou que Alfredo fizesse a escolta de um cliente. No trajeto de volta, Alfredo foi parado em uma blitz, ocasião em que foi constatado que o veículo funcional que conduzia era proveniente de roubo. Apesar de não ter ciência do crime antecedente, até mesmo por não ser o responsável pelas compras da empregadora, Alfredo foi preso em flagrante por suposta prática do crime de receptação dolosa. Diante do exposto, assinale a opção que apresenta, corretamente, a tese de mérito que pode ser invocada em defesa de Alfredo.

- a) A de exclusão da ilicitude, por exercício regular do direito.
- b) A de exclusão da ilicitude, por estrito cumprimento do dever legal.
- c) A de exclusão da tipicidade, por ausência de elemento subjetivo do tipo.
- d) A de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa, consistente na obediência hierárquica.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão trata de um caso de **Receptação Dolosa** (Art. 180, *caput*, do Código Penal), que exige o dolo, ou seja, a **ciência** de que o bem é produto de crime. Alfredo foi preso porque estava na posse de um veículo roubado (fato típico objetivo), mas o enunciado afirma que ele **não tinha ciência do crime antecedente**. A tese de defesa deve focar na ausência desse elemento subjetivo do tipo.

Fundamentação Legal (Código Penal)

1. Crime de Receptação Dolosa (Art. 180, caput, CP):

Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.

O núcleo do tipo exige que o agente tenha o **dolo direto** (vontade de praticar a conduta) e o **dolo específico** (saber que a coisa é produto de crime).

2. Ausência de Dolo (Elemento Subjetivo):

O enunciado afirma categoricamente que Alfredo **não tinha ciência do crime antecedente** (não sabia que o carro era roubado).

Se Alfredo não tinha o conhecimento da origem ilícita da coisa, falta o **elemento subjetivo (dolo)** exigido pelo tipo penal da Receptação Dolosa.

A **ausência de dolo** leva à **ausência de tipicidade subjetiva**, e, conseqüentemente, à **exclusão da própria tipicidade penal**.

3. Objeções às demais teses:

Obediência Hierárquica (Art. 22, CP): É uma causa de exclusão da **culpabilidade** (inexigibilidade de conduta diversa), mas só se aplica na relação entre **servidores públicos** (hierarquia funcional de Direito Público) ou em organizações militares, e se a ordem não for manifestamente ilegal. Alfredo trabalha para uma empresa **privada** (Guardião Ltda.), e a relação entre ele e Marcos é de **subordinação trabalhista**, não hierarquia funcional para fins penais.

Excludentes de Ilícitude (Art. 23, CP): Estrito Cumprimento do Dever Legal ou Exercício Regular do Direito não se aplicam ao caso, pois Alfredo estava conduzindo um veículo que ele não sabia ser roubado. Sua conduta, em si, não estava amparada por um dever legal ou exercício regular de direito que o autorizasse a praticar um fato típico.

Conclusão Jurídica

A tese mais forte e juridicamente correta é a **exclusão da tipicidade** por ausência de dolo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Análise Fundamento e
a) Exclusão da ilicitude, por exercício regular do direito.	ERRADA. O exercício regular do direito é uma causa de justificação (Art. 23, III, CP) e não se confunde com o desconhecimento da origem ilícita do bem.	Não se aplica ao caso.
b) Exclusão da ilicitude, por estrito cumprimento do dever legal.	ERRADA. O dever legal é aplicável a agentes públicos (Art. 23, III, CP). Alfredo é empregado de empresa privada.	Não se aplica ao caso.
c) Exclusão da tipicidade, por ausência de elemento subjetivo do tipo.	CORRETA. O dolo (saber que a coisa é produto de crime) é o elemento subjetivo essencial da receptação dolosa. A ausência de ciência de Alfredo exclui o dolo e, portanto, a tipicidade subjetiva.	Fundamentação no Art. 180, caput, CP (Dolo).
d) Exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa, consistente em obediência hierárquica.	ERRADA. A obediência hierárquica (Art. 22, CP) é uma excludente de culpabilidade e exige hierarquia de Direito Público (militar ou funcional), não sendo o caso de subordinação em empresa privada.	Erro no conceito de Obediência Hierárquica.

Conclusão: O advogado deve pedir a absolvição de Alfredo com base na atipicidade da conduta, por ausência do elemento subjetivo dolo, necessário para a configuração do crime de receptação.

Questão Comentada

Excludente de ilicitude

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Filisteu, empresário, contratou Mateus para matar seu concorrente, Lucas, mediante pagamento antecipado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Portando arma de fogo municada, Mateus se pôs em campana, levando consigo seu amigo, Antônio, que nada sabia sobre os fatos. Quando Lucas saiu de casa com seu filho no colo, Mateus não teve coragem de cumprir o acordado e abandonou o local sem que Lucas o avistasse.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) Filisteu não praticou fato penalmente típico.
- b) Filisteu e Mateus praticaram o crime de associação criminosa.
- c) Filisteu deve responder por tentativa de homicídio em coautoria.
- d) Filisteu deve responder por tentativa de homicídio, tendo a pena atenuada em razão do arrependimento posterior de Mateus.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão versa sobre o **Iter Criminis** (caminho do crime) e a desistência voluntária ou arrependimento eficaz, bem como suas consequências para o **partícipe** (Filisteu, o mandante). O ponto crucial é determinar em que fase o crime foi interrompido e quais as implicações para o mandante.

Fundamentação Legal (Código Penal)

1. Iter Criminis e Desistência Voluntária (Art. 15, CP):

O crime de homicídio foi interrompido antes de sua consumação.

Mateus (Executor): Ele iniciou os atos executórios (colocou-se em campana com arma municada), mas **desistiu voluntariamente** de prosseguir (não teve coragem e abandonou o local) antes de esgotar os meios de execução. O agente que **desiste voluntariamente** de prosseguir na execução só responde pelos **atos já praticados** (Art. 15, primeira parte, CP). No caso, Mateus não praticou atos que constituam outro crime (homicídio tentado ou consumado). Mateus pode responder pelo crime de **porte ilegal de arma** (se for o caso), mas **não pelo homicídio tentado**.

2. Participação e Comunicação (Art. 31, CP):

Filisteu é o **mandante/partícipe** (induziu ou instigou Mateus).

O Art. 31 do CP estabelece que o ajuste, a instigação ou o auxílio **não são puníveis, salvo quando o fato se consuma** (ou se há tentativa), ou se o ato, por si só, constituir crime (ex: associação criminosa).

Como Mateus não iniciou a execução, o crime de homicídio **não chegou à fase da tentativa punível**. O Direito Penal brasileiro só pune a partir da tentativa.

O ato de Filisteu de mandar matar e pagar é um **ato preparatório** de sua parte. Como Mateus desistiu antes da tentativa, o fato, para Filisteu, ficou na fase de **preparação impunível**.

3. Consequência da Desistência Voluntária para o Partícipe:

A doutrina e a jurisprudência entendem que se o executor (Mateus) pratica a desistência voluntária ou o arrependimento eficaz (Art. 15, CP), o partícipe (Filisteu) deve ser beneficiado pela regra da **incomunicabilidade da desistência/arrependimento**.

A conduta de Mateus não é mais punível como homicídio (ficando impune o crime para o executor e o mandante).

4. Associação Criminosa (Art. 288, CP):

O crime de associação criminosa exige a união de **três ou mais pessoas** para o fim de cometer crimes. No caso, são apenas Filisteu e Mateus. **Antônio nada sabia**. Portanto, a associação criminosa (bando ou quadrilha no CP anterior) não se configura.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Filisteu não praticou fato penalmente típico.	CORRETA. O homicídio não foi tentado por Mateus (que desistiu voluntariamente, Art. 15 CP). Os atos de Filisteu ficaram na fase de preparação , que, em regra, é impunível no Direito Penal brasileiro.	Fundamentação no Art. 15, CP (Desistência Voluntária) e o princípio da impunibilidade dos atos preparatórios.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
b) Filisteu e Mateus praticaram o crime de associação criminosa.	ERRADA. O crime exige a união de três ou mais pessoas (Art. 288, CP). Eram apenas dois envolvidos com dolo.	Número de agentes insuficiente.
c) Filisteu deve responder por tentativa de homicídio coautoria.	ERRADA. Mateus não responde por tentativa de homicídio (por força da desistência voluntária, Art. 15, CP). Pelo princípio da acessoriedade da participação, Filisteu não pode responder por um crime que não existiu para o executor.	Viola o Art. 15, CP.
d) Filisteu deve responder por tentativa de homicídio, tendo a razão arrependimento posterior de Mateus.	ERRADA. O benefício do Art. 15 (Desistência Voluntária/Arrependimento Eficaz) é extintivo da punibilidade do crime principal, e não mera atenuante. Além disso, o arrependimento posterior (Art. 16, CP) ocorre após a consumação do crime.	Institutos jurídicos inadequados (o correto é Desistência Voluntária/Arrependimento Eficaz).

Conclusão: A conduta de Mateus, por ter sido uma desistência voluntária (Art. 15, CP), impede a punição pelo homicídio tentado. Consequentemente, a conduta de Filisteu (partícipe), que ficou nos atos preparatórios, também é impunível pelo homicídio

Questão Comentada

Crimes em Espécie

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Matheus foi a uma festa de réveillon onde reencontrou sua ex-namorada, Laís, sendo ambos maiores e capazes. Assim que a viu, ele se aproximou dela e, a partir daí, iniciaram uma animada conversa sobre os “velhos tempos”. Em determinado momento, Matheus, sem a anuência de Laís, acariciou suas nádegas e tentou beijá-la, para satisfazer sua própria lascívia.

Acerca da tipificação da conduta de Matheus, assinale a afirmativa correta.

- a) É fato atípico.
- b) É crime de estupro.
- c) É crime de assédio sexual.
- d) É crime de importunação sexual.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige a correta tipificação de uma conduta que envolve a prática de atos libidinosos em público sem o consentimento da vítima e com a finalidade de satisfazer a lascívia do agente. O delito de **Importunação Sexual** (introduzido pela Lei nº 13.718/2018) foi criado para punir atos libidinosos que não se enquadram na violência ou grave ameaça necessárias ao crime de estupro.

Fundamentação Legal (Código Penal)

1. Crime de Importunação Sexual (Art. 215-A do Código Penal):

Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

Elementos do Tipo:

- **Praticar ato libidinoso:** A carícia nas nádegas e a tentativa de beijo, com a intenção de satisfazer a lascívia, são classificados como atos libidinosos.
- **Sem a anuência:** A conduta foi praticada sem o consentimento de Laís.

- **Finalidade:** Satisfazer a própria lascívia.

2. Diferença para o Estupro (Art. 213, CP):

O crime de estupro (Art. 213, CP) exige a prática de conjunção carnal ou **outro ato libidinoso** mediante **violência ou grave ameaça** (ou por meio de que a vítima não possa oferecer resistência). A conduta de Matheus (carícia nas nádegas e tentativa de beijo) não se equipara, em regra, à violência ou grave ameaça necessária para configurar o estupro, sendo típica da importunação sexual, que pune o ato libidinoso realizado de forma ofensiva à liberdade sexual, mas sem a grave ameaça ou violência que vise o ato sexual invasivo ou conjunção carnal.

3. Diferença para o Assédio Sexual (Art. 216-A, CP):

O assédio sexual exige que o agente tenha uma **posição de superioridade hierárquica** (empregador, chefe, etc.) sobre a vítima, e a finalidade é obter vantagem ou favor sexual. A relação entre Matheus e Laís é de ex-namorados, e o fato ocorreu em um contexto social, sem relação de emprego.

Aplicação ao Caso Concreto

A conduta de Matheus preenche todos os requisitos do Art. 215-A do Código Penal: prática de ato libidinoso (carícia nas nádegas) em público, sem o consentimento da vítima, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) É fato atípico.	ERRADA. A conduta é expressamente tipificada pelo Código Penal.	
b) É crime de estupro.	ERRADA. Não houve a violência ou grave ameaça ou o ato libidinoso invasivo grave que caracterizam o estupro.	A conduta se encaixa no tipo de Importunação Sexual (Art. 215-A, CP).
c) É crime de assédio sexual.	ERRADA. O assédio sexual (Art. 216-A, CP) exige relação de superioridade hierárquica ou ascendência, o que não existe entre ex-namorados.	Falta o elemento normativo "superioridade hierárquica".

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
d) É crime de importunação sexual.	CORRETA. Acariciar as nádegas e tentar beijar à força, com lascívia, sem consentimento, caracteriza o ato libidinoso na presença de alguém, sem a violência ou grave ameaça do estupro.	Fundamentação no Art. 215-A do CP.

Conclusão: O advogado deve orientar Ana Paula que a conduta configura o crime de Importunação Sexual.

Questão Comentada

Crimes em Espécie

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Saulo, em razão de seu posicionamento político, foi chamado de “burro” e “idiota” por João, Paulo e Sérgio, seus adversários políticos, que tinham a intenção de ofender sua dignidade e decoro. Inconformado, Saulo decidiu processar seus três ofensores. Após a propositura da queixa, Saulo reconciliou-se com Sérgio, sendo o perdão dado pela vítima aceito pelo ofensor, e comunicou o fato ao Juizado Especial em que tramitava a ação penal. Em relação ao caso narrado, assinale a opção que indica, corretamente, o crime cometido pelos três amigos e as implicações da reconciliação entre Saulo e Sérgio.

- a) Injúria; o perdão concedido a Sérgio é de natureza personalíssima.
- b) Calúnia; o perdão concedido a Sérgio torna perempta a ação em relação a João e a Paulo.
- c) Difamação; o perdão concedido a Sérgio se aplica, obrigatoriamente, a João e a Paulo.
- d) Injúria; o perdão concedido a Sérgio se aplica, obrigatoriamente, a João e a Paulo.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão possui dois pontos principais:

1. **Tipificação do Crime:** Classificar a conduta de chamar alguém de "burro" e "idiota" com intenção de ofender a dignidade e o decoro.
2. **Extensão do Perdão:** Determinar se o perdão concedido a um dos ofensores (Sérgio) se estende aos demais (João e Paulo), dado o **litisconsórcio passivo** e o princípio da indivisibilidade da ação penal privada.

1. Tipificação do Crime (Crimes Contra a Honra)

A conduta de chamar alguém de "burro" e "idiota" com o objetivo de ofender a **dignidade ou o decoro** constitui o crime de **Injúria**.

- **Injúria (Art. 140, CP):** Ofensa à **honra subjetiva** (dignidade ou decoro). Atribuição de qualidade negativa.
- **Difamação (Art. 139, CP):** Ofensa à **honra objetiva** (reputação) por atribuição de um **fato determinado** desonroso (Ex: "Saulo atrasou a obra").
- **Calúnia (Art. 138, CP):** Ofensa à honra objetiva por atribuição de um **fato determinado definido como crime** (Ex: "Saulo cometeu o crime de furto").

No caso, a ofensa é vaga e atinge a qualidade pessoal de Saulo, enquadrando-se perfeitamente no crime de **Injúria**.

2. Implicação da Reconciliação (Perdão e Indivisibilidade)

O caso trata de uma **Ação Penal Privada** (crimes contra a honra, em regra). O regime da Ação Penal Privada é regido pelo **Princípio da Indivisibilidade**, previsto no **Artigo 48 do Código de Processo Penal (CPP)**.

O perdão do ofendido é uma causa de extinção da punibilidade (Art. 107, V, do CP), e sua aplicação está disposta no **Artigo 106 do Código Penal**:

- **Art. 106, II, CP:** Nos crimes em que somente se procede mediante queixa (Ação Penal Privada), o perdão concedido a um dos agentes **aproveita a todos**, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

Conclusão:

- Saulo perdoou Sérgio, e Sérgio aceitou.

- O perdão, sendo concedido em uma ação penal privada (injúria), **aplica-se obrigatoriamente** aos demais agentes (João e Paulo), ainda que eles não tenham sido perdoados expressamente por Saulo.
- **Atenção:** Embora a regra seja a extensão do perdão a todos, a extinção da punibilidade só ocorre se os demais aceitarem (Art. 106, II, CP: "...sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar"). Contudo, a alternativa D afirma que o perdão "se aplica, obrigatoriamente", o que significa que o querelante **não pode processar apenas alguns**, devendo o ato beneficiar a todos. O ato de perdoar um implica o perdão dos outros, sob pena de violar a indivisibilidade da ação penal privada.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Crime (Tipificação)	Implicação do Perdão (Extensão)	Por que está certa ou errada?
a) Injúria; o perdão concedido a Sérgio é de natureza personalíssima.	Correta	Errada. A regra é a indivisibilidade (<i>aproveita a todos</i>), e não a natureza personalíssima que permitiria perdoar apenas um.	Viola o Art. 106, II, CP.
b) Calúnia; o perdão concedido a Sérgio torna preempta a ação...	Errada. (Crime é Injúria).	Errada. A preempção (Art. 60, CPP) é a perda do direito de prosseguir na ação penal por abandono ou negligência do querelante.	Erro na tipificação e no instituto.
c) Difamação; o perdão concedido a Sérgio se aplica, obrigatoriamente, a João e a Paulo.	Errada. (Crime é Injúria).	Correta. (Regra de extensão do perdão).	Erro na tipificação.
d) Injúria; o perdão concedido a Sérgio se aplica, obrigatoriamente, a João e a Paulo.	Correta.	Correto. A regra da indivisibilidade (Art. 48, CPP) aplicada ao perdão (Art. 106, II, CP) faz com que o benefício se	Fundamentação no Art. 140, CP e Art. 106, II, CP.

Alternativa	Crime (Tipificação)	Implicação do Perdão (Extensão)	Por que está certa ou errada?
		estenda a todos os agentes.	

Conclusão: A conduta é Injúria, e a extensão do perdão concedido a um dos agentes a todos os demais é uma consequência da indivisibilidade da Ação Penal Privada.

Questão Comentada

Erro de tipo

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. Thiago, 21 anos de idade, e Vinicius, 17 anos, se conheceram no interior de uma boate. Alterados em razão da ingestão de cerveja, decidiram praticar um crime de furto em um posto de gasolina, mas foram abordados por policiais logo após a prática delitiva. Apenas naquele momento, Thiago veio a tomar conhecimento da idade de Vinicius, e que ele já tinha sido apreendido uma vez pela suposta prática de ato infracional análogo ao crime de dano. Ministério Público ofereceu denúncia em face de Thiago como incurso nas penas do Art. 155, § 4º, inciso IV, do CP (furto qualificado pelo concurso de agentes) e do Art. 244-B do ECA (corrupção de menores).

Assinale a opção que indica a alegação que você, como advogado(a) de defesa de Thiago, deve apresentar para questionar a capitulação delitiva.

- a) A conduta não configura crime de corrupção de menores, em razão do erro de tipo permissivo, podendo Thiago apenas ser condenado pelo crime de furto simples.
- b) A conduta não configura crime de corrupção de menores, em razão do erro de tipo essencial, podendo Thiago apenas ser condenado pelo crime de furto qualificado.
- c) O furto supostamente praticado seria simples e não qualificado, diante da inimputabilidade de Vinicius, apesar de possível a condenação pelo crime de corrupção de menores.

d) O furto supostamente praticado seria simples, diante da inimizabilidade de Vinicius, bem como não seria possível a condenação pelo crime de corrupção de menores, diante da natureza material do delito e da apreensão anterior de Vinicius.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige a análise de dois crimes imputados a Thiago (Furto Qualificado pelo Concurso de Agentes e Corrupção de Menores) e a aplicação do instituto do **Erro de Tipo** ao crime de Corrupção de Menores.

1. Corrupção de Menores (Art. 244-B, ECA)

O crime de Corrupção de Menores exige, como elemento objetivo do tipo, que a vítima seja **menor de 18 anos**. No entanto, é necessário que o agente (Thiago) tenha **conhecimento** dessa elementar para que o dolo seja configurado.

- **Dolo e Elementar Típica:** O enunciado afirma que Thiago **só tomou conhecimento da idade de Vinicius no momento da abordagem policial**, ou seja, após a prática delitiva.
- **Erro de Tipo Essencial (Art. 20, caput, CP):** O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal exclui o dolo. O agente supôs que Vinicius era maior de 18 anos. Esse erro sobre a idade (elemento normativo "menor de 18 anos") é um **erro de tipo essencial**.

Consequência: Se o erro é inevitável (escusável), exclui o dolo e isenta de pena. Se evitável (inescusável), permite a punição por culpa (o que não se aplica, pois o crime do Art. 244-B não tem modalidade culposa).

Tese de Defesa: Diante da ausência de dolo quanto à idade, a conduta de Thiago é **atípica** em relação ao crime de Corrupção de Menores.

2. Furto Qualificado pelo Concurso de Agentes (Art. 155, § 4º, IV, CP)

O crime de furto qualificado pelo concurso de agentes exige a participação de **duas ou mais pessoas**. Para a qualificação do furto, o Código Penal não exige que o coautor seja imputável.

- **Litisconsórcio com inimputável:** O inimputável (Vinicius, menor de 18 anos) participa da conduta. A doutrina e a jurisprudência (STJ/STF) entendem que a **qualificadora do concurso de agentes** se configura mesmo que um dos participantes seja inimputável.
- **Conclusão:** Thiago deve ser condenado pelo **Furto Qualificado** (Art. 155, § 4º, IV, CP), e não pelo Furto Simples.

Síntese da Tese Defensiva

A defesa de Thiago deve alegar:

1. **Corrupção de Menores:** Exclusão da tipicidade por **erro de tipo essencial** (desconhecimento da idade).
2. **Furto:** Condenação pelo **Furto Qualificado** (concurso de agentes).

A única alternativa que concilia a **exclusão do crime de Corrupção de Menores** e a **manutenção da punição pelo Furto Qualificado** é a **B**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Principal (Corrupção)	Tese Secundária (Furto)	Por que está certa ou errada?
a) Erro de tipo permissivo; Furto simples .	ERRADA. Erro de Tipo Permissivo é Erro de Proibição Indireto.	ERRADA. O furto é qualificado (concurso de agentes).	Erro duplo.
b) Erro de tipo essencial; Furto qualificado.	CORRETA. O desconhecimento da idade é Erro de Tipo Essencial.	CORRETA. A qualificadora se mantém mesmo com o concurso de inimputável.	Tese Jurídica Correta.
c) Furto simples... apesar de possível a condenação pelo crime de corrupção de menores.	ERRADA. A Corrupção de Menores é atípica (ausência de dolo).	ERRADA. O furto é qualificado.	Erro duplo.

Alternativa	Tese Principal (Corrupção)	Tese Secundária (Furto)	Por que está certa ou errada?
d) Furto simples ... bem como não seria possível a condenação pelo crime de corrupção de menores, diante da natureza material do delito e da apreensão anterior de Vinicius.	ERRADA. O Furto é qualificado. A Corrupção de Menores é formal (Súmula 500 do STJ, independe de prévia corrupção) e a tese defensiva correta é o erro de tipo, e não a natureza material ou a apreensão anterior.	Argumentação incorreta e conclusão errada sobre o furto.	
Conclusão: O advogado deve requerer a absolvição em relação ao crime do ECA (erro de tipo) e a condenação pelo Furto Qualificado			

Questão Comentada

Arrependimento Posterior

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 43º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. Marisa administrava os proventos de pensão recebidos por sua mãe, Sônia, que faleceu em dezembro de 2022. Com a intenção de continuar recebendo os proventos, Marisa deixou de comunicar à autarquia previdenciária o falecimento de Sônia e, assim, conseguiu efetuar os saques dos valores depositados nos meses de janeiro a março de 2023. Em abril, a autarquia recebeu notícia do falecimento e cessou os pagamentos. Ato contínuo, apurou o valor dos saques indevidos realizados por Marisa após o falecimento da segurada, acrescidos de multa e juros e a inscreveu em dívida ativa. Marisa, notificada, efetuou o pagamento integral do débito, de forma parcelada, entre os meses de outubro de 2023 e janeiro de 2024. A denúncia foi ajuizada em janeiro de 2024, e recebida em fevereiro de 2024.

De acordo com a teoria do crime, assinale a opção que apresenta o que a defesa de Marisa deve, corretamente, alegar.

a) Desistência voluntária.

- b) Arrependimento eficaz.
- c) Arrependimento posterior.
- d) Exercício regular de um direito.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

O caso narra a prática do crime de **Estelionato Previdenciário** (Art. 171, § 3º, CP) ou, de forma mais genérica, de Estelionato (Art. 171, *caput*, CP) contra a autarquia. O crime foi **consumado** (Marisa efetuou os saques indevidos). Posteriormente à consumação, Marisa **reparou integralmente o dano** causado, mediante pagamento dos valores, acrescidos de multa e juros, antes do recebimento da denúncia. Essa reparação de dano, quando preenche requisitos específicos, configura o instituto do **Arrependimento Posterior**.

Fundamentação Legal (Código Penal)

O tema é regido pelo **Artigo 16 do Código Penal**:

1. Arrependimento Posterior (Art. 16, CP):

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, **integralmente**, por ato voluntário do agente, **até o recebimento da denúncia ou da queixa**, a pena será reduzida de um a dois terços.

2. Requisitos de Aplicação do Arrependimento Posterior:

Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa: O estelionato (fraude contra o INSS) preenche esse requisito.

Reparação integral do dano/restituição da coisa: Marisa efetuou o **pagamento integral do débito** (inclusive com juros e multa).

Ato voluntário do agente: Embora notificada pela Dívida Ativa, o pagamento parcelado feito por Marisa é considerado **voluntário** para fins do Direito Penal (a voluntariedade reside na decisão de pagar e não na espontaneidade da iniciativa).

Tempo limite: A reparação deve ocorrer **até o recebimento da denúncia**. A denúncia foi recebida em fevereiro de 2024, e Marisa finalizou o pagamento em janeiro de 2024. **O requisito temporal foi cumprido.**

3. Objeções às demais teses:

Desistência Voluntária/Arrependimento Eficaz (Art. 15, CP): Aplicam-se na fase de execução, quando o agente **impede a consumação** do crime. No caso, o crime de Estelionato foi **consumado** com os saques.

Exercício Regular de um Direito: Não se aplica, pois a conduta de Marisa é ilícita e criminosa.

Consequência Jurídica

O Arrependimento Posterior é uma **causa obrigatória de diminuição de pena** (redução de 1/3 a 2/3), a ser alegada pela defesa de Marisa.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Instituto Jurídico	Aplicação ao Caso
a) Desistência voluntária.	ERRADA. Aplica-se na tentativa , quando o agente impede a consumação. O crime foi consumado.	Contraria o Art. 15, CP.
b) Arrependimento eficaz.	ERRADA. Aplica-se na tentativa , quando o agente, após ter esgotado os meios executórios, impede a consumação. O crime foi consumado.	Contraria o Art. 15, CP.
c) Arrependimento posterior.	CORRETA. O crime foi consumado, mas a reparação integral do dano ocorreu antes do recebimento da denúncia e se deu em crime cometido sem violência ou grave ameaça.	Fundamentação no Art. 16 do CP.
d) Exercício regular de um direito.	ERRADA. É causa de exclusão da ilicitude (Art. 23, III, CP) e não se aplica a crimes patrimoniais cometidos com fraude.	Não se aplica ao caso.

Conclusão: A defesa de Marisa deve alegar o Arrependimento Posterior, uma vez

que todos os requisitos do Art. 16 do CP foram preenchidos, o que garante uma redução de pena de 1/3 a 2/3.

Questão Comentada

Teoria da Norma/Extraterritorialidade

Ano: 2025 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 44º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 10. Pierre, estrangeiro, nacional e residente no país Alfa, veio ao Brasil, onde praticou o crime de homicídio contra Bruna, cidadã brasileira. Em seguida, Pierre deixou o território nacional e retornou ao seu país de residência.

Você, como advogado(a) de Pierre, deve analisar a aplicação da lei penal brasileira ao caso. Assinale a opção que apresenta seu parecer.

- a) Somente a lei do país Alfa é aplicável, pois Pierre saiu do território nacional.
- b) A lei brasileira só é aplicável se o fato também for considerado crime no país Alfa.
- c) A lei brasileira é aplicável, de forma condicionada, diante do fato de a vítima ser brasileira.
- d) A lei brasileira é aplicável, independentemente de o fato ser crime no país de domicílio ou da nacionalidade de Pierre.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

O caso envolve a aplicação da **Lei Penal Brasileira no Espaço**. O crime de homicídio (Art. 121, CP) foi praticado por um estrangeiro (*Pierre*) **dentro do território nacional** brasileiro. A tese a ser aplicada é o princípio da **Territorialidade** da lei penal.

Fundamentação Legal (Código Penal Brasileiro)

1. Princípio da Territorialidade (Art. 5º, caput, CP):

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convênios, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido **no território nacional**.

Território Nacional por Extensão: O Art. 5º, § 1º, define o território nacional, incluindo embarcações e aeronaves públicas, ou privadas que estejam em águas/espço aéreo brasileiro.

2. Aplicação do Princípio ao Caso:

Pierre, embora estrangeiro, cometeu o homicídio (crime) **no Brasil**.

Pelo princípio da territorialidade, a lei brasileira é aplicável a qualquer crime cometido dentro do território brasileiro, **independentemente da nacionalidade do agente (Pierre) ou da vítima (Bruna)**.

O fato de Pierre ter saído do país (*ubiquidade da persecução penal*) não afasta a jurisdição brasileira (a competência para julgar é da Justiça Federal ou Estadual, a depender do caso, e o Brasil pode solicitar a extradição).

3. Diferença para Extraterritorialidade:

extraterritorialidade (Art. 7º, CP) se aplica a crimes cometidos **fora** do território nacional. As condições (como a dupla incriminação) são exigidas apenas nos casos de **extraterritorialidade condicionada** (Art. 7º, II, CP), não se aplicando ao caso em tela, regido pelo princípio da territorialidade (Art. 5º, CP).

O crime de homicídio contra brasileira no estrangeiro é um caso de extraterritorialidade incondicionada (Art. 7º, I, *b*, CP), mas o caso em análise ocorreu DENTRO do Brasil.

Conclusão Jurídica

A aplicação da lei brasileira é certa e **incondicionada** por força do princípio da territorialidade.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Análise
a) Somente a lei do país Alfa é aplicável, pois Pierre saiu do território nacional.	ERRADA. A lei aplicável é definida pelo local do crime (territorialidade), não pela saída do agente. A lei brasileira é aplicável.	Viola o Art. 5º, caput, CP (Territorialidade).
b) A lei brasileira só é	ERRADA. A dupla incriminação é	Aplica regra de

Alternativa	Tese Invocada	Análise
aplicável se o fato também for considerado crime no país Alfa.	requisito da extraterritorialidade condicionada (Art. 7º, § 2º, b, CP). Não se aplica ao princípio da territorialidade.	extraterritorialidade ao caso de territorialidade.
c) A lei brasileira é aplicável, de forma condicionada, diante do fato de a vítima ser brasileira.	ERRADA. O crime ocorreu no Brasil. A lei brasileira se aplica de forma incondicionada (Art. 5º, CP). A nacionalidade da vítima não condiciona a aplicação da lei dentro do território.	Erro na aplicação da regra (deve ser incondicionada).
d) A lei brasileira é aplicável, independentemente de o fato ser crime no país de domicílio ou da nacionalidade de Pierre.	CORRETA. Pelo princípio da territorialidade (Art. 5º, CP), a lei brasileira aplica-se ao crime cometido em seu território, sem as exigências condicionantes da extraterritorialidade.	Fundamentação no Art. 5º, caput, do CP.

Conclusão: O advogado deve reconhecer que, de acordo com o princípio da territorialidade, a lei brasileira é aplicável, e a punição de Pierre dependerá da possibilidade de o Brasil obter sua extradição ou de o país Alfa cumprir a lei brasileira

Direito Processual Penal

Para a primeira fase da prova da OAB, o Direito Processual Penal exige o estudo de temas-chave como **Inquérito Policial, Ação Penal (pública e privada), Competência, Provas, Prisões e Medidas Cautelares, Recursos e Princípios do Processo Penal.**

É fundamental dominar o básico de cada um, com atenção especial para o **sistema acusatório e as garantias constitucionais**.

Temas essenciais de Direito Processual Penal

Inquérito Policial: Fase de investigação preliminar conduzida pela polícia e como ela se relaciona com o Ministério Público.

Ação Penal: Entenda a diferença entre ação penal pública (incondicionada e condicionada à representação) e ação penal privada, focando em quais crimes exigem manifestação da vítima para o MP agir, como é o caso do estelionato após o Pacote Anticrime.

Competência: Analise as regras de competência territorial e *ratione materiae* para definir qual juiz é o responsável por julgar um caso.

Provas: Estude os meios de prova permitidos e como eles devem ser produzidos, respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Prisões e Medidas Cautelares: Diferencie os tipos de prisão (em flagrante, preventiva, temporária) e as medidas cautelares diversas da prisão.

Recursos Criminais: Compreenda os prazos e requisitos para interposição dos recursos mais comuns, como apelação, recurso em sentido estrito e agravo em execução.

Princípios do Processo: Tenha clareza sobre os princípios fundamentais do processo penal, como legalidade, presunção de inocência, contraditório e ampla defesa.

Os temas mais cobrados:

1. Competência – Determinação do juízo competente para julgar cada caso, territorial e funcional
2. Recursos Criminais – Meios de impugnação específicos do processo penal, efeitos e particularidades
3. Prisões, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória – Modalidades de restrição de liberdade e requisitos
4. Provas

5. Ação penal

Quantas vezes foi cobrado

1ª	Recursos	15x
2ª	Provas	9x
3ª	Ação Penal	8x
4ª	Prisão e Liberdade Provisória	6x
5ª	Jurisdição e Competência	5x

Artigos essenciais para focar:

Código de Processo Penal: artigos 25, 31, 36, 38, 48 ao 51, 70, 302, 311, 312 a 318, 581

Questão Comentada

Redução de Pena

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Joelerson, foragido, com longa lista de antecedentes criminais, foi condenado ao cumprimento de uma pena privativa de liberdade de 24 anos de reclusão, mínima prevista para o delito que cometeu (extorsão mediante sequestro seguida de morte – Art. 159, §3º, do Código Penal). No dia seguinte ao trânsito em julgado da condenação, entrou em vigor a Lei A, que reduziu a pena mínima para o delito referido, fixando-a em 20 (vinte) anos de reclusão. Após intensa reação midiática, a Lei B revogou a Lei A, restabelecendo o patamar sancionatório mínimo anteriormente previsto. No dia seguinte à entrada em vigor da Lei B, Joelerson foi capturado e iniciou o cumprimento da pena. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) Joelerson somente faria jus à redução da pena se a execução da condenação fosse iniciada antes da entrada em vigor da Lei A.
- b) Joelerson somente faria jus à redução da pena se a execução da condenação fosse iniciada antes da entrada em vigor da Lei B.

c) Joelerson faz jus à redução da pena, independentemente do trânsito em julgado da sentença condenatória e da entrada em vigor da Lei B.

d) Joelerson não faz jus à redução da pena, pois ambas as leis citadas entraram em vigor após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a aplicação da lei penal no tempo, especificamente o princípio da **irretroatividade da lei penal mais severa** e a **retroatividade da lei penal mais benéfica** (*Novatio Legis in Mellius*).

Fundamentação Legal (Constituição Federal e Código Penal)

1. Princípio da Retroatividade Benéfica (CF, Art. 5º, XL, e CP, Art. 2º, Parágrafo Único):

A Constituição Federal e o Código Penal são claros: a lei penal que de qualquer modo **favorecer o agente** aplica-se aos fatos anteriores, **ainda que decididos por sentença transitada em julgado**.

Art. 5º, XL, CF: "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;"

Art. 2º, Parágrafo Único, CP: "A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado."

2. Sequência dos Fatos e Efeito da Lei A:

Condenação (24 anos): O crime foi cometido e a sentença transitou em julgado.

Lei A (Redução da Pena Mínima para 20 anos): Entrou em vigor. Como a Lei A é **mais benéfica** (*Novatio Legis in Mellius*), ela deve retroagir para beneficiar Joelerson (Art. 5º, XL, CF). **O direito à pena mínima de 20 anos se incorpora ao patrimônio jurídico de Joelerson no momento da entrada em vigor da Lei A.**

3. Efeito da Lei B (*Novatio Legis in Pejus*):

Lei B (Revoga a Lei A e Restabelece os 24 anos): A Lei B é uma lei **mais severa** (*Novatio Legis in Pejus*).

Regra: A lei penal mais severa **não retroage**. Como o crime de Joelerson ocorreu antes da entrada em vigor da Lei B, a Lei B **não pode ser aplicada** a ele.

Conclusão Jurídica

A Lei A retroagiu imediatamente para beneficiar Joelerson, alterando o limite mínimo da pena de seu crime. O direito à pena mais baixa (20 anos) não pode ser retirado pela Lei B (mais grave), em respeito ao princípio constitucional da retroatividade benéfica. O fato de a sentença ter transitado em julgado ou de a execução ter iniciado depois não impede a retroatividade da lei mais benéfica.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Joelerson somente faria jus à redução da pena se a execução da condenação fosse iniciada antes da entrada em vigor da Lei A.	ERRADA. A retroatividade benéfica é independente do início da execução ou do trânsito em julgado.	Viola o Art. 2º, Parágrafo Único, CP.
b) Joelerson somente faria jus à redução da pena se a execução da condenação fosse iniciada antes da entrada em vigor da Lei B.	ERRADA. O direito à redução foi adquirido com a entrada em vigor da Lei A, antes da Lei B.	Ignora a irretroatividade da Lei B (<i>Novatio Legis in Pejus</i>).
c) Joelerson faz jus à redução da pena, independentemente do trânsito em julgado da sentença condenatória e da entrada em vigor da Lei B.	CORRETA. A Lei A retroage (benefício), e a Lei B não retroage (prejuízo). O trânsito em julgado não é obstáculo à lei mais benéfica.	Fundamentação no Art. 5º, XL, da CF e Art. 2º, Parágrafo Único, CP.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
d) Joelerson não faz jus à redução da pena, pois ambas as leis citadas entraram em vigor após o trânsito em julgado da sentença condenatória.	ERRADA. O trânsito em julgado não impede a retroatividade da lei benéfica (Lei A).	Viola o Art. 2º, Parágrafo Único, CP.

Conclusão: O advogado deve protocolar um pedido de revisão da pena de Joelerson com base na **Lei A**, alegando a retroatividade benéfica e a irretroatividade da Lei B

Questão Comentada

Recurso

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Antônio e Rogério praticaram, em comunhão de ações e desígnios, um ilícito penal, e ambos foram condenados.

Antônio e o Ministério Público interpuseram tempestivos recursos, ao passo que Rogério perdeu o prazo de recurso, porém constatou que havia prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa, o que foi sustentado por sua defesa em contrarrazões recursais.

Nesse caso, considerando os efeitos dos recursos, assinale a afirmativa correta.

- a) O efeito devolutivo do recurso permite que o Juiz reconsidere a decisão recorrida.
- b) O efeito translativo do recurso permite a Rogério arguir a prescrição em suas contrarrazões.
- c) O efeito substitutivo do recurso permite que o Tribunal conheça toda a matéria impugnada.
- d) O efeito extensivo do recurso permite que Rogério aproveite qualquer decisão favorável a Antônio.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda os efeitos dos recursos no processo penal, com foco na possibilidade de a parte que não recorreu (Rogério) arguir uma matéria de ordem pública (prescrição) em suas contrarrazões.

Fundamentação Legal (Processo Penal)

Os recursos possuem diversos efeitos, mas dois são centrais para a análise de matérias de ordem pública: o **efeito devolutivo** e o **efeito translativo**.

1. **Efeito Devolutivo:** Devolve ao órgão *ad quem* (Tribunal) o conhecimento da matéria impugnada. A extensão desse efeito é delimitada pela petição de recurso (*tantum devolutum quantum appellatum*).
2. **Efeito Translativo:** Permite que o órgão *ad quem* conheça de ofício, em qualquer grau de jurisdição, de matérias de ordem pública que não foram sequer suscitadas pelas partes ou pelo próprio recurso. Essas matérias "transladam" do juízo *a quo* para o *ad quem*.

Matérias de Ordem Pública (Art. 61, caput, do CPP): A extinção da punibilidade, como a **prescrição da pretensão punitiva**, é uma matéria de ordem pública.

Art. 61, caput, do CPP: "O juiz, se verificar, por qualquer modo, a extinção da punibilidade, **deverá declará-la de ofício.**"

O Efeito Translativo do recurso de Antônio (e do MP) permite que o Tribunal, ao receber o recurso, conheça e julgue, de ofício, a prescrição, mesmo que ela não tenha sido o objeto do recurso. Rogério, ao arguir a prescrição em suas contrarrazões, está apenas informando o Tribunal sobre uma matéria que este já tem o dever de conhecer de ofício (Efeito Translativo).

3. **Efeito Extensivo (Art. 580 do CPP):**

Aplicável aos co-réus que não recorreram: a decisão favorável a um dos réus, se não for fundada em motivos de caráter **exclusivamente pessoal**, estende-se aos demais.

A prescrição é uma causa de extinção da punibilidade de caráter **objetivo** (relacionada ao crime e ao prazo), e não pessoal. Portanto, se o Tribunal a reconhecer, ela **se estenderia a Rogério** (pelo efeito extensivo), mas a alternativa mais precisa para justificar a **arguição em contrarrazões** é o efeito translativo, que é o que obriga o Tribunal a conhecê-la.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Efeito Invocado	Análise e Relação com o Caso
a) Efeito devolutivo... reconsidere a decisão.	ERRADA. A possibilidade de reconsideração da decisão (juízo de retratação) não decorre do efeito devolutivo, mas sim da existência de recursos específicos (como o Recurso em Sentido Estrito) ou de um juízo de retratação expressamente previsto em lei.	Confunde efeitos do recurso.
b) O efeito translativo do recurso permite a Rogério arguir a prescrição em suas contrarrazões.	CORRETA. O efeito translativo transfere ao Tribunal o dever de conhecer de ofício as matérias de ordem pública (como a prescrição - Art. 61 CPP). Rogério aproveita a interposição do recurso de Antônio (ou do MP) para suscitar essa matéria, que deve ser examinada de forma incondicionada pelo Tribunal.	Fundamentação no Art. 61 do CPP e na doutrina do Efeito Translativo.
c) O efeito substitutivo do recurso permite que o Tribunal conheça toda a matéria impugnada.	ERRADA. O efeito substitutivo significa que a decisão do Tribunal substitui a decisão recorrida. O conhecimento da matéria impugnada é o efeito devolutivo .	Confunde efeitos do recurso.
d) O efeito extensivo do recurso permite que Rogério aproveite qualquer decisão	ERRADA. O efeito extensivo (Art. 580 CPP) é a regra que permite a Rogério aproveitar a decisão favorável, mas a alternativa B é mais precisa para	O efeito extensivo não justifica a arguição em contrarrazões, mas sim a consequência do

Alternativa	Efeito Invocado	Análise e Relação com o Caso
favorável a Antônio.	explicar a admissibilidade da arguição em contrarrazões , que se dá pela natureza da matéria (prescrição) e pelo efeito translativo.	eventual reconhecimento da prescrição.

Conclusão: A prescrição, sendo matéria de ordem pública, deve ser conhecida de ofício pelo Tribunal em razão do Efeito Translativo do recurso interposto por Antônio e/ou pelo Ministério Público, legitimando a arguição de Rogério em suas contrarrazões.

Questão Comentada

Prisão e Medidas cautelares

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Em um inquérito policial, o Juiz decretou, de ofício, a prisão preventiva de Débora, sem que esta possuísse qualquer antecedente criminal, apontando como fundamento para a prisão a gravidade em abstrato do crime de homicídio culposo.

Certo de que não houve a decretação anterior de medida cautelar diversa da prisão, assinale a opção que apresenta, corretamente, a alegação que você, como advogado(a) de Débora, deve apresentar.

- a) O magistrado não pode decretar prisão preventiva de ofício, bem como não é cabível a decretação de prisão preventiva em delitos culposos.
- b) O magistrado pode, de ofício, decretar prisão preventiva, e a gravidade em abstrato do crime é fundamento legítimo para a decretação de preventiva.
- c) O magistrado pode decretar prisão preventiva de ofício no inquérito e no processo, mas a gravidade em abstrato de um crime não é motivo legítimo para a decretação de preventiva.
- d) O magistrado não pode decretar prisão preventiva de ofício, mas a gravidade em abstrato de um crime é um motivo legítimo para a decretação da prisão preventiva mesmo quando o suspeito for primário.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

O caso narrado apresenta três ilegalidades flagrantes na decretação da prisão preventiva, as quais a defesa deve alegar:

1. **Decreto de Ofício** (Ilegalidade formal).
2. **Incabimento Legal** (Ilegalidade material em relação ao crime).
3. **Gravidade em Abstrato** (Ilegalidade em relação à fundamentação).

A alternativa **A** abrange as duas ilegalidades mais robustas para a defesa.

Fundamentação Legal (Código de Processo Penal)

1. Ilegalidade do Decreto de Ofício (Art. 311 do CPP):

Após a entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), o Juiz **não pode mais decretar a prisão preventiva de ofício** em qualquer fase da persecução penal (inquérito ou ação penal). O decreto exige um requerimento do Ministério Público, do querelante, ou a representação da Autoridade Policial (Art. 282, § 2º, e Art. 311, CPP).

2. Incabimento da Prisão Preventiva (Art. 313 do CPP):

A prisão preventiva só é cabível, em regra, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade **máxima superior a 4 (quatro) anos** (Art. 313, I, CPP).

Homicídio Culposo (Art. 121, § 3º, CP): A pena é de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos.

Conclusão: A pena máxima do delito de homicídio culposo (3 anos) está abaixo do limite legal (4 anos), tornando a prisão preventiva **incabível** para este caso.

3. Fundamentação Inválida:

A **gravidade em abstrato** do delito não é fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva (Art. 312, CPP). O decreto exige a demonstração do *periculum libertatis* (o perigo concreto da liberdade do

agente para a ordem pública, instrução criminal ou aplicação da lei penal), com base em fatos concretos do caso.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O magistrado não pode decretar prisão preventiva de ofício, bem como não é cabível a decretação de prisão preventiva em delitos culposos.	CORRETA. Apresenta as duas principais ilegalidades formais e materiais: 1. Ilegalidade do decreto de ofício (Art. 311, CPP). 2. Incabimento em razão do limite de pena (Art. 313, I, CPP).	Tese mais completa e precisa.
b) O magistrado pode , de ofício, decretar prisão preventiva, e a gravidade em abstrato... é fundamento legítimo...	ERRADA. Viola o Art. 311 do CPP e a jurisprudência (gravidade em abstrato).	Viola a lei e o entendimento pacífico dos Tribunais Superiores.
c) O magistrado pode decretar prisão preventiva de ofício... mas a gravidade em abstrato... não é motivo legítimo...	ERRADA. Incorreta ao afirmar o poder de ofício do juiz no inquérito e no processo (Art. 311, CPP).	Apresenta uma premissa inicial falsa.
d) O magistrado não pode decretar prisão preventiva de ofício , mas a gravidade em abstrato... é um motivo legítimo...	ERRADA. Incorreta ao afirmar que a gravidade em abstrato é fundamento legítimo.	Ignora a Súmula do STF/STJ sobre a necessidade de perigo concreto.

Conclusão: O advogado deve impetrar *habeas corpus* ou ingressar com pedido de revogação da prisão, alegando a ilegalidade da prisão *de ofício* e o não cabimento da medida para o crime de homicídio culposo

Questão Comentada

Incompetência do Juízo

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Amanda impetra habeas corpus em favor de Telma, que foi presa preventivamente por decisão do Juiz de Primeiro Grau, sendo acusada da prática de crime hediondo. O habeas corpus foi impetrado com o argumento de excesso de prazo. O Tribunal concedeu a ordem de habeas corpus de ofício, fundamentado na incompetência do juiz que decretou a prisão.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) O Tribunal equivocou-se, uma vez que a incompetência do julgador não é fundamento para a concessão de habeas corpus.
- b) O Tribunal agiu de modo correto, uma vez que é possível a concessão de habeas corpus de ofício sempre que houver constrangimento ilegal.
- c) O Tribunal agiu de modo correto, pois a incompetência do Juízo é o único fundamento que admite a concessão da ordem de habeas corpus de ofício.
- d) O Tribunal equivocou-se, pois fica vinculado aos argumentos apontados pelo impetrante do habeas corpus, sendo inadmissível a concessão de habeas corpus de ofício.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão aborda dois princípios fundamentais do **recurso/ação de Habeas Corpus (HC)**:

1. A possibilidade de o Tribunal atuar **de ofício**.
2. A não vinculação do Tribunal aos fundamentos jurídicos do impetrante (*jura novit curia*).

Fundamentação Legal (Processo Penal e Súmula do STJ)

1. **Natureza do Habeas Corpus (HC) e Conhecimento de Ofício:**

O *habeas corpus* é uma ação constitucional destinada a proteger o direito de locomoção. Devido à sua relevância e natureza constitucional, os Tribunais têm um dever legal de zelar pela liberdade, agindo de ofício sempre que detectarem um **constrangimento ilegal**.

Art. 647 do Código de Processo Penal (CPP): "Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir..."

Art. 654, § 2º, do CPP: "Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ileg¹al."

úmula 693 do STF: A concessão de *habeas corpus* de ofício está prevista em lei.

2. Incompetência como Constrangimento Ilegal:

A decisão proferida por juiz absolutamente incompetente é considerada **nula** e gera **constrangimento ilegal** à liberdade do réu. Portanto, a incompetência do juízo é, sim, fundamento para a concessão de HC.

3. Não Vinculação aos Argumentos (Ampla Devolutividade):

O Tribunal não fica restrito aos argumentos apresentados pelo impetrante (o excesso de prazo). O órgão julgador tem o dever de examinar todas as ilegalidades que envolvem a prisão ou ameaça à liberdade. No caso, a incompetência do juízo foi a ilegalidade identificada, e o Tribunal pode conceder a ordem com base nela.

Conclusão

O Tribunal agiu corretamente ao conceder o HC:

- Porque encontrou uma ilegalidade (a incompetência do juiz, que nulifica a prisão).
- Porque o HC, por sua natureza, permite a atuação de ofício quando qualquer ilegalidade que atinja a liberdade for verificada (Art. 654, § 2º, CPP).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O Tribunal equivocou-se, uma vez que a incompetência do julgador não é fundamento para a concessão de <i>habeas corpus</i> .	ERRADA. A incompetência absoluta é causa de nulidade e, portanto, gera constrangimento ilegal passível de HC.	Incompetência é fundamento para HC.
b) O Tribunal agiu de modo correto, uma vez que é possível a concessão de <i>habeas corpus</i> de ofício sempre que houver constrangimento ilegal.	CORRETA. É a previsão exata do Art. 654, § 2º, do CPP e o princípio que rege o HC. O Tribunal não está vinculado aos argumentos da impetrante.	Fundamentação no Art. 654, § 2º, do CPP.
c) O Tribunal agiu de modo correto, pois a incompetência do Juízo é o único fundamento que admite a concessão da ordem de <i>habeas corpus</i> de ofício.	ERRADA. A concessão de ofício é permitida para qualquer constrangimento ilegal, e não apenas para a incompetência.	Generalização incorreta.
d) O Tribunal equivocou-se, pois fica vinculado aos argumentos apontados pelo impetrante... sendo inadmissível a concessão de <i>habeas corpus</i> de ofício.	ERRADA. O Tribunal não é vinculado (princípio da ampla cognição) e a concessão de ofício é expressamente admissível (Art. 654, § 2º, CPP).	Viola o Art. 654, § 2º, do CPP.

Conclusão: O advogado deve reconhecer a correta atuação do Tribunal na defesa da liberdade de Telma.

Questão Comentada

Princípios do Processo

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Daniel foi denunciado pela prática do crime de instigação ao suicídio. Após a fase de instrução, o Juiz pronunciou o réu, afirmando ser Daniel totalmente culpado da prática do crime e que qualquer jurado teria a obrigação moral de reconhecer provada a materialidade e a autoria.

Nessa hipótese, de acordo com nosso ordenamento jurídico, você, como advogado(a) de Daniel, afirma que a decisão de pronúncia é

- a) ilegal, uma vez que houve excesso de linguagem.
- b) legal, porque observa o livre convencimento motivado do julgador.
- c) ilegal, uma vez que a pronúncia deveria ter sido decidida pelo Tribunal do Júri.
- d) legal, porque a restrição legal de excesso de linguagem aplica-se apenas para o crime de homicídio

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda a decisão de **Pronúncia** no rito do Tribunal do Júri e a vedação ao **Excesso de Linguagem** (ou *linguagem imprópria*). O crime de **Instigação ao Suicídio** (Art. 122 do CP) é um crime doloso contra a vida e, por isso, é de competência do **Tribunal do Júri** (Art. 5º, XXXVIII, d, CF).

Fundamentação Legal (Decisão de Pronúncia)

1. Natureza da Decisão de Pronúncia (Art. 413, CPP):

A pronúncia é um mero **juízo de admissibilidade** da acusação, encerrando a primeira fase do Júri (*judicium accusationis*). O Juiz apenas verifica se há **prova da materialidade** e **indícios suficientes de autoria**.

A competência para o julgamento final do mérito (culpabilidade) é do Conselho de Sentença, o **Tribunal do Júri** (*judicium causae*).

2. Excesso de Linguagem e Nulidade:

O Código de Processo Penal e a jurisprudência (Súmula 21 do STJ, por analogia) vedam que o Juiz, ao pronunciar o réu, utilize linguagem que possa **influenciar** o ânimo dos jurados no julgamento do mérito.

Art. 413, § 1º, do CPP: "A fundamentação da pronúncia **limitar-se-á** à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que

julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena."

Conduta do Juiz no Caso: O Juiz afirmou que Daniel é "**totalmente culpado**" e que o jurado tem "**obrigação moral**" de condenar.

Conclusão: Essa linguagem é manifestamente **exagerada** e invade a competência constitucional do Júri para decidir sobre a culpabilidade, configurando o **excesso de linguagem**. A decisão é, portanto, **ilegal** e passível de nulidade, devendo ser desentranhada dos autos.

3. Abrangência da Nulidade:

A proibição do excesso de linguagem se aplica a **todos os crimes dolosos contra a vida** (homicídio, infanticídio, aborto, induzimento/instigação/auxílio ao suicídio), pois todos são de competência do Júri.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) ilegal, uma vez que houve excesso de linguagem.	CORRETA. A afirmação de "totalmente culpado" e a indicação de "obrigação moral" de condenar configura excesso de linguagem, violando o Art. 413, § 1º, do CPP , e o princípio da soberania dos veredictos.	Fundamentação no Art. 413, § 1º, do CPP .
b) legal, porque observa o livre convencimento motivado do julgador.	ERRADA. O livre convencimento do Juiz se restringe ao juízo de admissibilidade (indícios de autoria/materialidade), e não ao juízo de mérito (culpabilidade), que é do Júri.	Confunde a fase processual com a competência.
c) ilegal, uma vez que a pronúncia deveria ter sido decidida pelo Tribunal do Júri.	ERRADA. A pronúncia (juízo de admissibilidade) é, sim, proferida pelo Juiz singular (Juiz Togado). O Tribunal do Júri julga o mérito (Art. 419, CPP).	Inverte a competência entre o juiz e o júri.
d) legal, porque a restrição legal de	ERRADA. A restrição aplica-se a todos os crimes dolosos contra a vida de	Restrição de aplicação incorreta.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
excesso de linguagem aplica-se apenas para o crime de homicídio.	competência do Júri (Art. 5º, XXXVIII, d, CF), incluindo a instigação ao suicídio.	

Conclusão: O advogado deve interpor Recurso em Sentido Estrito (RESE) contra a decisão de pronúncia, alegando sua nulidade por excesso de linguagem

Questão Comentada

Prisão

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Vanessa, primária e sem antecedentes, grávida de seis meses, foi presa em flagrante no aeroporto no momento em que embarcava com destino à Espanha de posse de 10kg de substância entorpecente (cocaína). Vanessa foi autuada pela prática do crime de tráfico internacional de drogas (Art. 33, caput, c/c. Art. 40, inciso I, ambos da Lei n. 11.343/2006). Sobre a possibilidade de prisão domiciliar em favor de Vanessa, assinale a afirmativa correta.

- a) A quantidade de drogas apreendida e a transnacionalidade do delito obstam a concessão de prisão domiciliar.
- b) O pedido de prisão domiciliar é injustificável, tendo em vista que Vanessa ainda está no sexto mês de gestação.
- c) A natureza não violenta do delito imputado e a gestação de Vanessa autorizam a concessão de prisão domiciliar.
- d) Apenas se houver comprovação de gravidez de risco haverá previsão legal que justifique a concessão de prisão domiciliar.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda a aplicação da **Prisão Domiciliar** (Art. 318 do CPP), especificamente o benefício legal concedido a gestantes, introduzido ou reforçado pela Lei nº 13.769/2018 (que incluiu o Art. 318-A) e pelo entendimento do Supremo Tribunal Federal (HC Coletivo 143.641).

Fundamentação Legal (Código de Processo Penal e Jurisprudência)

1. Regra Geral da Prisão Domiciliar para Gestantes (Art. 318, V, do CPP):

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

V – mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Redação dada pela Lei nº 13.769/2018)

VI – gestante (Redação dada pela Lei nº 13.769/2018).

A lei autoriza a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para a gestante (Vanessa), **independentemente da fase da gestação**, do estado de saúde, ou da gravidade do crime (desde que este não seja cometido com violência ou grave ameaça à pessoa).

2. Substituição Obrigatória (Art. 318-A do CPP):

A lei posterior (Lei nº 13.769/2018) estabeleceu a regra de que a prisão preventiva será substituída por domiciliar, exceto em casos específicos:

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe... será substituída por prisão domiciliar, desde que:

I – não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II – não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

3. Análise do Caso:

Vanessa é gestante. O requisito objetivo é atendido.

Crime: Tráfico Internacional de Drogas (Art. 33 c/c Art. 40, I, da Lei 11.343/2006). Este crime, embora equiparado a hediondo, **não é cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.**

Condição: Vanessa é primária e sem antecedentes.

Conclusão: Como o tráfico não envolve violência ou grave ameaça à pessoa, a prisão preventiva de Vanessa **deve ser substituída** por prisão domiciliar, em obediência ao Art. 318-A, I, do CPP.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Análise
a) A quantidade de drogas e a transnacionalidade do delito obstam a concessão...	ERRADA. A lei não faz essa ressalva. A exceção é apenas para crimes com violência/grave ameaça ou contra filhos/dependentes.	O benefício legal prevalece sobre a gravidade em abstrato do tráfico.
b) O pedido de prisão domiciliar é injustificável , tendo em vista que Vanessa ainda está no sexto mês...	ERRADA. O Art. 318, VI, e o Art. 318-A se aplicam a qualquer fase da gestação.	O estágio da gravidez não impede o benefício.
c) A natureza não violenta do delito imputado e a gestação de Vanessa autorizam a concessão de prisão domiciliar.	CORRETA. A gestação é o requisito principal (Art. 318-A), e o crime de tráfico (sem violência ou grave ameaça) não se enquadra nas exceções legais. A substituição é, em regra, obrigatória.	Fundamentação no Art. 318-A, I, do CPP.
d) Apenas se houver comprovação de gravidez de risco haverá previsão legal que justifique a concessão...	ERRADA. A lei (Art. 318, VI, e Art. 318-A, <i>caput</i>) exige apenas a condição de "gestante", sendo a gravidez de risco apenas um critério que reforçaria, mas não o único.	O benefício é genérico para gestantes.

Conclusão: O advogado deve requerer a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, com base na gestação e no fato de o tráfico internacional não ser crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa

Questão Comentada

Medidas cautelares

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Juliano foi definitivamente condenado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado. Após 2 (dois) anos de cumprimento da pena, foi detectado que Juliano passou a ter uma doença mental grave, tornando-o inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito dos fatos pelos quais havia sido condenado.

Neste caso, como advogado(a) de Juliano, você deverá

- a) postular ao Juiz da Execução Penal a conversão da pena em medida de segurança.
- b) ajuizar uma ação de revisão criminal, postulando a substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança.
- c) suscitar incidente de insanidade mental do acusado, a fim de apurar a integridade mental de Juliano ao tempo da ação criminosa.
- d) solicitar que Juliano seja colocado em prisão-albergue domiciliar, como medida substitutiva do encarceramento.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

O caso trata de uma situação em que o condenado à pena privativa de liberdade **adoece mentalmente** após o trânsito em julgado da sentença e durante a **execução da pena**, tornando-se inimputável (*superveniência de doença mental*). A solução legal para essa situação é a **conversão da pena em medida de segurança** pelo Juiz da Execução.

Fundamentação Legal (Código Penal e Lei de Execução Penal)

1. **Superveniência de Doença Mental (Art. 41 do Código Penal - CP):**

Art. 41. O condenado a quem **sobrevém doença mental** deve ser internado em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado.

2. Conversão da Pena (Art. 183 da Lei de Execução Penal - LEP):

A competência para a execução da pena é do **Juiz da Execução Penal**.

A LEP disciplina o procedimento:

Art. 183. Quando ocorrer o fato previsto no Art. 41 do Código Penal, o Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou da autoridade administrativa, **poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.**

A conversão é uma providência que compete ao Juízo da Execução, após a instauração de um incidente de insanidade mental (que, neste momento, tem a finalidade de verificar a **superveniência da doença**, e não a imputabilidade ao tempo do crime).

3. Objeções às Demais Teses:

Revisão Criminal: A Revisão Criminal é uma ação de natureza desconstitutiva que visa desconstituir a coisa julgada material em casos de erro judiciário (prova nova, sentença contrária à lei ou à prova). Ela tem o objetivo de anular ou alterar a condenação original, e não de converter a sanção penal durante a execução.

Incidente de Insanidade Mental (ao tempo do crime): O Incidente de Insanidade Mental (*stricto sensu*) apura a imputabilidade do réu **ao tempo da ação criminosa** (Art. 149, CPP). No caso, a doença mental é **superveniente** à condenação.

Prisão-Albergue Domiciliar: É uma forma de cumprimento de pena em regime aberto (Art. 117, LEP) e não se aplica à situação de imputabilidade superveniente.

Conclusão Jurídica

Diante da superveniência da doença mental durante o cumprimento da pena, a providência correta e legal é a conversão da pena privativa de liberdade (reclusão) em medida de segurança (internação), conforme o Art. 41 do CP e o Art. 183 da LEP, sendo o **Juiz da Execução Penal** o competente.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Instituto Jurídico	Aplicação ao Caso
a) postular ao Juiz da	CORRETA. É a medida legal e	Fundamentação no

Alternativa	Instituto Jurídico	Aplicação ao Caso
Execução Penal a conversão da pena em medida de segurança.	correta prevista no Art. 41 do CP e Art. 183 da LEP para o condenado a quem sobreveio doença mental durante a execução.	Art. 41, CP e Art. 183, LEP.
b) ajuizar uma ação de revisão criminal...	ERRADA. A Revisão Criminal visa a desconstituição da sentença condenatória, e não a conversão da sanção na fase de execução.	Instituto processual incorreto.
c) suscitar incidente de insanidade mental... a fim de apurar a integridade mental de Juliano ao tempo da ação criminosa.	ERRADA. A doença é superveniente à condenação, e não da época do crime.	Confunde a finalidade do incidente.
d) solicitar que Juliano seja colocado em prisão-albergue domiciliar...	ERRADA. A inimputabilidade superveniente exige o tratamento especializado (medida de segurança), e não a progressão de regime.	Medida inadequada para a condição de inimputabilidade.
Conclusão: O advogado deve atuar perante o Juiz da Execução, requerendo o cumprimento do Art. 183 da LEP.		

Questão Comentada

Nulidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. Roberto Jorge, após regular pronúncia, foi levado a Júri, ocasião em que foi mantido algemado durante toda a sessão de julgamento, com a justificativa de ser pessoa de índole perigosa, já que responde à acusação por crime doloso contra a vida. A defesa técnica impugnou, sem sucesso, a determinação do Juízo.

O Ministério Público, em plenário, postulou a condenação do acusado, asseverando que sua periculosidade fica comprovada pela necessidade do uso de algemas durante o julgamento. Roberto Jorge foi condenado pelo Conselho de Sentença, tendo sido aplicada pena privativa de liberdade de 15 (quinze) anos de reclusão. Você, como advogado(a) de Roberto Jorge, interpôs apelação criminal.

Assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, o objetivo da sua demanda.

- a) Postular a reforma da sentença, com a absolvição do acusado, pois este foi prejudicado no julgamento em razão do uso arbitrário de algemas.
- b) Arguir a nulidade posterior à pronúncia, em razão da manutenção do réu algemado, sem necessidade concreta, e da referência a este fato pelo órgão do Ministério Público.
- c) Arguir a nulidade da sessão de julgamento, em razão da manutenção do réu algemado; a manifestação do Ministério Público, contudo, não é vedada pela lei processual.
- d) Postular a redução das penas aplicadas pelo Juiz-Presidente, pois o uso de algemas e sua menção como argumento de autoridade não caracterizam nenhuma nulidade.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das regras de nulidade do **Tribunal do Júri** e do princípio da **dignidade da pessoa humana** aplicado ao uso de algemas em plenário (*Súmula Vinculante 11*). Ocorre uma ilegalidade processual somada a um vício na sustentação da acusação, os quais devem ser alegados na apelação.

Fundamentação Legal (CPP e Súmula Vinculante 11)

1. Uso de Algemas em Plenário (Súmula Vinculante 11 do STF):

Súmula Vinculante 11: Só é lícito o uso de algemas em casos de **resistência** e de **fundado receio de fuga** ou de **perigo à integridade física** própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, **devendo a excepcionalidade ser justificada por escrito**.

No Caso: O uso foi justificado apenas pela "índole perigosa" e por responder a crime doloso contra a vida, o que configura **fundamentação genérica** e

insuficiência de justificação concreta para a quebra da regra de presunção de inocência e dignidade. A manutenção do réu algemado **sem necessidade concreta e justificada** gera **nulidade** (Art. 564, IV, CPP, por vício do rito).

2. Referência ao Uso de Algemas em Plenário (Art. 478, I, do CPP):

O CPP proíbe que as partes façam referências indevidas durante os debates no plenário do Júri.

Art. 478. Durante os debates, as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:

I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado.¹

No Caso: O Ministério Público utilizou o próprio uso das algemas para "comprovar a periculosidade" de Roberto Jorge. Esta é uma **referência proibida por lei** (uso das algemas como argumento de autoridade em prejuízo do réu), gerando **nulidade absoluta**.

3. Objeto da Apelação (Art. 593, III, *a*, CPP):

O advogado deve buscar a **nulidade do julgamento** em razão dos vícios posteriores à pronúncia.

Art. 593, III, *a*, CPP: Caberá apelação contra as decisões do Tribunal do Júri quando ocorrer **nulidade posterior à pronúncia**.

Conclusão

A defesa deve postular a anulação da sessão de julgamento por **dupla nulidade**: 1) Uso ilegal e injustificado das algemas (violação da Súmula Vinculante 11) e 2) Referência indevida ao uso das algemas pelo Ministério Público em plenário (violação do Art. 478, I, CPP). A alternativa B é a que melhor abarca essa situação.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Análise
a) Postular a reforma da sentença, com a absolvição do acusado...	ERRADA. As nulidades na fase de julgamento (Art. 593, III, <i>a</i>) levam à anulação do julgamento para que outro seja realizado, e não à	Efeito do recurso incorreto.

Alternativa	Tese Invocada	Análise
	absolvição pelo Tribunal (<i>reforma do mérito</i>).	
b) Arguir a nulidade posterior à pronúncia, em razão da manutenção do réu algemado, sem necessidade concreta, e da referência a este fato pelo órgão do Ministério Público.	CORRETA. Abrange a nulidade do uso das algemas (SV 11) e a nulidade da referência em plenário (Art. 478, I, CPP), ambos vícios posteriores à pronúncia (Art. 593, III, <i>a</i> , CPP).	Tese completa e correta.
c) Arguir a nulidade... a manifestação do Ministério Público, contudo, não é vedada pela lei processual.	ERRADA. A referência do MP ao uso de algemas como argumento de autoridade é expressamente vedada e causa nulidade (Art. 478, I, CPP).	Contraria o Art. 478, I, CPP.
d) Postular a redução das penas... pois o uso de algemas e sua menção... não caracterizam nenhuma nulidade.	ERRADA. Caracterizam duas nulidades absolutas que viciam o julgamento.	Erro grave de direito processual.

Conclusão: O advogado deve protocolar a apelação criminal pleiteando a nulidade do julgamento do Tribunal do Júri.

Questão Comentada

Medidas cautelares

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. Depois do recebimento de denúncia anônima, a delegacia iniciou a verificação preliminar de informações e colheu indícios de que Juca desenvolvia atividades ilícitas de telecomunicações (pena: detenção, 2 a 4 anos). A fim de melhor apurar os fatos, foi instaurado inquérito policial e o delegado de polícia representou pela interceptação das comunicações telefônicas de Juca, o que foi deferido pelo Juiz. A

fim de anular as provas colhidas a partir da interceptação telefônica, você, na condição de advogado(a) de defesa de Juca, deve alegar que

- a) não é cabível a interceptação quando o ilícito apurado for punível com pena de detenção.
- b) a pena mínima de 2 (dois) anos não autoriza o deferimento de interceptação.
- c) o delegado de polícia não é legitimado a representar pela interceptação telefônica.
- d) a ausência de contraditório, antes do deferimento da interceptação, é causa de nulidade.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda os requisitos de **admissibilidade** da interceptação das comunicações telefônicas, previstos na **Lei nº 9.296/96**. O foco é a incompatibilidade entre a modalidade da pena do crime investigado (detenção) e a permissão legal para a interceptação.

Fundamentação Legal (Lei nº 9.296/96)

1. Requisitos de Admissibilidade (Art. 2º da Lei nº 9.296/96):

A Lei de Interceptações Telefônicas impõe uma restrição fundamental baseada na gravidade do crime:

Art. 2º. Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas, salvo em situações estritamente necessárias e com requisitos específicos, quando:

III – o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

2. **Aplicação ao Caso Concreto:**

O crime de atividades ilícitas de telecomunicações é punido com **pena de detenção** (2 a 4 anos).

O Art. 2º, III, da Lei 9.296/96 estabelece expressamente que **não será admitida** a interceptação quando a infração for punida, no máximo, com pena de detenção.

Conclusão: Independentemente do *quantum* da pena (2 a 4 anos), o fato de o crime ser apenado com **detenção** é um óbice legal intransponível para a interceptação telefônica, gerando a nulidade da prova colhida.

3. Objeções às Demais Teses:

Pena Mínima (Alternativa B): A lei não usa a pena mínima de 2 anos como critério para vedar a interceptação. O critério é o tipo da pena (*detenção vs. reclusão*), ou o crime (Art. 2º, I e II).

Legitimidade do Delegado (Alternativa C): O Delegado de Polícia é **legitimado** a representar pela interceptação telefônica (Art. 3º, *caput*, da Lei 9.296/96).

Contraditório (Alternativa D): A interceptação telefônica é uma medida cautelar de natureza **sigilosa**, decretada *inaudita altera pars* (sem ouvir a parte contrária). A ausência de contraditório prévio é uma **característica** legal da medida e não causa de nulidade.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Análise
a) não é cabível a interceptação quando o ilícito apurado for punível com pena de detenção.	CORRETA. É a vedação legal expressa e direta do Art. 2º, III, da Lei nº 9.296/96.	Fundamentação no Art. 2º, III, da Lei 9.296/96.
b) a pena mínima de 2 (dois) anos não autoriza o deferimento de interceptação.	ERRADA. O critério é o <i>tipo</i> de pena (<i>detenção/reclusão</i>), não o <i>quantum</i> mínimo.	Critério legal incorreto.
c) o delegado de polícia não é legitimado a representar pela interceptação telefônica.	ERRADA. O Delegado é plenamente legitimado a representar (Art. 3º, Lei 9.296/96).	Viola o Art. 3º da Lei 9.296/96.
d) a ausência de contraditório, antes do deferimento de interceptação, é causa de nulidade.	ERRADA. O contraditório é diferido ou postergado devido à natureza sigilosa e urgente da medida.	Característica legal da medida cautelar.

Conclusão: O advogado deve pleitear a nulidade de todas as provas colhidas pela interceptação, em razão da vedação imposta pela Lei nº 9.296/96 para crimes punidos com detenção.

Questão Comentada

Recurso

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 10. Suelen ajuizou queixa-crime contra Bolívar, pela prática do crime de exercício arbitrário das próprias razões praticado sem violência ou grave ameaça, previsto no Art. 345, caput e parágrafo único, do CP, cuja pena cominada é de detenção de quinze dias a um mês, ou multa. A queixa-crime foi ajuizada perante o Juízo competente, que, após todo o trâmite preliminar, sendo infrutífero qualquer tipo de solução negociada, já na audiência de instrução e julgamento, rejeitou a queixa.

Diante do caso narrado, como advogado(a) de Suelen, assinale a opção que indica o recurso que deve ser interposto.

- a) Recurso em Sentido Estrito, interposto na Vara Criminal. As razões podem ser apresentadas diretamente no Tribunal.
- b) Apelação, a ser interposta no Juizado Especial Criminal, já acompanhada de razões recursais dirigidas à Turma Recursal.
- c) Apelação, a ser interposta na Vara Criminal. As razões podem ser apresentadas diretamente na Turma Recursal.
- d) Recurso em Sentido Estrito, interposto no Juizado Especial Criminal, acompanhado de razões recursais dirigidas à Turma Recursal.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige a correta identificação da **competência** e do **recurso cabível** contra a decisão que rejeita a queixa-crime.

1. **Competência (Súmula Vinculante):**

O crime de exercício arbitrário das próprias razões sem violência ou grave ameaça (Art. 345, caput e parágrafo único, CP) tem pena máxima de um mês de detenção (além da pena de multa).

Conceito de Crime de Menor Potencial Ofensivo (Art. 61 da Lei 9.099/95):

Crimes a que a lei comine pena máxima **não superior a 2 (dois) anos**, cumulada ou não com multa.

Conclusão: O crime em tela (pena máxima de 1 mês) é um crime de **menor potencial ofensivo**. A competência para processar e julgar é do **Juizado Especial Criminal (JECRIM)**.

2. **Recurso Cabível (Princípio da Taxatividade Recursal):**

A decisão que "rejeita a queixa" no JECRIM tem natureza de **sentença definitiva**.

Art. 82 da Lei nº 9.099/95 (Lei do JECRIM):

"Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá **apelação**."

3. **Procedimento Recursal no JECRIM:**

O recurso cabível é a **Apelação**.

O recurso é interposto perante o próprio JECRIM e julgado pela **Turma Recursal** (e não pelo Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal, como no rito comum).

No JECRIM, as razões e contrarrazões devem ser apresentadas **conjuntamente** com o recurso (diferentemente do rito comum).

Conclusão Jurídica

Como o crime é de menor potencial ofensivo, o processo tramita no JECRIM. A decisão de rejeição da queixa é atacável por **Apelação**, que deve ser interposta no JECRIM com as razões recursais e dirigida à **Turma Recursal**.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Recurso Invocado	Órgão (Competência)
a) Recurso em Sentido Estrito... na Vara Criminal ...	ERRADA. Recurso (RESE) e competência (Vara Criminal) incorretos.	O crime é de menor potencial ofensivo, JECRIM. O recurso é Apelação.
b) Apelação, a ser interposta no Juizado Especial Criminal, já acompanhada de razões recursais dirigidas à Turma Recursal.	CORRETA. Recurso (Apelação) e competência (JECRIM) corretos, bem como o procedimento de apresentação conjunta das razões.	Fundamentação no Art. 61 e Art. 82 da Lei 9.099/95.
c) Apelação, a ser interposta na Vara Criminal . As razões podem ser apresentadas diretamente na Turma Recursal.	ERRADA. A competência é do JECRIM, e não da Vara Criminal.	Erro na competência.
d) Recurso em Sentido Estrito, interposto no Juizado Especial Criminal ...	ERRADA. O recurso cabível é a Apelação (Art. 82, Lei 9.099/95), e não o Recurso em Sentido Estrito (Art. 581, CPP).	Erro no recurso cabível.

Conclusão: O advogado deve interpor Apelação perante o JECRIM, direcionando	a à Turma Recursal
--	--------------------

Direito Previdenciário

O Direito Previdenciário tem uma importância moderada na primeira fase da OAB, sendo cobrado em um número reduzido, porém fixo, de questões (geralmente duas a três questões por exame). Embora o número de questões seja pequeno comparado a

disciplinas como Ética Profissional ou Direito Civil, acertá-las muito importante, pois a aprovação exige 40 acertos (50% da prova), e cada acerto conta.

Principais Leis e Artigos para Estudo

A cobrança pela banca da prova da OAB tende a ser focada na chamada "lei seca" (texto literal da lei) e em casos práticos que envolvem o **Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**. Os principais diplomas legais e artigos a serem revisados são:

Constituição Federal (CF/88):

Artigos 194 a 201: Fundamentos e organização da Seguridade Social e do RGPS, princípios e regras gerais de benefícios.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência) é fundamental e seus impactos nas regras de transição e aposentadoria programada são temas quentes.

Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS):

Esta é a lei mais importante para a prova, focada nos benefícios e segurados.

Artigos 1º a 6º: Princípios e objetivos.

Artigos 10 a 20: Dos beneficiários (segurados obrigatórios, facultativos e dependentes).

Artigos 24 a 27: Período de carência.

Artigos 39 a 60: Tipos de benefícios (aposentadorias, auxílios, pensão por morte, salário-maternidade) e seus requisitos.

Artigos 104 a 115: Prescrição e decadência.

Lei nº 8.212/1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social):

Embora menos cobrada que a LBPS, aborda o custeio da Seguridade Social. É importante conhecer as fontes de financiamento e a organização.

Decreto nº 3.048/1999 (Regulamento da Previdência Social - RPS):

Complementa as leis, detalhando procedimentos e regras.

Dicas de Estudo

Foco no RGPS: A maioria das questões aborda o Regime Geral, evitando temas complexos de previdência complementar ou regimes próprios de servidores públicos.

Resolução de Questões: A FGV utiliza uma abordagem prática, apresentando "casos-problema" que exigem a aplicação da legislação. Praticar com provas anteriores (gabarito comentado) da OAB é essencial.

Leitura da Lei Seca: Dada a natureza das questões, a leitura atenta e repetida dos artigos da Constituição e da Lei nº 8.213/1991 é fundamental para memorização e aprovação.

Questão Comentada

Pensão por Morte

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Jorge, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), reside com sua mãe, Francisca, e sua filha, Helena, que é estudante e tem 19 anos. O emprego de Jorge é a principal fonte de renda da família e o único sustento da casa.

Acontece que Jorge foi acometido de uma doença e veio a falecer. Por isso, as duas dependentes de Jorge ingressam com um pedido de pensão por morte no INSS.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente Helena faz jus à pensão por morte.
- b) Helena faz jus à pensão por morte, sendo necessária a comprovação de dependência econômica.
- c) Helena e Francisca fazem jus à pensão por morte, independentemente da comprovação de dependência econômica.
- d) Somente Francisca faz jus à pensão por morte, sendo necessária a comprovação de dependência econômica.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das regras sobre os **dependentes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**, previstas no Art. 16 da Lei nº 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS), e o princípio da **precedência de classes**.

Fundamentação Legal (Lei nº 8.213/91)

1. Dependentes de Classe I (Art. 16, I, LBPS):

Esta classe inclui o cônjuge, o companheiro e o filho não emancipados, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave.

Helena: É filha e tem 19 anos. Como é menor de 21 anos, ela se enquadra como **dependente de Classe I**.

Consequência: A dependência econômica dos dependentes de Classe I é **presumida** (Art. 16, § 4º, LBPS). A alegação de que é estudante é irrelevante para estender o limite de idade, que no RGPS é estritamente 21 anos.

2. Dependentes de Classe II (Art. 16, II, LBPS):

Esta classe inclui os pais.

Francisca: É a mãe de Jorge, enquadrando-se como **dependente de Classe II**.

Consequência: A dependência econômica dos dependentes de Classe II **deve ser comprovada** (Art. 16, § 2º, LBPS). Embora o enunciado diga que Jorge era o único sustento, Francisca é Classe II.

3. Regra de Exclusão (Precedência de Classes - Art. 16, § 1º, LBPS):

Art. 16, § 1º. A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo **exclui** do direito às prestações os das classes seguintes.

Aplicação: Como **Helena** é dependente de **Classe I**, ela exclui Francisca, que é dependente de Classe II, do direito à pensão por morte.

Conclusão Jurídica

Apenas Helena faz jus à pensão por morte por ser filha menor de 21 anos (Classe I), e sua existência impede que Francisca (mãe, Classe II) receba o benefício, mesmo que comprove a dependência econômica.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Relação com a Lei	Por que está certa ou errada?
a) Somente Helena faz jus à pensão por morte.	CORRETA. Helena (19 anos) é Classe I (presumida) e exclui Francisca (Classe II) por força do Art. 16, § 1º, da LBPS.	Tese previdenciária correta.
b) Helena faz jus à pensão por morte, sendo necessária a comprovação de dependência econômica.	ERRADA. Por ser dependente de Classe I (filha menor de 21 anos), a dependência de Helena é presumida (Art. 16, § 4º, LBPS).	Viola o Art. 16, § 4º, LBPS.
c) Helena e Francisca fazem jus à pensão por morte...	ERRADA. Francisca (Classe II) é excluída pela existência de Helena (Classe I).	Viola o Art. 16, § 1º, LBPS.
d) Somente Francisca faz jus à pensão por morte...	ERRADA. Francisca (Classe II) é excluída por Helena (Classe I).	Viola o Art. 16, § 1º, LBPS.

Conclusão: O benefício será concedido integralmente a Helena, a única dependente habilitada.

Questão Comentada

Aposentadoria por Incapacidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Antônio recebe aposentadoria por incapacidade permanente e, por necessitar da assistência permanente de outra pessoa, seu benefício foi acrescido de 25%. Em relação a esse acréscimo, assinale a afirmativa correta.

- Será incorporado ao valor da pensão, com a morte do aposentado.
- Deverá ser recalculado, quando o benefício que lhe deu origem for reajustado.
- Não será devido, quando o valor da aposentadoria atingir o limite máximo legal.
- É devido ao segurado que recebe auxílio por incapacidade temporária e necessita da

assistência permanente de outra pessoa.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão trata do **Adicional de 25%** sobre o valor da Aposentadoria por Incapacidade Permanente (antiga Aposentadoria por Invalidez), que é concedido quando o segurado necessita de assistência permanente de terceiros.

Fundamentação Legal (Lei nº 8.213/91 - LBPS e Decreto nº 3.048/99)

1. Natureza e Finalidade do Adicional (Art. 45 da LBPS e Anexo I do Decreto 3.048/99):

O adicional de 25% é uma verba de **natureza assistencial** destinada a custear as despesas extras do segurado que necessita de acompanhamento permanente, devido à sua condição de saúde.

Ele é devido ao segurado que recebe **Aposentadoria por Incapacidade Permanente** e se encontra em uma das situações previstas no Anexo I do Regulamento (como cegueira total, paralisia dos membros, etc.).

2. Reajuste do Adicional (Proporcionalidade):

O adicional de 25% tem como base de cálculo o **valor da aposentadoria**.

Se o benefício de aposentadoria é reajustado anualmente (de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC), o adicional de 25%, por ser um percentual fixo aplicado sobre o valor do benefício, **também deve ser recalculado** (reajustado automaticamente) com o novo valor da aposentadoria.

Conclusão: Sempre que o benefício de Antônio for reajustado, o valor absoluto do acréscimo de 25% deverá ser recalculado para manter a proporção (25% do novo valor).

3. Objeções às Demais Teses:

Alternativa A (Incorporação à Pensão): O adicional de 25% tem caráter personalíssimo, assistencial e **não é incorporado** ao valor da Pensão por Morte, sendo cessado com o falecimento do aposentado.

Alternativa C (Teto Legal): O acréscimo de 25% pode fazer com que o valor total do benefício **ultrapasse o teto** do RGPS, conforme entendimento pacífico da jurisprudência (STJ e TNU), pois sua natureza assistencial o desvincula do limite máximo previdenciário.

Alternativa D (Auxílio por Incapacidade Temporária): O adicional de 25% é devido **exclusivamente** à Aposentadoria por Incapacidade Permanente, e não ao Auxílio por Incapacidade Temporária (antigo Auxílio-Doença).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Análise
a) Será incorporado ao valor da pensão, com a morte do aposentado.	ERRADA. O adicional é pessoal e cessa com a morte do segurado.	O adicional não é transmitido aos dependentes.
b) Deverá ser recalculado, quando o benefício que lhe deu origem for reajustado.	CORRETA. Sendo um percentual do valor do benefício, ele é reajustado junto com a aposentadoria.	Tese correta baseada na manutenção da proporcionalidade.
c) Não será devido, quando o valor da aposentadoria atingir o limite máximo legal.	ERRADA. O adicional pode ultrapassar o teto do RGPS.	Viola o entendimento jurisprudencial consolidado.
d) É devido ao segurado que recebe auxílio por incapacidade temporária...	ERRADA. É devido exclusivamente para Aposentadoria por Incapacidade Permanente.	Viola o Art. 45 da LBPS.

Conclusão: O adicional de 25% está intrinsecamente ligado ao valor da aposentadoria e deve ser atualizado na mesma proporção dos reajustes anuais

Questão Comentada

Aposentadoria por incapacidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. José, mecânico, contando com 12 (doze) meses de contribuição para a Previdência Social, sofreu acidente de trabalho, tornando-se tetraplégico. Em razão do acidente, ficou completamente incapacitado para o trabalho. Diante dessas condições, assinale a afirmativa correta.

- a) José não terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, uma vez que não cumpriu a carência mínima de 24 (vinte e quatro) meses de contribuição.
- b) José, necessitando da assistência permanente de outra pessoa, terá acrescido o valor da sua aposentadoria por incapacidade permanente em até 50% (cinquenta por cento).
- c) José, caso se recupere e volte a trabalhar voluntariamente, terá sua aposentadoria cancelada automaticamente, a partir da data do retorno.
- d) José, sendo portador de doença ou lesão ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, não terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, ainda que a incapacidade sobrevenha, após a filiação, por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

O caso trata dos requisitos e das consequências da concessão da Aposentadoria por Incapacidade Permanente (antiga Aposentadoria por Invalidez), especialmente quando o benefício é concedido em razão de **acidente de trabalho**.

Fundamentação Legal (Lei nº 8.213/91 - LBPS)

1. Carência (Art. 26, II, c/c Art. 35, I, da LBPS):

A regra geral para a aposentadoria por incapacidade permanente exige carência de 12 (doze) meses (Art. 25, I, LBPS).

No entanto, o **Art. 26, II, da LBPS** estabelece que **independem de carência** a concessão de benefícios aos segurados nos casos de **acidente de**

qualquer natureza (incluindo acidente de trabalho) ou doença profissional ou do trabalho.

Conclusão: José, que sofreu acidente de trabalho, tem direito à aposentadoria por incapacidade permanente **independentemente** dos seus 12 meses de contribuição, pois a carência é dispensada.

2. Cancelamento do Benefício pelo Retorno ao Trabalho (Art. 46 da LBPS):

A aposentadoria por incapacidade permanente pressupõe a **incapacidade total e definitiva** para o trabalho. O retorno voluntário do segurado à atividade demonstra a recuperação da capacidade laborativa.

Art. 46 da LBPS: "O aposentado por incapacidade permanente que voltar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria **imediatamente cancelada**, a partir da data do retorno."

Conclusão: Se José se recupera e volta a trabalhar, a lei determina o cancelamento automático do benefício.

3. Acréscimo de 25% (Art. 45 da LBPS):

O acréscimo é de **25%** (e não de 50%) do valor do benefício, para o segurado que necessita de assistência permanente de terceiros.

4. Doença Pré-Existente (Art. 42, § 2º, LBPS):

A lei prevê que não será concedido o benefício a quem se filiar já sendo portador da doença ou lesão. **Exceção:** se a incapacidade sobrevier por motivo de **progressão ou agravamento** dessa doença ou lesão após a filiação, o segurado **terá direito** ao benefício.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Relação com a Lei	Por que está certa ou errada?
a) José não terá direito à aposentadoria... uma vez que não cumpriu a carência mínima de 24 (vinte e quatro) meses...	ERRADA. A carência é dispensada em caso de acidente de trabalho (Art. 26, II, LBPS). O mínimo seria 12 meses, não 24.	Viola o Art. 26, II, LBPS.
b) José... terá acrescido o valor da	ERRADA. O acréscimo legal é	Percentual

Alternativa	Relação com a Lei	Por que está certa ou errada?
sua aposentadoria por incapacidade permanente em até 50% ...	de 25% (Art. 45, LBPS).	incorreto.
c) José, caso se recupere e volte a trabalhar voluntariamente, terá sua aposentadoria cancelada automaticamente, a partir da data do retorno.	CORRETA. É a previsão expressa do Art. 46 da LBPS.	Fundamentação no Art. 46 da LBPS.
d) José, sendo portador de doença... não terá direito... ainda que a incapacidade sobrevenha... por motivo de progressão ou agravamento...	ERRADA. Se a incapacidade resulta da progressão ou agravamento da doença após a filiação, o segurado tem direito ao benefício (Art. 42, § 2º, LBPS).	Viola o Art. 42, § 2º, LBPS.

Conclusão: O cancelamento automático do benefício em caso de retorno voluntário ao trabalho é a única afirmativa correta, pois a lei presume a recuperação da capacidade laborativa.

Questão Comentada

Auxílio reclusão

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 40º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Manoel é segurado de baixa renda, tendo sido recolhido à prisão, em regime fechado, no dia 01/01/2022. Antes da prisão, ele recolheu 12 contribuições mensais à Previdência Social e tem, como único dependente, o filho Maurício, de 19 anos. Diante destas considerações, sobre o auxílio-reclusão assinale a afirmativa correta.

a) Maurício não faz jus ao benefício do auxílio-reclusão, uma vez que seu pai, Manoel, não cumpriu a carência de 24 (vinte e quatro) meses.

b) Maurício, apesar de Manoel cumprir a carência exigida, não faz jus ao benefício do auxílio-reclusão por possuir mais de 18 (dezoito) anos.

c) Caso Manoel venha a exercer atividade, ainda que em regime fechado, haverá a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seu dependente.

d) O requerimento de Manoel solicitando o auxílio-reclusão deve ser instruído com a certidão de nascimento do dependente, sem a necessidade de certidão sobre o seu recolhimento à prisão.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das regras de concessão do **Auxílio-Reclusão**, em especial o requisito da **carência** e a comprovação da condição de **segurado de baixa renda**, conforme as alterações promovidas pela Lei nº 13.846/2019 e a Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência).

Fundamentação Legal (Lei nº 8.213/91 - LBPS)

1. Carência do Auxílio-Reclusão (Art. 25, IV, da LBPS):

A carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus ao benefício.

Art. 25, IV, da LBPS: O auxílio-reclusão exige a carência de **24 (vinte e quatro) contribuições mensais**.

No Caso: Manoel recolheu apenas **12 contribuições**.

Conclusão: Manoel não cumpriu a carência legalmente exigida (24 meses). Portanto, seu dependente (Maurício) não tem direito ao benefício.

2. Condição de Dependente (Filho) (Art. 16, I, da LBPS):

Maurício (filho) tem 19 anos. Para o filho, a dependência é mantida até os **21 anos** (salvo se inválido ou com deficiência).

Conclusão: Maurício tem a qualidade de dependente para fins de RGPS. O problema reside no não cumprimento da carência por parte do segurado (Manoel).

3. Outros Requisitos:

Baixa Renda: O enunciado afirma que Manoel é segurado de baixa renda (requisito essencial, Art. 80, LBPS, conforme EC 103/2019).

Regime: Recolhido à prisão em regime fechado (requisito cumprido, Art. 80, LBPS, conforme Lei 13.846/2019).

Conclusão Jurídica

O não cumprimento da carência de 24 meses pelo segurado instituidor (Manoel) impede a concessão do Auxílio-Reclusão ao dependente (Maurício), conforme a legislação vigente (Art. 25, IV, LBPS).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) Maurício não faz jus ao benefício do auxílio-reclusão, uma vez que seu pai, Manoel, não cumpriu a carência de 24 (vinte e quatro) meses.	CORRETA. Manoel só tinha 12 contribuições e a lei exige 24 (Art. 25, IV, LBPS).	Fundamentação no Art. 25, IV, da LBPS.
b) Maurício, apesar de Manoel cumprir a carência exigida, não faz jus ao benefício do auxílio-reclusão por possuir mais de 18 (dezoito) anos.	ERRADA. Maurício (filho) é dependente até os 21 anos (Art. 16, I, LBPS). A alegação de carência está factualmente incorreta.	Erro na idade limite do dependente.
c) Caso Manoel venha a exercer atividade, ainda que em regime fechado , haverá a perda do direito...	ERRADA. A perda ocorre se o segurado passar a exercer atividade remunerada em regime semiaberto (Art. 80, § 1º, LBPS). No regime fechado, o recebimento do auxílio-reclusão pode ser cumulado com a remuneração proveniente de atividade laboral (Art. 37, Portaria DIRBEN/INSS 991/2022).	Viola o Art. 80, § 1º, da LBPS.

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
d) O requerimento de Manoel solicitando o auxílio-reclusão deve ser instruído com a certidão de nascimento do dependente, sem a necessidade de certidão sobre o seu recolhimento à prisão.	ERRADA. A certidão de efetivo recolhimento à prisão é documento obrigatório e essencial para a concessão do benefício (Art. 80, <i>caput</i> , LBPS).	Viola o Art. 80, caput, da LBPS.

Conclusão: O advogado deve orientar Maurício de que, no presente caso, não há direito ao benefício por falta de carência do segurado

Direito do Trabalho

Direito do Trabalho tem uma das listas mais extensas de assuntos recorrentes na 1ª Fase do Exame de Ordem.

Por esse motivo, dar maior ênfase aos assuntos mais importantes faz todo o sentido para otimizar seu tempo de estudo e aumentar suas chances de aprovação.

Para ter bons resultados em Direito do trabalho, foque no estudo dos seguintes assuntos: **Remuneração e Salário, Contrato de Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Extinção do Contrato de Trabalho e Responsabilidade por Verbas Trabalhistas.**

Assuntos mais recorrentes na 1ª Fase do Exame de Ordem:

- Responsabilidade por Verbas Trabalhistas
- Remuneração e Salário
- Extinção do Contrato de Trabalho
- Direito Coletivo do Trabalho

-Contrato de Trabalho

Quantas vezes foi cobrado

- | | | |
|----|--|-----|
| 1ª | Remuneração e Salário | 22x |
| 2ª | Contrato de Trabalho | 10x |
| 3ª | Direito Coletivo do Trabalho | 7x |
| 4ª | Extinção do Contrato de Trabalho | 6x |
| 5ª | Responsabilidade por Verbas Trabalhistas | 5x |

Artigos essenciais

Art. 7º da CF/88: Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais;

Art. 477 da CLT: Rescisão do contrato de trabalho;

Art. 482 da CLT: Justa causa para rescisão pelo empregador;

Art. 457 da CLT: Salário e remuneração;

Art. 59 e Art. 62 da CLT: Jornada de trabalho e exceções.

Além disso, não se pode esquecer de dispositivos sobre **FGTS, estabilidade sindical e alterações contratuais**.

Questão Comentada

Renumeração e salário

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão1. Geraldo trabalha desde 2022 para uma sociedade empresária, atua na região metropolitana do Estado e recebe um salário fixo de R\$ 4.000,00, sem qualquer desconto, exceto o imposto sobre a renda e o INSS. Além disso, desfruta de um pacote de benefícios que inclui auxílio-alimentação em forma de ticket, habitação num luxuoso apartamento, plano de saúde e auxílio-educação (compreendendo os valores relativos à matrícula, à mensalidade, à anuidade, aos livros e ao material didático).

Geraldo consultou você, como advogado(a), para saber quais benefícios devem ter seu valor integrado à sua remuneração. Sobre a questão levantada por Geraldo, de acordo com os dados do enunciado e com o texto da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Apenas a educação integrará a remuneração.
- b) Apenas o valor do plano de saúde não integrará a remuneração.
- c) Apenas habitação, fornecida pelo trabalho, integrará a remuneração.
- d) Alimentação, habitação, plano de saúde e auxílio-educação integrarão a remuneração

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das parcelas que compõem o **salário (*lato sensu*)** e as parcelas de natureza indenizatória, conforme a **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, especialmente após as alterações promovidas pela Lei da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).

Fundamentação Legal (CLT)

O conceito de **Salário (*in natura*)** ou parcelas integrativas da remuneração está no Art. 458 da CLT. No entanto, o **Art. 457, § 2º, da CLT**, alterado pela Reforma, estabeleceu um rol de parcelas que **NÃO** integram a remuneração, mesmo que habituais.

1. **Parcelas que NÃO Integram a Remuneração (Natureza Indenizatórias/Não Salariais - Art. 457, § 2º, CLT):**

Art. 457, § 2º. As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de **ajuda de custo, auxílio-alimentação** (vedado seu pagamento em dinheiro), **diárias para viagem, prêmios** e **abonos não integram a remuneração** do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

2. **Análise dos Benefícios de Geraldo:**

Auxílio-Alimentação em *ticket*: Não integra a remuneração, conforme o Art. 457, § 2º, da CLT (e não pagamento em dinheiro).

Plano de Saúde: Auxílios de assistência médica e odontológica também **não integram** a remuneração (Art. 458, § 2º, IV, da CLT).

Auxílio-Educação: A educação (incluindo valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático) é expressamente excluída da integração salarial (Art. 458, § 2º, II, da CLT).

Habitação (Alimentação/Habitação/Vestuário como Parcelas Salariais - Art. 458, caput, CLT):

- O fornecimento de **Habitação** (moradia) é a única parcela, dentre as citadas, que o **Art. 458, caput**, da CLT, considera como Salário *in natura* (junto com alimentação e vestuário).
- Embora haja exceções específicas (Art. 458, § 5º, CLT – como moradia fornecida para viabilizar o trabalho), o enunciado não traz nenhuma informação que a descaracterize, devendo prevalecer a regra do *caput*. A Habitação fornecida pelo trabalho **integra** a remuneração.

Detalhamento das Alternativas

Benefício	Integra ou Não Integra?	Fundamento Legal
Alimentação (<i>ticket</i>)	NÃO	Art. 457, § 2º, CLT
Habitação	SIM	Art. 458, <i>caput</i> , CLT
Plano de Saúde	NÃO	Art. 458, § 2º, IV, CLT
Auxílio-Educação	NÃO	Art. 458, § 2º, II, CLT

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Apenas a educação integrará a remuneração.	ERRADA. A educação não integra (Art. 458, § 2º, II, CLT).	
b) Apenas o valor do plano de saúde não integrará a remuneração.	ERRADA. Alimentação e Auxílio-Educação também não integram.	
c) Apenas habitação, fornecida pelo	CORRETA. De todos os benefícios listados, apenas o fornecimento de	Fundamentação no Art. 458, caput,

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
trabalho, integrará a remuneração.	Habitação (Salário <i>in natura</i> clássico) não está expressamente excluído da integração pelo Art. 457, § 2º, ou Art. 458, § 2º, da CLT.	CLT.
d) Alimentação, habitação, plano de saúde e auxílio-educação integram a remuneração.	ERRADA. Apenas a Habitação integra.	

Conclusão: O advogado deve orientar Geraldo que a Habitação é a única parcela com natureza salarial (Salário *in natura*).

Questão Comentada

Grupo econômico

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Os irmãos Décio e Beatriz são empresários. Décio explora a atividade pesqueira, enquanto Beatriz tem duas lojas de calçados. Em 2023, a sociedade empresária de Décio teve uma reclamação trabalhista ajuizada por um operador de produção que inseriu, na petição inicial, a sociedade empresária de Beatriz, advogando existir grupo econômico, apenas em razão do parentesco entre Décio e Beatriz.

Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- O autor está correto, pois existe vínculo familiar entre Décio e Beatriz.
- Para se caracterizar grupo econômico somente é necessário haver identidade de sócios.
- Não há grupo econômico porque não há direção, controle ou administração de uma empresa sobre outra.

d) O grupo econômico pode ser reconhecido pelo parentesco, mas apenas na fase executória da reclamação.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do conceito e dos requisitos para a configuração do **Grupo Econômico** para fins de responsabilidade solidária trabalhista, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especialmente após as alterações da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).

Fundamentação Legal (CLT)

1. Conceito e Requisitos do Grupo Econômico (Art. 2º, §§ 2º e 3º, da CLT):

O grupo econômico trabalhista visa a responsabilidade solidária de empresas que, embora com personalidades jurídicas próprias, atuam como um único empregador.

Art. 2º, § 2º (Redação anterior à Reforma): Exigia a subordinação de uma empresa a outra (direção, controle ou administração).

Art. 2º, § 3º (Incluído pela Lei nº 13.467/2017):

§ 3º. Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo **necessária**, para a configuração do grupo, a demonstração do **interesse integrado**, da **comunhão de interesses** e da **atuação conjunta** das empresas.

2. **Análise do Caso Concreto:**

Parentesco (Décio e Beatriz): O mero vínculo familiar (irmãos) **não é suficiente** para configurar o grupo econômico, pois o Direito do Trabalho exige prova de uma integração estrutural e coordenação empresarial.

Atividade Empresarial Distinta: As empresas atuam em ramos totalmente diferentes (pesca e calçados).

Requisito Ausente: Não há prova de direção, controle, subordinação (pelo § 2º), nem de interesse integrado, comunhão de interesses ou atuação conjunta (pelo § 3º). O autor da reclamação alegou o grupo **apenas em razão do parentesco**, o que é insuficiente.

3. Conclusão:

A ausência de prova de direção, controle ou coordenação na gestão empresarial impede o reconhecimento do grupo econômico.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) O autor está correto, pois existe vínculo familiar entre Décio e Beatriz.	ERRADA. O vínculo familiar (<i>per se</i>) é irrelevante para o Direito do Trabalho, que exige vínculo empresarial (interesse integrado, atuação conjunta).	Viola o Art. 2º, § 3º, da CLT.
b) Para se caracterizar grupo econômico somente é necessário haver identidade de sócios.	ERRADA. A CLT, em seu Art. 2º, § 3º , expressamente afirma: " Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios ".	Viola o Art. 2º, § 3º, da CLT.
c) Não há grupo econômico porque não há direção, controle ou administração de uma empresa sobre outra.	CORRETA. É a essência da caracterização do grupo econômico na CLT: deve haver prova de gestão coordenada ou integrada, o que não foi alegado nem demonstrado (o parentesco não substitui a prova do controle).	Tese mais precisa.
d) O grupo econômico pode ser reconhecido pelo parentesco, mas apenas na fase executória da reclamação.	ERRADA. O momento processual (execução) é irrelevante. O que importa é a prova dos requisitos do Art. 2º, §§ 2º e 3º da CLT, que parentesco não supre.	Erro de direito material (parentesco) e processual (momento).

Conclusão: O advogado deve argumentar pela ilegitimidade passiva da empresa de Beatriz, uma vez que o grupo econômico exige prova de coordenação empresarial, e não mero parentesco.

Questão Comentada

Anotações CTPS

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Em 2023, Denilson ajuizou reclamação trabalhista contra um supermercado alegando que lá trabalhou de 2004 a 2008 sem ter a CTPS assinada. Na reclamação, ele requereu a declaração do vínculo empregatício naquele período para fins de anotação na carteira profissional, pois precisaria desse interregno para conseguir sua aposentadoria no INSS. Em defesa, a sociedade empresária alegou prescrição, pois a ação foi ajuizada após o biênio constitucional. Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) A sociedade empresária está equivocada, pois o prazo é de 30 anos, tal qual sucede com o FGTS.
- b) A prescrição se consolidou e poderia ser conhecida de ofício pelo Juiz, mesmo não havendo defesa.
- c) A sociedade empresária está correta, havendo prescrição porque a ação foi ajuizada mais de 2 anos após a ruptura.
- d) A sociedade empresária está incorreta, pois as ações que têm por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social são imprescritíveis.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão aborda a aplicação da **prescrição** no Direito do Trabalho, especialmente em ações que visam o mero reconhecimento do vínculo de emprego para fins de obtenção de benefícios previdenciários (como aposentadoria), sem pedido de parcelas pecuniárias.

Fundamentação Legal (CF/88 e CLT)

1. Prescrição no Direito do Trabalho (Art. 7º, XXIX, CF):

A regra geral estabelece que a pretensão a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em 5 (cinco) anos, contados da lesão, e até 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho (biênio).

2. Imprescritibilidade da Ação Meramente Declaratória:

A pretensão de Denilson é primariamente **declaratória** (reconhecimento do vínculo) e instrumentalmente previdenciária (prova para o INSS), e não condenatória (cobrança de verbas).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) pacificou o entendimento de que a prescrição de 2 (dois) anos e 5 (cinco) anos prevista na Constituição Federal aplica-se apenas às pretensões que visam a **cobrança de créditos** trabalhistas (parcelas pecuniárias).

Súmula nº 401 do STF (por analogia e superada, mas o princípio se mantém): "Decadência do direito de anular o contrato de trabalho por incapacidade do empregado. Não é o caso. O que importa é a tese da imprescritibilidade da ação meramente declaratória."

Jurisprudência TST/STF: A ação que visa exclusivamente o reconhecimento do vínculo de emprego para fins de anotação na CTPS (ou seja, para obtenção de prova para a Previdência Social), por ter natureza meramente **declaratória**, é considerada **imprescritível**.

3. Aplicação ao Caso Concreto:

Denilson está requerendo a declaração do vínculo "para fins de anotação na carteira profissional, pois precisaria desse interregno para conseguir sua aposentadoria no INSS."

Como a pretensão é essencialmente declaratória e previdenciária, ela **não se submete** à prescrição bienal (2 anos após o fim do contrato) ou quinquenal (5 anos durante o contrato) do Art. 7º, XXIX, da CF.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) A sociedade empresária está equivocada, pois o prazo é de 30 anos, tal qual	ERRADA. A prescrição trintenária do FGTS é uma exceção não aplicável ao caso de	Erro no prazo legal.

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
sucedem com o FGTS.	reconhecimento de vínculo, sendo que a regra do FGTS atualmente é de 5 anos (STF, ARE 709212).	
b) A prescrição se consolidou e poderia ser conhecida de ofício pelo Juiz...	ERRADA. A prescrição não se consolidou, e embora o juiz possa conhecê-la de ofício, a regra da imprescritibilidade prevalece.	Tese principal (imprescritibilidade) está correta.
c) A sociedade empresária está correta, havendo prescrição porque a ação foi ajuizada mais de 2 anos após a ruptura.	ERRADA. A prescrição bienal só se aplica a pretensões condenatórias (cobrança de créditos), não a pretensões meramente declaratórias.	Confunde a natureza da ação.
d) A sociedade empresária está incorreta, pois as ações que têm por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social são imprescritíveis.	CORRETA. A jurisprudência trabalhista consolidada reconhece a imprescritibilidade das ações de natureza meramente declaratória do vínculo para fins previdenciários.	Tese correta baseada no entendimento pacífico do TST.

Conclusão: O advogado deve rebater a alegação de prescrição da empresa com base no caráter meramente declaratório e imprescritível da ação

Questão Comentada

Férias terceirizado

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. Leopoldo foi contratado, em 2020, por uma sociedade empresária de terceirização, como auxiliar de limpeza. Ele cumpre jornada em regime de tempo parcial de 22 horas semanais, conforme previsto e autorizado na norma coletiva da sua categoria. Após um ano de trabalho sem faltas injustificadas, é chegado o momento de Leopoldo fruir férias. Sobre a solicitação de Leopoldo, considerando o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Por ser empregado em regime de tempo parcial, ele não terá direito a férias remuneradas.
- b) Tal qual os demais empregados, ele terá direito a 30 dias de férias com adicional de 1/3.
- c) Ele somente terá direito a férias se isso estiver expressamente previsto na convenção coletiva de sua categoria.
- d) Por cumprir apenas a metade da jornada dos demais empregados, ele terá direito a 15 dias de férias com adicional de 1/3.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das regras de concessão de férias para empregados submetidos ao regime de **tempo parcial**, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).

Fundamentação Legal (CLT)

1. Regime de Tempo Parcial (Jornada):

A jornada de Leopoldo (22 horas semanais) enquadra-se no regime de tempo parcial, cuja duração não pode exceder 30 horas semanais, ou 26 horas semanais (com possibilidade de horas extras). A jornada de 22 horas está dentro dos limites legais (Art. 58-A, CLT).

2. **Direito a Férias no Regime de Tempo Parcial (Art. 58-A, § 7º, c/c Art. 130 da CLT):**

Regra Anterior à Reforma (Lei 13.467/2017): Antes da Reforma, o Art. 130-A da CLT estabelecia que os empregados em regime de tempo parcial tinham um regime de férias **proporcional** à jornada de trabalho (podendo ser de 8 a 18 dias).

Regra Atual (Após a Reforma): A Lei nº 13.467/2017 **revogou** o Art. 130-A.

Consequência da Revogação: Com a revogação do regime proporcional, o empregado em regime de tempo parcial passou a ter o mesmo direito a férias dos empregados em tempo integral.

Art. 130, caput, CLT: O empregado tem direito a 30 dias de férias após 12 meses de trabalho, desde que não tenha mais de 5 faltas injustificadas.

No Caso: Leopoldo cumpriu 1 ano de trabalho "sem faltas injustificadas".

3. **Conclusão:** Leopoldo tem direito a 30 dias de férias, acrescidos do adicional constitucional de 1/3 (Art. 7º, XVII, CF).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) Por ser empregado em regime de tempo parcial, ele não terá direito a férias remuneradas.	ERRADA. Todo empregado tem direito a férias remuneradas (Art. 7º, XVII, CF e Art. 130, CLT).	Viola a regra constitucional.
b) Tal qual os demais empregados, ele terá direito a 30 dias de férias com adicional de 1/3.	CORRETA. Com a revogação do Art. 130-A pela Lei nº 13.467/2017, o empregado em tempo parcial passou a ter direito aos 30 dias integrais de férias (Art. 130, CLT).	Tese correta de acordo com a CLT atualizada.
c) Ele somente terá direito a férias se isso estiver expressamente previsto na convenção coletiva...	ERRADA. O direito a férias é uma norma de ordem pública , prevista na CLT e na CF/88. A norma coletiva não pode suprimi-lo.	Viola a CLT e a CF.
d) Por cumprir apenas a metade da jornada dos demais empregados, ele terá	ERRADA. A regra da proporcionalidade (15 dias) foi	Tese baseada em lei revogada.

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
direito a 15 dias de férias com adicional de 1/3.	revogada pela Lei nº 13.467/2017.	

Conclusão: O advogado deve orientar Leopoldo de que seu regime de férias é o mesmo dos demais trabalhadores, ou seja, 30 dias.

Questão Comentada

Acordo Coletivo

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Em sede de acordo coletivo, firmado em janeiro de 2024 e com vigência de dois anos, entre uma sociedade empresária e o sindicato da categoria profissional, constou cláusula determinando que o tempo de deslocamento dos empregados do portão até o interior da sociedade empresária, onde se situa o relógio de ponto, seria computado na jornada de trabalho. Isso porque o deslocamento é feito em transporte fornecido pela sociedade empresária e dura cerca de 20 minutos. Sobre a jornada, não consta mais nada na norma coletiva. A sociedade empresária, por liberalidade, mantém salas de recreação, biblioteca e uma capela. A utilização desses espaços antes e após o trabalho e durante os intervalos é facultada aos empregados. Em razão do ajuizamento de uma ação trabalhista por um ex-empregado, a sociedade empresária indagou a você, como advogado(a), se todos esses períodos, seja o de deslocamento, seja o tempo despendido nos espaços mencionados, deveriam integrar a jornada de trabalho. Acerca do tema, com base na CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Todos os períodos não se computam na jornada de trabalho dos empregados.
- b) Apenas o tempo de utilização da capela deve ser computado na jornada, pois o Estado é laico.
- c) Apenas o período de deslocamento deve integrar a jornada por força da norma coletiva. Os demais períodos não são considerados tempo à disposição.

d) O período de deslocamento assim como o período de utilização da biblioteca, voltado para o estudo, devem ser computados na jornada. Os demais períodos não são computados na jornada.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda dois temas centrais do Direito do Trabalho pós-Reforma (Lei nº 13.467/2017): o **Tempo à Disposição** (Art. 4º, CLT) e a **Força Normativa da Negociação Coletiva** (Art. 611-A e 611-B, CLT).

Fundamentação Legal (CLT)

1. Tempo Despendido nas Dependências (Art. 4º, § 2º, CLT):

A Reforma Trabalhista incluiu um rol taxativo de atividades que NÃO são consideradas tempo à disposição do empregador, mesmo que o empregado esteja dentro das dependências da empresa.

Art. 4º, § 2º. Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, ou exercer atividades como:

(...)

IV - atividades de relacionamento social, de recreação;

VI - atividades religiosas (como o uso de capela);

VII - estudo (como o uso de biblioteca).

Conclusão: O tempo gasto nas salas de recreação, biblioteca e capela **NÃO** integra a jornada de trabalho, pois o Art. 4º, § 2º, da CLT os descaracteriza como tempo à disposição.

2. Tempo de Deslocamento (Portaria/Relógio de Ponto) e Negociação Coletiva:

Regra Legal: O Art. 4º, *caput*, da CLT define que o tempo à disposição é aquele em que o empregado está "aguardando ou executando ordens". O

tempo de deslocamento do portão ao relógio de ponto, *em regra*, é considerado tempo à disposição.

Fato Novo (Norma Coletiva): No entanto, o enunciado informa que o **Acordo Coletivo** expressamente incluiu este tempo de deslocamento na jornada. O princípio da **prevalência do negociado sobre o legislado** (Art. 611-A, CLT) e o reconhecimento da força das normas coletivas permitem que elas estabeleçam condições mais favoráveis ao trabalhador.

Conclusão: A cláusula que computa o tempo de deslocamento do portão ao relógio de ponto é válida e **integra a jornada de trabalho**, pois se trata de uma condição mais benéfica estabelecida por negociação coletiva.

Detalhamento das Alternativas

Período	Regra da CLT (Art. 4º, § 2º)	Regra do Acordo Coletivo	Integra a Jornada?
Salas de Recreação	NÃO integra (IV)	N/A	NÃO
Biblioteca	NÃO integra (VII)	N/A	NÃO
Capela	NÃO integra (VI)	N/A	NÃO
Deslocamento (Portão ao Ponto)	SIM (Em regra)	SIM (Por cláusula expressa)	SIM
Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?	
a) Todos os períodos não se computam na jornada de trabalho dos empregados.	ERRADA. O deslocamento se computa por força da cláusula coletiva mais benéfica.	Viola o princípio da prevalência do negociado em benefício do trabalhador.	
b) Apenas o tempo de utilização da capela deve ser computado na jornada...	ERRADA. A utilização da capela não integra a jornada (Art. 4º, § 2º, VI, CLT).	Tese contrária à legislação.	
c) Apenas o período de deslocamento deve integrar a jornada por força da norma	CORRETA. O deslocamento integra por cláusula coletiva (benéfica). Os demais períodos	Tese correta e completa, baseada na CLT pós-Reforma	

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
coletiva. Os demais períodos não são considerados tempo à disposição.	estão expressamente excluídos pelo Art. 4º, § 2º, da CLT.	e na negociação coletiva.
d) O período de deslocamento assim como o período de utilização da biblioteca , voltado para o estudo, devem ser computados...	ERRADA. O tempo de estudo/biblioteca não integra a jornada (Art. 4º, § 2º, VII, CLT).	Tese contrária à legislação.

Conclusão: O advogado deve informar que o período de deslocamento integra a jornada devido ao acordo coletivo, mas o tempo nas áreas de lazer e religião não integra, conforme a lei.

Questão Comentada

Tempo de serviço

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Pedro e Vitor trabalham na mesma sociedade empresária. Em 2023, Pedro foi convocado para prestar serviço militar obrigatório e Vitor sofreu um grave acidente de trabalho, que exigiu seu afastamento do emprego por um ano.

Sobre o tempo de serviço dos dois empregados, considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Ambos os empregados terão computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.
- b) Somente Pedro terá computado o tempo de serviço militar na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.
- c) Nenhum dos empregados terá computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.
- d) Apenas Vitor terá computado o tempo de serviço militar na contagem de tempo de

serviço para efeito de indenização.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda as hipóteses de **interrupção** e **suspensão** do contrato de trabalho e o impacto desses institutos na contagem do **tempo de serviço** do empregado. O tempo de serviço é fundamental para calcular diversos direitos, inclusive os de natureza indenizatória (como aviso prévio indenizado, indenização por tempo de serviço em regimes específicos, etc.).

Fundamentação Legal (CLT e Lei nº 8.213/91)

O tempo de serviço é regido pelo **Art. 4º da CLT** ("tempo à disposição do empregador") e pelas regras de interrupção e suspensão.

1. Afastamento por Serviço Militar Obrigatório (Pedro):

Natureza: Suspensão do contrato de trabalho.

Contagem do Tempo de Serviço: O Art. 472, *caput* e § 1º, da CLT, prevê a suspensão do contrato em virtude de serviço militar. No entanto, o **Art. 4º da Lei nº 8.036/90** (Lei do FGTS) e o **Art. 15 da Lei nº 8.213/91** (Lei de Benefícios da Previdência Social), por analogia, estabelecem a regra de que o tempo de serviço militar é computado para fins de **FGTS** (verba indenizatória) e **Previdência**.

A doutrina e a jurisprudência trabalhista consideram que o período de afastamento para serviço militar obrigatório **deve ser computado** como tempo de serviço para todos os efeitos, exceto para férias (que voltam a correr após o retorno).

2. Afastamento por Acidente de Trabalho (Vitor):

Natureza: Interrupção do contrato de trabalho.

Contagem do Tempo de Serviço: O Art. 4º da CLT, em sua parte final, estabelece que "computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado

estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho".

O **Art. 4º, Parágrafo Único, da CLT** é claro:

Parágrafo único. Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal...

Contudo, o texto legal (apesar de confuso pela redação atual do *caput* do Art. 4º) e o entendimento consolidado na Súmula nº 440 do TST (que trata de férias) e nas regras de FGTS (Art. 15, § 5º, Lei 8.036/90) e Previdência (Art. 60, § 3º, LBPS) confirmam: o tempo de afastamento por **acidente de trabalho** é considerado como **interrupção**, e, portanto, **é computado** como tempo de serviço para todos os fins, inclusive indenizatórios.

Conclusão

Tanto o afastamento por serviço militar (regra geral) quanto o afastamento por acidente de trabalho (interrupção do contrato) são períodos em que a contagem do tempo de serviço é mantida para todos os efeitos, incluindo indenização.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Pedro (Militar)	Vitor (Acidente)	Fundamento
a) Ambos os empregados terão computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.	SIM	SIM	Ambos são considerados tempo de serviço para efeitos de indenização (Art. 4º, CLT e Leis específicas).
b) Somente Pedro terá computado...	ERRADA.	ERRADA.	O tempo de acidente de trabalho também é computado.
c) Nenhum dos empregados terá computado...	ERRADA.	ERRADA.	Ambos têm o tempo computado.
d) Apenas Vitor terá computado...	ERRADA.	ERRADA.	O tempo de serviço militar também é computado.

Conclusão: O advogado deve reconhecer que a legislação equipara essas duas situações no que tange à contagem do tempo de serviço para fins de direitos indenizatórios.

Questão Comentada

Contrato de trabalho - Extinção

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Constantino é empregado em uma indústria de fabricação de móveis.

O empregador ficou ciente de que o Ministério Público Estadual apresentou denúncia contra Constantino pela prática de fato típico, antijurídico e culpável, praticado durante uma assembleia de condomínio contra um morador do mesmo prédio. A denúncia foi recebida pelo juiz criminal e o processo penal teve início. A sociedade empresária consulta você, como advogado(a), para saber que efeito jurídico essa situação terá no contrato de trabalho. De acordo com a legislação em vigor, assinale a afirmativa que, corretamente, apresenta sua resposta.

- a) O contrato de trabalho de Constantino ficará suspenso pelo recebimento da denúncia.
- b) O recebimento da denúncia é falta grave que automaticamente ensejará a extinção do contrato por justa causa.
- c) Nenhuma consequência haverá no contrato de trabalho, porque a presunção é de inocência.
- d) O contrato de trabalho ficará interrompido e Constantino será considerado licenciado até o término da ação penal.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda os impactos de um **processo criminal** movido contra o empregado em relação ao seu **contrato de trabalho**, focando no princípio da **presunção de inocência** e nas hipóteses legais de suspensão ou extinção do contrato.

Fundamentação Legal (CLT e Princípios Constitucionais)

1. Presunção de Inocência (Art. 5º, LVII, CF):

A Constituição Federal estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. O simples recebimento de uma denúncia ou o início de uma ação penal não implica culpabilidade do empregado.

2. **Suspensão/Interrupção por Prisão ou Encarceramento (Art. 472, caput, e Art. 474, CLT):**

A **Suspensão** do contrato de trabalho ocorre, por exemplo, em caso de **prisão preventiva** ou temporária, se o empregado for preso.

No Caso: O empregado não foi preso; apenas teve uma denúncia recebida em processo penal referente a um fato **alheio ao serviço** (ocorrido em assembleia de condomínio). O início do processo criminal, por si só, **não é causa de suspensão ou interrupção** do contrato de trabalho.

3. Justa Causa por Condenação Criminal (Art. 482, d, da CLT):

A única hipótese de extinção do contrato de trabalho por justa causa baseada em condenação criminal é a seguinte:

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena.

Conclusão: A justa causa só ocorre após o **trânsito em julgado da condenação** e desde que a pena não seja suspensa (regime aberto, *sursis*, etc.). O mero recebimento da denúncia não é falta grave e não autoriza a justa causa.

4. Conclusão Jurídica:

O processo criminal em curso, referente a um fato estranho ao serviço e sem condenação transitada em julgado, não afeta o contrato de trabalho. O empregado deve continuar trabalhando normalmente, em respeito à presunção de inocência.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) O contrato de trabalho de Constantino ficará suspenso pelo recebimento da denúncia.	ERRADA. O recebimento da denúncia não é causa de suspensão na CLT. A suspensão ocorre por motivos como serviço militar ou prisão provisória (o que não ocorreu).	Viola o Art. 472 e 474 da CLT.
b) O recebimento da denúncia é falta grave que automaticamente ensejará a extinção do contrato por justa causa.	ERRADA. A justa causa só é cabível após o trânsito em julgado da condenação (Art. 482, d, CLT).	Viola o Art. 482, d, CLT e a presunção de inocência.
c) Nenhuma consequência haverá no contrato de trabalho, porque a presunção é de inocência.	CORRETA. Enquanto não houver condenação criminal transitada em julgado, o empregado deve ser tratado como inocente para fins trabalhistas.	Tese correta baseada no Art. 5º, LVII, CF e Art. 482, d, CLT.
d) O contrato de trabalho ficará interrompido e Constantino será considerado licenciado...	ERRADA. Não há previsão legal de interrupção ou licenciamento obrigatório para o caso de processo criminal.	Tese sem amparo legal.

Conclusão: O advogado deve informar a sociedade empresária que o contrato de trabalho de Constantino não será afetado pelo mero recebimento da denúncia.

Questão Comentada

Teletrabalho

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. Antônio Valente é seu cliente por conta de uma reclamação trabalhista ajuizada anteriormente, na qual vocês se sagraram vitoriosos. Agora, trabalhando para outro empregador, Antônio Valente viu a possibilidade de passar a exercer suas atividades em teletrabalho, mas sem saber exatamente o que configuraria essa modalidade. Antes de se candidatar à vaga, Antônio resolveu consultar você a respeito do tema. Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) O teletrabalho pode ser pactuado, tácita ou expressamente, entre empregado e empregador, não necessitando constar do instrumento individual de contrato de trabalho.
- b) O trabalho em regime de teletrabalho não pressupõe a prestação dos serviços por jornada, por produção ou por tarefa.
- c) O teletrabalho será descaracterizado, caso o empregado, habitualmente, tenha que comparecer às dependências do empregador e o empregado retornará ao sistema de trabalho presencial.
- d) O teletrabalho se dá, total ou parcialmente, fora das dependências do empregador, não se configurando como trabalho externo, pressupondo a utilização de tecnologias de comunicação e informação.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do conceito legal de **Teletrabalho** (*home office*), introduzido na CLT pelo Art. 75-B (Lei nº 13.467/2017) e alterado pela Lei nº 14.442/2022.

Fundamentação Legal (CLT - Art. 75-B e 75-C)

1. Conceito de Teletrabalho (Art. 75-B, CLT):

Art. 75-B. Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços **preponderantemente ou não** fora das dependências do empregador, com a utilização de **tecnologias de informação e de comunicação** que, por sua natureza, não se configure como **trabalho externo**.

Conclusão (Alternativa D): A definição legal abrange a prestação de serviços **total ou parcialmente** fora das dependências, mediante TICs, e o diferencia expressamente do trabalho externo.

2. Sobre a Prestação de Serviços:

A lei afirma que o regime se aplica a serviços prestados de forma **preponderante ou não** fora das dependências. Isso significa que o comparecimento, mesmo habitual (como em um regime híbrido), não descaracteriza o teletrabalho (Art. 75-B, *caput*).

3. Formalização (Art. 75-C, CLT):

O Art. 75-C, *caput*, exige que a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho **conste expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho**. Portanto, não pode ser pactuado tacitamente.

4. Jornada (Art. 62, III, CLT):

Os empregados em regime de teletrabalho que prestam serviços por **produção ou tarefa** são **excluídos do controle de jornada** (Art. 62, III, CLT) e, conseqüentemente, não fazem jus a horas extras. Contudo, aqueles que prestam serviço por jornada e estão sujeitos a controle (monitoramento efetivo) permanecem regidos pelas regras normais de jornada.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) O teletrabalho pode ser pactuado, tácita ou expressamente... necessitando constar do contrato.	ERRADA. Deve constar expressamente no contrato individual de trabalho (Art. 75-C, <i>caput</i> , CLT).	Viola o Art. 75-C, caput, CLT.
b) O trabalho em regime de teletrabalho não pressupõe a prestação dos serviços por jornada , por produção ou por tarefa.	ERRADA. O teletrabalho pode ser remunerado por jornada, produção ou tarefa. Apenas o teletrabalhador por produção/tarefa é excluído do controle de jornada (Art. 62, III,	Tese baseada em interpretação equivocada do Art. 62, III, CLT.

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
	CLT).	
c) O teletrabalho será descaracterizado, caso o empregado, habitualmente , tenha que comparecer às dependências...	ERRADA. A lei permite que o teletrabalho seja prestado "preponderantemente ou não fora das dependências do empregador" (Art. 75-B, CLT), abrangendo o regime híbrido.	Viola o Art. 75-B, caput, CLT.
d) O teletrabalho se dá, total ou parcialmente, fora das dependências do empregador, não se configurando como trabalho externo, pressupondo a utilização de tecnologias de comunicação e informação.	CORRETA. É a definição legal e completa do teletrabalho (Art. 75-B, CLT), contemplando a possibilidade do regime híbrido ("parcialmente") e a diferenciação do trabalho externo.	Tese correta e completa.
Conclusão: O advogado deve orientar Antônio Valente sobre a definição legal e a diferença crucial entre teletrabalho e trabalho externo.		

Questão Comentada

Acidente de Trabalho por equiparação

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. Paulo trabalha desde 2022 na sociedade empresária Auditorias Fidedignas Ltda. como auditor. A empresa possui plano permanente de capacitação e, por isso, Paulo viaja com frequência para realizar cursos de auditoria em todo o país e se manter sempre atualizado. Em uma dessas viagens, Paulo estava no hotel tomando banho e abruptamente, sem motivo aparente, o vidro temperado do banheiro estourou, quebrando-se em vários pedaços, sendo que alguns deles atingiram e cortaram Paulo. Em virtude disso, o empregado precisou se afastar do serviço por 12 dias, findos os quais retornou ao trabalho e reassumiu suas atividades normais. Diante da situação apresentada e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

- a) Uma vez que Paulo não estava trabalhando, o evento não é acidente do trabalho, daí porque ele não terá a garantia no emprego por 12 meses.
- b) O evento pode ser considerado acidente do trabalho e, por isso, o empregado terá estabilidade no emprego por 12 meses a partir do retorno.
- c) Trata-se de acidente do trabalho por equiparação, mas Paulo não terá estabilidade quando retornar.
- d) Não se trata de acidente do trabalho, mas, tendo ocorrido o sinistro, Paulo terá a garantia no emprego por um ano.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do conceito legal de **Acidente de Trabalho por Equiparação** e o requisito de **afastamento mínimo** para a aquisição da estabilidade provisória, conforme a legislação previdenciária (Lei nº 8.213/91) e a jurisprudência consolidada (Súmula nº 378 do TST).

Fundamentação Legal (Lei nº 8.213/91 e Súmula nº 378 do TST)

- 1. Acidente de Trabalho por Equiparação (*Acidente de Trajeto/Viagem* - Art. 21, I, *a*, da Lei nº 8.213/91):**

A lei equipara ao acidente de trabalho a lesão que o empregado sofre durante o período destinado à **execução de ordem** ou à **realização de serviços sob a autoridade da empresa** (Art. 21, VI, da Lei 8.213/91).

No caso, Paulo estava em uma **viagem de serviço** (curso de auditoria) sob ordens da empresa. O dano sofrido no hotel, que é o local de pernoite da viagem a trabalho, é considerado uma fatalidade decorrente ou relacionada à prestação do serviço.

Conclusão: Trata-se de **Acidente de Trabalho por Equiparação**, pois ocorreu em local e período inerentes à execução do contrato de trabalho (viagem a serviço).

2. Requisito para Estabilidade Provisória (Art. 118 da Lei nº 8.213/91 c/c Súmula nº 378, III, do TST):

A estabilidade provisória (garantia no emprego por 12 meses) é assegurada ao empregado que sofre acidente do trabalho.

Art. 118, LBPS: O segurado que sofre acidente do trabalho tem garantia no emprego por 12 meses após a **cessação do auxílio-doença por acidente do trabalho** (atual Auxílio por Incapacidade Temporária Acidentário - B91).

Súmula nº 378, III, TST: A jurisprudência consolidou que a aquisição da estabilidade exige dois requisitos cumulativos: **a) sofrer o acidente/doença do trabalho** e **b) ter havido afastamento superior a 15 dias** (dias pagos pelo empregador) com a consequente **percepção do benefício previdenciário B91** (pago pelo INSS).

No Caso: Paulo se afastou por **12 dias**. Como o afastamento foi inferior a 15 dias, ele **não fez jus** ao benefício previdenciário B91.

Conclusão: Paulo não adquire a estabilidade provisória de 12 meses.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Acidente do Trabalho?	Estabilidade?
a) Uma vez que Paulo não estava trabalhando , o evento não é acidente do trabalho...	ERRADA. É acidente por equiparação (Art. 21, VI, LBPS), pois estava em viagem a serviço.	
b) O evento pode ser considerado acidente do trabalho e, por isso, o empregado terá estabilidade...	ERRADA. O requisito do afastamento superior a 15 dias, com recebimento de benefício B91, não foi cumprido.	Viola a Súmula 378, III, do TST.
c) Trata-se de acidente do trabalho por equiparação, mas Paulo não terá estabilidade quando retornar.	CORRETA. É acidente por equiparação, mas o afastamento de 12 dias não gerou a concessão do benefício B91, requisito indispensável para a estabilidade.	Tese correta e completa.
d) Não se trata de acidente do trabalho, mas, tendo ocorrido o	ERRADA. É acidente por equiparação, mas não há	

Alternativa	Acidente do Trabalho?	Estabilidade?
sinistro, Paulo terá a garantia no emprego por um ano.	estabilidade.	

Conclusão: O advogado deve orientar que o evento é reconhecido como acidente de trabalho, mas a falta de afastamento superior a 15 dias impede a garantia provisória de emprego.

Questão Comentada

Estabilidade

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 10. Roberta é estagiária numa fábrica de tecelagem, mesmo lugar onde Rogéria atua como aprendiz e que Fabiane trabalha como subgerente. No ano de 2024, as três trabalhadoras engravidaram. O empregador consultou você, como advogado(a), sobre a possibilidade de dispensar essas trabalhadoras sem justa causa, porque os sócios decidiram investir em máquinas modernas, automatizadas, e dispensar 50% da mão de obra. Considerando os fatos narrados e a norma de regência, assinale a opção que apresenta a orientação correta que você prestou.

- a) Apenas Fabiane possui garantia no emprego.
- b) Somente Rogéria e Fabiane possuem garantia no emprego.
- c) Roberta, Rogéria e Fabiane não poderão ser dispensadas em razão da garantia no emprego oriunda da gravidez.
- d) Todas as trabalhadoras citadas poderão ser dispensadas sem justa causa em razão da força maior apresentada pela empresa.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do alcance da **estabilidade provisória gestacional** (Art. 10, II, *b*, do ADCT) em relação a diferentes tipos de contratos de trabalho e relações de trabalho (estagiário, aprendiz, empregado normal).

Fundamentação Legal (CF/88, CLT e Leis Especiais)

1. Estabilidade Gestacional (Art. 10, II, *b*, ADCT):

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o Art. 7º, I, da Constituição:1

(...)²

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:³

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.⁴

2. Análise das Situações Individuais:

Roberta (Estagiária):

- **Regime Jurídico:** O Estágio não configura vínculo empregatício, mas sim uma relação de aprendizado (Lei nº 11.788/2008).
- **Estabilidade:** O TST e a doutrina majoritária entendem que a estabilidade gestacional se aplica a contratos de trabalho. Por não ser empregada, a estagiária **não possui** estabilidade no emprego.
- **Conclusão:** Roberta pode ser dispensada.

Rogéria (Aprendiz):

- **Regime Jurídico:** O Contrato de Aprendizagem é um **contrato de trabalho especial**, por prazo determinado (Art. 428, CLT).
- **Estabilidade:** O TST pacificou o entendimento de que a estabilidade provisória da gestante se aplica aos contratos por **prazo determinado**, inclusive o contrato de aprendizagem (Súmula nº 244, III, do TST).
- **Conclusão:** Rogéria **não pode ser dispensada**.

Fabiane (Subgerente):

- **Regime Jurídico:** Empregada normal (prazo indeterminado), independentemente do cargo de confiança (subgerente).

- **Estabilidade:** A estabilidade gestacional é plenamente aplicável a todas as empregadas, inclusive às ocupantes de cargo de confiança.
- **Conclusão:** Fabiane **não pode ser dispensada.**

3. Força Maior (Investimento em Tecnologia):

A alegação de "força maior" (*investir em máquinas modernas*) pela empresa não pode ser usada para justificar a dispensa de empregadas com garantia provisória de emprego (estabilidade gestacional).

Detalhamento das Alternativas

Trabalhadora	Relação Jurídica	Estabilidade Gestacional?	Fundamento
Roberta	Estágio (Não-Empregada)	NÃO	Estabilidade restrita a contratos de trabalho.
Rogéria	Aprendiz (Contrato de Trabalho Determinado)	SIM	Súmula nº 244, III, do TST.
Fabiane	Empregada (Contrato Indeterminado)	SIM	Art. 10, II, <i>b</i> , ADCT.

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) Apenas Fabiane possui garantia no emprego.	ERRADA. Rogéria (Aprendiz) também possui.	
b) Somente Rogéria e Fabiane possuem garantia no emprego.	CORRETA. Exclui a estagiária e inclui a aprendiz e a empregada.	Tese correta e precisa.
c) Roberta, Rogéria e Fabiane não poderão ser dispensadas...	ERRADA. Roberta (Estagiária) pode ser dispensada.	
d) Todas as trabalhadoras citadas poderão ser dispensadas sem justa causa em razão da força maior...	ERRADA. A estabilidade gestacional é um direito irrenunciável e sobrepõe-se à alegação de força maior.	Viola o Art. 10, II, <i>b</i>, ADCT.

Conclusão: O advogado deve orientar o empregador de que apenas as empregadas (Fabiane e Rogéria) estão protegidas pela estabilidade gestacional

Direito Processual do Trabalho

O Direito Processual do Trabalho é crucial na primeira fase da OAB porque representa uma parcela significativa das questões da prova, com apresentação de 5 questões e o domínio de seus temas é essencial para a aprovação.

É fundamental ter conhecimento sobre os procedimentos mais comuns, como a **audiência e os recursos** (ordinário, de revista e embargos de declaração), que são temas recorrentes.

Alta incidência de questões: A matéria de Direito Processual do Trabalho, juntamente com suas questões processuais, é uma das que mais tem peso na prova da primeira fase representando uma porcentagem significativa para aprovação.

Estrutura da prova: A prova abrange tanto o Direito Material quanto o Direito Processual. Para quem busca uma boa pontuação, estudar ambas vertentes é fundamental.

Relevância prática: Conhecer o processo trabalhista é crucial para entender a aplicação da justiça do trabalho na prática e como os direitos dos trabalhadores são efetivados.

Como se preparar para o exame

Conheça os temas recorrentes: Foque nos temas mais cobrados em provas anteriores, como os recursos (ordinário, de revista, embargos de declaração), a audiência, e a desistência da ação.

Estude os princípios fundamentais: Dê atenção especial aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho e o Processo Trabalhista, como o **Princípio da Proteção e a Primazia da Realidade**.

Use a CLT como base: A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é a base do direito trabalhista. Portanto, estude os artigos mais relevantes da CLT e as atualizações trazidas pela Reforma Trabalhista, como a concernant os prazos para pagamento das verbas rescisórias.

Em se tratando de Processo do Trabalho, você deve priorizar o estudo dos **Recursos em Espécie, Execução na Justiça do Trabalho, Atos Processuais, Da Audiência Trabalhista e Procedimentos Especiais Trabalhistas.**

Assuntos mais cobrados nos últimos Exames:

- Atos Processuais
- Recursos em Espécie
- Procedimentos Especiais Trabalhistas
- Execução na Justiça do Trabalho
- Audiência Trabalhista

Quantas vezes foi cobrado

1ª	Recursos em Espécie	11x
2ª	Execução na Justiça do Trabalho	9x
3ª	Atos Processuais	8x
4ª	Da Audiência Trabalhista	7x
5ª	Procedimentos Especiais Trabalhistas	6x

Questão Comentada

Honorários Periciais

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 42º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 1. Em uma reclamação trabalhista requerendo a responsabilidade civil do empregador em razão de uma alegada doença profissional, o Juiz deferiu a realização de perícia, sendo que ambas as partes quesitaram e indicaram assistentes técnicos. No laudo, foi detectado que realmente houve a doença ocupacional. Com base nele, o Juiz julgou procedente o pedido. Sobre os honorários do perito e dos assistentes, considerando o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- a) A empresa deverá arcar com os honorários do perito e do assistente técnico do autor.
- b) A Justiça arcará com os honorários do perito, e cada parte será responsável pelos honorários do seu assistente técnico.
- c) Cada parte arcará com metade do valor dos honorários do perito e integralmente com os honorários de seu assistente técnico.
- d) O réu será condenado a pagar os honorários do perito, porque sucumbiu no objeto da prova, e arcará com os honorários do assistente técnico por ele indicado.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão trata da responsabilidade pelo pagamento dos **honorários periciais e de assistente técnico** na Justiça do Trabalho, após a sucumbência (derrota) de uma das partes na pretensão objeto da perícia, conforme o Art. 790-B da CLT (alterado pela Lei nº 13.467/2017) e o princípio da sucumbência.

Fundamentação Legal (CLT)

1. Honorários Periciais (CLT - Art. 790-B, caput):

Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da **parte sucumbente na pretensão objeto da perícia**, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

No Caso: A perícia foi realizada para verificar a existência de doença ocupacional. O laudo confirmou a doença, e o Juiz julgou o pedido **procedente**. O **Réu (Empresa)** foi a parte **sucumbente** (derrotada) na pretensão objeto da perícia.

Conclusão: O réu é responsável pelo pagamento dos honorários do perito.

2. Honorários do Assistente Técnico (CLT - Art. 790-B, § 1º):

Art. 790-B, § 1º. O juízo poderá deferir parcelamento dos honorários periciais.

Regra Geral: A contratação e o pagamento dos assistentes técnicos são de **responsabilidade exclusiva da parte que os indicou**. Não há condenação da parte contrária ao pagamento dos honorários do assistente técnico da parte vencedora.

Conclusão:

- O réu (empresa) pagará os honorários do seu assistente técnico.
- O autor (empregado) pagará os honorários do seu assistente técnico.

3. Análise Final:

A empresa (réu) paga os honorários do perito (por ter sucumbido na prova).

A empresa (réu) paga os honorários do seu assistente técnico (por tê-lo contratado).

O autor (empregado) paga os honorários do seu assistente técnico (por tê-lo contratado).

A alternativa correta deve refletir que o réu sucumbente é condenado ao pagamento dos honorários do perito, mantendo a responsabilidade por seu próprio assistente.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Honorários do Perito	Honorários do Assistente Técnico do Autor	Por que está certa ou errada?
a) A empresa deverá arcar com os honorários do perito e do assistente técnico do autor.	CORRETO	ERRADO. A empresa não arca com o assistente do autor.	A parte não paga o assistente da parte contrária.
b) A Justiça arcará com os	ERRADO. O réu		O pagamento pela

Alternativa	Honorários do Perito	Honorários do Assistente Técnico Autor	Por que está certa ou errada?
honorários do perito...	sucumbente deve pagar (Art. 790-B, CLT).		Justiça (União) só ocorre se o sucumbente for beneficiário da Justiça Gratuita e não tiver créditos.
c) Cada parte arcará com metade...	ERRADO. O pagamento é integralmente do sucumbente (réu).		Viola o Art. 790-B, CLT.
d) O réu será condenado a pagar os honorários do perito, porque sucumbiu no objeto da prova, e arcará com os honorários do assistente técnico por ele indicado.	CORRETO.	N/A (foco no réu)	Tese correta e precisa, de acordo com o Art. 790-B da CLT.

Conclusão: O réu, por ter perdido a pretensão relativa à perícia (sucumbência no objeto da prova), é condenado a pagar a perícia judicial e arca com seu próprio assistente.

Questão Comentada

Homologação de acordo

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 2. Foi protocolizada petição de homologação de acordo extrajudicial à 200ª Vara do Trabalho de Florianópolis. As partes envolvidas são Luísa, empregada doméstica, e José Pedro, seu ex-empregador. O valor apresentado para o acordo é de

R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), pagos em duas parcelas iguais e sucessivas, sendo mantidas as anotações na CTPS de Luísa. Empregada e empregador estão representados pelo mesmo advogado. Sobre esses fatos, segundo os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Não é possível a homologação, porque as partes não podem ser representadas pelo mesmo advogado.
- b) Na homologação de acordo extrajudicial, os empregados precisam ser assistidos pelo advogado do seu sindicato de classe.
- c) Contanto que ambas as partes ratifiquem perante o Juiz o desejo de realizar a transação, o acordo deve ser homologado pelo Magistrado.
- d) Tratando-se de um procedimento especial de jurisdição voluntária, o Juiz não pode negar a homologação de acordo alegando vício formal

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão trata do **Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial** (Art. 855-B e seguintes da CLT), introduzido pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), focando em um requisito formal **obrigatório**: a representação das partes.

Fundamentação Legal (CLT)

1. Requisito Obrigatório de Representação (Art. 855-B, § 1º, da CLT):

A principal inovação trazida pela Reforma Trabalhista neste procedimento especial é a exigência de que o empregado e o empregador estejam representados por advogados diferentes.

Art. 855-B. O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogados distintos.

§ 1º. As partes não poderão ser representadas por advogado comum.

No Caso: Luísa (empregada) e José Pedro (empregador) estão representados pelo **mesmo advogado**.

Conclusão: O acordo extrajudicial não pode ser homologado, pois há um vício formal intransponível, conforme o Art. 855-B, § 1º, da CLT.

2. Dispensa de Representação Sindical:

A lei exige advogados distintos, mas não obriga que o empregado seja assistido pelo advogado do seu sindicato (Alternativa B incorreta).

3. Natureza da Jurisdição (Art. 855-D, CLT):

O juiz tem a faculdade de homologar ou não o acordo (jurisdição voluntária, Art. 855-D), sendo que, em caso de vício formal (como o advogado comum), a homologação deve ser negada. O juiz pode negar a homologação se identificar vícios formais ou materiais (Alternativas C e D incorretas).

4. Aplicação ao Doméstico:

A CLT é aplicável ao empregado doméstico no que for compatível com a Lei Complementar nº 150/2015, e o procedimento de homologação de acordo extrajudicial é plenamente aplicável à relação de emprego doméstico.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) Não é possível a homologação, porque as partes não podem ser representadas pelo mesmo advogado.	CORRETA. É a vedação legal expressa do Art. 855-B, § 1º, da CLT , que configura vício formal insanável.	Fundamentação no Art. 855-B, § 1º, CLT.
b) Na homologação de acordo extrajudicial, os empregados precisam ser assistidos pelo advogado do seu sindicato de classe.	ERRADA. A CLT exige advogados distintos , mas não que seja o advogado do sindicato.	Exigência legal incorreta.
c) Contanto que ambas as partes ratifiquem perante o Juiz o desejo... o acordo deve ser homologado pelo Magistrado.	ERRADA. O Juiz não está obrigado a homologar (Art. 855-D, CLT), podendo negar por vício formal ou material.	Viola o Art. 855-D, CLT.

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
d) Tratando-se de um procedimento especial de jurisdição voluntária, o Juiz não pode negar a homologação de acordo alegando vício formal.	ERRADA. O Juiz tem o poder-dever de fiscalizar a legalidade e a conformidade do acordo. O vício formal (advogado comum) obriga a recusa da homologação.	Tese contrária à legislação e aos princípios.

Conclusão: O advogado deve informar as partes que elas precisam contratar advogados distintos para dar prosseguimento ao pedido

Questão Comentada

Preclusão

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 3. Em 2024, o Juiz proferiu sentença ilíquida em reclamação trabalhista, na qual você advoga para o autor, que foi julgada procedente. O feito havia sido ajuizado no final do ano de 2022. O Juízo elaborou e tornou líquida a conta, tendo aberto um prazo para as partes se manifestarem. A parte ré silenciou-se e você apresentou sua impugnação, que não foi acolhida pelo Juiz. Ato contínuo, houve decisão homologatória da sentença de liquidação. As partes foram intimadas. A ré garantiu o juízo e apresentou embargos à execução. Você apresentou impugnação de credor e contraminuta aos embargos à execução apresentados pela ré. Diante desta circunstância, assinale a afirmativa correta.

- Você deverá sustentar em contraminuta aos embargos à execução que a ré apenas poderia questionar a sentença de liquidação por meio dos embargos à penhora.
- Tendo em vista que sua impugnação à conta do juízo foi rejeitada, a matéria atinente à sua impugnação de credor deve ser diversa, não podendo ser renovada a discussão da impugnação à conta de liquidação.

c) Na sua contraminuta, assim como na impugnação de credor, caberá apenas discutir a matéria relativa às razões pelas quais os valores apurados estariam incorretos, não havendo o que se arguir acerca da não impugnação da ré à conta de liquidação, por ser facultativa.

d) Está preclusa a arguição de matérias que impugnam os cálculos homologados em sede de embargos à execução da ré, uma vez que a parte não apresentou impugnação aos cálculos no momento oportuno, cabendo ao advogado do autor formular essa alegação na contraminuta aos embargos da ré.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do rito processual na fase de **liquidação e execução trabalhista** (CLT) e a correta aplicação do instituto da **preclusão** temporal e consumativa, especialmente após a liquidação por iniciativa do juízo (Art. 879, § 2º, CLT).

Fundamentação Legal (CLT - Art. 879, § 2º e Art. 884)

1. Fase de Liquidação e Manifestação (Art. 879, § 2º, CLT):

Quando o juiz elabora a conta e abre prazo para manifestação das partes (fase de liquidação), é o momento oportuno para que as partes se manifestem sobre os cálculos.

Art. 879, § 2º. Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a **indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.**

2. Aplicação da Preclusão no Caso Concreto:

O Juiz abriu o prazo para manifestação sobre a conta.

O **Réu (Empresa) silenciou-se**, não apresentando impugnação.

A lei é clara: o silêncio implica **preclusão** da matéria relativa aos cálculos.

3. Fase de Execução (Embargos à Execução - Art. 884, CLT):

Após a decisão homologatória da liquidação e a garantia do juízo, o réu (empresa) apresentou embargos à execução.

A **matéria de defesa** nos embargos à execução fica restrita àquela que **não foi objeto de preclusão** na fase de liquidação.

4. Resposta do Autor (Contraminuta):

Na contraminuta aos embargos à execução, o advogado do Autor (vencedor na liquidação) deve sustentar que a Ré perdeu o direito de questionar os cálculos homologados por não ter se manifestado no prazo de 8 dias do Art. 879, § 2º, da CLT.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) Você deverá sustentar em contraminuta... que a ré apenas poderia questionar a sentença de liquidação por meio dos embargos à penhora.	ERRADA. Embargos à penhora é o nome antigo. A peça cabível é Embargos à Execução . O erro principal é que a matéria de liquidação deveria ter sido arguida antes.	Termo antigo e tese principal (preclusão) ignorada.
b) Tendo em vista que sua impugnação à conta do juízo foi rejeitada, a matéria atinente à sua impugnação de credor deve ser diversa...	ERRADA. A rejeição da sua impugnação anterior não impede que você renove o tema por meio de Agravo de Petição (após a decisão dos embargos/impugnação de credor), desde que tenha havido a prévia delimitação (Art. 897, § 1º, CLT). A sua questão (autor) não está preclusa ainda.	Confunde a preclusão do autor com a do réu.
c) Na sua contraminuta... caberá apenas discutir a matéria relativa aos valores... não havendo o que se arguir acerca da não impugnação da Ré à conta de liquidação, por	ERRADA. A impugnação não é facultativa sob pena de preclusão, e o advogado do autor deve, sim, alegar a preclusão na contraminuta, pois é o argumento de defesa mais forte.	Viola o Art. 879, § 2º, CLT.

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
ser facultativa.		
d) Está preclusa a arguição de matérias que impugnam os cálculos homologados em sede de embargos à execução da ré, uma vez que a parte não apresentou impugnação aos cálculos no momento oportuno, cabendo ao advogado do autor formular essa alegação na contraminuta aos embargos da ré.	CORRETA. Resume perfeitamente o rito: O Réu perdeu o prazo do Art. 879, § 2º, CLT, o que gera preclusão, e o advogado do Autor deve arguir essa preclusão.	Tese correta baseada no Art. 879, § 2º, CLT.
Conclusão: O advogado do autor deve usar a preclusão temporal do réu, que se silenciou na fase de liquidação, como principal argumento para afastar os embargos à execução		

Questão Comentada

Prioridade na Tramitação Processual

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 4. As irmãs Alessandra, Antônia, Alba e Aline foram dispensadas de seus empregos em 2024, e cada qual contratou uma advogada de sua confiança para ajuizar reclamação trabalhista visando postular horas extras. Alessandra tem 58 anos de idade; Antônia, 65 anos de idade; Alba, 50 anos de idade; e Aline, 61 anos de idade.

Considerando a norma de regência, assinale a opção que indica o(s) processo(s) que terá(ão) prioridade na tramitação.

a) O de Antônia, somente.

- b) Os de Antônia e Aline, somente.
- c) Os de Alessandra e Aline, somente.
- d) Os das quatro irmãs, em condições iguais.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das regras de **prioridade na tramitação processual** no ordenamento jurídico brasileiro, conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso.

Fundamentação Legal (CF/88 e Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso)

1. **Prioridade Processual para Idosos (Art. 71 da Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, atual Estatuto da Pessoa Idosa):**

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a **60 (sessenta) anos**, em qualquer instância.

2. **Prioridade para Super-Idosos (Art. 1.048, I, do CPC c/c Lei nº 13.466/2017):** A Lei nº 13.466/2017 alterou o Estatuto do Idoso, estabelecendo uma prioridade *superiores* para pessoas com idade igual ou superior a **80 (oitenta) anos**.
3. **Análise das Idades:**

Alessandra (58 anos): Não tem 60 anos ou mais. **Não tem prioridade legal.**

Antônia (65 anos): Tem idade igual ou superior a 60 anos. **Tem prioridade legal.**

Alba (50 anos): Não tem 60 anos ou mais. **Não tem prioridade legal.**

Aline (61 anos): Tem idade igual ou superior a 60 anos. **Tem prioridade legal.**

4. **Conclusão:** Os processos de Antônia (65 anos) e Aline (61 anos) terão prioridade na tramitação, por preencherem o requisito etário de 60 anos ou mais.

Detalhamento das Alternativas

Trabalhadora Idade Prioridade? Fundamento

Alessandra	58 anos	NÃO	Não atingiu 60 anos.
Antônia	65 anos	SIM	Idade igual ou superior a 60 anos (Art. 71, Estatuto do Idoso).
Alba	50 anos	NÃO	Não atingiu 60 anos.
Aline	61 anos	SIM	Idade igual ou superior a 60 anos (Art. 71, Estatuto do Idoso).

Alternativa	Análise	Por que está certa ou errada?
a) O de Antônia, somente.	ERRADA. O processo de Aline também tem prioridade.	
b) Os de Antônia e Aline, somente.	CORRETA. Ambos os processos atendem ao requisito de 60 anos ou mais.	Tese correta baseada no Art. 71 do Estatuto do Idoso.
c) Os de Alessandra e Aline, somente.	ERRADA. O processo de Alessandra não tem prioridade.	
d) Os das quatro irmãs, em condições iguais.	ERRADA. Apenas dois processos (Antônia e Aline) têm prioridade.	

Conclusão: Os advogados de Antônia e Aline devem requerer o benefício da prioridade na tramitação de seus respectivos processos.

Questão Comentada

Audiência trabalhista

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 5. Pedro é advogado e sua audiência está marcada para as 17 horas, mas ele está preocupado, porque já são 16h30, sua audiência não foi apregoada e ele viu, pela pauta, que ainda há três processos complexos de instrução para serem apreciados pelo magistrado que são anteriores ao seu, sendo certo que o início da pauta de

audiências se deu às 14 horas. Considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) A audiência de Pedro ocorrerá independentemente do horário em que as anteriores terminarem.
- b) Cada juiz determina o horário de término de suas audiências.
- c) As audiências devem ocorrer até as 18 horas, salvo situação urgente.
- d) As audiências devem ser paralisadas às 17h30.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: C

Análise da Questão

A questão aborda os limites temporais para a realização das audiências na Justiça do Trabalho, regidos pela **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**.

Fundamentação Legal (CLT)

1. Regra Geral do Horário de Funcionamento (Art. 770, CLT):

O horário para a realização dos atos processuais e, conseqüentemente, das audiências na Justiça do Trabalho é estabelecido pela CLT.

Art. 770. Os atos e termos processuais serão realizados ou proferidos em dias úteis, das **6 (seis) às 20 (vinte) horas**.

2. Limites da Jornada de Audiências (Art. 815, CLT):

A CLT estabelece um limite específico para a duração da jornada diária de audiências:

Art. 815. À hora marcada, o Juiz ou Presidente, declarada aberta a audiência, mandará pregoar as partes, os advogados e as testemunhas.

Parágrafo único. Os Juízes e Presidentes de Tribunais do Trabalho manterão, em cada dia de funcionamento, um mínimo de 5 (cinco) horas contínuas para a realização de audiências, salvo se outro período for estabelecido pelo Tribunal, e sempre dentro do horário entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas.

3. **Aplicação ao Caso Concreto:**

A jornada das audiências deve, em regra, estar contida no período entre 8h e 18h.

A Justiça do Trabalho, embora possa ter um horário de funcionamento maior (até 20h, Art. 770), restringe o período de realização de audiências ao máximo até as **18 horas**.

A audiência de Pedro, marcada para as 17h, pode, e deve, ocorrer se for possível iniciá-la e encerrá-la até as 18h.

4. **Exceção:** A única possibilidade de a audiência ultrapassar as 18h é em caso de **situação urgente** ou quando for estritamente necessário para concluir a instrução que já estava em curso, garantindo a celeridade e a economia processual. Contudo, a regra geral se mantém no limite das 18h.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) A audiência de Pedro ocorrerá independentemente do horário em que as anteriores terminarem.	ERRADA. As audiências têm um limite de horário e, por serem sucessivas, dependem do término das anteriores.	Viola o Art. 815, Parágrafo Único, CLT.
b) Cada juiz determina o horário de término de suas audiências.	ERRADA. O Juiz está vinculado ao limite de 18 horas previsto na CLT.	Viola o Art. 815, Parágrafo Único, CLT.
c) As audiências devem ocorrer até as 18 horas, salvo situação urgente.	CORRETA. É o limite máximo para a realização de audiências, com a ressalva de situações excepcionais ou urgentes.	Fundamentação no Art. 815, Parágrafo Único, CLT.
d) As audiências devem ser paralisadas às 17h30.	ERRADA. Não há previsão legal para o limite de 17h30. O limite legal é 18 horas .	Horário legal incorreto.

Conclusão: O advogado deve estar ciente do limite de 18 horas para as audiências e que o Juiz não pode, em regra, iniciar um procedimento complexo de instrução após as 17h30/17h40, se não houver tempo hábil para encerrá-lo no horário legal.

Questão Comentada

Honorários

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 6. Tereza ajuizou reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador, que foi julgada totalmente procedente, com a concessão de 10% de honorários advocatícios sucumbenciais. Transitado em julgado sem interposição de recurso, o juiz determinou que o calculista da Vara calculasse o valor da dívida. As partes verificaram as contas elaboradas, sem haver discordância. Ocorre que, dez dias depois, sem que o executado ainda tivesse sido citado para pagar a dívida, você, como advogado(a) de Tereza, revisitou os cálculos de liquidação da Contadoria e notou que, por falha involuntária, os honorários advocatícios sucumbenciais não haviam sido incluídos na conta, e que o prazo para impugnação da sentença de liquidação já havia transcorrido.

Sobre os honorários advocatícios, considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) O advogado de Tereza perdeu o direito aos honorários.
- b) O causídico ainda poderá perseguir os honorários, mas deverá fazê-lo em ação própria.
- c) Os honorários poderão ser incluídos na conta, se houver concordância expressa do executado.
- d) Os honorários, por se tratar de erro material de cálculo, poderão ser incluídos na conta, mesmo após o prazo para impugnação.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão aborda a possibilidade de correção de um erro na fase de liquidação que resultou na omissão de um valor já definido na sentença judicial (título executivo judicial), focando no conceito de **erro material** e sua **imprescritibilidade** e **preclusão**.

Fundamentação Legal (CLT, CPC e Jurisprudência)

1. Natureza da Omissão (Honorários Sucumbenciais):

A sentença transitada em julgado condenou o réu ao pagamento de 10% de honorários sucumbenciais. A omissão no cálculo não decorre de erro de critério ou de interpretação da lei, mas sim de uma falha na inclusão de um valor previamente determinado e líquido no título executivo. Isso se enquadra como erro material.

2. Tratamento do Erro Material (Art. 494, I, do CPC c/c Art. 897, § 1º, CLT):

O Art. 494 do Código de Processo Civil (aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho) estabelece que o juiz só pode alterar a sentença após a publicação para:

I - corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou retificar erros de cálculo;

O erro material (como a omissão de uma parcela já concedida no título executivo) é considerado uma **nulidade sanável** e pode ser corrigido a **qualquer tempo**, inclusive de ofício pelo juiz, e mesmo após o prazo para impugnação da liquidação. O erro material **não preclui**.

3. Distinção da Preclusão (Art. 879, § 2º, CLT):

A preclusão prevista no Art. 879, § 2º, da CLT (prazo de 8 dias para impugnar a conta) aplica-se a erros de critério ou discordâncias sobre a metodologia de cálculo. Não se aplica à simples omissão ou incorreção material de algo que já está na sentença.

4. Conclusão:

Como os honorários foram concedidos na sentença, sua omissão no cálculo é um erro material. O advogado deve peticionar ao juiz, solicitando a correção do erro material e a inclusão dos honorários na conta, o que o juiz está autorizado a fazer a qualquer tempo.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) O advogado de Tereza perdeu o direito aos honorários.	ERRADA. O direito aos honorários nasceu com a sentença transitada em julgado. O erro de cálculo não anula o direito.	Viola o princípio de que o erro material não preclui.
b) O causídico ainda poderá perseguir os honorários, mas deverá fazê-lo em ação própria.	ERRADA. Seria um excesso de formalismo (e violação do princípio da economia processual). O direito deve ser executado no processo em curso, mediante simples petição de correção de erro material.	A execução é cabível no próprio processo.
c) Os honorários poderão ser incluídos na conta, se houver concordância expressa do executado.	ERRADA. A inclusão não depende da concordância do executado, pois o valor já foi definido judicialmente, tratando-se de correção de erro material.	A correção é um dever do juízo e não depende de anuência.
d) Os honorários, por se tratar de erro material de cálculo, poderão ser incluídos na conta, mesmo após o prazo para impugnação.	CORRETA. O erro material (omissão de verba do título executivo) pode ser corrigido a qualquer tempo, pois não se sujeita à preclusão.	Tese correta baseada no Art. 494, I, CPC.

Conclusão: O advogado de Tereza deve peticionar ao juízo, requerendo a correção do erro material para inclusão dos honorários advocatícios sucumbenciais na conta de liquidação

Questão Comentada

Agravo de Petição

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 7. Em sede de reclamação trabalhista, a decisão deferindo horas extras para o autor transitou em julgado. Após a liquidação de sentença e fixado o débito em R\$ 10.000,00, a sociedade empresária que é ré foi intimada a pagar.

Ocorre que, você, advogado(a) da sociedade empresária ré, entendeu que os valores estavam incorretos. Seu cliente teve um veículo penhorado para garantir a execução. Você apresentou embargos à execução tempestivamente, contestados pela parte contrária. O juiz julgou improcedente sua alegação e manteve o valor. Seu cliente lhe perguntou se haveria mais alguma medida para discutir o valor.

Admitindo que você foi notificado da decisão na data de ontem e que ela não contém nenhum vício processual formal, assinale a opção que indica o recurso cabível.

- a) Agravo de Instrumento.
- b) Agravo de Petição.
- c) Ordinário.
- d) Recurso de Revista.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: B

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do recurso cabível contra a decisão que julga os **embargos à execução** na fase de execução do Processo do Trabalho.

Fundamentação Legal (CLT - Art. 897, a e caput)

1. **Fase Processual:** A situação narrada ocorre na **fase de execução** do processo. A sociedade empresária (ré/executada) apresentou Embargos à Execução (Art. 884, CLT), e o juiz proferiu uma **decisão de mérito** (decisão interlocutória com força definitiva) que manteve o valor (julgou improcedente a alegação).
2. Recurso Cabível (Art. 897, a, da CLT):

O recurso cabível contra as decisões proferidas pelo Juiz na fase de execução é o Agravo de Petição.

Art. 897. Cabe agravo, no prazo de oito dias:

a) de petição, para as decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções.

3. Diferenciação dos Recursos:

Recurso Ordinário (RO): Recurso cabível contra sentenças definitivas ou terminativas proferidas em **fase de conhecimento** (Art. 895, I, CLT). Inaplicável na execução.

Agravo de Instrumento (AI): Recurso cabível contra decisões que denegam seguimento a outro recurso (Art. 897, b, CLT). Inaplicável neste caso.

Recurso de Revista (RR): Recurso extraordinário, cabível contra decisões de Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) que versam sobre temas restritos (Art. 896, CLT). Inaplicável neste caso.

4. **Requisito de Admissibilidade:** É importante notar que, para interpor o Agravo de Petição na fase de execução, é necessário que o juízo esteja **integralmente garantido** (Art. 884, *caput*, CLT). O enunciado afirma que o veículo já foi penhorado e o réu apresentou embargos, indicando que a execução está garantida.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Recurso Cabível	Fase Processual	Por que está certa ou errada?
a) Agravo de Instrumento.	Denegação de recurso.	Não é o caso.	
b) Agravo de Petição.	Decisões proferidas na execução.	É o caso.	Fundamentação no Art. 897, a, CLT.
c) Ordinário.	Sentença na fase de conhecimento.	Não é o caso.	
d) Recurso de Revista.	Acórdão de TRT (fase recursal).	Não é o caso.	

Conclusão: O advogado deve interpor o Agravo de Petição ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para rediscutir a matéria de valor rejeitada na decisão dos embargos à execução

Questão Comentada

Recurso ao TST

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 8. Pietro está sendo executado na Justiça do Trabalho e, em seu processo, o juiz acionou todas as ferramentas tecnológicas disponíveis para tentar apreender dinheiro ou bens, mas não teve sucesso. Como última e radical tentativa de coerção, o exequente requereu a suspensão do passaporte de Pietro, o que foi deferido pelo magistrado e cumprido. Inconformado, Pietro o contratou como advogado(a) e você impetrou habeas corpus para garantir o direito de locomoção do seu cliente, comprovando que ele adquiriu passagem aérea para uma viagem ao exterior, mas que estava impossibilitado de deixar o território nacional. Em decisão colegiada, o TRT negou, no mérito, o salvo conduto a Pietro, e, em razão disso, você pretende recorrer da decisão. Assinale a opção que indica a medida judicial correta que você deverá apresentar e para que órgão.

- a) Recurso Ordinário para o TST.
- b) Agravo de Petição para o STJ.
- c) Recurso de Revista para o TST.
- d) Agravo de Instrumento para o TRT da Região.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento do recurso cabível contra a **decisão denegatória de habeas corpus** proferida em única ou última instância por um Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Fundamentação Legal (CLT c/c CF/88 e CPC)

1. Natureza da Decisão:

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou um habeas corpus e negou o pedido no mérito. A decisão colegiada do TRT que julga originalmente um habeas corpus (seja concedendo ou denegando a ordem) tem natureza de decisão definitiva de única instância.

2. Recurso Cabível (Art. 895, II, da CLT e Art. 102, II, a, da CF/88):

Embora a CLT não trate diretamente do recurso contra a denegação de habeas corpus pelo TRT, o Art. 895, II, da CLT remete o recurso das decisões definitivas de TRTs em dissídios individuais para o TST.

Mais especificamente, a Súmula nº 606 do STF e a aplicação analógica do Art. 895, I, da CLT (RO contra decisões de Varas/Juizes) e II (RO contra decisões de TRTs), bem como o Art. 102, II, *a*, da Constituição Federal (que trata do RO para o STF/STJ em *habeas corpus*), direcionam a solução.

No Processo do Trabalho, o recurso cabível contra decisões de única ou última instância dos TRTs em **ações de competência originária** (como o *habeas corpus* ou o Mandado de Segurança) é o **Recurso Ordinário (RO)**, nos termos do **Art. 895, II, da CLT**, dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

3. Objeções aos Demais Recursos:

Recurso de Revista: É cabível apenas contra acórdãos proferidos em **recurso ordinário** (fase de conhecimento), e não contra decisões de competência originária (Art. 896, CLT).

Agravo de Petição: Recurso exclusivo da fase de execução contra decisões do Juiz de 1ª instância (Art. 897, *a*, CLT).

Agravo de Instrumento: Recurso contra o despacho que denegar o seguimento a outro recurso (Art. 897, *b*, CLT).

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Recurso	Destino	Cabimento
a) Recurso Ordinário	RO	TST	Correto. É o recurso cabível contra decisões de única ou última instância dos TRTs em processos de competência originária (Art. 895, II, CLT, por analogia).
b) Agravo de Petição	AP	STJ	Incorreto. AP é recurso de execução da 1ª instância. STJ não tem competência para <i>habeas</i>

Alternativa	Recurso	Destino	Cabimento
			<i>corpus</i> julgado pelo TRT.
c) Recurso de Revista	RR	TST	Incorreto. RR cabe contra acórdãos em RO, e não em HC de competência originária.
d) Agravo de Instrumento	AI	TRT	Incorreto. AI é para destrancar recurso.

Conclusão: O advogado deve interpor Recurso Ordinário ao TST para discutir a denegação do *habeas corpus* pelo TRT.

Questão Comentada

Execução

Ano: 2024 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 41º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 9. Em determinada reclamação trabalhista, o recurso ordinário interposto pela ex-empregadora encontra-se pendente de julgamento e alcança todo o objeto da condenação. Para agilizar o procedimento, o reclamante iniciou a execução provisória do julgado, apresentando os cálculos de liquidação pertinentes, que foram submetidos à análise do adversário, da contadoria do juízo e, depois, homologados por serem reputados corretos. O juiz concedeu 48 horas para que a sociedade empresária depositasse a quantia nos autos, o que foi cumprido. Logo depois o exequente peticionou a liberação do valor homologado a seu favor. Diante desses fatos e do disposto na CLT, assinale a afirmativa correta.

a) Inviável a pretensão, porque a execução provisória fica limitada ao bloqueio ou à penhora.

b) É possível a liberação, desde que o trabalhador assine um termo de compromisso garantindo

que devolverá a quantia caso a decisão seja revertida pelo Tribunal.

c) Tendo o crédito trabalhista natureza alimentar, o juiz poderá liberar o valor sem qualquer

condição.

d) Na Justiça do Trabalho, como regra, os recursos têm efeito suspensivo, de modo que não é possível a execução provisória, havendo evidente falha do juiz.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: A

Análise da Questão

A questão aborda os limites e a extensão da **Execução Provisória** na Justiça do Trabalho, regida pelo Art. 899 da CLT. A execução provisória ocorre quando a sentença condenatória já foi proferida e liquidada, mas o recurso da parte devedora (Recurso Ordinário, no caso) ainda está pendente de julgamento no Tribunal.

Fundamentação Legal (CLT - Art. 899, *caput* e § 1º)

1. Regra Geral (Execução Provisória - Art. 899, *caput*, da CLT):

Art. 899. Os recursos serão interpostos por simples petição e **terão efeito meramente devolutivo**, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória **até a penhora**.

2. Limite da Execução Provisória (Art. 899, § 1º, da CLT):

A CLT é clara ao estabelecer o limite da execução provisória:

§ 1º. Sendo a condenação de valor **até 60 (sessenta) salários-mínimos**, e a execução provisória realizada na **pendência de agravo de instrumento ou de recurso de revista**, admitir-se-á a **liberação de valores ao exequente**.

Interpretação *a contrario sensu*: Fora da exceção prevista no § 1º, a regra do *caput* prevalece. O Art. 899, *caput*, limita a execução provisória **até a penhora**. Isso significa que, em regra, os atos de alienação de bens ou a **liberação do dinheiro** ao credor **não são permitidos** enquanto houver recurso pendente (Recurso Ordinário, no caso) que possa reverter integralmente a condenação.

3. Aplicação ao Caso Concreto:

Recurso Pendente: Recurso Ordinário (RO).

Valor: R\$ 10.000,00 (não ultrapassa 60 salários, mas o recurso pendente é o RO, e não o AI ou RR, como exigido no § 1º).

Ato Pretendido: Liberação do valor.

Conclusão: A execução provisória é limitada aos atos que visam à garantia do juízo (bloqueio/penhora/depósito). A liberação dos valores depositados na pendência do Recurso Ordinário (que alcança todo o objeto da condenação) é **vedada** pelo limite imposto pelo Art. 899, *caput*, da CLT.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) Inviável a pretensão, porque a execução provisória fica limitada ao bloqueio ou à penhora.	CORRETA. A regra geral é que a execução provisória deve ser limitada aos atos de garantia do juízo, não permitindo o levantamento de valores enquanto o recurso principal (RO) estiver pendente (Art. 899, <i>caput</i> , CLT).	Fundamentação no Art. 899, <i>caput</i>, CLT.
b) É possível a liberação, desde que o trabalhador assine um termo de compromisso...	ERRADA. A lei não prevê o termo de compromisso como requisito para liberação; a lei prevê que a liberação, em regra, é vedada.	Sem amparo legal.
c) Tendo o crédito trabalhista natureza alimentar, o juiz poderá liberar o valor sem qualquer condição.	ERRADA. A natureza alimentar do crédito não afasta a vedação legal expressa da CLT sobre os limites da execução provisória.	Viola o Art. 899, <i>caput</i>, CLT.
d) Na Justiça do Trabalho, como regra, os recursos têm efeito suspensivo , de modo que não é possível a execução provisória...	ERRADA. Na Justiça do Trabalho, a regra é o efeito meramente devolutivo dos recursos (Art. 899, CLT), o que permite a execução provisória.	Tese factualmente incorreta sobre o efeito dos recursos na JT.

Conclusão: O advogado da empresa deve alegar que, na pendência do Recurso Ordinário, o valor deve permanecer depositado até o julgamento final.

Questão Comentada

Litigância de má fé

Ano: 2023 | Banca: FGV | Órgão: OAB - 38º Exame de Ordem Unificado - Primeira fase

Questão 10. Você advoga para um ex-empregado, em sede de reclamação trabalhista em face de uma sociedade empresária, e também em face dos sócios desta.

O curso processual vem sendo bastante conturbado. A parte ré deduziu fatos manifesta e notoriamente inverídicos em juízo; ela vem utilizando meios e modos de retardar o desfecho processual, arrolando testemunhas que não são localizadas, requerendo a substituição de testemunhas e provocando adiamentos desnecessários de audiências, no intuito de suscitar eventual futura nulidade. Seu cliente perguntou se as condutas poderiam ensejar o requerimento e consequente condenação em litigância de má-fé, em razão de considerar que tais condutas representam procedimento contrário à boa ordem processual.

Nesse sentido, de acordo com o texto da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Não é vedado a parte promover incidentes processuais sem fundamento, com intuito de retardar o andamento processual, já que o amplo direito de defesa é assegurado constitucionalmente.
- b) Os valores da multa de litigância de má-fé sempre incidem sobre o valor da causa, ainda que irrisório o valor, pois existem as demais reparações previstas na lei.
- c) Não constitui conduta passível de litigância de má-fé a parte formular alegações em sede de contestação contrárias a texto expresso de lei, pois cabe ao juiz rechaçar a alegação.
- d) As condutas ensejam litigância de má-fé e têm previsão legal, sendo passíveis de multa superior a 1% e inferior a 10% sobre o valor corrigido da causa, entre outras penalidades.

Gabarito Comentado

Alternativa Correta: D

Análise da Questão

A questão exige o conhecimento das condutas tipificadas como **Litigância de Má-fé** e as **penalidades** aplicáveis, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que incorporou as regras do Código de Processo Civil (CPC).

Fundamentação Legal (CLT - Art. 793-B e 793-C)

1. Condutas Tipificadas (Art. 793-B da CLT):

O artigo 793-B da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), lista as condutas consideradas como litigância de má-fé, que abrangem as ações da parte ré no caso em tela:

Art. 793-B. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

- I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- II - alterar a verdade dos fatos; (A ré deduziu fatos manifesta e notoriamente inverídicos)
- IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
- V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; (A ré utiliza meios para retardar e suscitar nulidades)
- VI - provocar incidente manifestamente infundado;

Conclusão: As condutas da parte ré (**dedução de fatos inverídicos** e **uso de meios protelatórios**) se enquadram claramente nos incisos II, IV, V e VI do Art. 793-B.

2. Penalidades Aplicáveis (Art. 793-C da CLT):

A multa por litigância de má-fé possui limites bem definidos, incidindo sobre o valor corrigido da causa.

Art. 793-C. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar **multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa**, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar¹ com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

Conclusão: A condenação é possível, e a multa deve respeitar o intervalo legal (1% a 10% do valor corrigido da causa), além de outras reparações.

Detalhamento das Alternativas

Alternativa	Tese Invocada	Por que está certa ou errada?
a) Não é vedado a parte promover incidentes processuais sem fundamento...	ERRADA. É expressamente vedado e tipificado como má-fé (Art. 793-B, V e VI, CLT). O direito de defesa não abarca a chicana processual.	Viola o Art. 793-B, V e VI, CLT .
b) Os valores da multa de litigância de má-fé sempre incidem sobre o valor da causa...	ERRADA. A multa incide sobre o valor corrigido da causa (Art. 793-C, CLT).	Erro no elemento "corrigido".
c) Não constitui conduta passível de litigância de má-fé a parte formular alegações em sede de contestação contrárias a texto exposto de lei...	ERRADA. Esta conduta é expressamente tipificada como litigância de má-fé (Art. 793-B, I, CLT).	Viola o Art. 793-B, I, CLT .
d) As condutas ensejam litigância de má-fé e têm previsão legal, sendo passíveis de multa superior a 1% e inferior a 10% sobre o valor corrigido da causa, entre outras penalidades.	CORRETA. A multa está prevista no Art. 793-C da CLT e as condutas nos incisos do Art. 793-B.	Tese correta e completa.

Conclusão: O advogado deve orientar o cliente sobre a possibilidade de requerer a condenação da parte ré em litigância de má-fé, com base nas condutas tipificadas na CLT.